

CRISTIANE DALL' CORTIVO

**O ESTUDO DA SUPOSIÇÃO NO QUADRO DA TEORIA DOS BLOCOS
SEMÂNTICOS**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do título de Doutor em Letras, na área de concentração de Linguística, no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica – PUCRS.

Orientadora: Prof. Dr. Leci Borges Barbisan

Porto Alegre

2013

Catálogo na Fonte

D147e Dall' Cortivo Cristiane
O estudo da suposição no quadro da teoria dos blocos
semânticos/
Cristiane Dall' Cortivo. – Porto Alegre, 2013.
181 f.
Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação,
Faculdade de Letras, PUCRS.
Orientador: Prof. Dr. Leci Borges Barbisan
1. Linguística da Enunciação. 2. Linguística.
3. Argumentação. I. Barbisan, Leci Borges.
CDD 410.3

Bibliotecário Responsável

Ginamara de Oliveira Lima

CRB 10/1204

CRISTIANE DALL CORTIVO

O ESTUDO DA SUPOSIÇÃO NO QUADRO DA TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS

Tese apresentada como requisito para
obtenção do grau de Doutor, pelo
Programa de Pós-Graduação em
Letras da Faculdade de Letras da
Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul.

Aprovada em 3 de janeiro de 2013

BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Leci Borges Barbisan - PUCRS



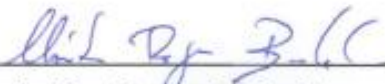
Profa. Dra. Telisa Furlanetto Graeff - UPF



Profa. Dra. Claudia Stumpf Toldo - UPF



Profa. Dra. Lilian Cristine Scherer - PUCRS



Profa. Dra. Claudia Regina Brescancini - PUCRS

A meus pais, que me permitiram sonhar.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é, antes de tudo, um amadurecimento. Seu progresso para que tomasse a forma tal qual hoje se apresenta contou com a participação direta e indireta de muitas pessoas. É a elas que agradeço:

A Deus, pela vida.

A minha família, meu pai Algemiro, minha mãe Nilce e meu irmão Fábio pelas palavras de incentivo, apoio e carinho.

À Prof. Leci Barbisan, orientadora desta tese. Há seis anos trabalhamos juntas, e suas lições vão muito além de ensinamentos sobre a linguagem: seus ensinamentos dizem respeito ao amor à Docência, ao Homem, ao respeito ao Outro.

À Prof. Dr. Marion Carel, da École des Hautes Études em Sciences Sociales de Paris, orientadora do doutorado-sanduiche, que trouxe contribuições importantes para o amadurecimento deste trabalho.

Aos meus colegas do Núcleo de Estudos do Discurso pela sempre alegre convivência e pelos momentos de troca. Este trabalho também tem a participação de vocês.

À coordenação, professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Letras e da Faculdade de Letras da PUCRS.

Ao CNPq, pela bolsa de estudos concedida a mim, que me permitiu dedicar-me integralmente a minha formação.

À CAPES, pela bolsa de doutorado-sanduiche que me foi concedida, que me permitiu entrar em contato com outra cultura e ampliar minhas vivências acadêmicas.

Aos meus amigos de longe e de perto, que souberam compreender minhas ausências e sempre encheram meu coração de alegria.

MUITO OBRIGADA!

*Tu, místico, vês uma significação em todas as cousas.
Para ti tudo tem um sentido velado.
Há uma cousa oculta em cada cousa que vês.
O que vês, vê-lo sempre para veres outra cousa.
Para mim, graças a ter olhos só para ver,
Eu vejo ausência de significação em todas as cousas;
Vejo-o e amo-me, porque ser uma cousa é não significar nada
Ser uma cousa é não ser susceptível de interpretação.*

Alberto Caeiro

RESUMO

Este trabalho insere-se no domínio de estudos da Semântica Linguística. O objetivo principal é desenvolver um estudo da suposição do português do Brasil segundo os pressupostos da Teoria da Argumentação na Língua (ANL) em sua fase atual, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) desenvolvidas por Oswald Ducrot, Jean-Claude Anscombe e Marion Carel. Para isso, tomamos como referência os estudos relativos à suposição já realizados por Ducrot em diferentes artigos e capítulos de livros, como Ducrot (1987d; 1987e; 1977b; 1980b) e Carel e Ducrot (1999). Nesses estudos, os autores partem de uma definição enunciativa de suposição, segundo a qual um locutor, ao usar a estrutura *se p, q*, realiza dois atos ilocutórios sucessivos: um ato ilocutório de suposição, que apresenta o quadro do discurso dentro do qual o interlocutor deve situar-se, seguido de um ato ilocutório de afirmação ou de interrogação, caso o locutor faça uma pergunta a seu interlocutor. Tendo em vista o progresso dos estudos em Semântica Linguística, acreditamos ser necessário realizar um estudo da suposição que possa situá-la no novo quadro teórico da ANL, incorporando em sua explicação o recurso a conceitos criados para dar suporte à análise segundo os padrões da TBS, bem como excluir de sua explicação elementos já abandonados pelos autores, como a Pragmática e a Lógica. Como desejamos realizar um estudo semântico-enunciativo da suposição, a Teoria dos Blocos Semânticos e a Teoria da Argumentação Polifônica (TAP) vêm ao encontro de nossos objetivos: pela primeira, é possível apontar os componentes linguísticos mobilizados na construção do seu sentido, e pela segunda, são explicitados os componentes enunciativos envolvidos no sentido suposicional. Nossas análises, com base em enunciados retirados de fontes diversas, tornaram evidente a importância de se considerar como centrais a análise das relações entre os termos da própria língua, sem recorrer, para isso, a elementos de outra natureza. Elas mostraram, também, que a suposição mobiliza aspectos específicos da língua em suas variações, como o tempo verbal e as conjunções que articulam as orações subordinada e principal que compõem os enunciados, bem como aspectos enunciativos, como as relações entre locutor e interlocutor, e as atitudes e atribuição às Pessoas do discurso com relação aos pontos de vista evocados pelos tipos de suposição.

Palavras-chave: Enunciação. Suposição. Argumentação.

RÉSUMÉ

Ce travail s'inscrit dans le domaine de la Sémantique Linguistique. Son but principal est de développer une étude sur la supposition dans le Portugais Brésilien selon les présupposés de la Théorie de l'Argumentation dans la Langue (ADL), et la Théorie des Blocs Sémantiques (TBS), développés par Oswald Ducrot, Jean-Claude Anscombre et Marion Carel. Pour faire cela, nous partons des études à propos de la supposition, déjà développées par Ducrot dans différents articles et chapitres de livres, comme Ducrot (1987d ; 1987e ; 1977b ; 1980b) et Carel et Ducrot (1999). Dans ces études, les auteurs s'appuient sur une définition énonciative de la supposition, selon laquelle un locuteur réalise deux actes illocutoires successifs lorsqu'il utilise la structure *si p, q*: un acte illocutoire de supposition, qui montre le cadre du discours dans lequel l'interlocuteur doit s'inscrire, suivi d'un acte illocutoire d'affirmation ou d'interrogation, dans le cas où le locuteur pose une question à son interlocuteur. En vue du progrès des études en Sémantique Linguistique, qui a comme stage actuel la Théorie des Blocs Sémantiques, nous croyons nécessaire de réaliser une étude de la supposition qui puisse la situer dans ce nouveau cadre théorique, pour intégrer dans son explication les concepts créés comme un support à l'analyse selon ce nouveau cadre de la TBS, et aussi pour exclure de l'explication de la supposition des éléments déjà abandonnés par les auteurs, comme la Pragmatique et la Logique. Comme nous voulons faire une étude sémantique-énonciative de la supposition, la Théorie des Blocs Sémantiques et la Théorie de l'Argumentation Polyphonique (TAP) viennent nous aider: avec la première, il est possible de montrer les composants linguistiques mobilisés dans la construction du sens de la supposition, et avec la seconde, sont montrés les composants énonciatifs impliqués dans le sens suppositionnel. Nos analyses, à partir d'énoncés pris à de différentes sources, ont montré l'importance de considérer comme centrale l'analyse des relations parmi les éléments de la langue même, sans recourir à des éléments d'un autre ordre. Les analyses ont montré, aussi, que la supposition mobilise des aspects spécifiques de la langue dans ses variations, comme le temps verbal et les conjonctions qui relient les phrases subordonnées et principales qui composent les énoncés, aussi bien que des aspects énonciatifs, comme les rapports entre le locuteur et l'interlocuteur, les attitudes et l'attribution des points de vue évoqués pour chaque type de supposition à différentes Personnes du discours.

Mots-clé: Énonciation. Supposition. Argumentation.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANL – Teoria da Argumentação na Língua

HE – Hipóteses externas

HI – Hipóteses Internas

TBS – Teoria dos Blocos Semânticos

TAP – Teoria da Argumentação Polifônica

CLG – Curso de Linguística Geral

PLG – Problemas de Linguística Geral

SL – Significação literal

SI – Significação implícita

E - Enunciador

L – Locutor

BS – Bloco semântico

DC – Donc (portanto)

PT – Pourtant (no entanto)

Neg– Negação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Intersecções teóricas.....	45
Figura 2: Conceção tradicional de argumentação.....	57
Figura 3: Os conceitos da TBS e a noção de relação.....	105
Figura 4: A Teoria da Argumentação na Língua e suas fases.....	106
Figura 5: Bloco semântico 1 – BS1.....	110
Figura 6: Aspectos argumentativos do BS1 – falta-que-conduz-à-punição.....	111
Figura 7: Bloco semântico 2 – BS2	112
Figura 8: Aspectos argumentativos do BS2 – falta-que-não-conduz-à-punição.....	112
Figura 9: Relação de conversão – negação comum.....	113
Figura 10: Representação das interpretações concessiva e implicativa dos enunciados suposicionais interrogativos.....	114
Figura 11: Relação de transposição – negação metalinguística.....	115
Figura 12: Aspectos expressos pelos enunciados (S1 52), (S1 52’) e (S1 52’’).....	137
Figura 13: Escala de negatividade da suposição intrínseca.....	137
Figura 14: Representação dos aspectos expressos pelo enunciado (S1Na 52’).....	140
Figura 15: Aspectos argumentativos expressos pela suposição derivada.....	152

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Caracterização formal da suposição intrínseca.....	132
Tabela 2: Demonstrativo das hipóteses (a) e (b).....	134
Tabela 3: Demonstrativo da hipótese (c).....	136/157
Tabela 4: Comparação da análise das negações.....	141/157
Tabela 5: Comparação parcial dos resultados.....	153
Tabela 6: Comparação dos resultados.....	160

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA E SUAS RELAÇÕES COM PLATÃO, SAUSSURE E BENVENISTE.....	19
1.1 UM POUCO DE HISTÓRIA.....	19
1.2 DELIMITANDO CONCEITOS.....	23
1.2.1 As hipóteses externas da teoria da argumentação na língua: quais são suas ligações com as “teorias de ontem”?.....	24
1.2.1.1 <u>Saussure e a sua Teoria Semiológica do sistema linguístico.....</u>	26
1.2.1.1.1 O objeto – língua e fala: opostos ou mutuamente constituídos?.....	27
1.2.1.1.2 O valor e a relação.....	34
1.2.1.2 <u>As relações entre Platão, Saussure e Ducrot.....</u>	37
1.2.1.3 <u>As teorias enunciativas, o Saussure e a alteridade.....</u>	44
1.2.2 As hipóteses internas da Teoria da Argumentação na Língua.....	50
2 A SUPOSIÇÃO NA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA.....	64
2.1 PRESSUPOSTOS, SUBENTENDIDOS, SUPOSIÇÃO E ALGUNS EXEMPLOS.....	64
2.1.1 Os pressupostos.....	68
2.1.2 Os subentendidos.....	79
2.1.3 A suposição.....	84
2.1.4 A suposição na ANL.....	89
2.1.4.1 <u>Se standard.....</u>	92
2.1.4.2 <u>O se fora da afirmação.....</u>	93
2.1.4.3 <u>Empregos marginais.....</u>	94
3 A SUPOSIÇÃO, A TEORIA DOS BLOCOS SEMANTICOS E A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO POLIFÔNICA.....	104
3.1 A TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS.....	104

3.1.1	Conceitos-chave para análise a partir da TBS.....	107
3.1.2	A importância dos aspectos argumentativos e dos encadeamentos evocados na TBS.....	120
3.1.3	A TAP – Teoria da Argumentação Polifônica.....	126
3.2	A ANÁLISE DE ENUNCIADOS SUPOSICIONAIS SEGUNDO A TBS e a TAP...129	
3.2.1	– Suposição intrínseca.....	130
3.2.2	A submissão da suposição à negação.....	138
3.2.3	Análise pressuposicional.....	144
3.2.4	Outros casos.....	147
3.2.4.1	<u>Suposição derivada.....</u>	147
3.2.4.2	<u>Suposição formal.....</u>	153
3.2.5	Comparação dos resultados.....	155
3.2.5.1:	<u>Resposta à questão norteadora (a) <i>Quais são as diferentes formas de suposição no discurso?</i>.....</u>	155
3.2.5.2	<u>Resposta à questão norteadora (b) <i>Como cada tipo de suposição se organiza argumentativamente?</i>.....</u>	156
3.2.5.3	<u>Resposta à questão norteadora (c) <i>Qual a instrução ou conjunto de instruções que dá conta dos diferentes tipos de suposição?</i>.....</u>	158
3.2.5.4	<u>Resposta à questão norteadora (d) <i>Que elementos são determinantes para que cada tipo de suposição se constitua em diferentes formas de argumentar?</i>.....</u>	159
3.2.5.5	<u>Outras observações.....</u>	159
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	161
	REFERÊNCIAS.....	164
	APÊNDICE.....	165

INTRODUÇÃO

Numa folha rasgada, não datada, encontra-se esta nota de Ferdinand de Saussure: “Absolutamente incompreensível se eu não fosse obrigado a confessar-lhe que tenho horror doentio pela pena, e que esta redação me causa um suplício inimaginável, completamente desproporcional à importância do trabalho.

Para mim, quando se trata de linguística, isto é acrescido pelo fato de que toda teoria clara, quanto mais clara for, mais inexprimível em linguística ela se torna, porque acredito que não exista um só termo nesta ciência que seja fundado sobre uma ideia clara, e que assim, entre o começo e o fim de uma frase, somos cinco ou seis vezes tentados a refazê-la.” (STAROBINSKI, 1971/1974, p. 11)

O sentimento descrito por Saussure nessa nota é o mesmo experimentado pelos estudiosos da linguagem, em especial, os semanticistas. Por vezes, temos a sensação de andar em círculos, buscando explicar o sentido de determinado termo ou enunciado por outros termos e enunciados da língua, também parafraseáveis por termos de mesma natureza. E assim, experimentamos a sensação de estar sempre em busca do sentido e de jamais chegar a ele.

Nas últimas décadas, os estudiosos da linguagem experienciaram uma profusão de teorias linguísticas, muitas delas tendo como objeto de estudo o texto, o discurso ou simplesmente a linguagem em uso. A Teoria da Argumentação na Língua (ANL) foi uma delas. Nascida de uma profunda insatisfação com o cenário dos estudos a respeito da linguagem em sua época, Oswald Ducrot e colaboradores iniciam um percurso que, após experimentar diferentes caminhos, deu à ANL o formato que hoje conhecemos. Sua peculiaridade, que a destaca dentre as teorias semânticas, encontra-se na busca de uma originalidade na própria ordem linguística, herdada de Saussure.

Autores como Platão, Ferdinand de Saussure, Émile Benveniste, principalmente, devem ser citados como influentes no desenvolvimento da ANL. Outros poderiam ser mencionados, como Louis Hjelmslev, Charles Bally, Gérard Genette. Àqueles primeiros, damos maior destaque, pois foi em seus trabalhos que Ducrot e seus seguidores buscaram uma maior inspiração para introduzir em sua teoria conceitos fundamentais como *relação, língua, fala, enunciação, alteridade*. Esses conceitos, por vezes deslocados e ressignificados, estão no centro da descrição e explicação linguística que os autores pretendem desenvolver, por meio da (ANL), e, atualmente, da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) e da Teoria da Argumentação Polifônica (TAP).

Para Ducrot, Anscombe e Carel, os três principais nomes atrelados às teorias mencionadas, o sentido dos termos da língua se fundamenta nas suas relações. Essa é a palavra-chave para uma análise semântica a partir da ANL, pois ela é capaz de representar

três das principais vertentes teóricas que a embasam: a vertente platoniana, a vertente saussuriana e a vertente enunciativa.

Em Platão, a *alteridade* fundamenta a necessidade da busca pelo Outro¹ para se atingir a completude: na obra do filósofo grego, essa completude dizia respeito às Formas Supremas; para nós, ela refere-se ao sentido, às relações que a língua empreende entre seus termos, às relações entre discursos, entre locutor e alocutário e a verticalidade dos sentidos presentes na polifonia.

A vertente saussuriana mostra a importância de se analisar a língua a partir das suas relações, para descobrir em si o fundamento da sua significação, sem que para isso seja preciso ir além dela, e recorrer a elementos de ordem extralinguística. O *valor* é o sentido que advém das relações entre os termos da língua, no cruzamento dos eixos sintagmático e paradigmático. Além disso, os conceitos de *língua* e *fala* operam a distinção metodológica entre objeto de conhecimento e objeto real, sendo o primeiro a explicação para o segundo.

O embasamento dado pelas teorias enunciativas coloca a linguagem na constituição do Homem, o que leva a considerá-la como produto da atividade de fala de um sujeito, que se endereça ao seu interlocutor, reencontrando a alteridade platoniana na relação Eu/Outro, mutuamente constituídos.

Assim, a ANL, em sua fase atual, a TBS, apresenta uma concepção de linguagem argumentativa, que prima pelo estudo da língua em uso, fruto da atividade de fala de um locutor, endereçada a um alocutário, conjugando a essa concepção de linguagem argumentativa, um conceito de linguagem não referencialista, cujo sentido não faz alusão ao mundo real. As relações entre os termos estão na base dessa concepção, guiadas pela *orientação argumentativa* presente nas palavras. A orientação argumentativa diz respeito a uma espécie de *discurso ideal*: nas palavras de Ducrot,

ele é constitutivo do fato de toda enunciação atribuir-se um certo tipo de meio, de dar-se como continuação, ou como origem, um certo tipo de fala. Em semântica linguística justifica-se falar de estrutura justamente porque a frase pode definir-se pela classe de contextos que se projeta quando ela é empregada. (DUCROT, 1977/1992, p. 217)

ANL, TBS e TAP, portanto, oferecem-se como um aparato teórico que atende plenamente à necessidade que este trabalho requer, uma vez que nosso objetivo é realizar um estudo semântico do fenômeno da suposição que se baseie em critérios linguísticos e enunciativos.

¹¹ Os conceitos *Outro*, *Homem*, *Mesmo*, *Repouso*, *Movimento* são conceitos originados da Filosofia, de onde incorporamos também sua grafia, marcada pela letra inicial da palavra em caixa alta.

Seu desenvolvimento se deve a um estudo prévio, realizado na dissertação de mestrado da autora, intitulada *O sentido argumentativo da condição* (DALL CORTIVO, 2009). Esse trabalho apontou conclusões interessantes e abriu novas perspectivas para o estudo de um tema mais amplo, do qual a condição é correlato, a suposição. A partir de estudos já realizados por Ducrot em outras fases do desenvolvimento da ANL, tomamos conhecimento do tema e de uma primeira abordagem a seu respeito. No entanto, dado o desenvolvimento da TBS e a refutação de paradigmas relacionados a outras teorias, como a Lógica e a Pragmática, que estavam envolvidas na caracterização da suposição que Ducrot havia proposto, nos aventuramos estudá-la novamente, desta vez com o olhar da TBS e da TAP.

Essa nova análise trouxe mudanças significativas na abordagem do fenômeno, como uma descrição e uma explicação baseada nos critérios enunciativos da polifonia e em critérios estritamente linguísticos, como o *aspecto argumentativo*, o *bloco semântico*, o *encadeamento evocado*, a *argumentação interna* e a *argumentação externa*. Esse conjunto de critérios linguístico-enunciativos conferiram uma maior consistência aos resultados, com vistas à explicação da suposição, de modo a deixar mais salientes as hipóteses externas que norteiam a ANL, e a apresentar uma explicação menos intuitiva e mais teórica. Esse mérito da análise deve-se às excelentes ferramentas de que dispusemos, que são capazes de embasar e sustentar os julgamentos.

Temos consciência, no entanto, de que este trabalho é apenas uma primeira etapa realizada, e que outros caminhos são abertos, podendo até mesmo ser necessário um retorno às análises para ajustes ou, ainda, reanálise. Sabemos que esse é o trabalho do linguista, e que um estudo semântico que faz da linguagem ordinária sua própria metalinguagem apresenta suas dificuldades. Por vezes sentimos-nos traídos, ou até mesmo nos traímos de fato, por nossa intuição de falantes da língua, ou sentimos nossas análises vulneráveis por tratarmos de algo tão escorregadio e amorfo (usando o termo saussuriano), como o sentido. Portanto, faremos das críticas a este trabalho nossas próprias críticas, e um doce estímulo para retomá-lo e aprimorar a explicação que inicialmente propomos.

Esta tese apresenta algumas peculiaridades: em primeiro lugar, porque decidimos analisar enunciados, e não discursos, e assumimos que esse seja, talvez, um dos seus pontos fracos. No entanto, as considerações aqui apontadas a partir da análise dos enunciados poderão ser vistas de modo mais profundo e detalhado, posteriormente, na análise de discursos. Nossa justificativa para o uso de enunciados como *corpus* parte do princípio de que a TBS é uma teoria que se consolidou tomando como objeto de estudo os enunciados

produzidos pelos falantes de determinada língua. O estudo de discursos com base na TBS diz respeito a grupos específicos, dentre os quais destacamos o Núcleo de Estudos do Discurso do PPGL da PUCRS, coordenado pela Prof. Dr. Leci Borges Barbisan.

Durante estágio de doutorado-sanduíche, realizado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, sob supervisão da Prof. Dr. Marion Carel, pudemos vivenciar o amadurecimento constante pelo qual passam as teorias, e a análise de discursos apresenta-se em estágio inicial, pois o objetivo, já evidenciado por Carel (2011b), consiste em partir do simples (análise do léxico) para o complexo (relação entre enunciados por meio de articuladores). E essa justificativa também é nossa. Admitimos que a análise de discursos é muito mais complexa, e põe em cena problemas de diferentes ordens com os quais é necessário lidar. Por isso, partimos da análise de enunciados e deixamos em aberto o estudo de discursos que verá em que medida os resultados obtidos pela análise dos enunciados se estendem para a trama mais complexa.

Outra particularidade desta tese é a ausência de um capítulo de análises, que aparecem como parte integrante da apresentação teórica. Isso se deve a uma sugestão da banca de qualificação, para dar maior fluidez ao trabalho. Trata-se de uma proposta ousada, que esperamos ter atendido minimamente no desenvolvimento do trabalho.

Além disso, os enunciados que tomamos para exemplificar conceitos, ou mesmo que tomamos para explicação, em geral, não são enunciados usados pelos seus autores (Ducrot, Anscombe e Carel) na explicação de seus conceitos, portanto, assumimos o risco de, em algum momento, termos cometido algum equívoco.

Com a finalidade de organizar e orientar nossa pesquisa, partimos de quatro questões norteadoras, as quais apresentamos a seguir:

- a) Quais são as diferentes formas de suposição no enunciado?
- b) Como cada tipo de suposição se organiza argumentativamente?
- c) Qual a instrução ou conjunto de instruções que dá conta dos diferentes tipos de suposição?
- d) Que elementos são determinantes para que cada tipo de suposição se constitua em diferentes formas de argumentar?

Essas questões norteadoras têm por objetivo:

- a) Identificar as diferentes formas de suposição no enunciado;
- b) Descrever e explicar cada um desses diferentes tipos de suposição;

- c) Formular teoricamente a instrução ou o conjunto de instruções presente no sistema, que corresponda a todos os usos da suposição, indicando o trabalho a ser feito para a interpretação de enunciados suposicionais;
- d) Identificar e descrever os elementos que diferenciam uma forma de argumentar de outra por meio da suposição

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos: o primeiro, cujo título é **A teoria da argumentação na língua e suas relações com Platão, Saussure e Benveniste**, é o primeiro capítulo teórico, onde há uma breve apresentação do histórico do programa de pesquisa da ANL, e das hipóteses externas (HE) e hipóteses internas (HI). A respeito das HEs, Ducrot parte de dois princípios: um saussuriano, de que *o ponto de vista cria o objeto*, e outro do filósofo Pierre Duhem, para quem *os fatos de hoje são as teorias de ontem*. Para Saussure, Duhem e Ducrot, a fase de observação dos dados já é, de alguma forma, guiada por determinada perspectiva teórica. Nesse capítulo, portanto, realizamos uma breve apresentação e discussão a respeito dos conceitos tomados por Ducrot e seus seguidores para fundamentar seu construto teórico, bem como dos conceitos que fazem da ANL uma teoria semântico-linguística.

O segundo capítulo, também teórico, chamado **Pressupostos, subentendidos, suposição e alguns exemplos**, traz a apresentação de fenômenos correlacionados à suposição, como os pressupostos e subentendidos. Além desses, a apresentação do conceito de suposição, construído por Ducrot (1977b), Ducrot e Carel (1999), bem como os trabalhos já desenvolvidos que a têm como tema central ou como tema implicado de modo periférico.

O terceiro capítulo, ao qual atribuímos o nome **A suposição, a Teoria dos Blocos Semânticos e a Teoria da Argumentação Polifônica** é um capítulo misto: na primeira parte são introduzidas a TBS e a TAP, e na segunda parte, é feita a aplicação dos conceitos a enunciados que sejam a realização do tema desta tese. O desenvolvimento do capítulo referente às Teorias (TBS e TAP) já contempla a apresentação de alguns enunciados suposicionais e as relações argumentativas de seus aspectos, blocos semânticos e interdependência semântica.

O estudo dos enunciados se divide em três partes: a primeira delas dedicada à **suposição intrínseca**, considerada o tipo genuíno de suposição, pois nela convergem os aspectos formais e semânticos característicos do fenômeno. Além da análise dos aspectos expressos, encadeamentos evocados e da análise enunciativa por meio da TAP, também submetemos os dados à transformação realizada pela ação da Negação, bem como apontamos a análise pressuposicional, que tem estreita relação com a proposta inicial de Ducrot. O

segundo tipo de suposição que descrevemos é a **suposição derivada**, que expressa o sentido suposicional sem apresentar, contudo, a forma observada na suposição intrínseca. Finalmente, o terceiro tipo de suposição é aquele que denominamos **suposição formal**, que apresenta as características formais da suposição, como proposições relacionadas por *se*, *sem*, *no entanto*, permitir que as proposições sejam articuladas de modo argumentativo, por meio do conector normativo DC (*donc – portanto*).

E, finalmente, as **Considerações Finais**, que trazem uma síntese dos resultados obtidos através das análises e sua correlação com as questões norteadoras elencadas para guiar o estudo dos dados.

1. A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA E SUAS RELAÇÕES COM PLATÃO, SAUSSURE E BENVENISTE

“Um dia, haverá um livro especial e muito interessante a ser escrito sobre o papel da palavra como principal perturbadora da ciência das palavras” (Ferdinand de Saussure)²

1.1 UM POUCO DE HISTÓRIA...

A Teoria da Argumentação na Língua, desenvolvida inicialmente por Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre, e posteriormente com colaboração de Marion Carel, tem seu início datado pela publicação por Ducrot da obra *Escalas argumentativas* em meados dos anos 70 (DUCROT, 1999). No entanto, essa teoria constitui-se de um conjunto de reflexões amadurecidas pelo autor que, filósofo e matemático, abraçou a ciência linguística no início de sua carreira, primeiramente ao entrar em contato com o estruturalismo, por ocasião de um curso preparatório para a École des Hautes Études Commerciales de Paris (HEC) e, posteriormente, ao ser admitido no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) para uma tese em história da filosofia. Foi nesse momento que teve a oportunidade de entrar em contato com a filosofia da linguagem, introduzindo-a, nos anos 70, na França, sendo esta o motor para o desenvolvimento de seu trabalho em semântica (DOSSE, 2007b, p.72).

Mesmo tendo submetido sua teoria a constantes alinhamentos entre o que chama de *hipóteses internas* e *hipóteses externas*, sobre as quais trataremos a seguir (seções 1.2.1 e 1.2.2), a essência daquilo que considera imprescindível para um estudo da linguagem que leve em conta seu uso não mudou. Nestor Cordero (1993), na introdução à obra de Platão *O Sofista*, usa das seguintes palavras para falar da obra do filósofo grego:

O conjunto de soluções que cada pensador propôs como resposta às questões filosóficas fundamentais – e que a posteridade chama, muitas vezes de maneira abusiva, seu “sistema” – é, na maioria dos casos, o resultado de uma longa caminhada, de certa “evolução”. O “auge” dessa evolução coincide, no trabalho de alguns filósofos, com suas últimas obras; em outros casos, ele é atingido a uma certa etapa do percurso do filósofo, e suas obras seguintes não são senão esclarecimentos ou retoques do que já foi dito; por fim, há o caso dos autores que, após terem tudo dito, encontram fissuras em sua sólida construção, e que não hesitam em analisar a origem dessas fraquezas e a tomar novos caminhos. (CORDERO, 1993, P. 11), (tradução nossa)³.

² Nota tomada quando da Terceira Conferência na universidade de Genebra (aula de abertura), novembro de 1891 (BOUQUET, 2000, p. 71)

³ L'ensemble des solutions que chaque penseur a proposé comme réponse aux questions philosophiques fondamentales – et que la postériorité appelle, parfois abusivement, son « système » - est, dans la plupart des cas, le résultat d'une longue marche, voire d'une certaine « évolution ». Le « sommet » de cette évolution coincide,

Cordero (1993) afirma que a última descrição dada ao que seria o auge do trabalho de um pensador é a que caracteriza a obra *O Sofista*, de Platão. Esse trecho da introdução de Cordero nos interessa, particularmente, pelo detalhe e concisão com que o autor caracteriza o trabalho de um pensador, e nos remete ao percurso teórico desenvolvido por Ducrot: não se trata, contrariamente ao que aconteceu a Platão, das fissuras encontradas ao fim de sua obra (pois a Teoria da Argumentação na Língua, que encontra sua fase atual na Teoria dos Blocos Semânticos e na Teoria da Argumentação Polifônica, ainda está em pleno desenvolvimento), mas do auge encontrado em certo período do desenvolvimento das suas pesquisas. Muito já havia dito Ducrot sobre alguns temas dos quais se ocupa a linguística (a lógica e a pragmática) e sobre muitos aspectos da linguagem (pressuposição, subentendidos, polifonia e sobre a suposição, que constitui o tema deste trabalho), quando do lançamento de obras fundamentais, como aquela à qual ele atribui o início de suas pesquisas – *Les Echelles Argumentatives* – e *L'argumentation dans la langue*, publicada em colaboração com J.C. Anscombe em 1983. Essas e as demais obras publicadas posteriormente, seja na forma de livros ou artigos, apenas cumpriram a função de consolidar seu pensamento na construção de uma teoria linguística com vistas à explicação do sentido.

Durante seu percurso teórico, que hoje soma 40 anos de trabalho, configurações cruciais para a fundação de uma teoria científica foram sendo definidas: trata-se das *hipóteses externas* (HE) e das *hipóteses internas* (HI) da teoria (seção 1.2.1 e 1.2.2). Desse auge, caracterizado pela definição das HEs e HIs, os retoques ou esclarecimentos mencionados por Cordero dizem respeito à busca constante da harmonização entre esses dois conjuntos de hipóteses norteadoras e constitutivas do programa de pesquisa.

Foi nesse sentido que os pressupostos da Pragmática – como os atos de fala, os quais Ducrot (1980a) utiliza em sua teoria da polifonia⁴ - foram abandonados, especialmente por dois motivos: o primeiro deles, e estreitamente relacionado com a Teoria Polifônica, foi deixado de lado pelo fato de Ducrot considerar o sujeito falante um conceito plural e mais complexo que aquele definido pela Pragmática. O segundo motivo do abandono deu-se em

chez quelques philosophes, avec leurs derniers ouvrages ; dans autres cas, il est atteint à une certaine étape du parcours du philosophe, et ses oeuvres suivantes ne sont que des éclaircissements ou des retouches de ce qu'il a déjà dit, il y a, enfin, le cas des auteurs qui, après avoir tout dit, trouvent des fissures dans le solide bâtiment qu'ils ont construit, et qui n'hésitent pas à analyser l'origine de ces faiblesses, et à entreprendre des démarches nouvelles. (CORDERO, 1993, P. 11)

⁴ Ducrot (1980a) apresenta um trabalho inicial sobre sua Teoria da Polifonia, que viria a desenvolver de maneira mais consistente em Ducrot (1987b). No esboço apresentado em *Les mots du discours*, o autor coloca os *enunciadores* como as “origens” dos atos ilocutórios, estes, por sua vez, dirigidos a *destinatários*. Tanto o conceito de enunciador como o de destinatário foram abolidos do modelo atual de concepção da Teoria da Argumentação Polifônica. Este tema e sua relação com o objeto de pesquisa da tese serão tratados no 3º capítulo.

razão de a Pragmática acreditar que a linguagem poderia oferecer uma solução satisfatória para os problemas filosóficos, e encontrar conceitos razoáveis para a descrição da linguagem comum, os quais Ducrot, em entrevista a François Dosse (2007b, p.74), rebate dizendo “não vislumbro como a linguagem seria a melhor metalinguagem para sua própria descrição”.

Tal postura adotada por Ducrot em relação à linguagem natural ser ou não adequada a sua própria explicação aparece em outros momentos de sua obra: ao apresentar a Teoria dos Blocos Semânticos por meio de conferências na cidade de Buenos Aires (CAREL; DUCROT, 2005), o autor expõe uma posição diametralmente oposta à de muitos outros cientistas sociais, que acreditavam fazer ciência por meio da linguagem. Para Ducrot, a linguagem não comporta o fazer científico propriamente dito, visto que as áreas do conhecimento que se utilizam da linguagem não podem desenvolver raciocínios (elementos considerados fundamentais para se fazer ciência), pois estruturam suas considerações em discursos nos quais empregam relações linguísticas estabelecidas por palavras como *portanto* e *no entanto*. Além disso, a linguagem, segundo a ótica da ANL, é tida como fruto da subjetividade de um locutor e da intersubjetividade estabelecida com o seu interlocutor. Como contemplar o aspecto objetivo requisitado pelas verdadeiras ciências a partir de uma ferramenta, ou meio, que é essencialmente (inter)subjetivo? Para o autor, apenas uma linguagem artificial, capaz de expor com imparcialidade os conteúdos, seria adequada ao fazer científico, ficando a linguagem humana inapta a desempenhar esse papel.

Ainda na busca pelo alinhamento entre as *hipóteses externas* e *hipóteses internas*, mais tarde, em 1992, a Teoria dos *Topoi* seria contestada por meio da tese de doutorado de Marion Carel.

A Teoria dos *Topoi* consistia na segunda fase da ANL, que já tinha como princípio a explicação do sentido⁵ da língua com base em encadeamentos argumentativos, que seriam a realização discursiva daquilo que habitualmente se chama “argumentações”, ou seja, a relação entre um argumento e uma conclusão. Um segundo elemento adicionado à composição da ANL, que a transformaria na Teoria dos *Topoi*, veio da retórica aristotélica, o *topos*, “lugar comum” ou “princípio geral” que permitiria e justificaria a passagem do argumento para a conclusão. A união da proposta inicial da ANL com o *topos* argumentativo deu origem à descrição das frases da língua pelos *topoi* evocados quando da sua utilização no discurso, ou, mais precisamente, “uma frase seria descrita pelo feixe de *topoi*, considerados como representando seu potencial argumentativo” (DUCROT, 1999, p.5)

⁵ Aqui ainda não tomamos as palavras “sentido” e “língua” como conceitos da ANL, que teoricamente possuem uma definição bastante específica.

Nesse ponto, dois problemas que colocavam em risco o viés saussuriano da ANL foram apontados: o primeiro deles tinha relação com a constituição do encadeamento argumentativo. Admitindo que este fosse constituído por um argumento e uma conclusão, aceitar-se-ia que ambos seriam independentes, que o primeiro conduziria para o segundo, dessa forma, indo de encontro ao primado da relação, segundo a qual um termo só pode ser definido após estabelecido com quais outros termos ele se relaciona, ambos de mesma natureza. O segundo problema elencado diz respeito ao princípio saussuriano que afirma a imanência da língua, de que esta somente poderia ser descrita tomando como parâmetro elementos da ordem linguística. Ducrot declara

(...) um procedimento como esse é, do ponto de vista teórico, incompatível com nossos objetivos estruturalistas. Se, com efeito, o encadeamento discursivo exprime uma argumentação, se esta é fundamentada em um *topos* que coloca em relação duas propriedades do mundo, se o argumento e a conclusão da sequência discursiva exprimem, respectivamente, as duas propriedades que constituem antecedente e conseqüente do *topos*, é preciso admitir que as palavras e as frases da língua significam domínios da realidade, e isto é justamente o que gostaríamos de evitar. (DUCROT, 1999, p. 6).

Ora, ao admitir que houvesse um “princípio geral” ou “lugar comum” argumentativo, que serviria de garantia para a passagem do argumento para a conclusão, os autores (Anscombe e Ducrot) acabaram por introduzir na descrição das frases um elemento estranho a sua ordem, de natureza “mundana”.

Ao encontro da substituição da Teoria dos *Topoi*, foi elaborada por Carel (1992), e desenvolvida juntamente com Ducrot, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). Segundo os autores, a TBS consiste numa aplicação de alguns conceitos saussurianos ao discurso, e até mesmo, uma “radicalização” da concepção saussuriana da linguagem, uma vez que a busca pela explicação do sentido da linguagem passou a fundamentar-se, cada vez mais, nas relações da língua com a própria língua.

As pesquisas em semântica linguística surgiram como uma mudança do estudo semântico das línguas da perspectiva paradigmática para a perspectiva sintagmática. Na década de 50, os trabalhos envolvendo o sentido concentravam-se na análise das palavras isoladas, limitando-se ao estudo dos “radicais” ou “bases”, ficando a definição dos elementos ditos “gramaticais” restrita ao domínio dos gramáticos. Com o passar do tempo, tornou-se evidente que o estudo do sentido deveria levar em consideração elementos mais vastos que uma palavra, e passou-se a observar as relações entre palavras vizinhas, sem sair, contudo, do

domínio paradigmático, no qual a significação seria fruto da observação de elementos em diferentes contextos, estando muito próxima do sentido literal. (DUCROT, 1987a).

A Teoria da Argumentação na Língua se coloca nesse cenário como uma alternativa ao estudo do sentido, segundo a qual uma semântica paradigmática não poderia dispensar uma semântica sintagmática, não mais considerando a palavra isolada, no domínio paradigmático, nem o sentido literal, mas caracterizando-se principalmente por considerar como primordial a relação entre as palavras e os enunciados no discurso, bem como por fundamentar-se numa concepção argumentativa de linguagem. Para Ducrot (1987a), a semântica sintagmática que pratica deve ter como papel fundamental prever a significação dos enunciados, e não propriamente descrever o sentido das palavras. A justificativa para tal postura, nós veremos a seguir, ao apresentarmos as *hipóteses internas e hipóteses externas* (seção 1.2.1 e 1.2.2).

1.2 DELIMITANDO CONCEITOS

Para Ducrot (1980a, 1987a), uma pesquisa que se pretende “científica” deve obedecer a duas etapas sucessivas: a primeira delas, a etapa empírica, consiste em observar os fenômenos que se pretende explicar e que se produzem na natureza de modo independente do seu observador. Um segundo momento caracteriza-se pela construção de uma “máquina” capaz de reproduzir ou simular tais fenômenos, outrora observados. Partindo da observação de fatos **F**, produzidos de modo natural por um mecanismo também natural **M**, esses devem ser reproduzidos pelo mecanismo artificial **M'** (que apresenta propriedades comuns a **M**), resultando, dessa forma, em fatos produzidos artificialmente, denominados **F'**.

No caso particular das ciências da linguagem, a representação linguística **F'** construída a partir de **F** por meio de **M'** se caracteriza por um conjunto de fórmulas de uma linguagem artificial, ou seja, de abstrações. Ducrot (1980a, p. 19) define o modelo teórico **M'** como “um corpo de hipóteses expressas por uma linguagem artificial”. Sua conclusão é que se pode considerar **M'** eficaz caso tenha sido capaz de simular **F'** de maneira análoga à qual o mecanismo natural **M** produz **F**; **M'** deve ser capaz, da mesma forma, de reproduzir artificialmente outros fenômenos de mesma natureza de **F**, como **G**, **H** e **I**, resultando nas descrições **G'**, **H'**, **I'**. Tais fatos **F**, **G**, **H**, **I**, no caso da ANL, são discursos dotados de sentido, criados ou reais, estabelecidos a partir de/em determinada situação discursiva, e que recebem do linguista certa interpretação. “Explicar esses fatos é procurar qual é o mecanismo

M responsável por essa interpretação, considerada, do ponto de vista linguístico, como parte do dado” (DUCROT, 1980a, p. 20)⁶.

Considerar a interpretação como parte do dado poderia parecer absurdo, visto ser ela o resultado de uma aplicação teórica, de uma metalinguagem. Na verdade, a teoria nada mais faz do que trazer à tona, revelar, por meio de seus conceitos, aquilo que intuitivamente um falante nativo de determinada língua poderia descrever, e que no entanto, a teoria o faz com propriedade, relevando dela não uma descrição, mas uma explicação. O fazer teórico sobre os fatos faz aparecer os mecanismos submersos que comandam a construção e atribuição de sentido aos enunciados da língua pelos seus falantes.

Assim, o objetivo da criação do mecanismo é fornecer hipóteses sobre o processo que subjaz e comanda a produção do fenômeno. Tais hipóteses são de dois tipos: as *hipóteses externas*, que comandam a fase de observação, e as *hipóteses internas*, relativas à própria construção da máquina.

1.2.1 As hipóteses externas da teoria da argumentação na língua: quais são suas ligações com as “teorias de ontem”?

“Podemos dizer que Saussure cumpriu bem o seu destino. Além da sua vida terrena, as suas ideias brilham mais longe do que ele teria podido imaginar, e esse destino póstumo se tornou como uma segunda vida, que se confunde para sempre com a nossa”.
Émile Benveniste, PLG I, p. 49.

Para Ducrot, a fase de observação dos dados não é teoricamente ingênua, e tais dados já devem, inicialmente, ser submetidos a conceitos; o trabalho do linguista consiste em tomar decisões quanto à aplicação dos conceitos gerais que escolhe para a caracterização detalhada de seu objeto. Nesse caso, a escolha por uma explicação semântica da língua que leva em consideração o sujeito tem como parâmetros iniciais conceitos da teoria saussuriana do sistema linguístico e das teorias da enunciação⁷. A esses dois, amplamente admitidos e teorizados, gostaríamos de acrescentar um terceiro, muitas vezes ignorado ou até mesmo desconhecido: a presença da alteridade platoniana, que pode ser notada desde Saussure,

⁶ « Expliquer ces faits, c’est chercher quel est le mécanisme M responsable de cette interprétation, interprétation considérée, du point de vue linguistique, comme partie du donné. (DUCROT, 1980, p. 20).

⁷ Reconhecemos que outros teóricos também participam da constituição das HEs da ANL, como Gérard Genette, Charles Bally, Louis Hjelmslev; Émile Benveniste, entre outros, que não serão abordados neste trabalho, pois não se trata do objetivo principal.

passando pela Teoria Enunciativa de Benveniste⁸, e, sem ser diferente, está presente na obra de O. Ducrot.

A primeira veia basilar da ANL, a saussuriana, justifica-se por possibilitar um tipo de análise intralinguística, já que o conjunto de fatos que formam o objeto de estudo da ANL está constituído pela linguagem em uso, e esse estudo da linguagem, segundo os pressupostos saussurianos, só é possível por meio dela mesma. Já a orientação dada pelas teorias enunciativas justifica-se pelo fato de Ducrot considerar os dados como fruto de uma enunciação, que significa a presença de um locutor que transformou a língua em fala. “De um lado, a semântica linguística deve ser estrutural, e de outro, o que fundamenta o Estruturalismo em termos de significação deve levar em conta a Enunciação” (DUCROT, 1987a, p. 67). A vertente platoniana da alteridade perpassa as três, pois também calca a definição dos seus conceitos (as Formas da realidade) nas relações estabelecidas entre eles.

Portanto, o que o leitor pode esperar desta seção?

A abordagem de determinados aspectos das chamadas “teorias de ontem” que fundamentam a Teoria da Argumentação na Língua desde a sua criação até os dias de hoje, quando se apresenta sob a forma da Teoria dos Blocos Semânticos. À medida que avançamos na apresentação dessas concepções teóricas, faremos breves relações com a ANL, em aspectos mais gerais. A presença de tais autores na ANL será demonstrada com mais detalhe na seção **1.2.2**, quando serão abordados os conceitos que constituem o mecanismo da ANL, ou seja, suas *hipóteses internas*.

Inicialmente, serão apresentados os conceitos saussurianos de língua, fala, valor e relação. Após isso, algumas relações entre os conceitos saussurianos e a alteridade platoniana e, por último, a relação entre Platão, Saussure e Benveniste. Em todas essas passagens, nossa intenção é mostrar, ainda que de maneira breve, como esses conceitos podem se ligar entre si e à ANL.

Uma última precisão metodológica vem justificar por que burlamos a ordem cronológica dos autores, iniciando pelos conceitos saussurianos, em vez do conceito platoniano de alteridade. Como este é um trabalho que se inscreve no campo da linguística, acreditamos que o conceito da filosofia de que nos servimos deva vir ao encontro da necessidade de esclarecer e tornar mais profundos certos conceitos que para este trabalho são fundamentais.

⁸ Tomaremos a enunciação benvenistiana como representativa do aspecto enunciativo incorporado à semântica ducrotiana, embora reconheçamos a presença de conceitos da estilística de Charles Bally nas estruturas da ANL.

1.2.1.1 Saussure e a sua Teoria Semiológica do sistema linguístico

É comum os trabalhos que se dizem seguidores da vertente saussuriana do estudo da linguagem denominarem a si mesmos como “estruturalistas”, e dar o mesmo rótulo ao trabalho desenvolvido por Saussure. No entanto, é de conhecimento que Saussure não empregou tal denominação em seus cursos ministrados na universidade de Genebra, e que o termo usado por ele sempre foi “sistema”. De que modo houve esse deslize terminológico de “sistema” para “estrutura”, e quais são suas afinidades? O primeiro a usar o termo “estrutura” foi Jakobson, tendo sido seguido por outros autores em diferentes campos da ciência: encontra-se a mesma designação nos trabalhos de Merleau-Ponty, na filosofia; nos trabalhos sobre antropologia desenvolvidos por Lévi-Strauss; nos estudos literários realizados por Roland Barthes, além da tradicional psicanálise lacaniana (DOSSE, 2007a).

Nesse sentido, o estruturalismo constitui-se num conjunto de princípios norteadores das pesquisas nos mais variados campos da ciência, tendo seu início no modo como Saussure conduziu suas pesquisas em linguística, e sendo derivado daí para os demais campos, como “uma concepção de arte como estrutura que escapa à imitação do real” (DOSSE, 2007a, p.83). É o estruturalismo, tomado como princípio que transforma os sistemas em auto-organizados e autorregulados, que caracteriza a fuga à imitação do real e confere uma nova perspectiva aos estudos linguísticos, pelos quais os mecanismos do “sistema” são todos eles definidos pelas suas relações, sem recurso àquilo que é extralinguístico⁹.

Com os cursos ministrados por Saussure e posterior publicação por seus alunos sob a forma do *Cours de Linguistique Générale*, ocorre a fundação da ciência linguística, com a determinação de um objeto próprio de estudo (embora se reconheçam todas as dificuldades e consequências de se definir tal objeto) e de uma conceituação nova, tudo isso representando uma ruptura em relação aos estudos linguísticos desenvolvidos até então. Para François Dosse,

a ruptura situa-se essencialmente no plano da definição de uma teoria do valor, nos princípios de generalidade de descrição, na abstração da postura. Para ele [Saussure] o sistema é a expressão da construção de uma postura abstrata, conceitual, pois um sistema não se observa, no entanto, cada elemento linguístico depende dele. (DOSSE, 2007a, p. 87)

A presença do caráter sistemático enrobustecido pela noção de *valor* que Saussure atribuiu à caracterização da língua é flagrante nas pesquisas em semântica linguística, além da

⁹ “A língua é um sistema que só conhece sua própria ordem.” (BENVENISTE, 1962/2005b, p. 98).

presença de outros conceitos específicos como *língua, fala, relação*. Segundo comentadores do trabalho saussuriano sobre a linguagem (PÉTROFF, 2004; DUCROT, 2006; BADIR, 2001; CULLER, 1979; BOUQUET, 2000, BENVENISTE, 1962/2005b), há uma prevalência do sistema sobre os elementos que o compõem. Nesse sentido, a análise deve partir do todo – sistema/língua – e das relações entre os seus componentes, para que, por fim, se possa definir cada unidade que faz parte do sistema, o signo¹⁰.

Nesse momento, poder-se-ia perguntar como observamos a presença de Saussure na ANL?

O próprio Ducrot admite a presença de Saussure nos seus trabalhos, ainda que em alguns momentos reconheça que muitas das afirmações que faz possam ser caracterizadas como antissaussurianas. Para ele, o princípio que lhe foi mais útil é a oposição *língua*, vista como um construto teórico, e *fala*, entendida como um conjunto de dados observáveis, além da ideia de que na língua só existem *relações*. Segundo ele,

uma investigação não pode pretender ter um carácter científico, ou ainda simplesmente sério, se não precisa primeiramente qual é seu observável, quais são seus dados, e se não distingue claramente suas construções teóricas de suas observações empíricas. (DUCROT, 1990, p. 182, 183) (tradução nossa)¹¹

O modelo de pesquisa saussuriano centrado na definição do objeto, do observável e do construto teórico é percebido, conforme demonstramos até o momento, no desenvolvimento da ANL por meio da definição das HEs, da delimitação dos fatos observados e tomados para estudo, bem como da construção do modelo teórico de investigação.

1.2.1.1.1 O objeto – língua e fala: opostos ou mutuamente constituídos?

Para Saussure, a definição do objeto em linguística apresenta-se como um problema inicial, pois a linguagem se oferece ao linguista de diferentes modos, permitindo inúmeras abordagens. A partir disso, Saussure (ou os organizadores do CLG – Bally e Sechehaye (1916/2005) afirma(m):

muito antes de o objeto preceder ao ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto, e além disso, nada nos diz de antemão que uma das maneiras de

¹⁰ “O elo que se estabelece entre as coisas pré-existe, nesse domínio, às próprias coisas, e serve para determiná-las” (BENVENISTE, 1963/2005c, p.44)

¹¹ “A mi juicio una investigación no puede pretender tener carácter científico, o aun simplemente serio, si no precisa primero cuál es su observable, cuáles son sus datos, y si no distingue claramente sus construcciones teóricas de sus observaciones empíricas.” (DUCROT, 1990, p. 182, 183)

considerar o fato em questão [os diferentes aspectos elencados pelo linguista para estudo da linguagem] é anterior ou superior às demais. (CLG, 1916/2005, p. 23) (tradução nossa)¹².

Além de Saussure (1916/2005)¹³, cuja preocupação em definir o objeto da ciência linguística já foi mencionada, e Ducrot, que aborda a questão caracterizando-a nos dois estágios do desenvolvimento de uma pesquisa científica, Benveniste também já havia se questionado a respeito do método, da definição e recorte do objeto em linguística. Se trazemos tais considerações e as relacionamos, não é de maneira arbitrária, mas em especial pelo fato de tais autores seguirem uma linha de pensamento que em muitos aspectos se aproxima no fazer teórico particular de cada um deles. Benveniste compartilha da ideia saussuriana da prevalência do ponto de vista sobre o objeto, e afirma que há uma opção preliminar (teórica) que determina a natureza do método e a posição ocupada pelo objeto (BENVENISTE, 1954/2005a). Para ele, a definição do que é o objeto da ciência da linguagem se apresenta cada vez mais de maneira complexa, visto que a língua é descoberta também como um complexo de propriedades cujo método é preciso determinar em razão do que se pretende dizer a seu respeito. Logo, a formulação do método é um problema que acompanha a definição do objeto: um e outro se apresentam enlaçados na pesquisa linguística, pois o resultado depende, inevitavelmente, do adequado tratamento dos dados.

Em Semântica Linguística, a problemática relação dado e método utilizado é encontrada quando tomamos para análise os fatos. Ainda em desenvolvimento, a ANL concentra-se no estudo de enunciados, ou da relação entre dois enunciados, ainda não tendo se dedicado com demora à análise de fragmentos maiores de discurso. Em um discurso, aparecem aspectos mais complexos da atividade de fala, como os enunciativos, a delimitação dos enunciados, e, principalmente, aquilo que faz de um discurso um todo significativo: o imbricamento de seus diferentes níveis de estrutura, como aspectos coesivos e gramaticais, a relação entre palavras, entre enunciados e parágrafos, discursos sempre considerados como um complexo de relações entre pessoas discursivas (locutores, enunciadores, interlocutores) que lhe constituem o sentido tanto quanto a linguagem verbal empregada. Outras questões que

¹² « Bien loin que l'objet précède un point de vue, on dirait que c'est le point de vue qui crée l'objet, et d'ailleurs rien ne nous dit d'avance que l'une de ces manières de considérer le fait en question soit antérieure ou supérieure aux autres. » (CLG, 1916/2005, p. 23).

¹³ Tomamos o Curso de Linguística Geral traduzido e publicado no Brasil como obra de referência para este trabalho, embora em algum momento façamos referência à edição comentada de Tullio de Mauro, aos Escritos de Linguística Geral, e à obra de Starobinski, sobre os Anagramas de Saussure. Sabemos que o conteúdo do CLG não é de autoria do próprio Saussure, mas que se trata de uma compilação de suas ideias feita por seus alunos a partir das notas tomadas nos três cursos ministrados. Ainda assim, atribuímos as citações à Saussure em nosso trabalho por uma questão de referência.

aparecem e para as quais ainda se buscam soluções, como a questão da intertextualidade (ou interdiscursividade¹⁴), do encaixe de enunciações presentes em uma narrativa (narrador, personagens), da modalização, enfim, aspectos do todo complexo que constitui a atividade discursiva, e que, inevitavelmente, podem trazer “ruídos” à execução analítica, de certa maneira, ou obrigar o desenvolvimento de soluções provisórias na tentativa de dar conta de determinado aspecto que se pretende explicar.

Tais considerações estão no centro da delimitação do objeto de estudo que Saussure deu à linguística: a opção preliminar saussuriana pelo estudo da língua (como veremos abaixo) visa exatamente a evitar as dificuldades mencionadas acima, implicadas pela complexa atividade linguística do sujeito falante. A definição do objeto – fenômenos ou aspectos sobre os quais o linguista deve centrar seu estudo – é problemática tendo em vista a natureza da linguagem: sendo ela um todo de múltiplas facetas (um aglomerado de ideias heteróclitas, nas palavras de Saussure), escolher qual lado e a qual problema se dedicará o teórico é uma questão de difícil precisão. É nesse sentido que Saussure escolhe tomar como objeto de estudo a *língua*, em detrimento da *fala*. Para ele, a *língua* tem as seguintes características (SAUSSURE, 1916/2006; DUCROT; SHAEFFER 1995):

- A língua é um produto social da faculdade da linguagem, o que significa que é exterior ao homem; estar no domínio social significa ser compartilhada, dessa forma, está o homem impedido de atuar sobre ela e modificá-la. Ela existe como uma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade, um conjunto de convenções adotadas pelo corpo social, que permite o exercício dessa faculdade nos indivíduos, o que autoriza a descrição por meio de regras relativamente estáveis e fixas. A língua é passiva, toda a atividade ligada à linguagem pertence à fala, caracterizada como individual.
- De natureza homogênea, a língua é um todo em si e um princípio passível de classificação, composto por um sistema de signos que têm em comum a união, através de um laço arbitrário, entre um significado (conceito) e um significante (imagem acústica), a língua é forma, não substância; a fala é a utilização, o colocar em funcionamento o código linguístico pelos sujeitos falantes.
- A língua, distinta da fala, é um objeto que se pode estudar separadamente. No tocante à fala, outros aspectos encontram-se imbricados, como elementos de natureza psicológica, individual, social que lhe conferem instabilidade, em oposição à

¹⁴ Atual tema estudado pelo grupo de pesquisa de mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos do Núcleo de Estudos do Discurso do PPGL da PUCRS, coordenado pela Prof. Dr. Leci Borges Barbisan.

estabilidade dos signos, reproduzidos pelos falantes não de maneira idêntica, mas geralmente muito próxima.

Tendo em vista tais atributos, a definição da língua como objeto da linguística se justifica, pois o objetivo é ter um objeto homogêneo, estável, que constitua um todo em si, com um sistema interno fechado, uma inteligibilidade intrínseca que comporte um princípio de classificação, que explique o dado empírico. Na verdade, é preciso admitir que a opção por estudar a língua não é um ponto de partida, mas sim, um ponto de chegada, pois ela é a descoberta realizada, é aquilo ao qual Saussure chegou após a análise dos dados de fala, ela é construto teórico. É importante ressaltar que o linguista não nega a possibilidade de se estudar a fala, e destaca que a separação que opera entre língua e fala para determinar o objeto da linguística é apenas de natureza metodológica. Segundo ele, a língua é essencial para o exercício da fala, no entanto, esta é indispensável para o estabelecimento daquela e, historicamente, a fala sempre vem antes da língua (CLG, 1916/2006, p. 27). Para se chegar ao construto teórico, é preciso partir do dado, que é a fala, sendo a língua aquilo que possibilita a fala, ela é a revelação do mecanismo escondido que produz de modo natural o fato observado. O que motivou a exclusão da fala do objeto da linguística são suas características, em especial por suas manifestações serem *individuais e momentâneas*.

As teorias enunciativas, e aqui nos referimos tanto a Émile Benveniste, como a Oswald Ducrot, apagam essa oposição que Saussure teria impresso à *língua* e à *fala*, tomando como objeto de estudo justamente o uso da língua, Benveniste com relação ao processo enunciativo e Ducrot com relação ao produto da enunciação. Não é surpreendente que a presença de Saussure seja encontrada em ambos os teóricos mencionados, e que a presença da enunciação seja flagrante na teoria semântica de Ducrot. Tal apagamento da oposição língua/fala encontra embasamento em Saussure (2002), cujos escritos trazem uma *nota sobre o discurso*, na qual ele reconhece que

a língua não é criada senão em vista do discurso(...). O discurso consiste (...) em afirmar um laço entre dois conceitos que se apresentam revestidos da forma linguística, enquanto a língua não faz senão realizar conceitos isolados, que esperam ser colocados em relação entre si para que haja significação de pensamento. (SAUSSURE, 2002, p. 277)¹⁵

¹⁵ « La langue n'est créée qu'en vue du discours (...). Le discours consiste (...) à affirmer un lien entre deux des concepts qui se présentent revêtus de la forme linguistique, pendant que la langue ne fait préalablement que réaliser des concepts isolés, qui attendent d'être mise en rapport entre eux pour qu'il y ait signification de pensée. » (SAUSSURE, 2002, P. 277).

Se, por um lado, rios de tinta correram em direção a uma crítica à postura adotada por Saussure na escolha do objeto das pesquisas em linguística (opção mal interpretada, seja pelos organizadores do *Cours* ou até mesmo pelos seus leitores), por outro lado, com a descoberta de seus *Escritos*, tornou-se claro que tal afirmação não deveria ser levada a seus extremos, e que a linguística da língua nunca dispensou, nem para Saussure, nem para Ducrot, a linguística da fala.

A respeito desse excerto de Saussure, Starobinsky (1974) questiona a posição saussuriana da anterioridade da fala em relação à língua, ou da língua em relação à fala. Para ele, Saussure trata a língua, construto teórico, como algo material, cuja existência seria independente da própria atividade que autoriza. Uma vez postulada sua existência, todos os discursos seriam fruto da materialidade do construto teórico. Seu argumento para sustentar tal ideia é que Saussure coloca os conceitos como “revestidos de forma linguística”. Nossa posição não acompanha a de Starobinsky, pois a justificativa para que à língua seja atribuída a característica formal é consequência da sua natureza, por ser fruto de um ponto de vista. Não se trata de uma questão de anterioridade entre língua e fala, mas de resultado de uma postura teórica e metodológica adotada. Isolar para estudo apenas a língua representa uma exclusão do sujeito falante, que seria um elemento complicador.

Ducrot (1980a, 1987a) engaja-se no posicionamento que sustenta a ligação entre língua e fala ao definir sua hipótese externa como *os sujeitos falantes de uma língua são capazes de atribuir sentido aos enunciados produzidos diante deles* e como fato observado *como os falantes de uma língua interpretam as frases dessa língua em seu uso*. Tomados os termos *frase*, *enunciado* em suas acepções teóricas, aquela como construto teórico, e este como realização das frases da língua, Ducrot tem como objetivo partir do dado, ou seja, da atribuição de sentido aos enunciados pelos falantes de uma língua para construir o mecanismo que explicará como o fato acontece, cujo movimento analítico acontece do dado para o teórico. No entanto, Ducrot não se limita a construir conceitos que visem representar o uso da língua. Esses conceitos criados a partir da observação dos fatos são utilizados no movimento em sentido contrário, aplicados novamente ao dado para, desta vez, explicá-lo.

Tal postura é revelada no primeiro capítulo da obra *Les mots du discours* (1980a), no qual o autor discute a relação entre a linguística e a análise de textos. Ducrot considera a análise de textos e a linguística como uma via de duas mãos indissociáveis, na medida em que a linguística é uma fonte de hipóteses que ajuda a refazer o percurso delineado pelo locutor (produtor do discurso enquanto ser de fala), desvendando as estratégias impostas por este ao seu destinatário para a interpretação do seu discurso: “a linguística que pode servir para a

análise de textos é somente uma linguística que se serve da análise de textos” (DUCROT, 1980a, p. 07) (tradução nossa)¹⁶. Assim, a análise de textos ajuda a explicar a língua, e a linguística ajuda a explicar o seu uso, uma vez que fornece as ferramentas para sua descrição, explicação e compreensão.

Além disso, (e não entraremos profundamente na questão, pois julgamos que o momento ainda não é o adequado) a composição dos elementos da língua enquanto construto teórico, que são as *frases*, é dada pela *instrução*, responsável pela ligação entre o dado e o teórico, desfazendo, conforme dissemos, a *oposição* afirmada em outros momentos do desenvolvimento da ciência da linguagem entre a *língua* e a *fala*.

Ducrot (1992) retoma a oposição encontrada em Saussure (e presente em outros teóricos) entre *objeto real* e *objeto do conhecimento*: aquele caracterizado como a *matéria*, encontrada a partir da observação, e o objeto construído para dar conta dela. Essa é a primeira ligação entre os dois teóricos, pois a língua é caracterizada como um construto teórico, aquilo que visa à explicação do dado. Tomadas as características mencionadas acima, atribuídas à língua, nos deteremos naquilo que particularmente a caracteriza como um sistema de signos. É comum os trabalhos que tratam do sistema linguístico de Saussure iniciarem seus comentários pela definição do que é signo. No entanto, conforme pudemos perceber nos trabalhos já mencionados, realizados por estudiosos da obra de Saussure, o sistema prevalece em relação à unidade que o compõe, devendo-se tomar o todo como ponto de partida. A pergunta a ser feita é: como podemos saber o que é o *um* se não sabemos a que todo ele pertence?

Sabemos que esse sistema é *forma* e não *substância*, pois o objeto, que depende constantemente do ponto de vista, é sempre provisório e variável, e a substância, por sua vez, é dada *a priori*, algo que existe independente do observador. Mais precisamente, a língua é definida como um *sistema de valores*, não absoluto, visto que ele não é determinado pela matéria que o constitui porque ele não possui senão forma.

Considerar a língua como um sistema de valores, em que todos os elementos aguardam a sua definição pela relação que estabelece ligações entre esses elementos, é colocar a própria noção de valor como anterior à definição do elemento. Dizer de início o que é o signo é colocar o valor como um elemento relativo, decorrente da relação entre os signos do sistema. O que se pretende com a anterioridade do todo sobre a unidade é exatamente isso,

¹⁶ « La linguistique qui peut servir l’analyse des textes, c’est seulement une linguistique qui se sert de l’analyse de testex. » (DUCROT, 1980a, p. 07)

evitar que às palavras seja atribuído um valor absoluto. O que impede que existam valores absolutos é que as relações são determinantes sobre o signo.

O todo é formado por partes, que são solidárias nas suas relações. A parte é uma reprodução, em escala menor, do que é o sistema. O signo, formado pelo significante e pelo significado, reproduz a mesma ordem encontrada no sistema que o abarca, pois, isolados, significante e significado nada constituem, o que autoriza Pétróff (2004) a assemelhá-los à composição da molécula de água, na qual os dois átomos de hidrogênio e o átomo de oxigênio separados em nada lembram aquilo no qual resultam quando unidos. A esse respeito, há a seguinte afirmação no CLG (1916/2006, p. 22) “toda definição a propósito de um termo é vã, é um mau método partir dos termos para definir as coisas”.

Nesse aspecto, Ducrot retoma a caracterização, dada por Saussure, para um termo segundo a cadeia sintagmática; para Saussure, “colocado num sintagma, um termo só adquire seu valor porque se opõe ao que precede, ao que segue, ou a ambos” (CLG, 1916/2006, p. 142). Veremos, a seguir, que os termos que compõem a língua para Ducrot são frases, sintagmas prontos para serem colocados em relação com os demais sintagmas da língua, com uma significação determinada apenas de modo geral.

A partir do que expomos, vimos que a) as relações entre os termos que formam o sistema linguístico e, conseqüentemente, o próprio sistema são anteriores aos termos que o compõem; há uma anterioridade do sistema em relação aos termos, é preciso partir do todo e das relações que esse todo comporta para que sejam definidas e caracterizadas suas partes; b) tais relações mencionadas são aquelas ditas sintagmáticas, que acontecem no eixo horizontal, caracterizando o signo pelas suas possibilidades combinatórias, e pelas relações paradigmáticas, no eixo vertical, que representam as relações *in absentia*, ou as associações existentes entre um signo e os demais, sendo elas de diferentes naturezas (de natureza semântica, pelo campo semântico em que se inserem, de natureza formal, pela classe gramatical a que pertencem, etc); e c) essas relações que definem os termos ocorrem no sistema, entre os próprios termos e internamente ao signo, entre significante e significado.

Na ANL, esses três aspectos não aparecem na sua definição de língua, pois há um deslocamento do conceito, sendo mantida a distinção metodológica que opera na conceituação de língua em Saussure. Para Ducrot, o construto teórico língua, definido como um conjunto de frases, tem por função prever e explicar o sentido dos enunciados produzidos pelos locutores falantes dessa língua. A noção de valor, apontada por Saussure como constitutiva dos termos que compõem o sistema, aparece de modo muito mais claro na ANL quando Ducrot trata do uso da língua, cujo sentido pretende explicar visando sempre as relações que

um termo tem com outro de mesma natureza. Isso coloca as relações sintagmáticas no centro da descrição e explicação que pretende desenvolver, pois os enunciados, ou até mesmo as palavras, nunca são analisadas de modo isolado, mas como já afirmamos, sempre observando suas relações. Quanto às relações paradigmáticas, podem estar presentes naquilo que opera o conceito de *orientação argumentativa*, do qual trataremos na seção **1.2.2**, e nas relações polifônicas, que constituiriam discursos *in absentia*, presentes apenas de modo virtual.

1.2.1.1.2 O valor e a relação

Do que se trata exatamente quando falamos que o sistema linguístico é essencialmente relativo, e que suas entidades, da mesma forma, possuem um caráter relacional?

São essas relações que definem aquilo que Saussure chama *valor*. Após serem analisadas as associações possíveis em um sistema de valores é que podemos chegar ao termo, definir a associação entre significante e significado. O valor, portanto, constitutivo do signo, é o resultado do cruzamento dos dois eixos, sintagmático e paradigmático, bem como da relação entre seus constituintes, o significante e o significado.

O valor de um signo, para Saussure definido como um elemento da significação que com ele se confunde apesar de dele depender, é aproximado do seu significado por alguns autores como Pétroff (2004). No entanto, esta é uma questão bastante discutida (e discutível) à qual não gostaríamos de nos engajar no momento. O que é certo é que o valor lhe determina o caráter: para Benveniste, (1963/2005c, p. 45) “quanto mais penetrarmos no mecanismo da significação, melhor veremos que as coisas não significam em razão do seu *serem-isso* substancial, mas em virtude de traços formais que as distinguem”.

A noção de valor, portanto, mostra a prevalência do sistema sobre o signo, e que a união entre o significante e o significado não é nada que se possa determinar antes de analisar suas relações com os demais signos, que são seus limitadores no horizonte do sentido. Tomar a união do significante e significado como primeira em relação ao todo ao qual pertence implicaria duas contradições: a primeira seria declarar o signo como anterior ao sistema e, com isso, atribuir-lhe um caráter independente e uma existência própria; seria admitir que o sistema resulta do signo em vez de criá-lo. Não podemos esquecer que o signo é forma, e não substância, ele é resultado de um ponto de vista, portanto não é algo observável *a priori*, mas o resultado de uma observação, o que impede que sua existência seja dada como anterior ao sistema ao qual pertence. A segunda contradição é que a própria noção de sistema seria desfeita, pois o sistema é caracterizado como aquilo que regula, organiza, define e engendra

seus elementos constitutivos por meio das relações entre os dois eixos paradigmático e sintagmático. Para Benveniste (1963/2005e, p. 23), “as entidades linguísticas não se deixam determinar senão no interior do sistema que as organiza e as domina, umas em relação às outras. Não têm valor a não ser como elementos de uma estrutura”.

A noção de *valor* é o que existe de mais instigante na obra de Saussure. É possível encontrar inúmeros trabalhos que se dedicam especialmente a esse conceito e a sua importância para a determinação não só do que é o sistema da língua segundo esta concepção teórica, mas também como inspirador de muitos outros trabalhos, resultando num elemento primordial para quem deseja realizar uma descrição linguística a partir de bases saussurianas, como é o caso da ANL.

No entanto, a ideia de que as coisas se constituem a partir das suas relações mútuas é muito mais antiga do que se possa imaginar. Ela é encontrada em Platão, em especial na sua obra *O Sofista*, referenciado no início deste capítulo, sob o conceito de *alteridade*. Um dos aspectos da originalidade da teoria saussuriana do sistema linguístico assenta-se sobre isso: tomar da filosofia o conceito de alteridade e trazê-lo para um campo com investigações ainda em processo de formação, que seguia uma tradição filológica e gramatical, com foco na diacronia e na comparação entre as línguas. O corte sincrônico proposto por Saussure toma a língua num estado atemporal, no sentido de que o que importa não são exatamente os processos que transformaram a língua no que ela é, mas o que ela é em dado momento. A transposição do conceito de alteridade do campo da filosofia para a linguística tem como consequência a conceituação da língua como um sistema cujos termos estão em dependência dos demais para sua definição, a diferença pela oposição negativa, imanência da língua com relação a ela mesma, ou, como diria Saussure, uma “profunda originalidade da ordem linguística”, tal como se observa na conceituação platoniana dos *Gêneros Supremos*, aos quais nos dedicaremos logo mais.

A noção de valor, que emana das relações do sistema, é o que está no centro da definição dos termos de modo geral, e também na definição do próprio termo, visto ser o signo fruto da relação arbitrária entre o significante e o significado. Uma vez que a definição dos termos acontece pelas relações mútuas com seus pares, o valor de um segmento da língua não pode basear-se senão em sua não coincidência com o resto (CLG, 1916/2006, p. 137), e não em sua oposição com elementos de uma ordem que não lhe seja homogênea. Os termos do sistema não se delimitam senão em relação aos seus pares, colocando aí a ideia de que a língua não é referencial, não é um espelho do mundo, uma nomenclatura ou a representação

de ideias ou conceitos, mas o resultado de uma série de oposições de seus elementos, que se definem mutuamente pelas suas relações.

A analogia feita por Saussure do sistema linguístico ao jogo de xadrez vem ilustrar de modo claro a prevalência do valor sobre o termo: para ele, o jogo de xadrez encontra-se dessa forma emoldurado pela combinação de suas peças, de modo que se poderia substituir uma torre por qualquer outro objeto sem que a sistemática do jogo fosse prejudicada, desde que se mantivesse sua função. Do mesmo modo a língua tem seus elementos baseados na oposição das suas unidades, sendo sua delimitação algo tão sutil que é possível questionar-se se as entidades existem de fato (CLG, 1916/2006, p. 124). Tal é a importância das relações no sistema sobre o elemento unitário, que uma única modificação em um termo poderia afetar o sistema inteiro, como um movimento em cascata, visto que a alteração do elemento também provoca alteração nas relações que empreende com os demais termos na língua.

Essa observação nos mostra que o papel do termo não é irrelevante, pois ele também é capaz de atuar na constituição do sistema. O importante é ter em mente que as relações são em formato de vai e vem, do todo ao signo e do signo ao todo. Isso também se observa na relação língua e fala da ANL, pela qual os termos do enunciado fornecem os dados para a descrição da língua, e esta, por sua vez, ajuda a explicar os dados.

Esses aspectos são amplamente encontrados na ANL: para Ducrot (2006), o sentido não pode ser expresso senão por meio de palavras. Em entrevista a Heronides Moura (1998), Ducrot afirma:

retomo de Saussure esta ideia que você [Heronides] evocou, segundo a qual as palavras não podem ser definidas senão pelas próprias palavras, e não em relação ao mundo, ou em relação ao pensamento. A diferença entre o meu trabalho e o de Saussure é que não defino, propriamente falando, as palavras em relação a outras palavras, mas em relação a outros discursos. O que eu tento construir seria então uma espécie de estruturalismo do discurso. (MOURA, 1998)

Incorporando esse traço saussuriano, Ducrot traz para sua teoria o encerramento da língua em si mesma, do mesmo modo que Saussure, por acreditar que ela não refere o universo que lhe é exterior; bem como se opõe ao cognitivismo lógico ou psicológico, pois as palavras não isolam ideias, conceitos ou pensamentos que lhes são associados, elas apenas evocam representações que lhe são constitutivas.

Quanto ao paradoxo saussuriano do signo, ele nos diz que o signo, entidade “puramente relacional”, tem seu valor definido de duas maneiras: por um lado, é fruto do laço arbitrário que une significante e significado, e por outro é decorrente da relação com os demais signos do sistema; por um lado, o significado é a contraparte da imagem auditiva, por

outro é a contraparte dos outros signos da língua. O *paradoxo saussuriano do signo*, muito bem levantado por Ducrot (2006), demonstra a veia de entrada dos preceitos saussurianos nos conceitos da ANL, pela noção de interdependência semântica, bem como as chamadas *argumentações externa e interna*, que constituem modos de uma entidade relacionar-se com outras por meio de discursos.

1.2.1.2 As relações entre Platão, Saussure e Ducrot

Preocupado em definir o que seriam os Sofistas – rotulados por muitos como os “charlatões” da Grécia antiga, cujas capacidades intelectuais versavam sobre os mais diferentes temas, sendo, por isso, acusados de não terem preocupação com relação à verdade e de usar muito mais da retórica do que do conhecimento para seus ensinamentos – Platão faz uma incursão em um universo de definições para essa classe no diálogo do Estrangeiro com o jovem Teeto, na obra *O Sofista*. É importante atentar, e os comentadores da obra platoniana do *Sofista* ressaltam (CORDERO, 1993; CHAMBRY, 1969, PAVIANI, 2001) que o mote da obra não é propriamente a definição do que seriam o Sofista, o Político e o Filósofo, mas sim apresentar sua tese sobre o *não-ser*, em oposição à tese de Parmênides sobre o *ser*. A comparação entre esses três personagens é frutífera na medida em que ao se caracterizar um, definem-se as características dos demais. É sob as dualidades *ser/parecer*, *original/cópia*, *verdadeiro/falso* que os três emergem e imergem na superfície da sua conceituação.

Não nos deteremos profundamente na questão implicada entre o *ser*¹⁷ parmenidiano e o *ser/não-ser* platoniano, pois nosso objetivo aqui é apenas um: mostrar como a noção de alteridade está presente nas teorias linguísticas que abordamos neste trabalho, por meio do conceito de *valor*. A questão, no entanto, é complexa, e não temos a pretensão de esgotá-la, apenas iniciar uma reflexão que poderá sofrer reviravoltas no futuro, com seu amadurecimento.

Para Parmênides, o *ser* é e não pode não ser, ou seja, ele nega a existência do *não-ser* (fazemos referência aqui ao segundo significado consagrado ao *ser* por Abbagnano (2000), o da existência). No entanto, esta definição do *ser* parmenidiano entra em contradição, pois afirmar o que quer que seja sobre o *não-ser*, mesmo que essa afirmação seja dizer que ele não

¹⁷ A noção de *Ser* é aqui entendida de duas formas, segundo as definições de Abbagnano (2000) do verbete *Ser*: Segundo o *significado predicativo*, ser é entendido *grosso modo* como quando se diz alguma coisa de algo, como por exemplo *O homem é bom*, segundo o qual predica-se a noção de bondade ao homem. O segundo significado é o *significado existencial*, pelo qual quando dizemos que algo “é”, estamos afirmando sua existência. Por exemplo, *O homem é* afirma a existência do homem.

existe, é admitir, paradoxalmente, sua existência. O *ser*, desse modo, é caracterizado como positivo, cuja negação é inconcebível, contrariamente à definição de Platão, que afirma que o *ser* não é, e lhe caracteriza pelo aspecto negativo. É esse segundo conceito de *ser* que encontraremos nas teorias linguísticas que abordamos neste trabalho, pelo qual as palavras se definem pelas suas oposições, e por aquilo que elas não são.

Para Platão, (CORDERO, 1993, p. 39) o *ser* e o *não-ser* formam os dois lados de uma medalha, um não existe sem o outro, eles são reciprocamente constituídos. Noção semelhante é encontrada no CLG, quando da sua definição de signo como uma folha de papel, segundo a qual o verso e o anverso são formados pelo significante e significado (CLG, 1916/2006, p. 131): tanto na dualidade *ser/não-ser* platoniana quanto na dualidade do signo *significante/significado* é impossível produzir um corte em que essas duas faces possam ser dissociadas, ao mesmo tempo que cortamos um, automaticamente o outro acaba recortado.

A dualidade dos lados pode ser também outra, a interior versus exterior, segundo a qual o lado interno é o que olha para dentro das coisas e o limitador é o seu exterior, que contata com as demais coisas. Segundo Cordero (1993), o lado externo é denominado por Platão como “a região do outro”, fazendo aparecer a dualidade *ser/não-ser* na relação interno versus externo, sendo o interior aquilo que cada coisa é por oposição ao seu exterior, que, por sua vez representa tudo aquilo que cada coisa não é. Logo, voltamos para a noção de sistema saussuriano, segundo o qual o signo só é em relação aos demais, o seu interior é limitado pelo seu exterior, pelos demais elementos da língua, seu *valor* decorre da relação *dentro/fora*. É isso que faz com que cada coisa seja algo idêntica a ela mesma, mas *diferente* das demais, que não seja somente o que ela é, mas que seja diferente das demais que evoca. Cordero (1993) expressa tais noções com precisão

A região “exterior”, outra, diferente, é constituída, em relação a cada coisa, por tudo o que ela não é. Não se trata de uma classe vazia, nem de pura negação. Ela é, ao contrário, mais “povoada” que aquela da coisa a definir. Cada coisa é aquilo que ela é (...) mas não é todas as outras coisas, as quais o número é certamente infinito. Esse domínio, em relação a cada coisa, é o não-ser. (CORDERO, 1993, p. 54), (tradução nossa).¹⁸

A dualidade *ser/não-ser* é ela própria o limite do ser e o início do não-ser: não há a necessidade de afirmar que algo é se tudo é, se não existe uma oposição ou uma descontinuidade entre dois elementos. Se tudo é, o *ser* é um continuum que não tem seus

¹⁸ « La région ‘extérieure’, autre, différent, est constitué, par rapport à chaque chose, par tout ce qu’elle n’est pas. Il ne s’agit pas d’une classe vide, ni d’un pur néant. Chaque chose est celle qu’elle est (...) mais n’est pas toutes les autres choses, dont le nombre est très certainement infini. Ce domaine, par rapport à chaque chose, est le non-être. »

limites definidos, ele *é* infinitamente e de modo absoluto. No entanto, a introdução do *não-ser* mostra-se como constitutiva do *ser*, e dizemos *constitutiva* pois ambos limitam seus horizontes reciprocamente, e ambos participam da natureza das coisas.

O ser, que escapa também à “coisificação”, torna-se verdadeira potencialidade, que leva as realidades a se misturar, e é graças a essa “mistura” que as coisas são. É nessa possibilidade de comunicação com outras realidades que cada coisa constitui sua essência: toda coisa é, de fato, a mesma que ela mesma e diferente das outras; aí estão seus limites, isto é, sua essência (CORDERO, 1993, p. 25) (tradução nossa)¹⁹

É graças à existência e a sua capacidade de se comunicar com as demais que as coisas apresentam um elo que as relaciona e que as tira do isolamento. A introdução do *não-ser* na essência de cada coisa permite que as demais participem da sua constituição, e que identidade e diferença transformem-se em princípios que circulam pela natureza de tudo o que existe. Platão toma como exemplo a imagem: a imagem é idêntica a ela mesma, no entanto, é diferente daquilo que copia, e ainda que seja o mesmo, é, também, outro. É dessa forma que o *não-ser* é aproximado da negação, e que esta, por último, se reduz à diferença. “Dizer que uma coisa não é é dizer que ela é diferente de outra.” (CORDERO, 1993, p. 26) (tradução nossa)²⁰

A ideia de que a realidade seja constituída por oposições está muito mais presente na nossa relação com o mundo do que podemos imaginar. Estamos acostumados a opor o bem ao mal, o feio ao bonito, o grande ao pequeno, o próximo ao distante, e, até mesmo, coisas que, se analisadas com detalhe, seu aparente antagonismo está muito mais na diferença do que na oposição, como as cores, em especial o branco e o preto. A esse respeito, a noção de alteridade vem nos mostrar que é possível, desde as coisas mais banais com as quais nos relacionamos no dia a dia, perceber que as noções não são absolutas, mas sempre relativas: como dizer de algo que é grande de modo absoluto, se não temos como referência algo que seja pequeno²¹? Só podemos dizer de algo que ele é X ou Y (e aqui nos referimos à segunda noção atribuída a *ser*, a da predicação) se dizemos que ela é em relação a outra coisa. Essa é uma das fraquezas apontadas por Cordero (1993) a respeito do trabalho de Platão sobre o *não-ser*. Sem que pudesse se dar conta, o autor estaria caracterizando um *não-ser* não de modo absoluto, tal como o *ser*, mas de modo sempre relativo: aquilo que não é não o é em relação a

¹⁹ « L'être, qui échappe aussi à la chosification, devient une véritable puissance qui amène les réalités à se mélanger, et c'est grâce à ce mélange que les choses sont. C'est dans cette possibilité de communication avec d'autres réalités que chaque chose arrive à constituer son essence : toute chose est, en effet, la Même qu'elle même, et différente des autres ; voilà ses limites, c'est à dire, son essence. » (CORDERO, 1993, p. 25)

²⁰ « Dire qu'une chose n'est pas, c'est dire qu'elle n'est que différente d'une autre .» (CORDERO, 1993, p.26)

²¹ A respeito da comparação sugerimos VOGT, Carlos. **O intervalo semântico**. São Paulo: Ática, 1977.

outra coisa. Essa questão, no entanto, não diz respeito à alçada desta tese, e não queremos tomar partido dela. Para nós, o importante é ver na linguagem que a participação do *não-ser* está exatamente no centro da definição da noção de valor, tanto em Saussure, quanto em Ducrot, e, até mesmo na teoria enunciativa de Benveniste.

Ducrot, em seu trabalho sobre as escalas argumentativas (1980b), acrescenta que as oposições extremas estão entremeadas por graus, e a linguagem permite expressá-los de muitas maneiras²². A alteridade nos ensina, portanto, que, assim como na vida comum tomamos todas as realidades que nos rodeiam como um conjunto de relações, do mesmo modo a linguagem se entrelaça dessa forma, pela sua potencialidade de se relacionar, já presente na sua própria essência. Como defendeu Platão, o *ser* é potencialidade de comunicação com as demais Formas da realidade, e como o *ser* participa de todas as Formas, pois todas elas *são*, todas estão dotadas da capacidade de empreender uma ligação com as demais. “Digo que o que possui naturalmente uma potencialidade qualquer, seja de agir sobre qualquer outra coisa, seja de sofrer uma ação, por menor que seja e do agente mais insignificante, e ainda que uma só vez, tudo isso é um ser real” (Sofista, 247e)²³ (tradução nossa)²⁴. Para Platão, a potencialidade de se comunicar com as demais formas dá-se de dois modos, portanto, seja pela capacidade de sofrer uma ação, ou de agir sobre algo. Na linguagem, essa potencialidade não se expressa pela capacidade de agir ou sofrer ação, mas pela potencialidade de uma entidade combinar-se com outra ou a ela se opor, seja na cadeia sintagmática, seja na cadeia paradigmática, e dessa potencialidade nasce seu valor.

Ao introduzir o *não-ser*, representado pelo *Outro*, bem como o *Mesmo*, entre as Formas já determinadas, quais sejam, o *Movimento*, o *Repouso*, e o *Ser*, Platão demonstra, finalmente, como identidade e diferença participam da natureza das coisas, fazendo-as *ser* e *não ser* ao mesmo tempo. Célebre é a citação que trazemos do *Sofista*: “E nós diremos que ela [a forma Outro] penetrou em todas as formas, pois cada uma em particular é outra que as outras, não por sua própria natureza, mas porque ela participa da ideia do outro.” (O Sofista, 255e) (tradução nossa)²⁵. Para Paviani (2001), a diferença, ou o que Platão chama *Outro* é

²² Ver também DUCROT, Oswald. Los efectos semánticos de las operaciones sintácticas. In.: CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. **La Semántica Argumentativa**: una introducción a la teoría de los bloques semánticos. Buenos Aires: Colihue, 2005, no qual Ducrot aborda a gradualidade expressa pela adição de *demasiado*, *muito* e *um pouco* a expressões da língua e as explica segundo a TBS.

²³ Usamos neste trabalho a edição francesa do *Sofista*: PLATON. **Sophiste – Politique – Philèbe – Timée – Critias**. Édition établie par Émile Chambry. Paris: Flammarion, 1969.

²⁴ « Je dis que ce qui possède naturellement une puissance quelconque soit d’agir sur n’importe quelle autre chose, soit de subir l’action, si petite qu’elle soit, de l’agent le plus insignifiant, et ne fût-ce qu’une seule fois, tout ce qui la possède est un être réel. » (Sofista, 247e).

²⁵ « Et nous dirons qu’elle a pénétré dans toutes les formes car chacune en particulier est autre que les autres, non point par sa propre nature, mais parce que’elle participe à l’idée de l’autre » (Le Sophiste, 255e).

aproximada à *alteridade*, e a identidade é aproximada ao *Mesmo*. Para ele, o *ser* é múltiplo, é repouso e movimento, enquanto o *não-ser* é infinito: identidade e diferença, dois princípios supremos que diferenciam as coisas umas das outras.

Com a participação do *Outro* nas Formas, ou, se preferirmos ampliar a noção, na realidade de maneira geral, encontramos não uma oposição, mas uma diferença: “a oposição da natureza de uma parte do outro e da natureza do ser, dada a contraposição das duas, não tem menos existência, se assim posso expressar-me, do que o próprio ser, pois ela não indica absolutamente o contrário do ser, porém algo diferente dele” (O Sofista, 258b) (tradução nossa)²⁶, e ainda “quando enunciamos o não-ser, não dizemos, ao que parece, qualquer coisa contrária ao ser, mas apenas outra coisa qualquer que não o ser.” (O Sofista, 257b)²⁷. Portanto, em cada realidade há uma mistura de ser e de não-ser, pois cada coisa é em oposição às demais coisas que não são. Chambry (1979), no entanto, atenta para a potencialidade de comunicação entre as realidades, dizendo que algumas são passíveis de se misturar com as demais, enquanto outras se recusam a tal comunicação, como as letras em um discurso. Isso faz sentido quando se trata das Formas platonianas, pois *Movimento* e *Repouso* são os dois elementos que não se misturam, visto que se opõem justamente pela presença do *Outro* em cada um deles. Caso sua comunicação fosse possível, a diferença deixaria de existir.

Na ANL, a restrição existente na comunicação apresentada para as Formas Platonianas aparece no conceito de *orientação argumentativa*, segundo o qual o sentido de uma palavra ou expressão orienta para que se encadeiem nela determinadas continuações, impedindo outras; apenas alguns tipos *Outro* de determinados sentidos podem constituí-la

No que diz respeito ao conceito de *valor* na obra saussuriana, as características que o definem são muito semelhantes àquelas que encontramos no sentido de alteridade. Segundo Pétroff (2004, p. 192), “um valor designa alguma coisa que ele define aparentemente, mas ele é sempre o resultado de um jogo de combinações no interior do próprio sistema (...). Tudo é relativo sem que se possa jamais encontrar algo dado, ‘positivo’, tudo é negativo e diferencial” (tradução nossa)²⁸.

A definição pela oposição de caráter negativo e diferencial que aparece na caracterização das formas é a transposição da forma *Outro*, ou do *não-ser* platoniano para a

²⁶ « L’opposition de la nature d’une partie de l’autre et de la nature de l’être, quand ils sont opposés l’un à l’autre, n’a pas, s’il est permis de le dire, moins d’existence que l’être lui-même ; car c’est n’est pas le contraire de l’être qu’elle exprime, c’est seulement autre chose que lui. » (Le Sophiste, 258b)

²⁷ « Quand nous enonçons le non-être, nous n’énonçons point, ce me semble, quelque chose de contraire à l’être, mais seulement quelque chose d’autre. » (Le Sophiste, 257b)

²⁸ « Une valeur désigne quelque chose qu’elle définit apparemment, mais elle est toujours le résultat d’un jeu de combinaisons à l’intérieur de son propre système. (...) Tout est relatif sans qu’on puisse jamais trouver quelque chose de donné, de ‘ positif’, tout est négatif et différentiel » (PÉTROFF, 2004, p. 192).

linguagem. Se as Formas se definem basicamente pelas suas relações de identidade e diferença, em que todas são as mesmas que elas mesmas, mas outras que as demais, ou seja, uma é o que a outra não é, na língua encontramos essas mesmas oposições. Por meio das relações no sistema, entre os signos, é que se chega à noção de valor, que é, por definição, aquilo que caracteriza o signo linguístico como uma entidade, delimitando seu caráter significativo. O valor de um signo, portanto, não é algo dado *a priori*, mas sempre o resultado da sua relação com os demais, nos dois eixos do sistema, o que reafirma a dominância do sistema sobre seus termos; ele é resultado de um cálculo por meio de inúmeras comparações entre os termos do sistema. Pétróff (2004, p.216/168) afirma “o valor não se acrescenta de alguma maneira ao signo enquanto unidade, ele é a unidade” e “não existe valor em si, absoluto. O que caracteriza todo o sistema de valores é que estes são definidos por sua própria coexistência” (tradução nossa)²⁹. Segundo o CLG (1916/2006)

a ideia de valor nos mostra que é uma grande ilusão considerar um termo simplesmente como a união de certo som com certo conceito. Defini-lo assim seria isolá-lo do sistema do qual faz parte, seria acreditar que é possível começar pelos termos e construir o sistema fazendo a soma deles, quando, pelo contrário, cumpre partir da totalidade solidária para obter, por análise, os elementos que encerra. (CLG, 1916/2006, p. 132)

Tomamos como exemplo o conjunto de cores: não se saberá o significado de verde se antes não o confrontarmos com o amarelo, com o azul ou com o cinza, para que se possa, pelas suas semelhanças e diferenças, assinalar-lhes a distinção. Nesse caso, não podemos dizer o que é o verde se não for em contraposição àquilo em que o difere das demais cores, logo, não podemos dizer nada sobre o que uma coisa parece ser, mas apenas em que ela difere das demais, e isso é o que caracteriza a alteridade. Tal ideia está associada à caracterização do valor no signo de Saussure. Vejamos algumas passagens do CLG nas quais a definição pela diferença aparece.

Quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente **diferenciais**, definidos não positivamente por seus conceitos, mas **negativamente** por suas relações com outros termos do sistema. Sua característica mais exata é **ser o que os outros não são**. (CLG, 1916/2006, p. 136) (grifo nosso).

É evidente (...) que jamais um fragmento de língua poderá basear-se (...) noutra coisa que não seja sua **não-coincidência** com o resto. (CLG, 1916/2006, p. 137) (grifo nosso).

²⁹ « La valeur ne s’ajoute pas en quelque sort au signe en tant qu’unité, c’est elle qui est l’unité. » « Il n’existe pas de valeur en soi, absolue. Ce qui caractérise donc tout système des valeurs, c’est que les valeurs sont définies par leurs coexistence même. » (PÉTROFF, 2004, p. 216/168)

O que caracteriza [os elementos sonoros] não é, como se poderia crer, sua qualidade própria e positiva, mas simplesmente o fato de não se confundirem entre si. Os fonemas são, antes de tudo, entidades **opositivas, relativas e negativas** (CLG, 1916/2006, p. 138) (grifo nosso)

Na língua só existem **diferenças** (...). Na língua há apenas **diferenças** sem termos positivos. Quer se considere o significado, quer o significante, a língua não comporta nem ideias nem sons pré-existentes ao sistema linguístico, mas somente **diferenças conceituais e diferenças fônicas** resultantes desse sistema. O valor de um termo pode modificar-se sem que lhe toque quer no sentido, quer nos sons, unicamente pelo fato de um termo vizinho ter sofrido uma modificação. (CLG, 1916/2006, p.139) (grifo nosso).

Com a citação dessas passagens do CLG, percebemos que termos como *oposição*, *negatividade*, *diferença* são constantes na caracterização de termos da língua, bem como na definição dos seus valores. Tais conceitos remetem abertamente a tudo o que se disse a respeito da alteridade platoniana, e nos parece evidente que negar sua participação na constituição do sistema de valores saussuriano seria descaracterizá-lo, pois tais propriedades – que fizemos questão de destacar – estão na essência de sua definição. Eles é que são responsáveis pelo caráter sistemático que se atribui às pesquisas com bases estruturais.

Como consequência da adoção de um ponto de vista saussuriano, temos o reforço dos laços da imanência da língua, que a coloca no centro de uma descrição não referencial, enrobustecida pela noção de valor, segundo a qual, conforme tudo o que foi dito, os termos se definem mutuamente por relações. Mas isso nos leva além. Para Parmênides, o *não-ser* não existe, tese à qual Platão se opõe frontalmente e a substitui por uma tese oposta, de que o *não-ser* também é, ou seja, é possível falar sobre aquilo que não existe, de realidades nem sempre “reais”, criadas por meio da linguagem. Isso tudo coloca mais uma vez em voga a ideia de que a linguagem não é referencial, pois ela pode versar sobre inúmeros aspectos da realidade e do mundo não real, do *ser* e do *não-ser*. Como consequência, na ANL há a exclusão do sentido literal, pois, segundo Ducrot, não há um sentido pré-determinado nos termos da língua, ele apenas é determinado em parte, pela sua significação. O sentido literal é rejeitado pois dizer de algo o que ele é seria admitir uma certa positividade, o que é contrário ao espírito do valor saussuriano, em que os termos apenas se definem pelas suas oposições negativas e suas diferenças. Dizer que o sentido de P é X ou Y é, de alguma forma, dizer o que ele é, e isso anula qualquer possibilidade de *comunicação* entre os elementos, comunicação que é, ela própria, a responsável pela definição do sentido. Nesse sentido, a definição dada por Ducrot para seu construto teórico língua, como um conjunto de frases é lícita, pois a significação de

tais elementos é dada apenas como um conjunto de instruções ou diretrizes que orientam para qual sentido o interpretante dos enunciados deve ser guiado.

1.2.1.3 As teorias enunciativas, Saussure e a alteridade

Junto dos aspectos saussurianos e platonianos, encontramos também, como marca de uma “teoria de ontem” na ANL, conceitos de teorias enunciativas. Apresentaremos como fundamento apenas a Teoria da Enunciação de Benveniste, no entanto, reconhecemos a participação de outras “enunciações”³⁰ presentes de modo mais sutil na ANL. Assim como em Saussure foi encontrada a marca do *Outro* na definição dos termos, no aspecto enunciativo também é flagrante a participação do *diferente*. Iniciemos com as considerações retiradas do *Dicionário de Filosofia* de Abbagnano (2000), do verbete *Problema do outro*, no qual o autor apresenta as exposições de alguns filósofos a respeito da questão, para quem a relação entre *eu/outro* também é de grande importância.

Abbagnano (2000) cita George Herbert Mead, filósofo americano do século XIX: “o homem só se torna um *eu* na sua experiência na medida em que sua atitude suscita uma atitude correspondente nas relações sociais”, e acrescenta: “neste caso, autoconsciência, ou eu, outra coisa não é senão a atitude generalizada dos outros em relação a nós.” (ABBAGNANO, 2000 p. 737). Para Mead, cujo trabalho foi impactante no campo da sociologia, a dimensão de estruturação do *eu* aparece em oposição ao outro *sociedade*, na medida em que é através das relações desempenhadas junto aos demais membros da coletividade (*outro generalizado*, pelas palavras de Mead) que a individualidade se deixa transparecer.

Rudolf Carnap, também filósofo e com obra desenvolvida posteriormente de Mead, mas que segue um mesmo direcionamento no tocante à relação entre *um* e *outro*, afirma a respeito de *eu* e *tu*::

mesmo a caracterização dos elementos fundamentais do nosso sistema constitutivo, como psicologicamente próprios, i.é., como “psíquicos” e como “meus”, só adquire significado com a constituição dos campos do não-psíquico e do “tu”. (CARNAP *apud* ABBAGNANO, 2000, p. 737).

Na filosofia contemporânea, Jean-Paul Sartre também se destaca ao tratar da questão existencial do sujeito, e afirma

³⁰ Aqui fazemos referência especialmente a Charles Bally, que na sua teoria sobre a Estilística introduz a distinção retirada da filosofia medieval entre *dictum e modus*, aquele fazendo referência à estrutura de sentido frasal e este à atitude do sujeito diante do dito. Esses conceitos são abordados por Ducrot no capítulo chamado *Énonciation et polyphonie chez Charles Bally* em seu livro *Logique, Structure et Énonciation* (1989).

o que, por falta de melhor expressão, chamamos de *cogito* da existência do outro, confunde-se com o meu próprio *cogito*. É preciso que o meu próprio *cogito* me lance fora dele sobre o outro, assim como me lançou fora dele sobre o *em-si*, isto é, não revelando uma existência minha *a priori*, que apontaria igualmente para outro *a priori*, mas descobrindo em mim a presença concreta e indubitável deste ou daquele outro concreto, como já me revelou a minha existência incontestável, contingente e, todavia, necessária e concreta.” (SARTRE *apud* ABBAGNANO 2000, p. 738) (grifos do autor).

Quanto aos dois primeiros autores, suas afirmações parecem ir na direção de um *eu* constituído por um *tu* que lhe é exterior, ou aquilo que Platão chama *a região do outro*. Já para Sartre, o *outro* parece estar intrinsecamente presente no eu, o constituindo não por oposição, mas por composição. Às palavras de Sartre, Abbagnano (2000, p. 738) acrescenta: “a *outra* existência é tal porquanto *não* é minha, de tal modo que a relação interpessoal é uma relação de negação recíproca e só a negação recíproca é a estrutura constitutiva do ser outro” (grifos do autor).

A problemática do outro, conforme vimos, é uma questão antiga. Inicialmente ligada à filosofia, ela passa a integrar os estudos da linguagem, principalmente na linguística contemporânea: chega ao campo da linguística com Saussure, em aspectos que dizem respeito à língua enquanto sistema, e nas Teorias Enunciativas, sendo tratada não mais como um *outro* relativo ao *não-ser*, a algo genérico que se opõe e constitui os elementos de um sistema de modo geral, mas como um *outro* com o qual se relaciona o sujeito falante, pois o *sujeito* passa a ser visto também como um problema de linguagem.

Benveniste é precursor nesse sentido, ao afirmar que a linguagem constitui o homem e que o homem, por sua vez, estabelece sua comunicação com os demais homens através da linguagem, sendo esta também o embrião de toda a trama das relações sociais. Sua análise, portanto, observa a relação constitutiva entre homem e linguagem, e esta como fundadora da sociedade:

Nada pode ser compreendido (...) que não tenha sido reduzido à língua. Por consequência, a língua é necessariamente o instrumento para descrever, para conceitualizar, para interpretar tanto a natureza quanto a experiência, portanto este composto de natureza e de experiência que se chama sociedade. (BENVENISTE, 1968/1989a, p. 99)

A preocupação de Benveniste com a relação *eu/outro* por meio da linguagem é o que o impulsiona a desenvolver sua teoria a respeito do homem na língua. Conforme vimos, para este autor, a linguagem está no centro das relações sociais, bem como na relação *um/outro*.

Ela emana do sujeito e permite que exista o contato com o(s) outro(s): “nós falamos a outros que falam, tal é a realidade humana”³¹ (BENVENISTE *apud* DESSONS, 2006, p.107).

Quanto à originalidade da teoria de Benveniste em relação à de Saussure, autores como Normand e Bouquet, segundo Valdir Flores (2011), em conferência ministrada na cidade de Teresina/Piauí, já haviam colocado-a em questão. Não há consenso, no entanto, sobre esse tema; o que é de comum acordo é a presença das ideias saussurianas na teoria enunciativa de Benveniste. É possível ler em Benveniste marcas da teoria saussuriana do valor, o que Normand (2006, p. 72) denomina “encontro”: “Benveniste encontrou Saussure naquilo que pôde conhecer de seus escritos”³². Para Flores (2011, p. 27), a teoria do valor de Saussure teve na teoria enunciativa de Benveniste o efeito de tornar possível a união entre a repetibilidade do sistema e a singularidade da enunciação, ou, se quisermos ler de outro modo, o objeto de estudo que manifesta a união entre a língua e a fala, àquela pertencendo a repetibilidade, e a esta, à singularidade. Em Saussure encontramos o embrião dos traços da irrepitibilidade atribuída por Benveniste à enunciação, quando ele caracteriza a fala a partir de três aspectos, quais sejam: a) combinações individuais e dependentes da vontade dos que falam; b) atos de fonação igualmente voluntários e c) suas manifestações [de fala] são individuais e momentâneas (CLG, 1916/2006, p. 27-8). Tal ponto também é destacado na obra de Ducrot, que, conforme já afirmamos outrora, também promove por meio de sua teoria não mais uma cisão entre o objeto teórico língua e o dado fala, mas a partir deste estabelece aquele para, posteriormente, usar do teórico para explicar o dado.

A distinção entre repetibilidade e irrepitibilidade que imprime as marcas saussurianas na teoria enunciativa de Benveniste, conforme apontou Flores, também aparece em Ducrot (1987c, p. 65). Para este, é preciso distinguir o fato geral da enunciação das suas ocorrências *hic et nunc*, ou o repetível do irrepitível, pois o irrepitível está ligado às ocorrências particulares dos enunciados, mas a estes subjazem elementos formais como os índices de *pessoa, tempo e espaço*, aos quais Benveniste denomina *aparelho formal da enunciação*³³. É pelo adjetivo *formal* que Benveniste coloca no nível teórico da língua uma série de elementos que estão à disposição do falante para o *eu* enuncie sua posição de sujeito.

Antes de entrar diretamente nesta questão dos componentes do *aparelho formal da enunciação*, gostaríamos de insistir um pouco na relação *eu/outro* presente na teoria

³¹ « Nous parlons à d’autres qui parlent, telle est la réalité humaine » (Benveniste *apud* Dessons, 2006 :107)

³² « Benveniste a rencontré Saussure dans ce qu’il a pu connaître de ses écrits. (NORMAND, 2006, p. 72)

³³ Retomamos o artigo de Benveniste apenas para mostrar em que medida a ANL toma os conceitos da Teoria Enunciativa de Benveniste, o que, portanto, não faz dele nosso objeto de estudo propriamente.

benvenistiana; ela se manifesta especialmente pelos pronomes de que a língua dispõe, e da subjetividade do locutor.

Respeitaremos a ordem de publicação dos textos de Benveniste dos quais faremos uso neste trabalho para tratar deste assunto, sendo eles *A natureza dos pronomes* (1956), *Da subjetividade na linguagem* (1958), *O aparelho formal da enunciação* (1970).

A palavra-chave para compreender as noções benvenistianas a respeito da referencialidade dos pronomes é *instância de discurso*. Ela é quem regula a plenitude dos “signos vazios” de que dispõe o sistema, e que indica a que(m) se referem os índices de pessoa, tempo e espaço, bem como os dêiticos. Por *instância de discurso*, portanto, entendemos como o discurso resultante de determinada enunciação; a cada enunciação, cria-se uma nova instância dentro da qual novamente os pronomes devem ter sua referência determinada. O centro de referência da instância de discurso é o *eu*, aquele que fala, e a partir do qual se organizam todos os demais índices – tu, aqui, agora. Vê-se, portanto, que a restrição para a referenciação como circunscrita ao enunciado coloca em destaque o preceito saussuriano de que a língua define-se por ela mesma, sem recurso a estruturas extralinguísticas, desta vez aliada à atividade de fala do locutor. Tais signos vazios têm como função fornecer uma classe de elementos não-referenciais em termos de realidade, sempre à disposição daquele que enunciar sua posição de locutor, tornando-se, por meio desse movimento, plenos em relação à instância de discurso a que pertencem.

Benveniste propõe em seu artigo *A natureza dos pronomes* uma nova “classificação”, se assim podemos chamar, daquilo que tradicionalmente se denomina “pronomes pessoais”. Para ele, é lícito denominar de *pronomes pessoais* apenas aqueles a quem se referem as pessoas do discurso, ou seja *eu*, aquele que fala, e *tu*, aquele a quem o eu se dirige em sua enunciação. Os demais, para ele, não constituem propriamente pronomes relativos à pessoa, pois não têm para eles lugar na enunciação enquanto produção de discurso, apenas enquanto produto, ao qual é atribuído o pronome *ele*.

Dessa trilogia (ou trindade, como denomina DUFOR, 2000), portanto, nascem duas díades: aquela que põe em relação apenas os pronomes de pessoa *eu/tu*, denominada por Benveniste como correlação de subjetividade, bem como aquela que coloca em oposição a pessoa e a não-pessoa, *eu, tu/ele*, à qual Benveniste (1956/2005f) denomina correlação de pessoalidade, sendo este último o elemento não marcado da correlação de pessoa, diferente do *eu* e do *tu* pela sua natureza e função. Muito mais que a correlação de pessoalidade, interessa a nós a correlação de subjetividade, que coloca em relação locutor e alocutário. Benveniste (1956/2005f, p. 275) define *eu* e *tu*: “*Eu* é o ‘indivíduo que enuncia a presente instância

linguística *eu*'. Consequentemente, introduzindo-se a situação de 'alocução', obtém-se uma definição simétrica para *tu* como 'indivíduo alocutado na presente instância do discurso contendo a instância linguística *tu*' (grifos do autor).

Nessa definição, dois aspectos importantes devem ser levantados. O primeiro deles diz respeito a uma diferenciação entre indivíduo que enuncia *eu* e a instância linguística 'eu', bem como o *tu* alocutário e o 'tu' instância linguística; há uma dualidade entre o eu enunciativo e o eu discursivo, dualidade também inerente ao *tu*. O segundo aspecto é a inerência do *tu* ao *eu*. Tal condição fica ainda mais clara no artigo *Da subjetividade na linguagem*, no qual Benveniste afirma: "a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocução um *tu*" (BENVENISTE, 1958/2005d, p. 286) (grifos do autor).

A correlação de subjetividade, portanto, nos mostra que não há a possibilidade de um eu solitário e isolado, mas que o simples movimento de o locutor enunciar-se já implanta o *outro* diante de si, que lhe é constitutivo (BENVENISTE, 1970/1989b). *Tu*, assim como o *outro*, é exterior ao *eu*, e como diria Platão, pertence à *região do outro*, que Benveniste chama de *eco*: aquele a quem se diz *tu* e que, pela polaridade e reversibilidade dos papéis, torna-se o eco daquele que enuncia, e também lhe dirige a palavra denominando-o *tu*. Dufour (2000) é muito preciso ao falar sobre as correlações propostas por Benveniste:

O conjunto com que lidamos aqui [eu, tu, ele] é perfeitamente fechado: há três e somente três pronomes pessoais sujeitos. Este conjunto compõe uma "estrutura" de três termos: nenhum pode ser definido sem que os dois outros sejam evocados. Nesta definição, um termo *não faz surgir positivamente* o outro, mas um – qualquer um – *implica negativamente* os dois outros, de modo que três termos são o total necessário para definir, aqui, uma relação. (DUFOUR, 2000, p. 71-2) (grifos do autor).

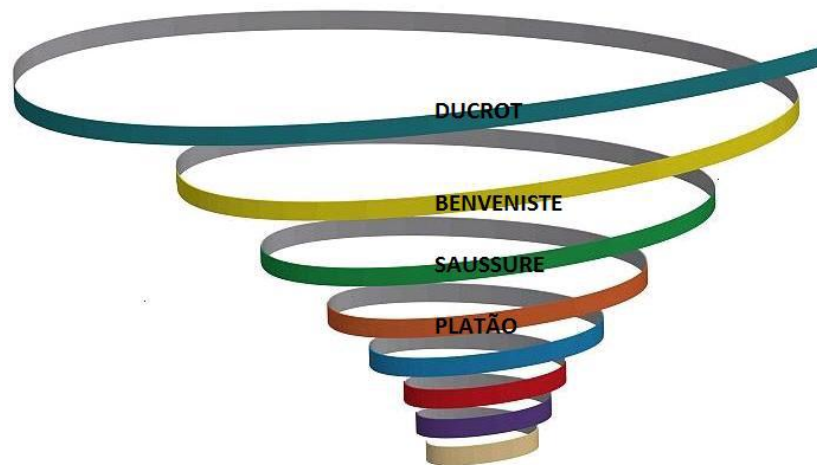
As palavras de Dufour vêm ao encontro exatamente daquilo que gostaríamos de mostrar, que é a presença negativa do *outro* na constituição do sistema de pronomes proposto por Benveniste. Vemos que a noção de alteridade perpassa, além da teoria semiológica saussuriana, também a teoria enunciativa de Benveniste, que coloca em oposição três formas linguísticas que se definem mutuamente pela sua não-coincidência, bem como pela sua inter-relação, uma vez que cada uma delas só é o que se apresenta, pois é em oposição às demais que estão ausentes.

Ducrot expõe posição semelhante, ao afirmar, em prefácio à obra de Vogt (1977), no qual coloca explicitamente seu ponto de vista a respeito da participação de Platão nas teorias

linguísticas (o que também nos motivou a explicitar em nosso trabalho com mais detalhe o modo como a herança platoniana se apresenta nas teorias aqui abordadas), quando afirma que “a língua é o lugar da intersubjetividade, o lugar onde os indivíduos se confrontam, onde encontro *outrem*” (DUCROT, 1977, p. 12-3).

Tomamos a figura de Rorig (2012, p. 32) para ilustrar as relações entre as “teorias de ontem” que constituem a ANL. Ela demonstra sucessão das teorias na forma de espiral, em que uma se constitui como a continuidade e a mescla com/de outras:

Figura 1 – Intersecções teóricas



Fonte: Rorig (2012, p. 32)

Finalmente, apresentados os conceitos relativos à alteridade e à língua, fala e valor saussurianos, bem como algumas noções da teoria enunciativa de Benveniste, podemos nos deter com mais vagar na conceituação de Ducrot para a Teoria da Argumentação na Língua, ou, se quisermos usar a terminologia definida por ele para construção de seu modelo teórico, passaremos às suas *hipóteses internas*. O mais importante a ser observado a partir de agora é que, apesar de nos voltarmos para outro estágio do desenvolvimento teórico, não mais o da observação dos dados por meio das “teorias de ontem”, nem o recorte da realidade, mas à construção própria do mecanismo que visará à explicação dos fatos, não perderemos de vista a fase inicial à qual dedicamos esta longa exposição. Se muito dissemos a respeito dos laços teóricos que a ANL mantém com outras descrições a respeito da realidade de maneira geral, é porque estes lhe são determinantes, e, na medida do possível e conforme a necessidade,

continuaremos a demonstrar de que maneira esses rastros das teorias passadas permanecem na ANL.

1.2.2 As hipóteses internas da Teoria da Argumentação na Língua

Nesta subseção trataremos de mostrar como as hipóteses internas – retomando a metáfora de construção da máquina proposta por Ducrot (1980a, 1987a) – foram construídas com referência às hipóteses externas das quais tratamos até aqui. Nosso objetivo é demonstrar com mais detalhe alguns dos aspectos já mencionados em nossa exposição anterior, aos quais apenas fizemos menção, para, neste momento, desenvolvê-los. Falaremos sobre a conceituação de *língua, fala, relação* presentes na ANL, sua concepção de linguagem, as marcas enunciativas, bem como o conceito platoniano de alteridade.

Para isso, retomamos o objeto de estudo recortado, ou seja, os fatos a serem investigados, definidos como *a maneira pela qual as frases são interpretadas nas situações particulares em que são empregadas, ou como os falantes de uma língua interpretam as frases dessa língua em seu uso*, a partir dos quais é formulada a hipótese externa que comanda a criação do mecanismo: *os sujeitos falantes de uma língua são capazes de atribuir sentido aos enunciados produzidos diante deles* (DUCROT, 1987a, p. 52). A questão do método parece estar bastante clara na constituição da teoria, pela referência ao mecanismo artificial criado com o objetivo de reproduzir, e então explicar os fatos observados na natureza, cuja produção é espontânea. Esse mecanismo, conforme mostramos até agora, tem sua construção guiada pelas hipóteses externas e desenvolve suas ferramentas a partir de hipóteses internas.

Benveniste, em seu artigo *O aparelho formal da enunciação* (1970/1989b), apresenta três maneiras de se estudar o grande fenômeno da enunciação. O primeiro deles diz respeito à realização vocal da língua, mais precisamente, os sons. O segundo versa sobre a conversão da língua em discurso, cuja análise centra-se em definir como o sentido se forma a partir das palavras, o que conduz à teoria do signo e à análise da significância, colocando em jogo a semantização da língua. O terceiro aspecto apontado por ele é a enunciação no quadro formal da sua realização. O objeto de estudo tomado por Benveniste é o terceiro, sendo o segundo aquele que atribuímos à Teoria da Argumentação na Língua, uma vez que ela estuda a semantização da língua, sem destacá-la do quadro enunciativo no qual aparece. É isso que tentaremos mostrar com a explanação a seguir.

Para cumprir com o objetivo de estudar as relações entre língua e discurso, a criação das hipóteses internas da teoria tem por finalidade explicar a relação entre três elementos: a

realidade física de um enunciado (a fala), seu valor semântico (seu sentido) e sua situação de emprego (a enunciação). As HI, portanto, partem da materialidade linguística do enunciado, este encarado como a realização das frases da língua, construto teórico, integrando a) a alteridade, b) os preceitos teóricos de Saussure e c) as teorias enunciativas. A união entre construto teórico e dado será, conforme veremos em detalhe, pela introdução de aspectos relativos à enunciação no construto teórico *língua*.

Para Ducrot, as HI estão distribuídas em quatro grandes grupos. O primeiro deles comporta as hipóteses internas que fazem referência ao modo pelo qual o linguista concebe suas frases – conjunto de abstrações que forma a língua – bem como a correspondência entre determinada frase e determinado enunciado. O segundo grupo de hipóteses internas diz respeito aos aspectos enunciativos da teoria; tais hipóteses devem consistir em regras de cálculo que especifiquem a maneira pela qual as representações situacionais agem sobre as significações das frases para produzir determinados valores semânticos no nível do enunciado.

No primeiro conjunto de hipóteses internas, encontramos os elementos subjacentes ao enunciado em estado teórico, ou seja, as frases. Para os autores da teoria, o construto teórico língua é constituído por um número finito de *frases*, isto é, uma série de palavras combinadas segundo regras de sintaxe e tomadas fora da situação discursiva. Elas são construções do linguista para explicar a infinidade de enunciados e seu sentido, construção essa que é resultado de uma abstração com base na observação de um grande número de suas ocorrências. Em oposição ao construto teórico, os teóricos definem seu observável como um conjunto de enunciados, que são as realizações da frase. Eles consistem na transformação da língua em discurso por meio da ação enunciativa de um sujeito de fala, um locutor. Por isso, cada enunciado contém alusão a sua enunciação, que deixa nele as marcas de *pessoa, tempo e espaço*, que o tornam uma ocorrência irrepetível de determinada frase.

Fazendo alusão ao que seria repetível e irrepetível em Benveniste, as frases da língua constituem o repetível, pois mantêm uma significação constante e presente através dos mais diferentes usos que delas se faz. Isso porque o valor semântico de uma frase é dado pela sua *significação*, conceito que visa a *explicar* as ocorrências dos enunciados. Ela, *por* sua vez, está composta por *instruções* ou diretrizes que indicam qual trabalho deve ser realizado pelo interpretante do enunciado para se chegar ao seu valor semântico – ao seu sentido.

A significação de um enunciado é para mim um objeto teórico: o que justifica recorrer a ela é seu valor explicativo, o fato de que ela torna possível uma certa

regularidade, uma certa sistematicidade, na previsão do sentido das enunciações [enunciados]. (DUCROT, 1992, p. 228)

“significação”, ou ainda “sentido literal”, (...) não poderia ser confundido com o “objeto real”. Trata-se exatamente de um “objeto de conhecimento”, ou “objeto teórico.” (DUCROT, 1992, p. 233)

Nas instruções, portanto, devem estar contidos diferentes aspectos de ordem linguística e enunciativa, como indicações de combinação entre palavras (com quais *outros* é possível estabelecer *comunicação*, usando a terminologia platoniana, ou em termos teóricos da ANL, sua *orientação argumentativa*), indicações de que essa frase será convertida em discurso e passará a apresentar referências específicas com relação à enunciação (seu locutor, interlocutor, as marcas temporais e situacionais), bem como indicações de relação com outros discursos, seja no nível horizontal, quando é encadeada com outros discursos pelo uso de *portanto* e *no entanto*, seja no nível vertical, no qual encontramos relação com outros discursos virtuais, a *polifonia*. Portanto, a significação da frase é aberta, e será transformada em sentido no domínio do observável, do qual fará parte a situação discursiva em que o enunciado foi produzido.

Ducrot alerta que a passagem das frases para enunciados não se caracteriza como uma soma entre a significação mais alguns elementos da situação que lhe seriam acrescentados. Para ele, trata-se de fato de uma transformação da língua em discurso, e serve para explicá-lo, algo muito mais complexo que a adição de um componente retórico ao componente linguístico. Por isso, explica que existe uma diferença crucial de natureza e de quantidade entre enunciado e frase.

A diferença quantitativa existe, pois o enunciado diz muito mais que a frase. Imaginemos que Paulo, ao encontrar seu colega Pedro, lhe relata:

(1) Acabo de reunir-me com meu orientador, tenho muito trabalho a fazer.

Aqui, o objeto da enunciação de Paulo a Pedro é o encontro com seu orientador, que se deu em momento imediatamente anterior ao momento da enunciação. Agora, imaginemos que Paulo encontra sua namorada no dia seguinte e lhe diz:

(2) Ontem encontrei-me com meu orientador, tenho muito trabalho a fazer.

O objeto da enunciação continua sendo o encontro que Paulo teve com seu orientador, no entanto, a enunciação deu-se em outro tempo e teve outro alocutário. Podemos imaginar, ainda, outras continuações que podem ser dadas aos dois enunciados, ambas previstas no nível da frase, mas que são delimitadas no enunciado em razão do alocutário a quem Paulo se dirige. Ao enunciar o encontro que teve com seu orientador a Pedro, Paulo pode dar-lhe a seguinte continuação

(3) Acabo de reunir-me com meu orientador, tenho muito trabalho a fazer. Você poderia me ajudar na análise dos dados?

Já ao enunciar à sua namorada o encontro que teve com o orientador, Paulo pode encadear o seguinte discurso ao seu enunciado

(4) Ontem encontrei-me com meu orientador, tenho muito trabalho a fazer, teremos de adiar a viagem para Paris.

Do ponto de vista da língua, o objeto da enunciação de Paulo constitui-se apenas numa frase, no entanto, do ponto de vista do uso da língua, temos dois enunciados diferentes. Isso porque o *sentido* do enunciado é a representação da sua enunciação, que, por sua vez, contém os indicadores de tempo, pessoa e espaço, ou seja, o enunciado está sobredeterminado em relação à frase, pois ele contém a enunciação (DUCROT, 1990).

Nessa representação da enunciação contida no objeto de enunciação de Paulo, podemos destacar, no caso do alocutário Pedro, que Paulo teve como objetivo marcar no seu enunciado um pedido de ajuda “justificado” pelo volume de trabalho que ainda resta ser feito. Já ao enunciar-se para sua namorada, Paulo deixa em seu enunciado outra imagem, usando o volume de trabalho a ser feito como “justificativa” para adiar a viagem que haviam programado.

Esses exemplos, um pouco tolos, admitimos, mostram como se dá a transformação da língua em discurso, e como a atividade enunciativa é marcada no uso da língua. O segundo grupo de hipóteses internas acima mencionado, que diz respeito aos conceitos enunciativos criados para dar conta desse tipo de acontecimento, aparecem também contemplados na teoria.

Já a diferença de natureza à qual fizemos menção se dá entre os componentes *sentido e significação*. À *frase* está associada uma *significação*, formada por *instruções* que oferecem

indicações de como interpretar o enunciado que a realiza. Por outro lado, o *enunciado* apresenta um *sentido*, que é o seu valor semântico, por sua vez, sempre argumentativo. Assim, a significação da frase, aberta, constitui uma espécie de *modo de emprego*, que dá indicações de como o sentido do enunciado deve ser compreendido. Esse é um dos motivos que fazem Ducrot rejeitar a noção de sentido literal: se esse fosse considerado como parte da significação, o sentido dos enunciados que realizam determinada frase apresentaria um traço comum ao qual se acrescentaria alguma característica referente à situação de emprego. Para ele, a significação é bem outra coisa, deve ajudar a explicar e não a descrever o sentido do enunciado.

A *instrução*, componente da significação, indica o trabalho que deve ser feito para a compreensão do enunciado, que deve levar em conta o ponto de vista que o *locutor*, ser de fala que produziu o enunciado, desejou exprimir. Dessa forma, inscrevem-se na própria língua indicações sobre a atividade de fala, o que introduz a fala na língua e a enunciação na frase (DUCROT, 1987c). Jamais devemos esquecer, na descrição do sistema linguístico, que ele é deduzido de seu uso, da observação do comportamento de infinitos enunciados, e de que a língua, derivada da fala, é a estrutura que possibilita sua execução. Nesse sentido, a significação da frase deve ser explicativa e não descritiva, uma vez que ela deve fornecer as indicações àqueles que interpretam um enunciado, dada a situação de discurso, para a busca do sentido preciso visado pelo locutor, o que implica que o sentido seja diferente conforme a situação de discurso.

Chegar à instrução de uma frase ou de uma palavra significa, portanto, observar seu comportamento em inúmeros enunciados. A partir dessa observação, constrói-se uma regra aberta, que sempre e unicamente fará alusão ao emprego da língua. A instrução é a ponte que une o sistema linguístico e a fala, e uma das causas que motivaram a escolha da ANL para fundamentar este estudo, justamente pela a possibilidade de articular língua e fala, unidas por meio da instrução. Como afirma o próprio autor,

a pesquisa estrutural em semântica linguística (...) consistiria em tomar como domínio de estudos, como campo empírico, o conjunto de enunciados [frases]³⁴ de uma língua e definir cada um deles, do ponto de vista semântico, a partir das suas relações de coocorrência com outros nos discursos reais de que essa língua é o meio. A significação de um enunciado [frase], aos olhos da linguística, consistiria, então,

³⁴Ao longo da obra de Ducrot, alguns conceitos passaram por mudanças, especialmente em relação à sua denominação. Um deles é o conceito de frase, que na data em que o artigo do qual tiramos essa citação foi escrito, Ducrot, em muitas passagens, a tomava por sinônimo de enunciado. No entanto, fazemos a correção entre colchetes para nos mantermos fiéis ao texto original sem que haja prejuízo conceitual para nosso trabalho.

numa espécie de representação condensada das associações de que ele é suscetível no uso. (DUCROT, 1987c, p. 69)

Vemos, portanto, que a semelhança entre o conceito de *língua* em Saussure e em Ducrot é apenas de ordem metodológica, pois ambos concebem-na como construção do linguista com vistas à distinção entre o que é dado e o que é teórico, considerada por ambos como resultado da adoção de um ponto de vista. Quanto às suas unidades mínimas e a caracterização dessas unidades, Ducrot adota uma postura particular ao situar entre os elementos da língua segmentos maiores do que signo. No entanto, assim como Saussure, Ducrot lhes atribui um caráter formal ao definir a significação das frases pela instrução, e esta como um conjunto de regras formais. Tal semelhança se explica pois ambas as posturas veem a língua como forma, e não substância, e embora a unidade mínima constitutiva seja distinta, a ideia geral de que a língua deve servir para explicar a fala é comum.

Além da concepção instrucional da significação, aspectos enunciativos também excluem da significação das frases o sentido literal, pois a subjetivação do locutor ao produzir linguagem é determinante para a construção do sentido. Dessa forma, não há uma pré-definição de sentido, esse dependerá da situação de emprego e do que pretende expressar o locutor (para isso, fazemos menção aos exemplos (3) e (4)).

Ducrot não integra em suas pesquisas semânticas descrições nas quais a linguagem seja vista como um meio de transmitir informações sobre a realidade, sendo essas informações passíveis de avaliações em termos de verdade e falsidade. No entendimento da concepção veritativa da linguagem, o sentido das palavras estaria constituído pela capacidade que essas possuiriam de veicular uma informação acerca daquilo de que se fala, fazendo predominar o caráter *objetivo*, que lhe confere a propriedade de descrever os fatos tais como se apresentam.

Essa característica da informatividade da linguagem está bastante presente nas teorias que acreditam que a língua seja um espelho da realidade, concepção um tanto ingênua, pois desconsidera que entre a realidade e a língua haja o traço subjetivo daquele que se enuncia e pela linguagem apresenta seu ponto de vista. Quanto às noções de verdade e falsidade de que a linguagem seria objeto, especialmente na lógica, há também uma exclusão por parte da ANL. Para Ducrot (MOURA 1998), a lógica é um instrumento adequado para estudar a matemática, mas não para se estudar as línguas naturais, em especial a lógica fundada nas

condições de verdade, pois considera que problemas relativos às condições de verdade não têm relação clara com as questões das línguas naturais.

A fim de rebater essa noção de objetividade e informatividade da linguagem, Ducrot recorre à análise intralinguística, orientação dada pela filiação de sua teoria aos estudos saussurianos da linguagem, conforme o próprio autor afirma

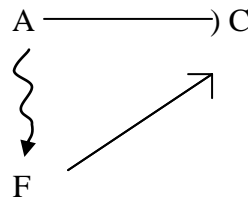
atribuindo à ordem linguística um caráter irredutível, proibindo-a de fundar-se num outro nível de realidade, Saussure estabelece, a um só tempo, a legitimidade e a necessidade de procurar nela própria o princípio da sua racionalidade. (DUCROT, 1987c, p. 68).

Nesse tipo de análise, o estudo dos elementos linguísticos se dá apenas com base nos enunciados efetivamente produzidos, estando excluído o contexto externo que motivou sua produção, sendo que a pesquisa extralinguística se dá unicamente quando o enunciado não contiver os dados linguísticos suficientes à sua descrição semântica. Para o autor, a noção de verdade ou falsidade que os enunciados aparentam ter pode ser explicada pelo fato de que o locutor colocou em seu enunciado, por meio de marcas, diferentes enunciadores e os assimilou a esta ou àquela pessoa. Complementa dizendo que “o que os linguistas chamam realidade é simplesmente aquilo que, segundo eles, é objeto de outras ciências sobre as quais se descarrega a obrigação de provar” (DUCROT, 2004, p. 370) (tradução nossa)³⁵.

Isso significa que, segundo o ponto de vista do autor, à linguagem não pode ser dada a incumbência de provar algo sobre a realidade, devido à diferença de natureza: da linguagem emana o subjetivo, enquanto para descrever a realidade faz-se necessária a criação de outro meio, no qual não haja a possibilidade de interferência da posição daquele que a estuda. Fazemos referência aqui também a um momento anterior de nossa exposição teórica, no qual já relatamos a descrença de Ducrot com relação à incapacidade de a linguagem natural constituir-se verdadeiramente o melhor meio para se fazer ciência.

Considerando a língua como uma forma de construir discursos e não como um meio de dar informações acerca da realidade, o linguista pretende opor-se, ainda, à concepção tradicional de argumentação. Tal concepção argumenta que os enunciados do discurso encontram-se embasados nos fatos que veiculam, suas estruturas linguísticas têm por função semântica a descrição factual, sendo essa função semântica meramente informativa. Vejamos o esquema discutido por Ducrot (1990, p. 75).

³⁵ “Lo que los lingüistas llaman ‘realidad’ es simplemente aquello que, según ellos, es el objeto de otras ciencias sobre las que se descarga la obligación de probar”.

Figura 2 – Concepção tradicional de argumentação

Fonte: Ducrot, (1990, p. 75)

Nesse caso, um discurso argumentativo precisa satisfazer a algumas condições, quais sejam, possuir dois segmentos, um denominado *argumento* (**A**) e outro *conclusão* (**C**). **A** deve indicar um fato **F**, que confere ao argumento **A** a possibilidade ser falso ou verdadeiro. Já a conclusão **C** pode ser inferida a partir do fato **F**. Nessa concepção argumentativa é possível perceber que o papel desempenhado pela linguagem é muito reduzido, visto que o laço que une **A** e **C** não tem relação alguma com a língua, apenas com o fato que veicula. Ela caracteriza-se pela exterioridade à linguagem, pois busca nos fatos do mundo a motivação para as conclusões, que, por sua vez, são suscetíveis de serem falsas ou verdadeiras. Para Ducrot, essa concepção invalida o papel da linguagem, que se torna apenas um instrumento do qual os sujeitos servem-se para falar sobre o que é exterior a ela.

Essa posição adotada pelo linguista surgiu no momento em que passou a observar que alguns enunciados derivavam do mesmo fato, no entanto, apresentavam conclusões diferentes, em especial pela introdução de operadores argumentativos como *pouco* e *um pouco*. Imaginemos uma situação na qual uma pessoa encontra-se enferma e, para recuperar sua saúde, necessita alimentar-se. Nesse caso, podemos ter dois enunciados:

- (5) Pedro comeu pouco.
- (6) Pedro comeu um pouco.

No enunciado (5), a conclusão que se pode tirar é *Pedro comeu pouco, portanto não melhorará*, e para o enunciado (6), a conclusão seria oposta, *Pedro comeu um pouco, portanto melhorará*. É importante observarmos que ambos os enunciados traduzem o mesmo fato, ou seja, *Pedro comeu uma pequena quantidade*, no entanto, o que permite que a conclusão não seja a mesma para os dois enunciados são as palavras *pouco* e *um pouco*, denominadas pelo autor de *expressões argumentativas*. Essas expressões apresentam a função de determinar que segmentos podem ser relacionados àquele primeiro, já que, para Ducrot, não há a

possibilidade de segmentos de discurso expressarem sentido se não estiverem relacionados uns aos outros.

Em nossos exemplos e em muitos outros apresentados pelos autores, é flagrante a presença do conceito de alteridade de Platão, ou de relação para Saussure, segundo o(s) qual(is) não podemos definir o que algo é de início sem que antes tenhamos relacionado esse algo a outro elemento. Neste caso, o primeiro segmento do enunciado apenas tem seu sentido definido quando relacionado ao que segue, sendo o sentido delimitado pela inter-relação entre ambos. Outros exemplos que colocam em questão a noção de relação, bem como de *orientação argumentativa*, são os que apresentamos abaixo:

(5) Pedro comeu pouco.

(7) Pedro come pouco.

Em (5), há a expressão de uma constatação feita ao se observar a quantidade de comida ingerida por Pedro, que poderia orientar para a continuação *Pedro comeu pouco, em breve sentirá fome novamente*. Já em (7), há a expressão de um hábito, que orienta para a continuação *Pedro come pouco, ele preocupa-se com sua saúde*. A *orientação argumentativa*, neste caso, é determinada pela flexão do verbo, que juntamente com os demais segmentos, autoriza certas continuações e proíbe outras. Isso também é observado nas formas platonianas, quando Platão trata da potencialidade de comunicação que lhes é inerente: todas as formas têm essa potencialidade de comunicação, de relacionar-se com as demais, no entanto, essa comunicação é regrada e não arbitrária.

A orientação argumentativa de um termo, pela sua característica de apontar as possíveis relações que se pode ter entre um termo e outro, coloca no paradigma das escolhas uma série de elementos que lhe podem ser encadeados. Assim, o valor do termo em questão, ou seu sentido, será determinado pelo cruzamento dos eixos sintagmático – das combinações e paradigmático, das possibilidades: Ducrot encontra Saussure e Platão mais uma vez

Vê-se por que chamo de estruturalista tal concepção: o ato de enunciação [enunciado] é nela definido, do ponto de vista semântico, por sua relação com aquilo que está além dele, mais precisamente, por sua relação com o futuro que ele projeta: sua continuação aparecendo como constitutivo do seu ser. (DUCROT, 1992, p. 221)

Gostaria de apontar essa propriedade, característica a meu ver, de toda fala, de ser definível somente com relação a uma sequência da qual ela se pretende o começo, de modo que seu sentido é o próprio sentido no qual ela pretende orientar a situação de discurso. (DUCROT, 1992, p. 223)

A definição do sentido de um termo, ou de um enunciado, a partir das relações que estabelece com outros termos da língua motivou Ducrot e seguidores a recusar a proposta tradicional da argumentação, já que, para eles, o segmento **A** da figura 1, que faz referência a um fato, não pode ser suscetível de julgamento em termos de verdade ou falsidade, nem ser tomado separadamente, uma vez que as palavras não podem apresentar um sentido completo sem que as relacionemos com outras, o que da mesma forma ocorre com os segmentos dos enunciados. Além disso, não é somente o fato que possui a capacidade de argumentar em um discurso, não é apenas ele que determina o poder argumentativo do enunciado, mas principalmente a forma linguística que esse fato assume. Os fatos por si só não nos dizem nada, a linguagem é que os traduz, e isso só é possível pela fala de um locutor, que jamais será neutro em relação àquilo de que fala, seu posicionamento sempre estará presente por meio de marcas linguísticas, o que atribui à língua o poder de argumentar.

Conforme já mencionado anteriormente, a concepção tradicional de sentido sempre viu na linguagem um aspecto *objetivo*, que lhe confere a propriedade de falar do mundo exterior a ela com completa imparcialidade. Além desse aspecto, outros dois fazem parte dessa descrição do sentido: o aspecto *subjetivo*, que diz respeito à posição que o locutor assume diante daquilo de que trata, e o aspecto *intersubjetivo*, que é constituído pela relação que o locutor mantém com o seu interlocutor, distinção essa usada especialmente pelo alemão Karl Bühler (apud DUCROT, 1990).

Dentre essas três indicações sobre o sentido, Ducrot recusa aquela que afirma que a linguagem tenha um aspecto objetivo, pois acredita que ela não dá acesso à realidade de forma objetiva, mas que a realidade consiste apenas em um tema para debate entre dois indivíduos (DUCROT, 1990, p. 50). Acredita que apenas os aspectos *subjetivo e intersubjetivo* são constitutivos do sentido, e considera que juntos eles formam o *valor argumentativo* de uma entidade linguística. É esse componente que define a orientação que tal entidade dá ao discurso, e como está presente em todas as palavras, o emprego desse ou daquele vocábulo determina a continuação que se dará. O *valor argumentativo* está constituído pelo conjunto das possibilidades de continuação que se pode dar a um discurso e, por isso, é considerado como o nível fundamental de descrição do sentido, sendo por meio dele que se explica a ilusão de que as palavras possuem um valor factual real (DUCROT, 1990).

Retornamos aqui aos exemplos (5), (6) e (7) já apresentados: é o valor argumentativo constitutivo das palavras *pouco* e *um pouco*, bem como da flexão verbal, que determina a orientação de cada enunciado. Por isso, do mesmo fato *Pedro comeu uma pequena*

quantidade derivaram as conclusões opostas, o que corrobora a hipótese da ANL, de que o caráter informativo da língua é apenas uma consequência de sua natureza argumentativa:

Nunca há valores informativos no nível da frase. Não apenas não há frases puramente informativas, mas sequer há, na significação das frases, componente informativo, o que não significa que não há usos informativos das frases. (...) Tais usos (pseudo) informativos são derivados de um componente mais ‘profundo’ puramente argumentativo. (ANSCOMBRE e DUCROT, 1994, p. 214) (tradução nossa)³⁶

Os conceitos de *orientação argumentativa* e *valor argumentativo* parecem muito próximos. No entanto, sua diferença reside na enunciação. O primeiro diz respeito às possibilidades de encadeamento de um segmento com outro, já o segundo leva em conta a subjetivação do locutor e o apelo que este faz ao seu interlocutor. O valor argumentativo estaria próximo do sentido, pois ele contém a enunciação, enquanto a orientação argumentativa estaria próxima da significação, pois ela contém, de certa maneira, indicações de natureza linguística.

Voltando ao segundo grupo de HIs, Ducrot as incorpora ao apresentar seu conceito de enunciação. Para ele, a enunciação têm três acepções: a primeira delas caracteriza-se por ser a atividade psico-fisiológica envolvida na produção do enunciado. A segunda, o produto da atividade do sujeito falante, que é o próprio enunciado. A terceira, e a considerada pelo autor como adequada à descrição semântica que pretende realizar, é o acontecimento histórico que constitui o aparecimento do enunciado. Sendo assim, a enunciação é um acontecimento que culmina no surgimento do enunciado, ou seja, há um momento em que o enunciado ainda não existe, e outro em que ele não existe mais. Esse intervalo de tempo é a enunciação.

Outro motivo que insere a ANL no quadro enunciativo é o fato de considerar que toda e qualquer manifestação linguística é produto da atividade de fala de um locutor, que por sua vez, dirige-se a um interlocutor. Essas figuras são essenciais na ANL, pois, além de não haver a possibilidade de língua em uso sem a presença desses elementos, o sentido construído pelo uso da língua é fruto da posição adotada pelo locutor sobre aquilo de que fala.

Assim, embora o objeto de análise não seja a enunciação em si, mas o seu produto, Ducrot considera inseparáveis *enunciação* e *enunciado*, pois considera que “o sentido do enunciado é uma descrição, uma representação que ele traz da sua enunciação, uma imagem

³⁶ “Nunca hay valores informativos en el nivel de la frase. No solo no hay frases puramente informativas, sino que ni siquiera hay, en la significación de las frases, componente informativo, lo que no significa que no hay usos informativos de las frases.(...) tales usos (pseudos)informativos son derivados de un componente más ‘profundo’ puramente argumentativo.” (ANSCOMBRE, DUCROT, 1994, p. 214)

do evento histórico constituído pela aparição do enunciado” (DUCROT, 1980a, p. 34) (tradução nossa)³⁷. Todo enunciado deve fazer alusão a sua enunciação, pois esta é determinante na explicação do sentido construído pelo locutor. A observação do enunciado sem a consideração de uma situação de fala o torna idêntico a todos os outros (exemplos (1), (2), (3) e (4)); é preciso fazer menção ao ato que produziu o enunciado em diferentes pontos do tempo e do espaço. Portanto, considerar o enunciado como o espelho de sua própria enunciação é, antes de tudo, admitir que ele se apresenta como produzido por um locutor, que por sua vez, endereça sua enunciação a um interlocutor.

Na explicação do sentido dos enunciados por meio da construção de regras, ou generalidades que contêm as indicações do sentido a ser buscado, inevitavelmente deve haver indicações relativas à atividade de fala. Muitos enunciados correm o risco de não receber uma descrição satisfatória, caso não seja feita uma alusão ao fato de serem usados com determinado objetivo: o de argumentar por meio da sua enunciação. Assim, reafirma-se que o enunciado deve ter suas propriedades definidas sem qualquer alusão a elementos de ordem social, histórica ou psicológica, mas sim, deve ser considerado em relação ao ato de ser empregado.

Portanto, não há a possibilidade de realizar uma descrição da língua sem fazer alusão à atividade de fala, pois a língua em si contém elementos que remetem a seu uso e essas duas instâncias não podem ser tomadas como independentes.

O terceiro grupo de HIs versa sobre os princípios combinatórios segundo os quais as significações das palavras se fundem para dar significação às frases. O que aponta o autor é que o cálculo do sentido deve tomar segmentos mais vastos que uma palavra, e que, em vez de considerar as palavras em relação umas às outras, as considera em relação a discursos, o que torna o seu trabalho um estruturalismo do discurso (MOURA, 1998). A citação das palavras de Ducrot tornam mais claro o significado desse grupo de HIs:

A palavra, concebida como entidade linguística abstrata, só colabora no sentido do enunciado de uma maneira indireta: ela começa a se combinar com as outras palavras para constituir a significação da frase, e é esta que, visto a situação de discurso, produz o sentido do enunciado. (DUCROT, 1980a, p. 09) (tradução nossa)³⁸

³⁷ « Le sens de l'énoncé, c'est, por moi, une description, une représentation qu'il apporte de son énonciation, une image de l'événement historique constitué par l'apparition de l'énoncé. » (DUCROT, 1980, p. 34)

³⁸ « Le mot, conçu comme entité linguistique abstraite, ne collabore au sens de l'énoncé que d'une façon indirecte : il commence par se combiner aux autres mots pour constituer la signification de la phrase, et c'est celle-ci qui, vu la situation de discours, produit le sens de l'énoncé. » (DUCROT, 1980, p. 09)

Nesse grupo de hipóteses internas, a palavra-chave é *relação* ou, em termos platonianos, *alteridade*. Aqui, a ANL reencontra Platão e Saussure mais uma vez, e um dos seus principais fundamentos na concepção do sistema linguístico. É por meio da relação entre os segmentos de um enunciado que o seu *valor*, ou seja, seu *sentido* é definido. Nesse caso, assim como para o signo de Saussure, não existe uma definição de sentido (ou uma definição do que é signo) sem que antes seja determinado que tipo de relação os termos têm entre si. Isso ficará mais claro quando tratarmos dos conceitos da TBS, em especial o de *interdependência semântica*.

Por último, o quarto grupo de hipóteses internas, que é responsável por propor para cada palavra da língua estudada uma descrição da sua significação.³⁹ Em relação a isso, Ducrot dedica o estudo de algumas palavras como *mais*, *décidément*, *eh bien!*, *d'ailleurs* em seu livro *Les mots du discours* (1980a), são os chamados *operadores*. Eles representam uma classe de palavras responsável por promover a articulação de enunciados, e têm características formais que serão abordadas quando necessário para analisar nossos dados. O caso mais recorrente é o do emprego de *P mas Q*, ao qual Ducrot dedica vários artigos⁴⁰, e certamente o motivou para o desenvolvimento de várias ferramentas teóricas.

Desse modo, nos parece que as hipóteses externas encontram-se contempladas perfeitamente na elaboração das hipóteses internas – o que, em realidade é um pré-requisito – tanto os aspectos saussurianos da linguagem, quanto os enunciativos e a alteridade. A relação entre as HI e HE é de inerência, uma vez que as HI devem sempre estar de acordo com as HE. Aquelas, ao contrário dessas, podem sofrer alterações, e trata-se daquilo que mencionamos no início do capítulo, citando as palavras de Cordero (1993) a respeito da obra de Platão, as quais assimilamos ao desenvolvimento da ANL: as mudanças nas HIs realizadas durante o percurso teórico de Ducrot e seus seguidores em nada comprometem o funcionamento do mecanismo criado, ao contrário, os ajustes realizados foram feitos com a intenção de manter-se cada vez mais fieis à causa que abraçaram.

Assim, a atribuição de um valor semântico às frases da língua constitui-se não de uma hipótese externa, pois ela não tem origem na observação, mas diz respeito ao processo realizado pelo mecanismo **M'** que teve como trabalho produzir uma explicação baseada em

³⁹ A totalidade de hipóteses internas é apontada em Ducrot (1980, p. 21).

⁴⁰ DUCROT, Oswald. & VOGT, Carlos. De *magis a ma is*. Un e hypothèse s émantique. **Revue de linguistique romane**. Lyon/Strasbourg, n. 171 -172, to mo 43, 1979. (continua na próxima página)
 DUCROT, Oswald. *Mais occupe-toi d'Amelie*. **Actes de la Recherche en sciences sociales**. n. 6, 1976, p. 47-62. (Retomado em **L'Argumentation dans la langue**, em colaboração com Jean-Claude Anscombe, Bruxelas : Mardaga, 1983 e em **La semántica argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos** por Marion Carel, Buenos Aires: Colihue, 2005.)

uma linguagem artificial para o fato **F** tomado no início da observação. A atribuição de um valor semântico às frases da língua é a revelação do mecanismo de produção dos fatos que subjaz a todo o processo, por isso é artificial e por isso é teórico, metalinguístico.

Acrescentamos que a ideia de objetividade, ao definir o objeto, é contrária àquilo que pretende, pois a adoção de determinado ponto de vista para a definição de um objeto, ela mesma emana do subjetivo, já que se constitui num posicionamento com um filtro teórico (as “teorias de ontem”). Se o ponto de vista cria o objeto, estaremos sempre presos à criação de um objeto, a sua pré-definição em relação à realidade, ao dado. Disso decorre a originalidade na afirmação de Saussure, quando ele diz que a língua é forma e não substância.

No próximo capítulo, serão apresentados os conceitos de pressuposição e subentendido, bem como o conceito de suposição e os trabalhos desenvolvidos por Ducrot e Ducrot e Carel a respeito do tema.

2 A SUPOSIÇÃO NA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA

Este capítulo, que tratará das menções ao fenômeno suposicional no quadro da Teoria da Argumentação na Língua, tem um duplo objetivo: apresentar os estudos já realizados sobre o tema desta tese no quadro teórico da ANL e justificar, com isso, a necessidade ou a importância de se fazer um estudo desse fenômeno segundo os pressupostos da Teoria dos Blocos Semânticos. No desenvolvimento de nossas análises é com os conceitos apresentados neste capítulo que dialogaremos, procurando mostrar em que se aproxima e em que se distancia nossa abordagem sobre o fenômeno da suposição daquela já desenvolvida por Ducrot nos artigos aqui mencionados.

Conforme já afirmamos no primeiro capítulo, Oswald Ducrot dialogou com diferentes teorias desde o início de sua trajetória no desenvolvimento da ANL: inicialmente, dedicou-se aos estudos da lógica, à qual correspondem seus primeiros artigos e obras. Após isso, tomando conhecimento da Filosofia da Linguagem, inseriu em sua teoria aspectos da Pragmática, como os atos ilocucionais. Tendo sido aluno de Benveniste e um grande admirador do trabalho de Saussure, incorporou algumas noções enunciativas e saussurianas na ANL, abandonou os preceitos da lógica e da pragmática, dando à sua teoria o formato que conhecemos hoje.

Nossa apresentação sobre os artigos e capítulos da ANL que fazem menção à suposição seguirão a ordem linear temporal de publicação, para que seja possível visualizar os aspectos que mudaram e os que se mantiveram ao longo do trabalho do teórico. Além disso, faremos uma breve abordagem de dois fenômenos que têm destaque nos trabalhos em Semântica Linguística, dois tipos de implícitos – os subentendidos e a pressuposição – que se encontram ligados ao tema desta tese. Por isso, o capítulo se dividirá em quatro partes: nelas serão compreendidas as definições de subentendido, pressuposto, suposição, e a apresentação dos trabalhos nos quais a suposição aparece como tema central ou de modo periférico.

2.1 PRESSUPOSTOS, SUBENTENDIDOS, SUPOSIÇÃO E ALGUNS EXEMPLOS

A pressuposição e o subentendido sempre foram objeto de questionamento por parte do autor, que, desde o início de seus trabalhos (fazemos referência ao primeiro artigo mencionado acima, originalmente publicado na revista *Langue Française* no ano de 1969) preocupa-se em encontrar um lugar e uma explicação para tais fatos da linguagem. Mais recentemente, pesquisando juntamente com Marion Carel, pressuposto e subentendido

passaram a ter um estatuto diferente dentro da Teoria. Os caminhos traçados por Ducrot, inicialmente, diferenciavam os dois fenômenos pela sua origem: o primeiro estaria ligado àquilo que ele chamava *componente linguístico*, que entendemos como o construto teórico língua, ou seja, estaria presente desde um estrato mais fundamental que o uso da língua. Já o segundo, contrariamente, somente se revelaria na enunciação, como um efeito, na terminologia do autor, a partir do *componente retórico*.

Como resultado de uma constante reflexão que busca o amadurecimento dos conceitos e das explicações, vários aspectos relacionados a esses fatos foram questionados, desde a atribuição dos pressupostos como marcados linguisticamente, os critérios para a sua descoberta e até mesmo a própria definição de pressuposição, e seu potencial polifônico, nos trabalhos mais recentes.

Mas qual a importância de abordar a pressuposição e o subentendido e relacioná-los com o tema deste trabalho, a suposição?

Nossa principal motivação é a presença de pressupostos e subentendidos na análise da suposição realizada por Ducrot (1987d; 1977b; 1980b; 1987e). A motivação secundária é o parentesco apontado pelo autor entre a suposição e a pressuposição. O diferencial de nosso estudo em relação àqueles desenvolvidos por Ducrot e Ducrot e Carel nos trabalhos acima mencionados situa-se num aprofundamento e numa atualização dos conceitos por meio da análise balizada pela Teoria dos Blocos Semânticos, já que muitos fenômenos estudados por Ducrot e Carel em trabalhos anteriores têm passado por constantes revisões em busca do alinhamento dos conceitos e da fidelidade aos preceitos teóricos da ANL.

Para isso, nesta seção, apresentaremos os estudos desenvolvidos por Ducrot e seus seguidores a respeito dos pressupostos e subentendidos, da suposição e dos trabalhos já realizados no âmbito da ANL que a tem como tema central. Essa apresentação de conceitos será realizada apontando o ordenamento das datas em que foram publicados originalmente. No próximo capítulo, introduzindo os conceitos referentes à TBS, daremos início à análise de alguns dados, tomando por referência os estudos de Ducrot sobre o tema e as hipóteses delineadas para esta pesquisa. Acreditamos que, apesar de muito haver sido dito pelos teóricos nos quais nos fundamentamos, ainda há algo que poderia ser acrescentado por este trabalho aos estudos envolvendo a suposição, e de modo secundário, a outros aspectos a ela relacionados.

Gostaríamos de iniciar a exposição dos pressupostos e subentendidos situando inicialmente o quadro teórico no qual se inserem. Para Ducrot (1987d, p. 14), a descrição semântica de uma língua L consiste em “um conjunto de conhecimentos que permitem *prever*,

frente a um enunciado [frase] A de L, produzido em circunstâncias X, o sentido que esta ocorrência de A tomou neste contexto” (grifo nosso). Para colocar em prática tal programa, o autor parte de um esquema embasado em uma hipótese segundo a qual o conjunto de conhecimentos mobilizado diz respeito a dois componentes de natureza distinta: o componente linguístico, que consiste no conjunto de conhecimentos linguísticos da língua L e que atribui a cada frase, independente do contexto, determinada significação; e o componente retórico, que seria o responsável pela precisão da significação efetiva de A na circunstância X.

A distinção desses dois níveis (o componente linguístico e o componente retórico) opera um papel fundamental na primeira descrição realizada a respeito dos pressupostos e dos subentendidos, bem como de outros fenômenos pelos quais os linguistas Ducrot e Carel se interessam. O componente linguístico seria composto por uma série de regras sistemáticas, que em momentos posteriores do desenvolvimento teórico, Ducrot chamou de *significação*⁴¹, sendo a existência dessas regras intermediada pelas frases. Como já mencionamos no capítulo anterior, a significação das frases é composta por *instruções*, e são o resultado ao qual o linguista chega após a análise de inúmeras ocorrências de uma frase A, por exemplo, em circunstâncias diferentes, X, Y e Z. A função de *previsão* atribuída ao componente linguístico poderia gerar mau entendimento do conceito, poderia sugerir uma anterioridade de tal componente em relação ao dado. Na verdade o único substrato ao qual a experiência nos dá acesso é às múltiplas ocorrências de um enunciado, o que permite que dele seja derivada a significação da frase A. A ideia de *previsão*, então atribuída a A, passa do plano da experiência para o plano teórico, e como é subjacente a muitas ocorrências, dá a impressão de lhe ser anterior. Frase e significação, conforme já afirmamos, são de natureza diferente de sua realização e de seu valor no uso, que são, respectivamente, o enunciado e o sentido. Não se trata, portanto, de uma soma da significação e da enunciação, que conteria os traços situacionais, mas de uma transformação da língua em discurso pela ação de um locutor, que tem seus limites de sentido especificados pelo acontecimento enunciativo.

Para Ducrot (1977), a descoberta dos pressupostos e subentendidos na linguagem deve-se a uma mudança de ponto de vista a respeito do seu caráter: via-se como função fundamental da linguagem a comunicação e a transmissão de informações. A mudança do paradigma informativo para aquele que vê a linguagem como o motor das relações intersubjetivas abriu novas possibilidades de estudo e fez emergir problemas para os quais era

⁴¹ O que nos autoriza a tomar o componente linguístico como sinônimo da significação é a seguinte passagem de Ducrot (1987d, p. 16 e 17): “É possível atribuir ao componente linguístico uma postura relativamente sistemática, aí integrando um pequeno número de regras gerais suscetíveis de interferir e de combinar seus efeitos de acordo com relações previsíveis”.

necessário buscar uma explicação: um desses problemas é justamente o fato de que nem todos os conteúdos comunicados são explícitos. A necessidade de implicação dos conteúdos deve-se a diferentes razões, apontadas por Ducrot (1977a) como a existência de determinados tabus linguísticos (há temas ou palavras sobre os quais não é permitido que seja feita menção explícita), a restrição quanto àquilo que o locutor tem autorização para falar, ou ainda, à autoridade exercida ou não pelo locutor (há determinados tipos de relação intersubjetiva nas quais o locutor não tem a autorização para tratar de determinados assuntos, ou colocar o interlocutor em determinada situação jurídica – dar-lhe uma ordem, fazer-lhe um pedido ou sugerir-lhe um comportamento).

Nesse sentido, as palavras de Ducrot (1977a, p. 09) “a língua não se realiza senão quando fornece um lugar de encontro para os indivíduos” dão o tom da descrição linguística: por um lado, leva em conta a interação dos indivíduos por meio da linguagem, e, por outro, reconhece na linguagem a capacidade de produzir essa interação. A vocação da linguagem para promover as relações intersubjetivas já havia sido evidenciada por Benveniste, ao projetar as relações do discurso no interior da língua, por meio dos pronomes pessoais – Benveniste, na definição do *aparelho formal da enunciação*, caracterizou a repetibilidade da enunciação, como uma marca própria da língua. Por isso, tanto o pressuposto quanto o subentendido são descritos a partir das relações enunciativas propiciadas pela linguagem, num primeiro momento situando o pressuposto no nível da significação – componente linguístico – e o subentendido como fundado na enunciação – componente retórico.

Além do componente retórico e do componente linguístico, outros dois conceitos são introduzidos para a explicação dos implícitos: a *significação literal* (SL) e a *significação implícita* (SI), sendo aquela o dispositivo que aciona esta. A SL é definida em Ducrot (1992) como *significação*, presente em cada frase da língua. Quanto à SI, a entendemos como o sentido que o locutor pretende derivar de seu enunciado, ou seja, o próprio implícito. Para o autor, a significação implícita só pode ser descoberta uma vez tendo sido compreendida a significação literal, podendo ocorrer o contrário também – o interlocutor só decifra a significação literal, permanecendo num nível mais superficial de entendimento do enunciado.

2.1.1 Os pressupostos

Ao longo do desenvolvimento teórico da ANL, a pressuposição foi um dos conceitos que mais sofreu reformulações. Os primeiros textos de Ducrot já tratavam do fenômeno⁴², tendo o autor lhe dedicado uma obra inteira – *Princípios de semântica linguística: dizer e não dizer*, tradução publicada no Brasil em 1977 e originalmente publicada na França sob o título *Dire et ne pas dire: principes de sémantique linguistique* no ano de 1972⁴³.

Seu constante interesse pela pressuposição parece estar motivado pela relação que estabelece com outros acontecimentos da linguagem, como a polifonia, especialmente – a qual Ducrot desenvolve profundamente –, a negação, a interrogação e o encadeamento, três dos critérios elencados para a descoberta dos pressupostos. Tendo em vista esse constante movimento, seguiremos a linha cronológica dos artigos acima mencionados, para uma visão geral do conceito, e para tomarmos a decisão de que postura será adotada diante das flutuações conceituais, que representam um constante amadurecimento do pensamento a respeito da teoria que desenvolve.

A caracterização e a conceituação da pressuposição que seguiremos serão definidas segundo seis artigos que tratam do tema e que fazem parte do conjunto elencado no início deste capítulo, quais sejam: Ducrot (1987d; 1987e; 1987b; 1992); Carel e Ducrot (2008) e Carel (2011a), respectivamente.

Para Ducrot (1977a), os implícitos fundados no enunciado, ou seja, aqueles inscritos no componente linguístico, são decorrentes da organização interna do enunciado, pela qual a proposição implícita é decorrente de alguma lacuna deixada no encadeamento das proposições explícitas. Podemos usar esse procedimento para dar a entender algo que não queremos expressar abertamente, como a) as dificuldades pelas quais Pedro está passando, ou b) que o locutor esteve na Universidade, no exemplo (8), ou o pouco apreço que Pedro tem por carros nacionais, no enunciado (9):

(8) Encontrei Pedro na PUCRS, ele estava preocupado.

(9) Pedro gosta de carros importados.

⁴² Além de Ducrot (1987d), mencionamos, ainda, um texto não referenciado neste trabalho, trata-se do artigo *La description des énoncés français et la notion de présupposition* publicado por O. Ducrot em 1968 na Revista *L'homme*.

⁴³ Não se trata aqui de fazer uma revisão completa da noção de pressuposição na obra de Ducrot, pois não constitui o tema central deste trabalho. Nossa escolha por trazer tal conceito justifica-se pela sua estreita relação com a suposição, esta sim objeto ao qual nos dedicamos. Portanto, os critérios adotados para seleção dos artigos sobre a pressuposição são a) ter relação explícita com o tema da tese; b) tratar-se de textos atuais publicados por Ducrot e Carel nos quais o conceito de pressuposição aparece ligado à Teoria dos Blocos Semânticos.

Os procedimentos de implicitação usados em (8) e em (9) são diferentes: em (8), o segmento implicitado ao qual nos referimos em a) poderia ser encadeado ao enunciado através de *logo*, resultando em (8'); (8'') apresenta um conteúdo pressuposto que aparece implicitado. Já em (9), pela adjetivação, o locutor exclui os carros nacionais e os coloca como não pertencentes ao conjunto dos carros pelos quais Pedro tem preferência (9'). Se Pedro gostasse de carros independente da sua procedência não haveria necessidade de acrescentar ao enunciado a restrição – a esse fato Ducrot atribui a *lei da economia* segundo a qual interlocutor tende a supor que são úteis todas as informações que o locutor disponibiliza em seu enunciado.

(8') Encontrei Pedro na PUCRS, ele estava preocupado, logo, deve estar com algum problema.

(8'') Pedro esteve na universidade.

(9') Pedro gosta pouco (ou menos) de carros nacionais.

Outro exemplo, desta vez um exemplo clássico de pressuposição, aparece em (10), e sobre o qual Ducrot desenvolve boa parte de seu estudo sobre esse tema. Neste caso, o posto, que é expresso abertamente pelo enunciado, é a condição de Pedro como ex-fumante afirmada pelo locutor (10a), e o pressuposto é o conteúdo evocado em (10b)

(10) Pedro parou de fumar.

(10a) Pedro não fuma atualmente.

(10b) Pedro fumava.

Os pressupostos, implícitos marcados desde o componente linguístico, estão circunscritos ao sentido literal, ou, mais precisamente, estão marcados na significação das palavras ou frases da língua. Por isso, pertencem ao domínio comum das duas personagens do diálogo, locutor e alocutário que, falantes da mesma língua e detentores desse conhecimento, não podem deixar de aceitar sua presença, não podendo negá-la.

Apresentado, portanto, como pertencente ao “nós”, o pressuposto, parece situar-se como num passado do conhecimento, comum aos dois personagens do diálogo, e ao qual o locutor parece fazer alusão em sua fala, enquanto o posto é reivindicado pelo “eu” e simultâneo ao ato da comunicação, apresentado quando da enunciação da frase que o implica.

Por ser um fato de língua, a pressuposição não está ligada a nenhuma reflexão

individual, e não pode ser justificada ou explicada por raciocínio, apresentando-se como uma contribuição do próprio enunciado. Além disso, a ligação da pressuposição com os fenômenos sintáticos da negação e da interrogação, que constituem critérios para revelar sua presença, parece ser um motivo adicional que atesta sua inscrição na significação, na língua (DUCROT, 1987d).

Daremos um exemplo de como as transformações sintáticas operadas pela negação e pela interrogação atuam sobre um enunciado, mantendo-lhe os pressupostos. Tomemos como exemplo o enunciado (11)

(11) Pedro trabalhou pouco na última semana.

É possível perceber que o pressuposto (11') se mantém mesmo com a transformação da asserção em interrogação ou fazendo agir sobre ela a negação:

(11') Pedro trabalhou.

(11a) É falso que Pedro trabalhou pouco na última semana.

(11b) É verdadeiro que Pedro trabalhou pouco na última semana?

O terceiro critério aplicado para a demonstração dos pressupostos é o critério do encadeamento (ou subordinação). Ele deixa transparecer uma marca da ANL, que é a noção de relação: ainda neste momento inicial das reflexões teóricas do autor (o texto ao qual nos referimos foi publicado originalmente em 1969), o embrião do que seria um dos conceitos centrais da ANL já estava implantado. A subordinação de um segmento a um enunciado com pressupostos se dá sempre ao conteúdo posto, e nunca ao conteúdo pressuposto: é o caso de (11c), segundo o qual o segmento é encadeado ao posto, que afirma a escassa quantidade de trabalho e a relaciona com a urgência dos prazos, mantendo o pressuposto (11'), de que Pedro trabalhou. No entanto, se a subordinação tivesse sido encadeada ao pressuposto, a orientação argumentativa dada por ele seria completamente outra, bem como o sentido resultante, considerado até mesmo como um pouco bizarro – (11d)*:

(11c) Pedro trabalhou pouco na última semana embora os prazos estivessem vencendo. (encadeamento realizado a partir do posto, que afirma a escassa quantidade de trabalho).

(11d)* Pedro trabalhou pouco na última semana por isso conseguiu vencer os prazos pendentes. (encadeamento realizado a partir do pressuposto, afirmação de que Pedro trabalhou).

Alguns anos mais tarde, em 1977, Ducrot realiza um reexame das considerações sobre a pressuposição (e sobre os subentendidos) publicadas no artigo de 1969 (DUCROT, 1987d), às quais fizemos menção até agora. Tal revisão foi motivada pela obra de Paul Henry denominada *A Ferramenta Imperfeita*, publicada na França em 1977, e sua tradução, no Brasil, em 1992. Nessa obra, Paul Henry critica as definições da pressuposição apresentadas por Ducrot (1977) – trabalho dedicado na íntegra ao estudo da pressuposição – e oferece a Ducrot um espaço para que escreva um posfácio e possa responder às críticas feitas a ele. Seu reexame toma forma em dois textos que apresentam basicamente a mesma ideia: Ducrot (1992) e Ducrot (1987e). Embora não ignoremos o conteúdo do primeiro, seguiremos o segundo, pois nele se encontram marcadas de modo mais explícito as relações entre pressuposto e subentendido.

A tese que pretende rever é a ideia de que todos os pressupostos estariam unicamente determinados pela significação das frases, ou o que ele chama de *concepção antiga da pressuposição*, cuja máxima afirmava que os pressupostos *se realizavam apenas da significação da frase para o sentido do enunciado*. Ducrot mantém, com ressalvas, um princípio secundário, de que a significação da frase poderia implicar a existência deste ou daquele pressuposto quando da sua realização no enunciado.

Para iniciar o reexame de tal tese, Ducrot (1987e) apresenta três tipos de considerações, que justificariam a atribuição do pressuposto às frases da língua. A primeira delas apoia-se na descrição dos pressupostos como condição de emprego: de acordo com a literatura filosófica sobre o assunto, se o pressuposto P encontra-se marcado no enunciado E, e se na ocorrência O de E o pressuposto P não estiver presente, a ocorrência O pode ser tida como um emprego estranho, anômalo, e tal afirmação (da pertinência do pressuposto ao enunciado) seria tida como uma falsidade. Por isso, torna-se evidente, segundo a literatura filosófica, que as condições de emprego não podem caracterizar o enunciado, e sim apenas frase, pois o enunciado, ele mesmo já é um emprego. Sendo o pressuposto uma condição de emprego, ele só poderia encontrar sua origem na significação.

A segunda justificativa para inserir os pressupostos na frase toca em questões delicadas, e fatos incontestáveis para a descrição da pressuposição. Para Ducrot (1987e), é preciso definir sobre qual estrato incidem a negação e a interrogação: sobre a frase, construto

teórico, ou sobre o enunciado, realização da frase? Para Ducrot, é sobre a frase, pois não faz sentido atribuir transformações sintáticas ao enunciado que já é, ele próprio, resultado de uma enunciação que teve por fim interrogar, negar, ou afirmar; essas transformações só podem afetar a frase, transformando-a em um enunciado interrogativo ou negativo, sob os quais seriam mantidos os pressupostos.

A terceira justificativa para inscrição dos pressupostos no componente linguístico nasce da definição da pressuposição como um ato de fala. Ducrot assinalava a pertinência dos atos ilocutórios à frase por oposição aos atos perlocutórios, os quais seriam decorrentes do enunciado, como um efeito indireto da enunciação. O que fez com que Ducrot inserisse os atos ilocutórios na frase foi um deslize conceitual, que partia da eficácia do ato ilocutório enquanto fala para a ideia de que ele é sustentado por uma eficácia inerente às próprias palavras da língua. Sendo a pressuposição um ato ilocutório, e este estando inscrito nas frases, consequentemente havia mais um motivo para crer que a pressuposição seria transmitida da frase para o enunciado.

Essas três justificativas são discutidas pois são elas que motivam a tese que Ducrot (1987e) pretende analisar e colocar em questão, portanto, seu próprio conteúdo é discutível. A primeira delas, que caracteriza a pressuposição como condição de emprego, é rejeitada pelo autor, que defende uma posição contrária àquela da literatura filosófica. Em relação à segunda justificativa, que insere a pressuposição na frase em razão das transformações sintáticas não poderem afetar senão a frase, Ducrot não a rejeita, mas restringe sua aplicabilidade: admite a interrogação e a negação como critérios que podem diferenciar quais são os pressupostos marcados desde a frase em oposição àqueles que se situam no enunciado, e coloca como critério principal de revelação dos pressupostos o encadeamento. Ao admitir que o encadeamento é o método mais eficaz para a descoberta dos pressupostos, diz-se também que estes não orientam para a continuação do discurso, ficando essa orientação a cargo do posto (conforme exemplos (11c) e (11d)*). A terceira justificativa para atribuir a pressuposição ao nível da frase é rebatida pela análise de enunciados capazes de revelar que o pressuposto pode aparecer como resultado de subentendidos (os subentendidos, para Ducrot, são efeitos secundários da enunciação, estão implicados de modo indireto e precisam ser descobertos pelo interlocutor – sobre esse aspecto, ver seção 2.1.2). Voltemos ao exemplo (11) para ilustrar:

(11) Pedro trabalhou pouco na última semana.

Desse exemplo, podem ser compreendidos os subentendidos (11e) e (11f):

(11f) O trabalho é garantia de sucesso profissional.

(11e) Pedro não terá sucesso profissional.

O subentendido (11f) é necessário para garantir o surgimento do subentendido (11e). Supondo que o objetivo do locutor ao enunciar (11) seja chamar a atenção de Pedro pela sua pouca produtividade, o subentendido encarregado de fazê-lo é aquele contido em (11e), sendo que (11f) funciona, neste caso, como um pressuposto: *Se o sucesso profissional é garantido pelo trabalho e Pedro trabalhou pouco, Pedro não terá sucesso profissional*. Para Ducrot, “é necessário, então, fazer admitir que [a pressuposição] pode aparecer ao nível mesmo do enunciado e até mesmo sob a forma de subentendido. Haveria pressuposições subentendidas, como há pedidos subentendidos⁴⁴.” (DUCROT, 1987e, p. 37).

A conclusão apontada pelo teórico é de que existem pressupostos marcados na frase – evidenciados pelos critérios clássicos –, há pressupostos que são revelados pelo critério do encadeamento, mas que não resistiriam à ação das transformações sintáticas, e há pressupostos que surgem apenas a partir do enunciado, como apontamos com os exemplos (11e) e (11f). No entanto, Ducrot mantém a pressuposição com um elemento do sentido, caracterizada por obrigar o destinatário a admiti-la sem, contudo, dar-lhe o direito de prosseguir o diálogo a partir dela.

Que ela [a pressuposição] possa ser marcada a partir do nível da frase confirma, então, no que tange à língua, no sentido mais tradicional do termo, a ideia de que a utilização polêmica da linguagem não se acrescenta à língua – em virtude de alguma lei de discurso ligada à natureza humana. (...) A língua é consagrada à interação dos indivíduos. (DUCROT, 1987e, p. 41).

Assim, a definição que propõe para a pressuposição é *as indicações que um enunciado traz, mas sobre as quais o locutor não faz recair a continuidade do seu discurso* (DUCROT, 1977/1987e, p. 38), revelando a existência de pressupostos que os critérios usados pelas teorias clássicas deixariam passar despercebidos.

Alguns anos mais tarde, Ducrot (1984/1987b), ao dar corpo à sua teoria sobre a polifonia, apresenta uma nova explicação para o desmembramento de posto e pressuposto em

⁴⁴ Os pedidos subentendidos aos quais o autor faz alusão são exemplificados pelo enunciado *Você é capaz de fechar a janela?*, cuja finalidade não é perguntar ao alocutário sobre a sua capacidade de fechar a janela, mas de subentender-lhe o pedido de fechá-la.

dois conteúdos independentes. A teoria da polifonia afirma que o locutor nunca se expressa diretamente, mas coloca em cena certos personagens, que ele denomina enunciadores, com os quais o locutor se relaciona e que são responsáveis por pontos de vista. Dessa forma, o autor se opõe à caracterização da pressuposição proposta em seu livro *Princípios de Semântica Linguística* (1977) no qual propunha, para um enunciado com pressupostos, a realização de dois atos ilocucionais, um de asserção e outro de pressuposição.

Na nova visão apresentada pelo viés polifônico, os conteúdos posto e pressuposto aparecem desmembrados e sob responsabilidade de dois enunciadores distintos – E1 e E2. E2, a quem é atribuído o conteúdo expresso pelo posto, é assimilado a L, o que permite considerá-lo como um ato de afirmação – já que é o conteúdo assumido por ele. Já o conteúdo pressuposto é de responsabilidade de E1 e assimilado a um SE, uma voz coletiva na qual L estaria localizado – por isso dá sua concordância a esse enunciador. Portanto, no nível dos enunciadores, não há pressuposição, apenas dois conteúdos, ficando a cargo do enunciado a revelação dos pressupostos.

(11) Pedro trabalhou pouco na última semana.

E1 – Pedro trabalhou.

E2 – A quantidade de trabalho realizado por Pedro na última semana é escassa.

A pressuposição é marcada, então, não como o objeto de asserção do locutor, mas como uma informação presente em seu enunciado, e embora L a apresente como um elemento do sentido, não pretende assumir a responsabilidade por ele, o que impede, portanto, de encadear a sequência do seu discurso (ou permitir ao alocutário que o faça) a partir dos pressupostos.

Com o surgimento da TBS, pela tese de doutorado de Marion Carel (1992), muitos aspectos da ANL foram revistos (conforme já abordamos no capítulo anterior), e com a criação de novas ferramentas, vários fenômenos já estudados foram submetidos aos novos conceitos e receberam uma descrição e explicação alinhada com o novo espírito dos estudos da Semântica Argumentativa. Dentre eles a polifonia e, conseqüentemente, a pressuposição, considerada até o momento como um exemplo de discurso polifônico. Digo até o momento, pois Carel e Ducrot (2008) apresentam uma revisão e uma posição radical com relação aos conteúdos pressupostos e à polifonia, pois colocam em dúvida a pressuposição ou limitam severamente sua extensão (CAREL; DUCROT, 2008, p. 12).

Os três tipos de pressuposição que os autores analisam são os apresentados em *Princípios de semântica linguística: dizer e não dizer* (1977), os quais relatamos a seguir:

- a) *Descrições definidas*: exemplificado por (11), pressupõe que Pedro trabalhou e põe a sua escassa quantidade de trabalho.

(11) Pedro trabalhou pouco na última semana.

- b) *Factitivas*: exemplificado por (12), pressupõe a verdade de “p” e põe a crença que Pedro tem em “p”.

(12) Pedro sabe que p.

- c) *Continuação ou cessação de estado*: exemplificado por (10), pressupõe que Pedro fumava antes e põe que Pedro não fuma mais:

(10) Pedro parou de fumar.

Para os autores, apenas o enunciado (11) é tido como pressuposicional, o das descrições definidas. O que levou os autores a realizar essa revisão foi a crítica sofrida por Ducrot ao desmembrar o sentido do enunciado em dois conteúdos independentes, o posto e o pressuposto, demonstrando um desconhecimento em relação à unidade semântica expressa pelos enunciados. A motivação para tal desmembramento vinha das indicações que as transformações sintáticas operavam no enunciado, invertendo o posto e deixando o pressuposto intacto (conforme exemplificamos anteriormente (11), (11a) e (11b)). A teoria polifônica *standard* tomava esses dois conteúdos como pontos de vista sob a responsabilidade de dois enunciadores distintos (DUCROT, 1987b), frente aos quais o locutor tomava as atitudes de concordar e assumir (exemplo (11) com E1 e E2). A respeito da crítica sofrida, Ducrot e Carel comentam “fazemos nossa a crítica do desmembramento se ele significa que os conteúdos posto e pressuposto não têm sentido independentemente um do outro, de modo que se altera sua natureza ao atribuir-lhes enunciados separados.” (CAREL; DUCROT, 2008, p. 12).

A proposta que vem em lugar da posição rejeitada pelos autores faz uso de conceitos da TBS (os quais serão trabalhados no capítulo 3) como o *encadeamento argumentativo* e a

interdependência semântica. Os encadeamentos argumentativos são constituídos por segmentos de discurso relacionados por conectores de dois tipos: transgressivos – *no entanto (PT)* – e normativos – *portanto (DC)* – que, ao relacionar em um só encadeamento o posto e o pressuposto, conseguem manter a unidade de pensamento que o enunciado expressa. Para isso, posto e pressuposto são colocados em relação argumentativa: o que constituía o pressuposto passa a ser o *suporte* (1º segmento do encadeamento), e o posto, o *aporte* (segundo segmento do encadeamento).

Para as pressuposições do tipo *fativas* como o enunciado (12), a proposta de encadeamento é:

(12a) *p é verdadeiro DC Pedro pensa que p*

no qual os segmentos têm seu sentido definido pela relação estabelecida entre si e expressa pelo conector, o que os autores denominam *interdependência semântica*, que expressa um único sentido, uma forma particular de pensamento, aquela fundada no caráter verdadeiro de “*p*”.

Para o tipo de pressuposição *continuativa ou cessativa*, do exemplo (10), o encadeamento que melhor o representa é

(10c) *ter fumado PT não fumar*.

Posto e pressuposto, unidos num único encadeamento, expressam o sentido de modo mais próximo à realidade do enunciado. Não se trata de dizer que esse estado se produzia no passado e que não se produz atualmente, mas uma mudança entre a realidade passada e a realidade presente, segundo a qual o comportamento atual é uma *transgressão* (no sentido linguístico do termo) em relação ao comportamento anterior.

Quanto à manutenção dos pressupostos sob a negação (incluindo na negação a interrogação, considerada como uma forma fraca de negação), sua explicação via TBS se dá usando a lei da negação, pela qual um enunciado negado se transforma em converso do seu correspondente positivo (ver capítulo 3). No caso do enunciado (10), o encadeamento que o representa teoricamente é (10c) *ter fumado PT não fumar*. O enunciado negativo correspondente a (10) é (10’), cujo encadeamento correspondente é (10’a)

(10’) *Pedro não parou de fumar*

(10'a) ter fumado DC fumar

Temos, portanto, a manutenção do pressuposto no primeiro segmento (ter fumado) e a negação do posto (Pedro ainda fuma) no segundo segmento. A negação dos pressupostos se dá, como na descrição habitual, pela negação dita metalinguística, conforme o exemplo (10'') cujo encadeamento se materializa em (10''a)

(10'') Pedro não continua a fumar, ele sequer começou.

(10''a) neg ter fumado DC neg fumar.

A colocação de posto e pressuposto em relação argumentativa expressa pelo conector elimina o desmembramento do sentido do enunciado em dois conteúdos independentes. Sendo o sentido expresso apenas por um encadeamento argumentativo, os autores eliminaram também o caráter polifônico atribuído aos pressupostos em Ducrot (1987b), para os tipos de pressuposição *factitiva* e *continuativa* ou *cessativa*. Para o primeiro tipo, das *descrições definidas*, no entanto, seguem admitindo a descrição polifônica e pressuposicional habitual, pois não veem motivo para ligar argumentativamente os dois conteúdos. Assim, para o enunciado (11) *Pedro trabalhou pouco na última semana*, permanece o desmembramento do conteúdo em E1- *a quantidade de trabalho executada por Pedro foi escassa*, o qual o locutor assume, e em E2 – *Pedro trabalhou*, ao qual o locutor dá a sua concordância.

Em 2011, Marion Carel dá continuidade à revisão sobre a pressuposição iniciada em Carel e Ducrot (2008), também questionando seu potencial polifônico. Para ela, a palavra *polifonia* tem dois tipos de definição: a primeira delas, encontrada em Ducrot (1987b), denominada pela autora como *polifonia semântica*, é definida como a alusão, por um único enunciado, a vários conteúdos. A segunda definição, ligada a Bakhtin e denominada *polifonia intertextual*, é aquela que descreve a presença de várias instâncias enunciativas no interior da enunciação de um enunciado. O ponto em comum entre elas é que ambas são declaradas.

Nesse cenário, a pressuposição é tida com um exemplo de polifonia semântica, à qual Carel atribui (13). O enunciado comunicaria de uma só vez que Pedro dormia antes (conteúdo pressuposto, que se mantém pela transformação da asserção em interrogação *Pedro parou de dormir?*) e que Pedro não dorme mais, conteúdo comunicado pelo locutor e objeto de sua asserção, posto pelo enunciado (conteúdo modificado pela interrogação ou negação).

(13) Pedro parou de dormir.

Quanto ao segundo tipo de polifonia, a intertextual e atribuída a Bakhtin, o exemplo que trazemos para ilustrá-la é (14), poema de Oswald de Andrade chamado *Canto de regresso à pátria*, uma reescrita da *Canção do Exílio* de Gonçalves Dias (14’):

(14) *Minha terra tem palmares*

Onde gorjeia o mar

Os passarinhos daqui

Não cantam como os de lá.

(Oswald de Andrade, *Canto de regresso à pátria*).

(14’) *Minha terra tem palmeiras*

Onde canta o sabiá,

As aves que aqui gorjeiam

Não gorjeiam como lá.

(Gonçalves Dias, *Canção do exílio*).

A polifonia intertextual partilha da característica da pressuposição, de não poder jamais ser negada: o locutor de (14) não pode negar a alusão que faz ao conteúdo de (14’). No entanto, esses dois tipos de polifonia se distinguem por dois motivos: pela forma de evocar os conteúdos associados aos enunciados e pela posição que o locutor assume diante desses conteúdos. Na polifonia semântica, o conteúdo pressuposto está inscrito na significação, e o locutor toma posições diante desses conteúdos – assume o conteúdo posto e concorda com o conteúdo pressuposto. Já na polifonia intertextual, a alusão ao conteúdo evocado não decorre de uma marca na significação, mas do enunciado, da sua combinação léxica. Além disso, o locutor não toma posição frente aos conteúdos evocados, ele apenas se posiciona em relação ao produto da sua própria enunciação.

Frente aos dois acontecimentos polifônicos, Carel (2011a) se interessa pelo primeiro, atribuído a Ducrot (1987b), e analisa especialmente sua relação com a pressuposição. Sua proposta segue a hipótese de Carel e Ducrot (2008), segundo a qual a pressuposição não pode ser caracterizada como uma fonte de polifonia. A justificativa para essa afirmação deve-se ao fato de posto e pressuposto aparecerem ligados segundo uma relação *argumentativa*, expressa por conectores do tipo *portanto* e *no entanto*. O que o enunciado (13) *Pedro parou de dormir* comunica, portanto, não é a existência de dois estados (Pedro dormiu e Pedro não dorme mais), mas uma passagem de um estado para outro *estar-acordado-apesar-do-seu-*

precedente-estado-de-sono (CAREL, 2011a). Já a negação do enunciado (13) comunica outro predicado argumentativo, o qual é resultado de uma transformação: (13') *Pedro não parou de dormir* comunica um sentido consecutivo *ele-dorme-porque-dormia-antes*. Esses dois predicados, contidos nos grupos verbais *parou de dormir* e *não parou de dormir*, são expressões linguísticas que têm por significação *ser Q ainda que P* ou *ser Q pois P* (CAREL, 2011a).

Como afirmado em Carel e Ducrot (2008), a autora reconhece que a pressuposição do tipo *existencial* (ou *descrições definidas*) constitui uma fonte de polifonia, pois não há razão para ligar argumentativamente os conteúdos posto e pressuposto em um único encadeamento. Não há laço argumentativo entre os conteúdos expressos por (11), *Pedro trabalhou* e *a quantidade de trabalho realizada por Pedro foi escassa*; para essa classe de enunciados, portanto, Carel mantém a descrição polifônica usual.

Para resumir: Carel (2011a) apresenta dois tipos de pressuposição: a *pressuposição argumentativa*, cujos exemplos são do tipo de (13) e não são fontes de polifonia, pois os conteúdos posto e pressuposto aparecem ligados de modo argumentativo, cuja relação é expressa por conectores do tipo *portanto* ou *no entanto*. Quando de origem lexical, ou seja ligada à língua de um modo particular, a pressuposição será sempre do tipo *argumentativo*. O segundo tipo de pressuposição é a *pressuposição polifônica*, cujo exemplo é dado por (11), segundo a qual o conteúdo pressuposto aparece ligado em segundo plano ao conteúdo principal. Esse tipo de pressuposição, juntamente com outros exemplos de *polifonia semântica*, são objetos de estudo da TAP (Teoria da Argumentação Polifônica).

2.1.2 Os subentendidos

De menor interesse para Ducrot e seus seguidores, os subentendidos aparecem normalmente em seus artigos como exemplos daquilo que não são pressupostos. Por isso, os autores não se dedicaram ao estudo propriamente do subentendido, mas descreveram-no e explicaram-no por oposição à pressuposição.

No programa de pesquisa da Semântica Argumentativa, que explica a construção do sentido da linguagem a partir de dois componentes, o componente linguístico e o componente retórico, a descoberta dos subentendidos está ligada à atividade enunciativa, ou seja, ao segundo dos dois componentes.

Nossa apresentação dos estudos a respeito do subentendido seguirá o método adotado para os pressupostos, respeitando a ordem de publicação dos artigos nos quais há a menção sobre o tema, quais sejam, Ducrot (1987d; 1987e) e Carel (2011a).

Em (1987d), Ducrot faz uma descrição inicial dos pressupostos e subentendidos, caracterizando-os a partir do comportamento do sentido de alguns enunciados com relação aos conteúdos evocados. Sua principal hipótese é de que existem dois tipos de implícitos: aqueles que têm origem no componente linguístico, ou seja, na significação das frases – conforme nossa descrição da pressuposição na seção **2.1.1** – e aqueles que têm origem na enunciação, que são os subentendidos. Esta é a primeira característica dessa segunda classe, o fato de ser resultado de um efeito da enunciação.

As colocações de Ducrot (1977a) acompanham aquelas presentes em Ducrot (1987d), e parecem apresentar com muita clareza a natureza dos subentendidos. Para o autor, “o implícito não deve ser procurado no nível do enunciado [frase], como um prolongamento do nível explícito, mas num nível mais profundo, como uma condição de existência do ato de enunciação [enunciado]” (DUCROT, 1977a, p. 07).

Pelo fato de não situar-se no nível explícito do enunciado, mas constituir-se do resultado do raciocínio do ouvinte, o subentendido é descrito como à margem do sentido literal, como não pertencente à significação linguística, podendo o locutor a qualquer momento negar a responsabilidade pelo subentendido, apelando para o dito em seu enunciado.

Voltemos ao exemplo (9)

(9) Pedro gosta de carros importados.

no qual há a presença do conteúdo evocado (9') *Pedro gosta pouco (ou menos) de carros nacionais*, atestado pela *lei de economia*. Segundo essa lei do discurso, o locutor supõe serem necessárias todas as “informações” que disponibiliza em seu enunciado. No entanto, esse conteúdo não pode ser classificado como um pressuposto, pois não resiste às transformações sintáticas operadas pela negação e pela interrogação:

(9a) É falso que Pedro gosta de carros importados.

(9b) É verdadeiro que Pedro gosta de carros importados?

O locutor do enunciado pode negar também ter tido a intenção de incorporar o sentido (9') ao seu enunciado, dizendo (9c)

(9c) Pedro gosta de carros importados e até mesmo dos carros nacionais.

pois tal encadeamento é totalmente lícito e previsto na orientação argumentativa de (9), sobre a qual o locutor pode apoiar-se para negar o subentendido (9'). Assim, os sentidos subentendidos parecem não estar prefigurados na significação da frase que o enunciado realiza e a partir do qual são derivados, mas parecem ter-lhe sido acrescentados pela interpretação do ouvinte. O implícito subentendido não é encontrado, mas reconstruído, e constitui-se puramente como um *fato de fala* (DUCROT, 1977a).

O locutor beneficia-se, portanto, da eficácia da sua enunciação para comunicar determinado sentido que não poderia (ou não teria o direito) de dizer abertamente, deixando para o ouvinte concluí-lo. Por isso, tem-se a impressão de que a compreensão dos subentendidos acontece em um momento posterior ao momento da enunciação (por oposição aos pressupostos, que se situariam em um momento passado do conhecimento tanto do locutor quanto do interlocutor), que surgiriam após a reflexão do ouvinte a respeito das circunstâncias da mensagem que o locutor lhe transmite. O enunciado (15), por exemplo, pode ser usado pelo locutor para deixar subentendido ao destinatário (15'), caso o locutor-orientador queira dar a entender de que gostaria que seu aluno concluísse seu doutorado em breve; ou pode insinuar ao destinatário (15''), caso queira motivá-lo a concluir seu doutorado antes do prazo final:

(15) Pedro concluiu seu doutorado em apenas dois anos.

(15') Gostaria que você concluísse seu doutorado antes do prazo.

(15'') É possível concluir um doutorado em dois anos.

Dessa forma, o locutor pode sugerir a seu destinatário determinado sentido, sem, contudo, admitir a responsabilidade por tê-lo dito. O locutor beneficia-se do conteúdo linguístico que enuncia, pois a partir dele comunica ao destinatário da mensagem um conteúdo derivado, que não encontra fundamento na significação. O interlocutor chega ao subentendido pela análise dos enunciados e das suas circunstâncias de enunciação, questionando: Por que o locutor disse o que disse? No caso de (15), o interlocutor chegará ao subentendido (15') em uma conversa com seu orientador na qual ele estaria sugerindo que Pedro concluísse seu doutorado antes que o prazo se esgotasse.

Contrariamente à pressuposição, os subentendidos não resistem à ação transformadora da negação e da interrogação, cuja explicação encontra-se no fato de não estarem fundamentados na significação das palavras componentes do enunciado, sobre as quais incidem essas transformações sintáticas, mas por serem um efeito da enunciação, sobre a qual tais transformações não têm o poder de operar. Além disso, Ducrot afirma que o critério do encadeamento não permite que se dê continuidade a um discurso, encadeando outro enunciado a partir de seus pressupostos. Nós concluímos, quanto ao subentendido, que a oposição à pressuposição se mantém também neste critério, pois é possível encadear a sequência do discurso a partir de seus subentendidos, conforme (15a). O locutor-orientador, através de (15) *Pedro concluiu seu doutorado em apenas dois anos*, subentende ao seu interlocutor (15') *Gostaria que você concluísse seu doutorado antes do prazo*, ao que Pedro poderia responder

(15a) Eu não concluirei meu doutorado antes do fim do prazo, pois preciso realizar uma longa coleta de dados.

Em seu texto de (1987e), Ducrot reexamina a tese que afirma a oposição pressuposto-subentendido pela pertinência dos pressupostos à frase e dos subentendidos à enunciação. O objetivo desse reexame é justamente desfazer a oposição criada em Ducrot (1987d), pela qual pressupostos e subentendidos teriam origem em estratos diferentes da atividade linguística – um estando ligado estritamente ao componente linguístico, e o outro, ao componente retórico. Conforme já vimos na seção **2.1.1**, Ducrot apresenta três justificativas para inscrever o pressuposto na significação das frases. No entanto, a mudança de perspectiva com relação à pressuposição atinge apenas de modo indireto a descrição dos subentendidos, que continuam a fazer parte dos efeitos da enunciação, pois, sendo observáveis em apenas algumas ocorrências da frase, não se encontram nela marcados. “Para que um enunciado E subentenda X, X deve aparecer com uma explicação da sua enunciação” (DUCROT, 1987e, p. 32)

O que muda de modo mais visível é a relação pressuposto-subentendido: para Ducrot (1987e), a *pressuposição é um ato* (illocutório), enquanto *o que se subentende é um ato* (subentende-se uma afirmação, um conselho, uma dúvida ou até mesmo um pressuposto como no exemplo (11e) e (11f)). É uma diferença bastante sutil, mas que toca diretamente naquilo que as diferenciava, pois subentendido e pressuposto deixam de estar em relação de oposição uma vez que já não pertencem mais ao mesmo nível – só é possível opor coisas que de algum modo aparecem interligadas.

O pressuposto, para o autor, é parte integrante do sentido dos enunciados, pois não há como enunciar uma frase com pressupostos sem denunciar sua presença: funciona como uma imagem da enunciação, é imposto ao ouvinte. Já no que tange aos subentendidos, é perfeitamente possível que o interlocutor encadeie a continuidade do discurso a ele. O interlocutor não é constrangido a aceitar os subentendidos, eles apenas dizem respeito ao modo pelo qual se deve interpretar o discurso do locutor, o processo ao final do qual o alocutário resgata a imagem que o locutor quer dar-lhe de sua fala. O uso de um enunciado com pressupostos já impõe ao destinatário a imagem do discurso do locutor, enquanto o subentendido é o resultado ao qual o interlocutor chega a partir da imagem que o locutor deu ao seu discurso, com um efeito secundário deste.

Um ponto em comum, entretanto, é possível apontar: tanto em relação aos pressupostos, quanto em relação aos subentendidos, é dada a possibilidade ao locutor de se retirar de sua fala. No primeiro caso, pela impossibilidade de o interlocutor dar continuidade ao discurso encadeando sua fala aos pressupostos (numa situação de discurso ideal). Sobre os subentendidos, o locutor poderá sempre apelar ao “sentido literal” de seu enunciado para negar que teve a intenção de comunicar este ou aquele conteúdo. Conforme definição, o subentendido é resultado de um processo realizado pelo interlocutor, como resposta a perguntas o tipo *Por que o locutor disse o que disse?* ou *Por que o locutor falou desse modo?* “O locutor apresenta sua fala como um enigma que o destinatário deve resolver. O sentido, que é sempre, para mim, um retrato da enunciação, é um retrato cuja responsabilidade L deixa ao destinatário.” (DUCROT, 1987e, p. 42).

Os subentendidos voltam a ser mencionados muitos anos mais tarde, desta vez em um trabalho de Carel (2011a), no qual há apenas a menção para opô-los, mais uma vez, aos pressupostos.

Nesse trabalho, Carel segue as diretrizes apontadas em Carel e Ducrot (2008), no qual propunham uma mudança radical em relação à descrição e explicação dos pressupostos. Essa mudança diz respeito a dois aspectos, especialmente: a disjunção do sentido do enunciado em dois conteúdos independentes, o posto e o pressuposto, e a descrição polifônica realizada, pela qual cada um dos conteúdos seria de responsabilidade de um enunciador diferente, com os quais o locutor tomaria determinadas atitudes – concordar com o enunciador que sustenta o conteúdo pressuposto, e assumir o enunciador responsável pelo conteúdo posto.

A proposta apresentada pelos autores versa sobre a união dos dois conteúdos em apenas um encadeamento argumentativo, cujos segmentos teriam sua relação expressa por conectores do tipo *portanto* ou *no entanto*. A novidade mais contundente nessa nova análise é

a renúncia à descrição pressuposicional e polifônica das pressuposições do tipo *factiva* e *continuativa ou cessativa*, mantendo-a apenas para as pressuposições do tipo *descrições definidas* (conforme já afirmamos na seção **2.1.1**)

Assim, as mudanças na análise pressuposicional do trabalho de Carel (2011a) com relação a Ducrot (1987e) dizem respeito apenas a reformulações da TAP, com a introdução dos modos e pessoas. Nesse cenário, o exemplo de subentendido dado pela autora vem ao encontro da demonstração daquilo que não é considerado como um pressuposto. Para ela, os fenômenos subentendidos não podem *jamaiz* serem classificados como polifônicos.

(16) Alguns livros foram doados à biblioteca.

Da mesma maneira que os enunciados com pressupostos do tipo (10) *Pedro parou de fumar* comunicam um conteúdo implícito – (10') *Pedro fumava antes* –, o enunciado (16) também comunica o conteúdo implícito (16') *Alguns livros não foram doados à biblioteca*. No entanto, diferentemente do que acontece com (10'), o implícito (16') não resiste à transformação operada pela interrogação (16a) *Alguns livros foram doados à biblioteca?*, o que não o caracteriza como pressuposto. Além disso, o locutor pode negar ter comunicado esse conteúdo, dizendo (16b) *Alguns livros foram doados à biblioteca, e até mesmo todos*.

2.1.3 A suposição

Antes de iniciar detalhadamente a abordagem do conceito de suposição, cabem algumas precisões metodológicas sobre esta subseção, pois ela dará duas indicações a este trabalho: a primeira delas diz respeito aos conceitos que nos serão úteis em nosso estudo da suposição. Partimos do texto de Ducrot (1977b) e da sua descrição do fenômeno para embasarmos as considerações que faremos no próximo capítulo a respeito de nossos dados. Já a segunda indicação situa quais aspectos de nosso trabalho se distanciam desse que tomamos por referência.

Para isso, temos duas justificativas: a primeira delas se vincula à necessidade de atualizações conceituais em função das novidades trazidas pela TBS e pela TAP. A segunda justificativa que trazemos é a necessidade de uma descrição e explicação mais detalhada desse fenômeno, à qual desejamos chegar ao final desta pesquisa.

O texto de Ducrot (1977b) tem como objetivo dar uma resposta à seguinte questão: Como representar na significação das frases os respectivos enunciados que comportam uma

proposição condicional introduzida por *se*, e estruturados segundo o esquema *se p, q*? Para respondê-la, Ducrot toma duas decisões: a primeira é evitar as descrições habituais, que veem nesses enunciados a expressão de relações do tipo causal, condicional, ou consecutiva, pois considera que a significação primeira de *se p, q* não é indicar a causalidade de *p* em relação a *q*, nem a condição *p* para que *q* aconteça. A segunda decisão é aderir a uma descrição ilocucional de *se*. Para isso, parte da definição de *se* do dicionário Robert, que atribui a essa conjunção o potencial de introduzir no enunciado que a contém um dado de hipótese. Para Ducrot, a novidade, nesse caso, é a sugestão que a definição do dicionário Robert apresenta, de descrever *se* a partir dos indícios enunciativos que aparecem marcados no enunciado. Trata-se de pedir ao destinatário da mensagem para visualizar, por um breve espaço de tempo, a proposição *p*, pela qual realiza um ato de *suposição* e se torna o quadro do discurso, e a partir desse quadro, afirmar *q*.

Para o autor, essa definição ilocucional da suposição permite dar conta de todos os usos de *se p, q*, aqueles considerados *standard* pelas descrições tradicionais e até mesmo aqueles que impunham dificuldades de explicação às descrições clássicas.

Sua escolha em apresentar uma explicação ilocucional e não representativa desde a significação das frases permite recuperar essa relação representativa no nível do uso, ou seja, “sua utilização [da explicação ilocucional] para a representação de uma relação” (DUCROT, 1977b, p. 182). Disso decorre que as relações de causa, consequência ou condição tornam-se um efeito secundário do laço enunciativo estabelecido pelo locutor entre as proposições *p* e *q*.

A decisão de Ducrot em adotar uma explicação enunciativa para a suposição exclui, também, os aspectos lógicos relacionados à implicação material, modo pelo qual os seguidores dessa vertente caracterizam os enunciados. Tal exclusão encontra sua motivação nas bases teóricas da ANL, as quais já foram abordadas no primeiro capítulo, em especial, a noção de relação e a análise intralinguística. Na lógica, as proposições *p* e *q* são tidas como independentes uma da outra, como retratando estados do mundo. Uma implicação lógica, que nada mais é do que um raciocínio, é representada pelo esquema $p \rightarrow q$. Ela tem como interpretação “no caso em que *p* fosse verdadeiro, então *q* seria verdadeiro” (DUCROT, 1977b, p. 190), e poderia perfeitamente aparecer estruturada segundo a seguinte proposição

(17) Se o céu é azul, então os pássaros voam.

cuja descrição apenas vê as relações de verdade e falsidade das proposições segundo esquemas próprios.⁴⁵

A diferença fundamental entre o modo de estudar a linguagem pela lógica e pela ANL diz respeito ao objeto que cada uma toma para estudo. A ANL toma por tema de estudo a relação dos enunciados em um discurso, e não propriamente as informações que tais enunciados expressariam. O sentido não é constituído por informações acerca da realidade, mas construído pelas relações do discurso de modo *normativo* ou *transgressivo*, sendo esses conceitos linguísticos e não de ordem mundana. Por isso, os enunciados na ANL não são submetidos a avaliações em termos de verdade ou falsidade, como na lógica, pois não há verdadeiro ou falso quando se trata de subjetividade. Já a lógica usa da linguagem para expressar raciocínios passíveis de serem feitos com a ajuda dessa linguagem. As proposições e seu modo de emprego em um discurso não são de interesse da lógica, seu interesse reside em demonstrar como se pode raciocinar a partir de um enunciado. Para a ANL, o interesse repousa sobre o modo como se pode empregar um enunciado em um discurso dito argumentativo (DUCROT, 1980b). Ducrot (1980b) caracteriza sua teoria como um estruturalismo do discurso ideal, segundo o qual cada entidade tira sua realidade semântica das relações discursivas nas quais ela tem lugar.

[Em um discurso], o encadeamento dos enunciados tem uma origem interna, ele está fundamentado sobre a sua própria natureza, ou, se preferirmos, sobre seu sentido e não sobre o estado do mundo ao qual ele remete. Ora, o tema central da ANL é que o sentido de um enunciado contém alusão a sua eventual continuação: é-lhe *essencial* reclamar tal ou tal tipo de continuação, orientar o discurso ulterior em tal ou tal direção. Se ele é argumentativo, não o é apenas pelo que diz sobre o mundo, mas pelo que ele é, se se considera ele próprio. (DUCROT, 1980b, p. 11) (grifos do autor), (tradução nossa).⁴⁶

Essa diferença crucial sobre o modo de analisar os enunciados, que a ANL apresenta em relação à lógica, responde à necessidade de sempre analisá-los uns em relação aos outros

⁴⁵ Tabela das relações de verdade na implicação. Fonte : Ducrot (1977b) :

	p	q	$p \rightarrow q$
1	V	V	V
2	V	F	F
3	F	V	V
4	F	F	V

⁴⁶ « [Dans un discours,] l'enchaînement des énoncés a une origine interne, il est fondé sur la nature même de l'énoncé, ou, si l'on préfère, sur son sens et non pas sur l'état du monde auquel il renvoi. Or, le thème central de la théorie argumentative est que le sens d'un énoncé contient une allusion à son éventuelle continuation : il lui est *essentiel* d'appeler tel ou tel type de suite, de prétendre orienter le discours ultérieur dans telle ou telle direction. S'il est argumentatif, ce n'est pas seulement par ce qu'il dit sur le monde, mais par ce qu'il est, si on le considère lui-même. » (DUCROT, 1980b, p. 11).

para se definir seu sentido, contrariamente ao que prega a segunda teoria, que fundamenta suas proposições em retratos que ela apresenta sobre a realidade de que fala. Isso justifica a ausência de relação semântica entre as proposições que compõem um enunciado caracterizado como uma implicação. Não se trata de ver em que medida é possível afirmar q a partir de p , mas apenas das relações matemáticas do tipo *verdadeiro/falso*.

Outra refutação que tem relação com a lógica e com os estudos a respeito da suposição é a recusa em ver p apenas como uma condição suficiente de q nos estudos discursivos de *se p , q* . Na lógica, o esquema *se p , q* pode exprimir uma condição suficiente, mas não necessária. Isso significa que da proposição (18), pode-se concluir (18'). Analisando a tabela da nota de rodapé de número 49 é possível que se tenha a primeira premissa como falsa e a segunda como verdadeira, e mesmo assim a implicação permanece com um valor de verdade (relação de número 3 e equivalente à proposição (18')). Vejamos um exemplo no qual um pai diz a seu filho (18), que representa a relação de número 1 da tabela da nota de rodapé da página anterior:

(18) Se tu te comportares mal, não vais ao cinema amanhã.

Acontece que, pela relação de implicação lógica, sendo p uma condição suficiente, mas não necessária para q , o pai pode, mesmo diante do bom comportamento do filho, não permitir que ele vá ao cinema no dia seguinte: é o caso de (18'), expresso na tabela da nota de rodapé da página anterior pela relação de número 3:

(18') Se tu te comportares bem, mesmo assim não irás ao cinema.

Caso p fosse uma condição suficiente e necessária para q , o filho somente poderia ir ao cinema caso se comportasse bem, que teria como proposição negativa equivalente (18'') e encontra na tabela das relações de verdade e falsidade da nota de rodapé da página anterior a relação expressa por 4:

(18'') Se tu te comportares bem, tu irás ao cinema amanhã.

É importante ressaltarmos que não se pode confundir as relações lógicas na linguagem com as relações discursivas. Por isso, logicamente, é perfeitamente admissível (e lógico) deduzir (18') a partir de (18). No entanto, discursivamente, essas relações pertencem a outro

nível: um locutor que afirmasse (18), e tivesse, posteriormente, um discurso do tipo (18') estaria agindo de má fé, uma vez que condicionou a ida ao cinema ao bom comportamento. Além disso, nas relações discursivas, para expressar um enunciado como (18') é necessário empregar em vez da conjunção *se*, sua conjunção oposta, *mesmo se*.

Na lógica, a dificuldade em reconhecer enunciados do tipo de (18) como condições apenas suficientes e não necessárias vem da experiência discursiva dos falantes da língua. A explicação para associar imediatamente a (18) o enunciado (18'') vem da *lei da exaustividade*: ela diz que o locutor deve dizer o máximo com o mínimo. Nesse caso, ao subordinar a ida ao cinema à execução do dever de casa, ele automaticamente apresenta (18''), um sentido *recíproco*. Para ele, essa economia linguística é a responsável pela interpretação recíproca dos enunciados do tipo *se p, q*, que corresponde a *se não p, não q*.

O ponto ao qual pretendemos chegar com essas considerações é justificar nossa postura em relação a aspectos tradicionais já implicados nos estudos de *se p, q* e demonstrar o lugar que nosso trabalho ocupa em meio a tudo o que já foi dito a respeito. Queremos ressaltar que, discursivamente, as relações de verdade e falsidade entre as proposições não interferem na explicação da suposição que pretendemos realizar, pelos motivos apresentados anteriormente com relação aos objetos de estudo da lógica e da ANL. Trazemos essas considerações a respeito da maneira como a implicação é estudada na lógica, pois são comuns os questionamentos e equívocos em relação à maneira como Ducrot apresenta sua teoria. A crítica é geralmente feita apenas a partir da análise de aspectos superficiais, quando, na verdade o que as distingue está em um nível mais profundo, no alicerce da ANL, aspectos relativos à concepção de linguagem decorrente de toda a fundamentação teórica apresentada no capítulo 1.

Relação entre as proposições, posicionamento do locutor, situação enunciativa, nenhum desses elementos participa dos estudos da lógica sobre a linguagem. Já na ANL, eles são fundamentais:

Para nós [Anscombe e Ducrot], todos os enunciados de uma língua dão reciprocamente e tiram seu sentido do fato que se apresentam como impondo ao interlocutor um tipo determinado de conclusões. Toda fala, no fundo dela mesma, é publicitária. Ela é publicitária pelo fato de que seu valor interno se confunde com a continuação que ela reclama. Isso que ela quer dizer é o que ela quer fazer dizer ao outro. (Ducrot, 1980b, p. 11/12) (tradução nossa)⁴⁷

⁴⁷ « Selon nous [Anscombe et Ducrot], tous les énoncés d'une langue se donnent, et tirent leur sens du fait qu'ils se donnent comme imposant à l'interlocuteur un type déterminé de conclusions. Toute parole, au fond d'elle-même, est publicitaire. Elle est publicitaire par le fait que sa valeur interne se confond avec la suite qu'elle réclame. Ce qu'elle veut dire, c'est ce qu'elle veut faire dire à l'autre. » (DUCROT, 1980b, p. 11/12).

A seguir, ao apresentar os trabalhos de Ducrot a respeito do fenômeno, daremos mais exemplos e aprofundaremos a explicação de como isso acontece na língua em uso.

2.1.4 A suposição na ANL

Os trabalhos de Ducrot sobre a suposição podem ser divididos, segundo nós, em duas classes: aqueles em que o estudo dos enunciados que realizam a estrutura *se p, q* aparece de modo periférico, ligados à explicação de outros fenômenos, como a pressuposição, os subentendidos, ou o paradoxo (referimos-nos aos artigos Ducrot (1987d; 1987e, 1980b), Carel e Ducrot (1999)); e aquele no qual a suposição é o tema central, em Ducrot (1977b). Todos os artigos mencionados acima (com exceção de Carel e Ducrot (1999)) foram publicados há pelo menos 30 anos, e contemplam outros momentos da teoria. Isso, no entanto, não diminui sua importância, pois estabelecem o ponto de partida para a análise que propomos e nos dão os fundamentos a serem seguidos.

Os pontos a serem destacados nas análises dos autores são especialmente a relação da suposição com a pressuposição e os subentendidos, a relação com a implicação material dos lógicos e a dupla interpretação dos enunciados interrogativos. Vejamos a seguir tais estudos.

Ducrot (1987d) parte de alguns enunciados para explicar a diferença entre pressuposto e subentendido, e esclarecer o construto teórico que utiliza para explicação dos fenômenos da língua: alguns deles podem ser explicados a partir da significação da língua (o que ele chamou de *componente linguístico*) e outros, a partir do uso da língua (o que ele chamou de *componente retórico*). Para ele, exemplos clássicos de subentendido são aqueles desencadeados a partir de enunciados que realizam a estrutura *se p, q*. O exemplo que demonstra essa afirmação, é o enunciado (19), que tem como posto o conteúdo de (19a) e como subentendido (19b):

(19) Se Pedro vier, João partirá.

(19a) A vinda de Pedro desencadeará a partida de João.

(19b) Se Pedro não vier, João não partirá.

Para o autor, o conteúdo expresso em (19b) é caracterizado como um subentendido (e não pressuposto, como se poderia acreditar) por três motivos principais: o primeiro deles é o seu desaparecimento quando da ação da negação e da interrogação, pois não está presente no enunciado interrogativo (19c):

(19c) Será que João partirá, caso Pedro venha?

O segundo motivo pelo qual o teórico classifica o conteúdo (19b) como subentendido é o fato de ser desencadeado a partir da enunciação (2.1.2), em resposta a perguntas do tipo *Por que o locutor disse o que disse?*, ou então *O que motivou sua enunciação?*, o que o coloca como um efeito do componente retórico. Enunciados que realizam o esquema *se p, q* são explicados por Ducrot (1977b) como a realização de dois atos ilocutórios consecutivos, o primeiro de suposição, e o segundo de afirmação. Para ele, o fato de pedir ao interlocutor que faça determinada hipótese, frente à qual realiza certa afirmação, que as coloca em relação de dependência, inscreve, da mesma forma, um sentido recíproco, que é explicado pela *lei de economia*. Dessa forma, se o locutor restringe a partida de João à vinda de Pedro, deixa também restrita a eventual não-partida de João desencadeada pela não-vinda de Pedro, caso contrário não haveria motivo para colocá-las em relação. Se João tivesse de partir mesmo se Pedro viesse, por que o locutor escolheria subordinar a partida à vinda? Para Ducrot (1987d, p. 23) “ou é inútil, para afirmar a partida de João, vislumbrar a eventualidade apresentada na subordinada condicional ou, então, é preciso que esta eventualidade seja indispensável à afirmação colocada na principal”.

O terceiro motivo para considerá-lo como um sentido derivado da enunciação encontra alguma relação com a implicação material dos lógicos e as condições necessárias e suficientes das quais falamos anteriormente. Para os lógicos, somente um erro de raciocínio deduziria a proposição recíproca (19b), que afirma uma condição necessária e suficiente da proposição (19), a qual afirma apenas uma condição suficiente.

O subentendido encontra seus fundamentos apenas no enunciado sobre o qual o alocutário deduz esse sentido. Por estar sob responsabilidade do alocutário, o locutor pode, a qualquer momento esconder-se atrás do “sentido literal” do dito e negar que tenha pretendido comunicar o implícito. Isso, no entanto, não nega a existência de tal sentido, apenas o situa como pertencente aos fatos da fala, e não aos fatos da língua.

Além do exemplo de *se potencial* representado por (19) e desdobramentos, Ducrot apresenta o que chama de *condicional irreal*, que tem um comportamento um pouco diferente em relação ao primeiro, em especial pelo tipo de implícitos que evoca. Seja o enunciado abaixo

(20) Se Pedro tivesse vindo, João teria partido.

Para o autor, (20) manifesta pelo menos três conteúdos: o conteúdo posto, expresso por (20a), um conteúdo pressuposto, presente em (20b), e um conteúdo subentendido, representado em (20c):

(20a) A vinda de Pedro implicava a partida de João.

(20b) Pedro não veio.

(20c) João não partiu.

O que distingue os conteúdos expressos em (20b) e (20c) em pressuposto e subentendido é a aplicação do critério clássico da interrogação para a descoberta dos pressupostos, do mesmo modo que em (19). É fácil perceber que na transformação da asserção em interrogação, o conteúdo (20c) desaparece, enquanto aquele expresso por (20b) continua presente, o que legitima a sua condição de subentendido. (20'), transformação em interrogação da asserção (20), pode ser empregado em uma situação em que os interlocutores sabem que João partiu (apesar da ausência de Pedro):

(20') Será que se Pedro tivesse vindo, João teria partido?

Para o autor, a caracterização de (20c) como um implícito não marcado na significação da língua é esclarecida pela mesma *lei de economia* utilizada para explicar o subentendido (19b), com a diferença que, no enunciado que exprime o condicional irreal, há a presença do pressuposto. O subentendido (20c) é gerado pela combinação de dois fatores: a subordinação⁴⁸ da partida de João à vinda de Pedro, já que o locutor apresenta a partida de um como desencadeada pela vinda do outro, e a presença da pressuposição aliada à subordinação de um evento ao outro são responsáveis pelo surgimento do subentendido.

O fato de Ducrot (1987e) rever a pertinência dos pressupostos e subentendidos à significação da língua e aos efeitos da enunciação, respectivamente, não impacta de modo contundente a descrição dos enunciados que realizam o esquema *se p, q*, pois a conclusão a que chega após a revisão traz consequências mais significativas à caracterização da pressuposição. Essa revisão abala a distinção que operariam os componentes retórico e linguístico na explicação da origem de cada um desses fenômenos, estando o pressuposto

⁴⁸ Não se trata de subordinação no sentido gramatical, mas no sentido enunciativo, pelo qual uma enunciação aparece ligada à outra: a afirmação aparece subordinada à suposição, que apresenta o pano de fundo.

marcado na língua e o subentendido, na fala. A conclusão após a revisão afirma que a pressuposição pode aparecer não apenas como marcada na língua, mas também como pertencente à fala (segundo os exemplos (11e) e (11f)).

Apesar disso, a descrição dos subentendidos na suposição não sofre qualquer alteração, pois pelos critérios clássicos é possível ver que a pressuposição que aparece no condicional irreal é marcada desde a significação, e que os subentendidos desaparecem ao transformar a asserção em interrogação ou em negação.

O trabalho mais importante de Ducrot a respeito da suposição é o capítulo do livro *Princípios de Semântica Linguística: dizer e não dizer* (1977) chamado *Suposição e pressuposição* (DUCROT, 1977b). Essa publicação nos oferece as bases a partir das quais demos início ao nosso trabalho de pesquisa. Nele, o autor estabelece a definição de suposição e apresenta casos clássicos e alguns outros que a teoria clássica não reconheceria como suposicionais. Vejamos cada um deles.

2.1.4.1 Se standard

O primeiro caso clássico é aquele que o autor denomina *se standard* representado por (19)

(19) Se Pedro vier, João partirá.

É difícil negar a existência de certa dependência entre as proposições p e q (p implica q), que a partida de João teria qualquer coisa a ver com a vinda de Pedro. No entanto, essa dependência aparece como um contraponto dos atos realizados pelo locutor: o primeiro deles, pedir ao seu alocutário que se coloque na situação p – ou seja, que visualize a vinda de Pedro – e, após isso, afirmar q , ou seja, a partida de João. A dependência entre as duas proposições é resultado da dependência estabelecida pelo locutor do conteúdo afirmado à situação criada/imaginada pelo alocutário, sendo um efeito secundário no sentido do enunciado.

O fato de as proposições apresentarem uma relação entre si afasta a suposição da implicação material dos lógicos, pois conforme afirmamos anteriormente (enunciado (17)), a implicação material não tem compromisso com a dependência semântica entre as proposições, apenas com as relações de verdade e falsidade que as proposições expressam, e que tornam uma sentença verdadeira ou falsa. No caso da caracterização do *se standard*, compreender-se-ia mal por que o locutor solicitou ao alocutário que se colocasse na hipótese p , para, após, afirmar q , caso tais segmentos do enunciado não tivessem relação entre si. O ponto

fundamental, para o autor (DUCROT, 1977b, p. 181), é que “*se p, q* deve ser descrita, num nível fundamental, como comportando a afirmação *q* restrita à suposição *p*”.

Contrariamente ao que afirmaria mais tarde, Ducrot inscreve a suposição nos fatos da língua, pois a considera como um ato ilocutório, por sua vez, também pertencente ao componente linguístico. Para o autor

parece então que dando, no componente linguístico, uma definição ilocucional, e não representativa da conjunção *se*, pode-se facilmente recuperar, no nível do componente retórico, seu valor representativo, sua utilização para a expressão e uma relação (DUCROT, 1977b, p. 182).

Essa pertinência dos atos ilocutórios, entretanto, é mais tarde revista e reformulada (conforme seção **2.1.1**), sendo atribuído ao nível enunciativo a sua origem.

2.1.4.2 O *se* fora da afirmação

O segundo caso abordado em Ducrot (1977b) é o ***se fora da afirmação***. A realização da estrutura *se p, q* em enunciados interrogativos apresenta uma dupla interpretação, em alguns casos. Vejamos os exemplos:

(21) João partirá, se Pedro vier?

(22) Quem partirá, se Pedro vier?

Cada um desses enunciados pode ter dois tipos de interpretação. A primeira delas é do tipo *implicativo*, idêntica à do ***se standard***, segundo a qual *p implica q*, resultando nos enunciados abaixo:

(21') A vinda de Pedro vai implicar a Partida de João?

(22') A vinda de Pedro implicará a partida de que pessoa?

O segundo tipo de interpretação que os enunciados interrogativos em *se p, q* podem ter é a *concessiva*, em que *se* tem o valor equivalente a *mesmo se*, e resulta nos enunciados abaixo:

(21'') João partirá mesmo se Pedro vier? – a vinda de Pedro não vai impedir a partida de João?

(22'') Quem partirá mesmo se Pedro vier? – quais são as pessoas cuja partida não será impedida pela vinda de Pedro?

O que determina os tipos de interpretação é o tipo de relação entre p e q : quando p for considerado uma condição favorável a q , a interpretação é do tipo *implicativa*, já quando p for um obstáculo a q , tem-se a interpretação *concessiva*. É importante ressaltar que esse fenômeno da dupla interpretação dos enunciados aparece apenas na interrogação, e nunca na afirmação, que será desde o início caracterizada como *concessiva* ou *implicativa*.

Há, no entanto, casos em que apenas uma das interpretações é possível, como nos enunciados abaixo:

(23) Você irá ao futebol, se fizer sol? (p é favorável a q , o que determina o sentido como implicativo – um bom sol o levará ao futebol?)

(24) Você irá à praia, se chover? (p é um obstáculo a q , caracterizando o enunciado como *concessivo* – a chuva não o impedirá de ir à praia?)

Do mesmo modo que no *se standard* o locutor pede ao destinatário que se coloque na situação p para, a partir dela, afirmar q , na interrogação ocorre algo semelhante: o mesmo pedido é feito ao interlocutor, para que imagine a hipótese p e, no quadro imaginado, coloca a questão q . O que bloqueia a interpretação concessiva nos enunciados afirmativos é a *lei da exaustividade*. O alocutário julga que todas as informações que o locutor disponibiliza em seu enunciado sejam relevantes, e se o locutor julgou ligar enunciativamente q a p de modo favorável, o alocutário não será levado a encontrar nesse enunciado um sentido contrário, condizente com a interpretação do tipo *concessiva*.

2.1.4.3 Empregos marginais

Além do *se standard* e do *se fora da afirmação*, Ducrot (1977b) elenca alguns empregos que ele chama *marginais* pelo fato de apresentarem maior dificuldade ao serem explicados como o resultado de uma relação.

O primeiro caso analisado é o que o autor denomina *se opositivo*. No exemplo abaixo, *se* pode ser parafraseado por *se é verdade que*.

(25) Se ele tem inteligência, não tem (em compensação) nenhuma bondade.

Para o autor, a oposição se dá muito mais no nível das consequências que tiramos com relação ao valor da personagem. O que a suposição coloca em relação não são os conteúdos afirmados, mas a importância que há em dizê-los. “O locutor dá a entender que a utilidade de afirmar ‘q’ (= ‘ele não tem nenhuma bondade’) prende-se, ao menos parcialmente, ao reconhecimento de ‘p’ (= ‘ele é inteligente’)” (DUCROT, 1977b, p.188).

O segundo caso que apresenta é o que denomina **se contrastivo**, exemplificado por (26):

(26) Se o Jardim da Luz é o pulmão de São Paulo, a Praça da República é o coração.

O **se contrastivo** caracteriza-se por colocar em paralelo duas proposições que não apresentam oposição nem por seu conteúdo, nem por suas consequências. A oposição dá-se apenas no nível da forma. Se admite-se uma forma de dizer como “o Jardim da Luz é o pulmão de São Paulo”, deve-se admitir também a forma de dizer “a Praça da República é o coração”. Trata-se de um modo de justificar a metáfora da oração principal pela metáfora da oração subordinada.

O terceiro tipo de emprego marginal analisado é o que Ducrot (1977b, p. 187-8) denomina **se pressuposicional**. Esse emprego de *se* tem a capacidade de anular os pressupostos contidos na oração principal e reintroduzi-los sob a forma de hipótese na oração subordinada. *Se* introduz um pressuposto, que constituiria o pressuposto da principal se apenas ela fosse enunciada. Solicita-se inicialmente ao alocutário que imagine que Pedro está em Campinas, e a partir do quadro imaginado, apresenta o enunciado com pressupostos. O exemplo é dado por (27)

(27) Se Pedro estiver em Campinas, ele ali permanecerá.

Outros exemplos são apresentados, como (28) e (29), cuja principal característica é a estranheza de não permitir contraposição (= “ $p \rightarrow q$ equivale a $\neg q \rightarrow \neg p$ ”).

(28) Se você quiser vir, tem o direito.

(29) Se você está com sede, há cerveja na geladeira.

Não nos deteremos em seu detalhamento, pois o autor os apresenta apenas com o objetivo de demonstrar que uma descrição com base no emprego ilocucional de *se* é muito mais satisfatória. Para ele, o conteúdo explicitado na subordinada diz respeito a leis discursivas segundo as quais o locutor deve despertar o interesse de seu destinatário.

Para o autor, os enunciados que usa para exemplificar os casos que denomina de *marginais* têm uma explicação mais adequada caso se recorra à caracterização da suposição como um efeito da enunciação. “Basta dizer que o ato de suposição realizado quando o locutor diz *se p* destina-se a justificar, não a verdade da afirmação ‘q’, mas a conformidade com certas leis ou intenções de discurso.” (DUCROT, 1977b, p. 187-8) (grifos do autor).

Sua última análise diz respeito ao condicional irreal, que apresenta muitas características em comum com a análise realizada em Ducrot (1987d). Acrescenta duas informações relevantes: admite que um enunciado que realiza a estrutura *se p, q* na forma do irreal pressupõe *não-p* e subentende *não-q* (em razão do pressuposto e do subentendido evocados). A segunda informação diz respeito à escolha pela análise enunciativa, e não lógica. O condicional irreal sempre foi considerado pelos lógicos como um problema de difícil explicação, pois descrevem as proposições com base nas condições de verdade. Seja o enunciado (20)

(20) Se Pedro tivesse vindo, João teria partido.

Esse enunciado veicula, além do conteúdo posto, um conteúdo subentendido e outro pressuposto. Acontece que o conteúdo pressuposto (20b) *Pedro não veio*, sugere a falsidade do conteúdo *Pedro veio*. No entanto, para mostrar a falsidade de uma implicação é preciso demonstrar que o conseqüente *q* é falso, enquanto a hipótese *p* é verdadeira. Como demonstrar, nesse caso, a falsidade da implicação se a própria hipótese *p* (da vinda de Pedro) já é falsa? Segundo a tabela das relações de verdade e falsidade da nota de rodapé 49, sempre que o antecedente for falso, independente de o conseqüente ter valor de verdade ou não, a implicação será considerada como verdadeira.

Em razão dessas dificuldades, e por considerar a descrição segundo o viés enunciativo (já que o enunciado não se refere à realidade exterior), Ducrot abandona a reflexão pelo viés da lógica. Assim sendo, para ele, não há diferença significativa, pelo ponto de vista linguístico, de um *se potencial*, expresso por (19), e um *se irreal*, conforme (20). Em ambos

os casos, há o apelo ao interlocutor para que se coloque na situação hipotética *p*, e a partir dela, o locutor afirma *q*.

Em 1973, Ducrot publica, na obra *La Preuve et le Dire*, um capítulo que denomina *Les échelles argumentatives*, no qual analisa (entre outras definições) a negação e a implicação segundo sua pertinência a determinadas *classes argumentativas*. O que esse trabalho apresenta de inovador em relação aos demais (assinalamos que essa inovação diz respeito apenas ao modo de explicitar o pensamento) é a forte presença dos fundamentos principais da ANL. Para o autor, os enunciados têm por função argumentativa conduzir o destinatário a tirar tal ou tal conclusão, ou então, a evitá-las. Essa função, no entanto, encontra marcas na significação própria da língua, na estrutura das frases:

o valor argumentativo de um enunciado não é somente uma consequência das informações trazidas por ele, mas a frase pode comportar diversos morfemas, expressões ou construções que, além de seu conteúdo informativo, servem para dar uma orientação argumentativa ao enunciado, a levar o destinatário para determinada direção. (DUCROT, 1980b, p. 15) (tradução nossa)⁴⁹

Esse é um dos motivos pelos quais o autor considera o texto das *Escalas argumentativas* como o fundador da sua teoria, pois é nele que começam a aparecer de modo mais claro e articulado os conceitos (hipóteses internas) da ANL. A noção de relação, a *orientação argumentativa* trazem para a reflexão linguística o conceito platoniano de *alteridade*, revestido, por sua vez, de uma nova roupagem, aquela da linguagem.

As noções de relação e de orientação argumentativa aparecem de modo claro na construção das escalas, que são o resultado da relação entre os segmentos que compõem o enunciado em análise.

Na seção relativa à implicação, a análise se debruça sobre certas condições que devem ser satisfeitas para que um enunciado seja interpretado de modo implicativo, e sobre alguns fenômenos ligados a essa implicação. Considera, portanto, mais frutífera a análise de *se* do ponto de vista já estabelecido em Ducrot (1977b), pois é evidente que a conjunção *se* tem funções muito mais complexas e variadas que a expressão de uma relação entre proposições, do tipo *A implica B*. Ducrot apresenta duas teses que pretende demonstrar: a primeira delas diz respeito a um problema já abordado anteriormente, em (1977b), sobre a dupla interpretação dos enunciados interrogativos que realizam a estrutura *q, se p?*. Para ele, não é

⁴⁹ « La valeur argumentative d'un énoncé n'est pas seulement une conséquence des informations apportées par lui, mais la phrase peut comporter divers morphèmes, expressions ou tournures qui, en plus de leur contenu informatif, servent à donner une orientation argumentative à l'énoncé, à entraîner le destinataire dans telle ou telle direction » (DUCROT, 1980b, p. 15).

aceitável que um mesmo locutor possa ser responsável pelos enunciados que representam o sentido concessivo e implicativo. A segunda tese explica a força argumentativa dos segmentos que compõem uma implicação. Nosso interesse repousa mais sobre a primeira tese do que sobre a segunda, já que aquela apresenta uma relação mais estreita com o problema que abordamos em nosso trabalho.

O autor mantém a caracterização que faz da implicação de (1977b) e a situa no nível do componente retórico, ou seja, da enunciação. As teses que defende, por sua vez, mostram que a enunciação tem um papel relevante na caracterização argumentativa dos enunciados, dos quais ela é responsável pela transformação.

Os exemplos que apresenta para defender e explicar a primeira tese são os seguintes:

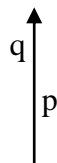
(30) Tu virás, se fizer bom tempo?⁵⁰

(31) Paulo sairá de carro se a estrada estiver ruim?

(32) Paulo sairá de carro se a estrada estiver boa?⁵¹

e dá como interpretação implicativa “*o bom tempo fará Paulo vir?*”, e como interpretação concessiva “*o bom tempo não impedirá a vinda de Paulo?*” para o enunciado (30). Já para (31) e (32), cada um deles representa uma interpretação, (31) a interpretação concessiva, na qual *se* tem o valor de *mesmo se*, e (32) apresenta a interpretação implicativa. Do mesmo modo que em Ducrot (1977b), a interpretação de *q, se p?* será do tipo implicativa se *p* for tido como favorável a *q* (as boas condições da estrada são favoráveis ao trânsito), e do tipo concessiva quando *p* for contrário a *q* (as más condições da estrada são desfavoráveis ao trânsito).

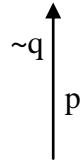
As conclusões acima podem ser observada na construção das escalas argumentativas, segundo as quais, a interpretação implicativa demonstra que *A vai no sentido de B* (ou *p vai no sentido de q*), ou *p é suficiente para afirmar a veracidade de q*, segundo o esquema



⁵⁰ « Viendras-tu s’il fait beau ? » (DUCROT, 1980b, p. 47).

⁵¹ Adaptação de « Prendras-tu la voiture s’il y a du verglas ? » ; « Prendras-tu la voiture si la route est bonne ? » (DUCROT, 1980b, p. 48)

No caso dos enunciados concessivos q , *mesmo se p*, p é tido como um obstáculo a q , ou um argumento em favor de $\text{não-}q$ ($\sim q$), e representado pela escala abaixo, segundo a qual p vai no sentido de $\text{não-}q$.



A primeira tese que sustenta, portanto, é aquela que afirma que um mesmo locutor não pode dizer os enunciados que realizam q , *se p* e q , *mesmo se p*, como *Se a estrada estiver ruim, Pedro sairá de carro* e *Mesmo se a estrada estiver ruim, Pedro sairá de carro*. Para justificar essa tese, ele apresenta três argumentos. O primeiro deles afirma que a incompatibilidade é gerada pela relação que as conjunções expressam: em um caso a falta de condições da estrada é favorável à saída de carro, enquanto na outra a falta de condições é apresentada como um obstáculo. O segundo argumento que justifica sua tese é que o segundo enunciado – *mesmo se p, q* – é a maneira mais comum de negar enunciados em *se p, q*, caso contrário provocaria uma ruptura no discurso:

(33) Pedro virá, se João vem?

(33a) Não, mesmo se João vem, Pedro não virá.

(33b) Sobretudo se João vem, Pedro não virá.

Em (33a), a negação não é polêmica, pois respeita as orientações dadas pela frase. Já em (33b), há uma ruptura no discurso pela ação da negação polêmica, que viola as orientações argumentativas da frase. Para Ducrot, a negação oferece parâmetros bastante interessantes para justificar o deslize da interpretação como concessiva ou implicativa.

A terceira justificativa é a já mencionada relação entre os conceitos da lógica da condição necessária e suficiente. Segundo tais noções, na implicação material, p seria uma condição apenas suficiente, mas não necessária a q , o que bloquearia a reciprocidade do conteúdo (um enunciado do tipo *se p, q*, pela implicação material, jamais teria como recíproco *se não-p, não-q* em virtude da atuação dessas condições). No entanto, discursivamente, tal relação não é só autorizada, como também esperada pela ação da *lei da exaustividade*, de modo que um mesmo locutor pode afirmar *se p, q* e concordar com um conteúdo recíproco, expresso por *se não-p, não-q*. Entretanto, esse mesmo locutor jamais afirmaria em uma mesma enunciação um conteúdo oposto, representado por *mesmo se p, q*. Ducrot é categórico ao afirmar:

A tendência natural de utilizar uma concessiva para negar uma implicação recíproca mostra bem que essa negação aparece como inesperada após a implicação direta, já que a concessiva pressupõe uma oposição prévia entre as proposições que liga. (DUCROT, 1980b, p. 54) (tradução nossa).⁵²

Segundo a representação das escalas, a reciprocidade entre os conteúdos é demonstrada abaixo, pelas quais p é um argumento para q , $\sim p$ é um argumento para $\sim q$ (e seria paradoxal se fosse possível, também, se ter $\sim p$ e q):



A segunda tese que o autor defende nesse capítulo é relativa à força argumentativa de uma implicação e dos segmentos que a compõem. Essa tese subdivide-se em outras duas (DUCROT, 1980b, p. 54):

- A) T1 – se p' é mais forte que p , “ p implica q ” é mais forte que “ p' implica q ”
- B) T2 – se p' é mais forte que p , “ q implica p ” é mais forte que “ q implica p' ”.

A partir dessa subdivisão, Ducrot apresenta diferentes exemplos, adicionando a eles expressões do tipo *é suficiente/é necessário; somente; alguns/muitos/todos*⁵³. Seu objetivo é analisar de que modo a adição de tais expressões interferem nas relações de implicação e de força argumentativa dos enunciados. Como a noção de força argumentativa não integrará nosso estudo, não nos determos no detalhamento da análise, que é feita com minúcia em Ducrot, (1980b, p. 54-66).

Em Carel e Ducrot (1999), os autores têm como objetivo, por meio do estudo da negação e dos paradoxos na língua, resolver o problema já levantado em outros momentos, como Ducrot (1977b, 1980b), da dupla interpretação dos enunciados interrogativos que realizam a estrutura *q, se p?*. Nesse trabalho, já usando como parâmetros a Teoria dos Blocos Semânticos, os autores lançam mão de alguns conceitos como *encadeamento*, *aspecto argumentativo* e *bloco semântico*, os quais terão lugar em nossa análise no próximo capítulo.

⁵² « La tendance naturelle à utiliser une concessive pour nier une implication réciproque montre bien que cette négation apparaît comme inattendue après l’implication directe, puisque la concessive présuppose une opposition préalable entre les propositions qu’elle relie. » (DUCROT, 1980b, p. 54)

⁵³ Il suffit/ Il faut; seulement; quelques/beaucoup/tous.

Os autores afirmam que existe um aspecto argumentativo comum quando as interpretações implicativa e concessiva são transformadas pela negação, mas apenas quando o enunciado interrogativo é paradoxal. A definição de paradoxo é a seguinte:

São paradoxais um encadeamento de enunciados, um enunciado ou uma palavra que realizam, de *modo interno*, um aspecto argumentativo A DONC B (ou POURTANT⁵⁴ B), enquanto a significação “intrínseca” de A não comporta esse aspecto, e comporta o aspecto A POURTANT B (ou DONC). (CAREL; DUCROT, 1999, p. 27) (grifos do autor, tradução nossa).⁵⁵

Admitem que as expressões ou palavras da língua têm uma argumentação intrínseca, que se realiza por meio de *aspectos argumentativos*. Para que um enunciado seja paradoxal, é necessário que o aspecto expresso por ele seja do tipo A DC B (ou PT) e que a argumentação externa de A (ou seja, o aspecto que mostra as possíveis relações de A com outros segmentos) comporte um aspecto A PT B (ou DC). Aplicado a *se* e *mesmo se*, juntamente com a negação de palavras paradoxais, é possível explicar o fenômeno da dupla interpretação nos enunciados suposicionais interrogativos. A negação de A DC B pode se realizar de duas formas (Ibid., p. 33):

- A) Seguir a regra habitual da negação, e construir um aspecto converso: A DC B, quando negado, transforma-se em A PT neg B, que mantém o paradoxo.
- B) Destruir o paradoxo (regra *paradoxicide*), quando a negação remete à doxa e constrói um aspecto pertencente a outro bloco semântico – A DC neg B.

Vamos aos exemplos: (31) e (34), ambos podem ser interpretações de um enunciado interrogativo *q, se p?*:

(31) Paulo sairá de carro se a estrada estiver ruim?

(34) Paulo sairá de carro mesmo se a estrada estiver ruim?

O recurso à negação para explicar a dupla interpretação dos enunciados interrogativos é fundamentada em um trabalho de Anscombe e Ducrot (1983)⁵⁶, segundo o qual uma interrogação X? veicula dois movimentos: o primeiro deles é pedir ao interlocutor que diga se

⁵⁴ *Pourtant* e *donc* são termos teóricos, representados respectivamente por PT e DC, e significam *no entanto* e *portanto*.

⁵⁵ « Sont paradoxaux un enchaînement d'énoncés, un énoncé ou un mot, qui réalisent de *façon interne* un aspect argumentatif A DONC (resp. POURTANT) B, alors que la signification « intrinsèque » de A ne comporte pas cet aspect et, en outre, comporte l'aspect A pourtant (resp. DONC) B. » (CAREL ; DUCROT, 1999, p. 27).

⁵⁶ Obra traduzida, citada em nossas referências - Anscombe e Ducrot (1994).

admite X, e o segundo é pôr X em dúvida (ou seja, uma negação em sentido amplo). Nos enunciados (31) e (34), o locutor pede ao interlocutor se ele admite A – a estrada ruim – e, nesse quadro, pede para se pronunciar sobre a validade de B – sair de carro. A e B devem, portanto, ser lidos um no outro, o que revela o princípio saussuriano da relação, a alteridade platoniana.

Para um enunciado afirmativo paradoxal como (35), é possível construir o aspecto argumentativo expresso em (35a). Segundo a definição de paradoxo para os enunciados que demos acima, se a argumentação interna do enunciado comportar um aspecto em DC, a argumentação externa ao primeiro segmento deve comportar um aspecto com o conector contrário, conforme (35b). Enquanto (35a) expressa um sentido em que a estrada ruim é vista como favorável à circulação, (35b) expressa um aspecto contrário, segundo o qual a falta de condições da estrada é desfavorável à circulação.

(35) Se a estrada estiver ruim, Pedro sairá de carro.

(35a) estrada ruim DC carro

(35b) AE (estrada ruim) – estrada ruim PT carro

De posse desses dados – definição de paradoxo e de interrogação como uma forma fraca de negação – os autores explicam por que há uma dupla leitura em enunciados interrogativos paradoxais, que realizam a estrutura *q, se p?*, como (31). O operador negativo contido em (31) pode atuar de dois modos, produzindo dois efeitos semânticos:

- a) pode seguir a regra habitual da negação, aquela que produz um aspecto converso, e a partir de (31) gerar (31a) A PT neg B, que mantém o paradoxo.

(31a) estrada ruim PT neg carro – condutor fanático por aventura.

- b) pode produzir uma negação *paradoxicide*, que, como o nome já diz, não permanece no paradoxo, produzindo (31b), o aspecto A DC neg B, que não é paradoxal.

(31b) estrada ruim DC neg carro.

Para os autores, é esse aspecto não paradoxal que relaciona os enunciados (31) *Paulo sairá de carro se a estrada estiver ruim?* e (34) *Paulo sairá de carro mesmo se a estrada*

estiver ruim? (se fizermos a argumentação interna de (34), o resultado será *estrada ruim DC neg carro*, que nada mais é do que a negação de seu correspondente assertivo *A PT B – estrada ruim PT carro*, que nada tem de paradoxal, visto que afirma que a circulação é desfavorável quando a estrada não está boa).

No entanto, esse fenômeno de dupla leitura dos enunciados interrogativos em *se* só acontece quando há um paradoxo. Quando *q, se p?* não for paradoxal, tal fenômeno não acontece. Vejamos o exemplo (36) e seus desdobramentos:

- (36) Paulo sairá de carro se a estrada estiver boa?
- (36a) Pedro sairá de carro se a estrada estiver boa?
- (36a') estrada boa DC sair de carro
- (36a'') estrada boa PT neg carro
- (36b) Pedro sairá de carro mesmo se a estrada estiver boa?
- (36b') estrada boa PT carro
- (36b'') estrada boa DC neg carro

A resposta para esse acontecimento é que o componente negativo presente em (36a), representado pelo aspecto (36a'') é a negação do aspecto doxal (36a'), que segue a regra habitual e produz outro aspecto pertencente à doxa. Já em relação a (36b), o aspecto (36b'') é a negação de um aspecto paradoxal, representado por (36b'). O que ele faz é negar o enunciado *Pedro sairá de carro mesmo se a estrada estiver boa*, que mantém o paradoxo. Essa regra é inerente aos encadeamentos paradoxais em PT. Vemos, portanto, que não há aspectos comuns entre as interpretações implicativas e concessivas, demonstrando que (36a) e (36b) não podem ser tomados como paráfrases de (36). Já no caso do enunciado (31) a negação das asserções *se p, q* e *mesmo se p, q* produzirá um aspecto comum, que as liga, representado por (31b).

No próximo capítulo, introduziremos as noções teóricas relativas à TBS e iniciaremos a análise dos dados, relacionando nossas conclusões com os apontamentos apresentados neste capítulo.

3 A SUPOSIÇÃO, A TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS E A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO POLIFÔNICA

Nesse capítulo, apresentaremos a Teoria dos Blocos Semânticos partindo de alguns exemplos do nosso *corpus* para a definição dos conceitos que nos servirão de ferramenta para a análise. Ele se dividirá em duas partes principais: na primeira delas, trataremos dos conceitos relativos à TBS, que dará conta dos aspectos linguísticos da suposição, e da TAP - Teoria da Argumentação Polifônica, que dará conta dos aspectos enunciativos da suposição. Na segunda parte, será realizada a análise de enunciados suposicionais, buscando regularidades para a sua explicação.

Por tratar-se de um trabalho de cunho analítico-teórico, o exame dos dados, a partir da teoria, nos conduzirá a reformulações e explicações sobre o fenômeno da suposição. Retomamos do capítulo 1, a citação de Ducrot (1980a, p. 07): “a linguística que pode servir para a análise de textos é somente uma linguística que se serve da análise de textos” (tradução nossa)⁵⁷, que demonstra a necessidade de partir dos dados, e após ter encontrado as regularidades, voltar aos dados para explicá-los.

3.1 A TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS

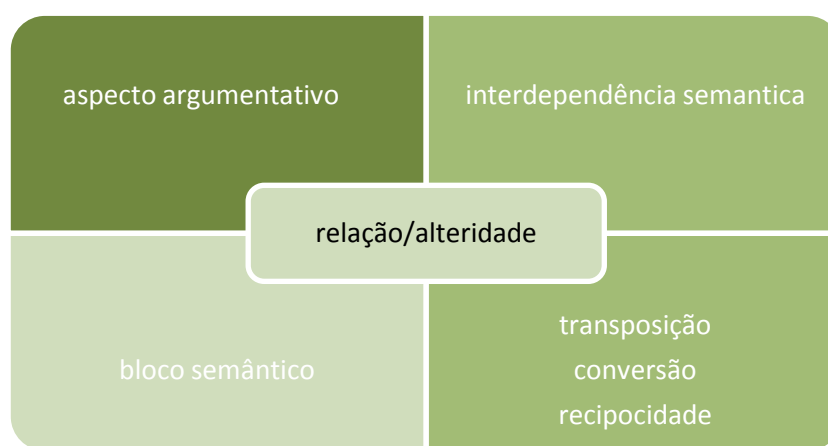
A TBS é a fase atual da ANL e inscreve-se no seu programa geral de pesquisa, pois além de compartilhar das mesmas hipóteses externas, também incorporou algumas hipóteses internas, intimamente relacionadas com as externas. Ao longo do desenvolvimento da Teoria da Argumentação na Língua, inicialmente introduzida por Ducrot e Anscombe, alguns ajustes foram feitos (seção 1.1). Eles destinam-se especialmente a promover um alinhamento entre as *teorias de ontem* e os conceitos criados para cumprir o objetivo ao qual a ANL se propõe: explicar como se dá a construção do sentido dos enunciados por meio de regras que lhes são subjacentes.

As hipóteses externas são o Saussurianismo, as teorias Enunciativas, e a Alteridade Platoniana. As hipóteses internas incorporadas são especialmente os conceitos de frase /significação, enunciado/sentido. No entanto, uma série de outras ferramentas foram criadas para permitir que o programa de pesquisa pudesse ser colocado em prática.

⁵⁷ « La linguistique qui peut servir l’analyse des textes, c’est seulement une linguistique qui se sert de l’analyse de texte. » (DUCROT, 1980a, p. 07)

Diríamos que, antes de mais nada, o que está no centro de todo o desenvolvimento dos conceitos da TBS é a noção de alteridade platoniana que, revestida de conceitos linguísticos, toma a forma de *relação*. Como veremos, a relação está presente nos conceitos criados para dar conta da execução da análise do objeto: relação entre aspectos argumentativos, entre segmentos de cada aspecto, entre sentidos.

Figura 3: os conceitos da TBS e a noção de relação.



Fonte: criação da autora para este trabalho.

Por sua vez, ao tornar a relação o centro em torno do qual gravitam os demais conceitos criados, a TBS torna-se fiel aos preceitos saussurianos de imanência da língua, segundo os quais a língua só pode tomar por parâmetro para sua descrição e explicação, elementos da mesma ordem, fugindo dos conceitos mundanos que atribuiriam à significação das palavras referência a objetos e ideias extralinguísticas (não se trata nem de cognitivismo, nem de referencialismo, mas de uma crença profunda na originalidade da ordem linguística). Além disso, por derivar a significação dos termos da língua das suas relações, a TBS mantém-se dentro do pressuposto da alteridade, pela qual a definição de algo só pode ser conhecida quando tomada na relação com as demais, com o *Outro*.

Na origem dos desenvolvimentos da TBS está a ideia, tomada por Carel de Ducrot e Anscombe, segundo a qual o emprego da língua em *portanto* não é resultado de nenhum raciocínio. Esse argumento foi demonstrado pelos exemplos (5) *Pedro comeu pouco* e (6) *Pedro comeu um pouco*, segundo os quais do mesmo fato *Pedro ter comido uma pequena quantidade* derivam conclusões distintas. Esse fenômeno é explicado pela introdução das expressões argumentativas *pouco* e *um pouco*, que orientam a continuidade do discurso. No entanto, nessa época, à ANL aparecia ligado o conceito de *topos*, a garantia que permitiria a

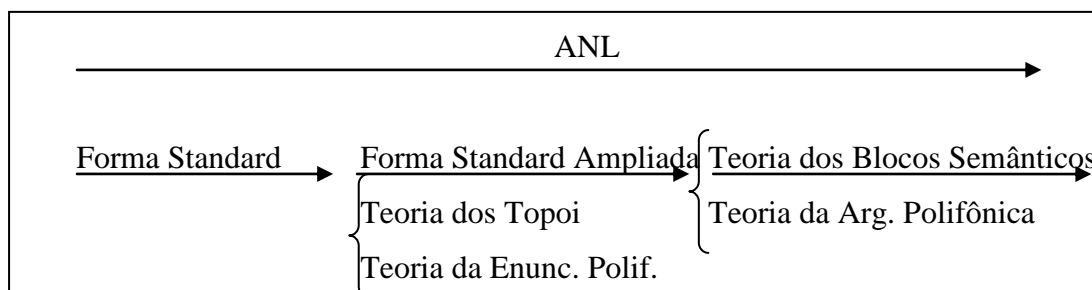
passagem do argumento para a conclusão, apontada por Carel como um elemento exterior à unidade da língua. Por isso, a *Teoria dos Topoi* deu lugar à TBS, como um reforço das ideias saussurianas de imanência da língua. A esse respeito, Carel (2011b) afirma:

Argumentar consiste não em ligar vários julgamentos, mas construir predicados para, em seguida, descrever uma situação. Não há, em um discurso em *portanto*, nem argumentos, nem conclusão, nem mesmo passagem, de qualquer tipo que seja. Há predicação. (CAREL, 2011b, p. 18) (grifo da autora, tradução nossa)⁵⁸

Argumentar aparece, assim, como uma maneira de apresentar um julgamento. O objetivo desse julgamento argumentativo (...) não pode ser o objeto de uma crença (...). Os encadeamentos normativos não refletem nenhum raciocínio. Sua complexidade sintática não assinala a presença de vários julgamentos. Ela marca nossa possibilidade linguística de fabricar as propriedades graças às quais nós falamos do mundo. (CAREL, 2011b, p. 39) (tradução nossa)⁵⁹

Com a figura a seguir, ilustramos o desenvolvimento da ANL e suas fases: a primeira delas, a Fase Standard, a segunda chamada Teoria dos *Topoi*, e a terceira e atual, a Teoria dos Blocos semânticos.

Figura 4: A Teoria da Argumentação na Língua e suas fases.



Fonte: Criação da autora para este trabalho.

Além de renunciar às garantias que permitiriam a passagem do argumento para a conclusão, a TBS se distancia da ANL enquanto Teoria dos *Topoi* em relação ao estatuto dado

⁵⁸ « Argumenter consiste, non à relier plusieurs jugements, mais à fabriquer de tels prédicats pour ensuite décrire une situation. Il n’y a, dans un discours en *donc*, ni argument, ni conclusion, ni du même coup passage, de quelque sorte que ce soit. Il y a prédication. » (CAREL, 2011b, p. 18).

⁵⁹ « Argumenter apparaît ainsi comme une manière de porter un jugement. Le propos de ce jugement argumentatif (...) ne peut pas être l’objet d’une croyance. (...) Les enchaînements argumentatifs ne reflètent aucun raisonnement. Leur complexité syntaxique ne signale pas la présence de plusieurs jugements. Elle marque notre possibilité linguistique de fabriquer les propriétés grâce auxquelles nous parlons du monde. » (CAREL, 2011b, p. 39).

aos encadeamentos em *no entanto*: na *Teoria dos Topoi*, os enunciados que tivessem seus segmentos articulados por *no entanto* eram tidos como formas secundárias. Na TBS, eles ganham o mesmo estatuto que os enunciados em *portanto* e são considerados como os julgamentos mais elementares da língua, ou seja, o modo mais elementar de articular sentidos.

Portanto, é deste ponto que partimos, ele nos levará do mais simples ao mais complexo. Introduziremos noções básicas necessárias às análises e à medida que for preciso, noções mais refinadas e específicas ao objeto também serão apresentadas.

3.1.1 Conceitos-chave para análise a partir da TBS

Os empregos atômicos de sentido, considerados como unidades mínimas de sentido na TBS, são os chamados *discursos argumentativos*, conceituados como o emprego da língua. Teoricamente, a descrição e explicação de seu sentido se dá pelo isolamento dos *encadeamentos argumentativos evocados*, dos *aspectos argumentativos* e, finalmente, do *bloco semântico*, o qual resulta da *interdependência* entre os *dois predicados* do enunciado.

Sendo os enunciados da língua a materialização das frases cuja relação é expressa por um conector, um enunciado é teoricamente representado por $X \text{ CON } Y$ e $X \text{ CON}' Y$. Essa representação teórica comporta dois segmentos que têm sua relação expressa por um conector: X corresponde ao primeiro segmento, ao qual Ducrot e Carel (2008) atribuem o nome de *suporte*. À Y , é atribuída a designação de *aporte*. CON e CON' são os dois tipos de conectores que podem intervir na relação entre os segmentos: o primeiro deles – CON – é do tipo normativo, e o segundo – CON' – do tipo transgressivo. O papel desempenhado pelo conector é expressar a relação entre o primeiro e o segundo segmentos. Pelo fato de serem teóricos, eles são resultado de uma construção do linguista e representam uma classe de conjunções que expressam seja a norma linguística, ou a transgressão, por meio de *portanto* ou *no entanto*. Norma e transgressão são os dois únicos tipos de relação que podem ser expressas em qualquer enunciado da língua. Não são conceitos representativos de ideias ou de julgamentos dos indivíduos a respeito de ações ou fatos, mas relações semânticas que encontram sua origem no próprio sentido da língua.

Quando as relações expressas pelo conector são do tipo normativo, o conector usado para representá-las é *donc*, do francês *portanto*, cuja sigla é DC. Como engloba uma categoria de conjunções, nele encontram-se expressas também *se*, *por isso*, *já que*. É importante observar que não se trata de expressar relações de causalidade, consequência ou outras que porventura possam ser a ele atribuídas. Essas relações são sentidos derivados de determinada

interpretação, pois o sentido construído pela relação não toma os segmentos numa ordem linear ou unilateral, mas surge a partir da *interdependência semântica*. Para Carel (2011b, p. 72) “No quadro da TBS, não há nada de mais fundamental que esses modos de apreensão [normativo e transgressivo] – e, portanto, nada que possa descrevê-los.” (tradução nossa)⁶⁰.

Já quando as relações expressas são do tipo transgressivo, o conector que as representa é *pourtant*, do francês *no entanto*, e engloba uma série de conjunções como *mas*, *entretanto*, *mesmo se*, *apesar de*. Do mesmo modo que a noção de norma é linguística, a transgressão também encontra seus fundamentos na ordem linguística. Ser transgressivo ou normativo diz respeito à essência da linguagem

Tomemos alguns exemplos de argumentações transgressiva e normativa:

(37) Se tu não fizeres o dever de casa, não irás ao cinema amanhã.

(37a) falta DC punição

(38) Mesmo se tu fizeres o dever de casa, não irás ao cinema amanhã.

(38a) neg falta PT punição

Tanto (37) quanto (38) constituem julgamentos elementares feitos por um locutor, ou argumentações. (37) é do tipo normativo, representado pelo aspecto falta DC punição, e (38), transgressivo, cujo sentido é expresso pelo aspecto falta PT neg punição. Deve-se notar que a interdependência estabelecida entre os dois segmentos dos dois enunciados é a mesma, a diferença em cada um deles reside no modo de apreender e expressar esse sentido.

Se tivéssemos, no entanto, um enunciado como (39)

(39) Se tu não fizeres o dever de casa, não irás bem na prova.

(39a) falta DC neg sucesso

que também é um enunciado normativo que se assenta sobre o esquema *X CON Y*, a interdependência daria como resultado o modo de apreensão representado pelo aspecto argumentativo falta DC neg sucesso. Em (37) e (38), o sentido de não fazer o dever de casa é entendido como uma falta, à qual deve ser aplicada uma punição – não ir ao cinema. Já no exemplo (39), o sentido de falta resultante do comportamento relapso de não fazer o dever de casa é aquele que leva ao insucesso no exame.

Com isso, os autores demonstram que, para se definir o sentido de um segmento – ou uma frase da língua –, é preciso antes definir com que outros termos ela se relaciona. Isso

⁶⁰ « Dans le cadre de la TBS, il n’y a rien de plus fondamental que ces modes d’appréhension – et donc rien pour les décrire. » (CAREL, 2011b, p. 72)

porque o sentido não advém das frases em si, mas das relações que são empreendidas entre elas, retomando o conceito saussuriano de relação e o de alteridade platoniana.

A interdependência entre os segmentos de um enunciado tem por resultado a construção de um conteúdo, que pode ser expresso de quatro formas. Ao conteúdo derivado da interdependência semântica entre suporte e aporte, os autores denominam *bloco semântico*, e aos quatro modos de apreendê-lo, denominam *aspectos argumentativos*. Segundo definição de Carel (2011b),

podemos discernir em cada predicado argumentativo [aspecto argumentativo], um modo e um conteúdo: é o conteúdo que é atômico, e ele apenas, será qualificado de “bloco semântico”, e é dele que os predicados argumentativos [aspectos argumentativos] partilharão. (CAREL, 2011b, p. 60) (tradução nossa, grifo do autor)⁶¹.

É importante observar que esse sentido atômico do qual a autora fala é impossível de ser apreendido em si, mas sempre e apenas por meio dos modos, que são os aspectos argumentativos. Todo sentido expresso estará já submetido a um modo de apreensão. Entre (37) e (38), portanto, a diferença mais fundamental existente é o modo de apreender o sentido, de exprimir um olhar sobre esse todo, o primeiro deles de modo normativo, e o segundo, de modo transgressivo.

(37a) e (38a) são fabricados a partir de uma noção de falta – **falta-punível**, diferente daquela fabricada por (39a) – **falta-fracasso**. Poderíamos dizer que (38a) expressa punição-mesmo-sem-falta, enquanto (39a) expressa insucesso-por-causa-da-falta. Diremos que a falta intervém de modo diferente em cada um dos modos de construir o sentido, que segundo Carel (2011), constituem-se dois diferentes **sentidos argumentativos**. Tanto a expressão de um sentido normativo, quanto de um transgressivo, portanto, demonstra a vocação predicativa da linguagem.

Tomando os esquemas $X \text{ CON } Y$ e $X \text{ CON}' Y$, sendo $X=A$ – *neg fazer o dever de casa* e $Y=B$ – *neg ter sucesso no exame*, é possível construir, pela intervenção dos conectores normativo e transgressivo e da negação, oito formas de apreender dois sentidos distintos, construindo dois *blocos semânticos*, cada um deles comportando quatro *aspectos argumentativos*.

São eles:

⁶¹ « on peut discerner dans chaque prédicat argumentatif un mode et un contenu : c'est le contenu qui est atomique, et lui seul, il sera qualifié 'bloc sémantique' et c'est lui que partageront les prédicats argumentatifs » (CAREL, 2011b, p. 60)

(37) Se tu não fizeres o dever de casa, não irás ao cinema amanhã.

(37a) falta DC punição

(37b) A DC B

(38) Mesmo se tu fizeres o dever de casa, não irás ao cinema amanhã.

(38a) neg falta PT punição

(38b) neg A PT B

(39) Se tu fizeres o dever de casa, irás ao cinema amanhã.

(39a) neg falta DC neg punição

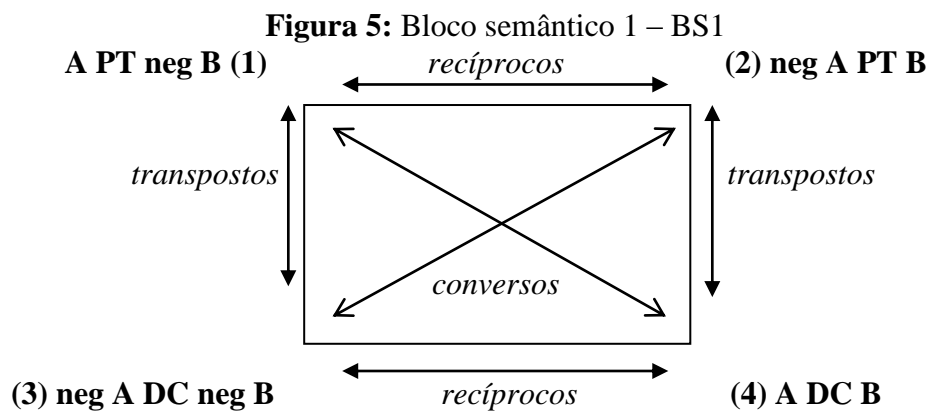
(39b) neg A DC neg B

(40) Mesmo se tu não fizeres o dever de casa, irás ao cinema amanhã.

(40a) falta PT neg punição

(40b) A PT neg B

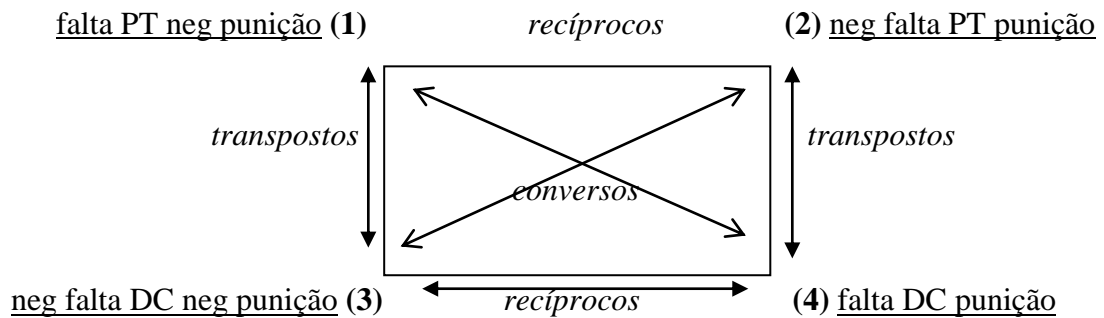
Essas quatro formas de apreender o sentido são organizadas pelos autores (CAREL; DUCROT, 2005) em um *quadrado argumentativo*, baseado no quadrado das relações lógicas de Aristóteles. No entanto, o quadro argumentativo não apresenta relações do tipo lógico, mas relações semântico-discursivas, inerentes à língua, o que permite aproximá-las, conforme as figuras abaixo:



Fonte: Figura elaborada com base em Carel e Ducrot (2005, p. 46)

Transpondo os aspectos argumentativos que foram construídos a partir dos enunciados (37) a (40), temos a seguinte formação:

Figura 6: Aspectos argumentativos do BS1 – falta-que-conduz-à-punição



Fonte: Figura elaborada com base em Carel e Ducrot (2005, p. 46)

Tomemos, agora, outros quatro enunciados e serão construídas quatro formas distintas de apreender um significado, distinto daquele expresso pelo BS1, ao qual denominaremos BS2:

(41) Se tu fizeres o dever de casa, não irás ao cinema amanhã.

(41a) neg falta DC punição

(41b) neg A DC B

(42) Mesmo se tu não fizeres o dever de casa, não irás ao cinema amanhã.

(42a) falta PT punição

(42b) A PT B

(43) Se tu não fizeres o dever de casa, irás ao cinema amanhã.

(43a) falta DC neg punição

(43b) A DC neg B

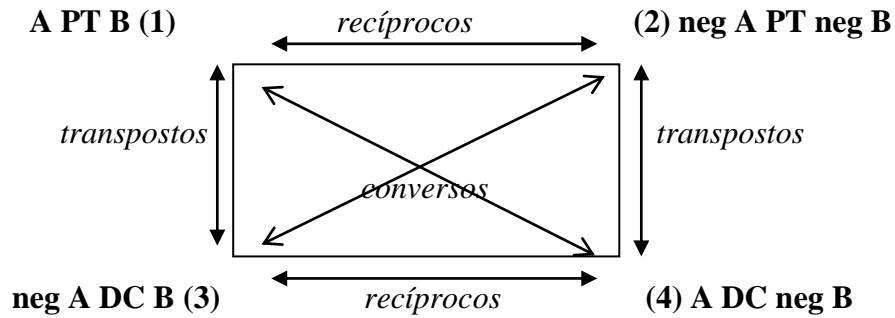
(44) Mesmo se tu fizeres o dever de casa, irás ao cinema amanhã.

(44a) neg falta PT neg punição

(44b) neg A PT neg B

O sentido desse bloco semântico é definido como falta-que-não-conduz-à-punição e poderia mesmo ser tido como paradoxal⁶². Organizando em um quadrado argumentativo que representa o BS2, esses quatro modos de apreender o sentido dispõem-se da seguinte maneira:

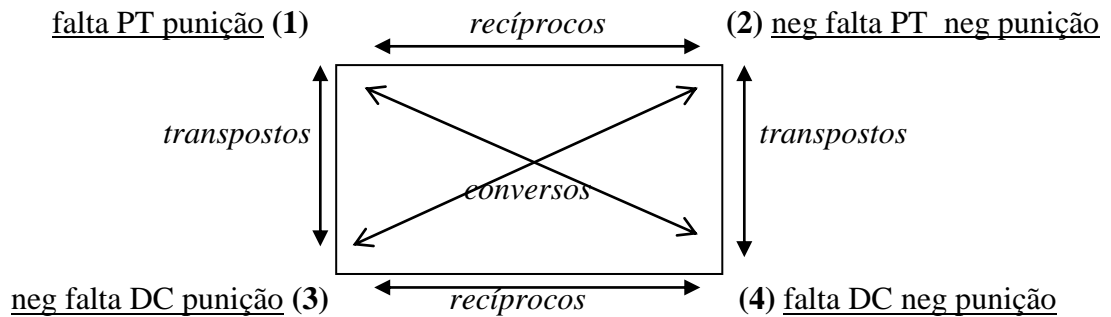
Figura 7: Bloco semântico 2 – BS2



Fonte: Figura adaptada com base em Carel e Ducrot (2005, p. 46)

Substituindo os aspectos vazios por aqueles construídos a partir dos enunciados (41) a (44), temos a seguinte organização:

Figura 8: Aspectos argumentativos do BS2 – falta-que-não-conduz-à-punição



Fonte: Figura elaborada com base em Carel e Ducrot (2005, p. 46)

Além das relações expressas pelos conectores entre os segmentos dos aspectos argumentativos, os modos de apreender os blocos semânticos – os *aspectos argumentativos* –

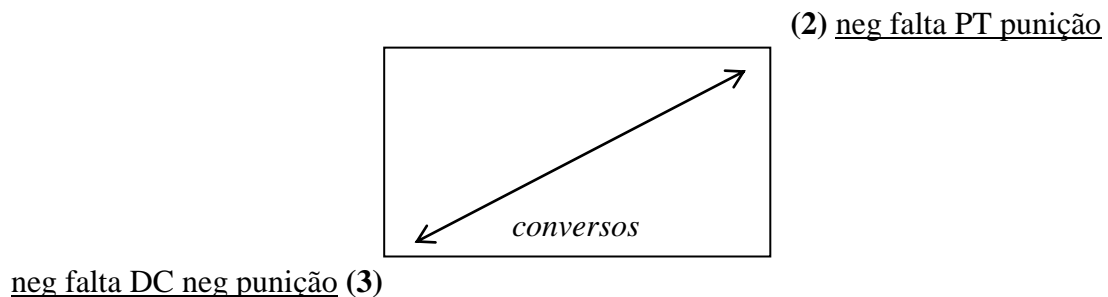
⁶² Relembrando a definição de paradoxo dada por Carel e Ducrot (1999): “São paradoxais um encadeamento de enunciados, um enunciado ou uma palavra que realizam, de *modo interno*, um aspecto argumentativo A DONC B (ou POURTANT B), enquanto que a significação “intrínseca” de A não comporta esse aspecto, e comporta o aspecto A POURTANT B (ou DONC). (CAREL; DUCROT, 1999, p. 27) . A argumentação interna ao enunciado (42) falta PT punição, enquanto a argumentação externa de A – falta – comporta o aspecto falta DC punição.

também têm relações semânticas. Elas podem ser de três tipos, conforme indicam as setas em cada uma das figuras: *conversão*, *reciprocidade* e *transposição*. Basicamente, as diferenças formais dessas relações residem na inversão de conectores e na presença ou não da negação. No entanto, essas diferenças formais implicam relações semânticas. É importante observar que as relações entre os aspectos sempre os tomam aos pares, nunca de modo isolado. Dir-se-á que um aspecto X é converso a um aspecto Y, ou que um aspecto L é recíproco ao aspecto M, mas jamais que ele é converso em si mesmo.

O primeiro tipo de relação que salientamos, de *conversão*, é tido por Carel (2011) como o mais fundamental entre os julgamentos argumentativos. A conversão ocorre entre os aspectos (1) e (4); (2) e (3) do quadrado argumentativo. No que tange às operações formais para obtenção de um aspecto converso a outro, é preciso manter o primeiro segmento – A –, inverter o conector, e inserir uma negação no segundo segmento – B. Quanto às relações semânticas, os aspectos conversos aparecem como negações um do outro. Eles encontram-se em uma relação de oposição forte, pela qual se opõe *X é P* e *X é não P*, dois modos de apreender o mesmo bloco semântico.

A conversão, portanto, exprime a negação comum, e pode, além de expressar a negação em enunciados, expressar também o sentido de palavras opostas, como de palavras como *injusto* e *justo*, o primeiro que expressa punição-mesmo-quando-não-há-falta, e o segundo que exprime punição-diante-da-falta, adjetivos que representam as posições (2) e (3) do BS1:

Figura 9: relação de conversão – negação comum



Fonte: Figura idealizada pela autora deste trabalho

A relação de conversão é observada também nos exemplos já mencionados no capítulo 2, quando da apresentação dos trabalhos de Ducrot a respeito da suposição. Se a conjunção *se*

é formalizada por meio de DC, a locução *mesmo se* é formalizada por meio de PT. Aqui, temos a primeira definição para este trabalho, já apontada por Carel e Ducrot (1999): as interpretações concessiva e implicativa dos enunciados suposicionais interrogativos, aparecem em relação de conversão. Relembremos os exemplos:

(21) João partirá, se Pedro vier?

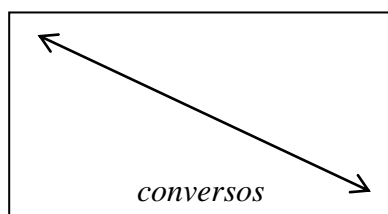
(21') A vinda de Pedro vai implicar a Partida de João?

(21'') João partirá mesmo se Pedro vier? – a vinda de Pedro não vai impedir a partida de João?

Em uma análise inicial, podemos atribuir a (21') o aspecto (21a) vinda de Pedro DC partida de João, e a (21''), o aspecto (21b) vinda de Pedro PT neg partida de João, representados no quadrado argumentativo abaixo:

Figura 10: representação das interpretações concessiva e implicativa dos enunciados suposicionais interrogativos

vinda de Pedro PT neg partida de João (1)



(4) vinda de Pedro DC partida de João

Fonte: figura idealizada pela autora para este trabalho.

O segundo tipo de relação que um aspecto argumentativo pode ter com outro é a *transposição*. Formalmente, é possível ter um aspecto transposto em relação a outro, introduzindo uma negação no primeiro segmento, invertendo o conector, e mantendo o segundo segmento. São as relações entre as posições (1) e (3), e (2) e (4) do quadrado argumentativo. Para Delanoy (2012, p. 140), os aspectos transpostos têm como característica (a) oposição de pontos de vista no mesmo bloco semântico; (b) a argumentação entre transpostos pode levar à discussão entre sentidos do discurso pela posterior proposição de um novo bloco semântico.

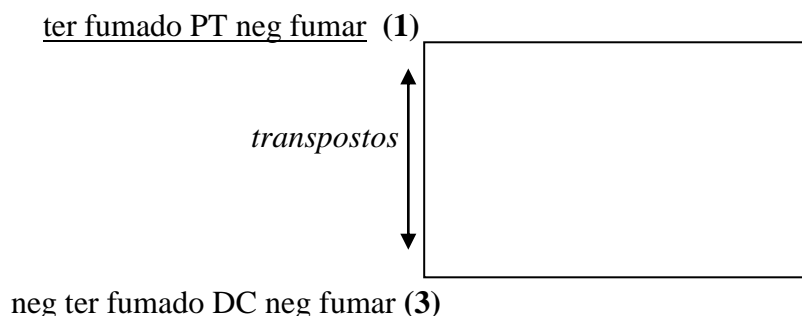
Os encadeamentos transpostos constituem o enfraquecimento ou fortalecimento de um julgamento argumentativo em relação a outro (CAREL, 2011b). No BS 1, os aspectos em relação de transposição são (4) falta DC punição transposto de (2) neg falta PT punição. (2) apresenta um sentido que é reforçado em relação a (4), pois há punição ainda que não tenha havido falta. Já (4) é um enfraquecimento desse sentido, já que há punição apenas diante da falta cometida. Do mesmo modo, acontece para (1) falta PT neg punição e (3) neg falta DC neg punição. As relações entre aspectos transpostos evidencia, ainda, um tipo de negação da qual já falamos, a negação metalinguística, capaz de anular os pressupostos de um enunciado, ou a relação de suposição.

Tomemos para análise o enunciado (10) *Pedro parou de fumar* e (10'') *Pedro não parou de fumar, ele sequer começou*. Colocando posto e pressuposto em relação argumentativa, conforme orientam Carel e Ducrot (2008) e Carel (2011a), temos os seguintes aspectos argumentativos:

- (10) Pedro parou de fumar.
- (10c) ter fumado PT neg fumar.
- (10'') Pedro não parou de fumar, ele sequer começou.
- (10''a) neg ter fumado DC neg fumar

Construindo o quadrado argumentativo para representar esses aspectos, temos assim posicionadas essas formas de apreender o sentido:

Figura 11: relação de transposição – negação metalinguística



Fonte: Figura elaborada pela autora deste trabalho.

Quanto à ação da negação na suposição voltaremos mais tarde, em uma seção especial dedicada a ela, pois a ação de um conteúdo negativo (não necessariamente representado por **não**) pode ter efeitos diferentes, para os quais teremos de buscar uma explicação específica.

O terceiro tipo de relação entre os aspectos argumentativos descrito pelos autores (DUCROT e CAREL, 2005; CAREL, 2011b) é o de *reciprocidade*. Um aspecto é considerado recíproco de outro quando se insere uma negação em cada um dos segmentos, mantendo-se o conector, se for do tipo normativo, ou se for do tipo transgressivo. No quadrado argumentativo, essa relação se dá entre as posições (1) e (2), e entre (3) e (4). Delanoy (2012, p. 140) atribui aos aspectos recíprocos quatro propriedades, das quais destacamos três: (a) os aspectos recíprocos não representam oposição de sentidos, mas perspectivas distintas a respeito do mesmo sentido; (b) a norma do discurso não é contestada, visto que há manutenção do conector; (c) quando um aspecto em DC é assumido no discurso, o outro, recíproco, apresenta-se implícito. A reciprocidade é a relação mais recorrente e observada nos dados de suposição, aparece também ligada à negação. Por isso, será retomada e analisada com detalhe na sequência deste trabalho.

Para finalizar a apresentação das relações entre os aspectos de um bloco semântico, trazemos as palavras de Carel:

Sendo dado um encadeamento argumentativo, seu converso, seu transposto e seu recíproco constituem três julgamentos dos quais os predicados [aspectos argumentativos] são derivados do mesmo bloco semântico. Os conversos mantêm entre si relações constantes de negação; os transpostos mantêm entre si relações constantes de reforço⁶³. No caso dos recíprocos, a relação vai depender da natureza, normativa ou transgressiva dos encadeamentos. (CAREL, 2011b, p. 66) (tradução nossa)⁶⁴

Os aspectos argumentativos que constituem parte da significação dos enunciados também exprimem a significação dos termos da língua. Mantendo-se na proposta das HEs, Ducrot e Carel propõem-se descrever as palavras da língua não por determinados traços, mas por predicados argumentativos ou conjuntos de predicados argumentativos. Esse modo de explicar a significação dos termos busca reassumir o legado saussuriano, que recusa o

⁶³ Nós acrescentamos, com base na Figura 11, relações de enfraquecimento entre os aspectos em relação de transposição.

⁶⁴ « Étant donné un enchaînement argumentatif, son converse, son transposé et son réciproque constituent trois jugements dont les prédicats relèvent du même bloc sémantique. Les converses entretiennent entre eux des relations constantes de négation ; les transposés entretiennent entre eux des relations constantes de renforcement. Dans le cas de réciproques, cela dépend de la nature, normative ou transgressive des enchaînements. » (CAREL, 2011b, p. 66).

conhecimento de outro domínio que não seja o da língua para permitir conhecê-la, pois ela não se constitui um reflexo do domínio não-linguístico.

A proposta de desvelar o sentido do léxico por meio de aspectos argumentativos que lhe estejam associados recusa dois tipos de hipóteses ligados a outras semânticas não necessariamente linguísticas (CAREL, 2011b, p. 83): (a) os termos do léxico são associados a entidades extralinguísticas; (b) o sentido de um termo do léxico é o que ele tem em comum com as entidades não linguísticas que lhe são associadas. Carel rejeita essas duas hipóteses pois aceitá-las implicaria admitir que os enunciados oferecem indicações sobre fatos, objetos e ações dos quais eles falam. Isso vai de encontro à proposta argumentativa da ANL, que vê os enunciados como modos de um locutor expressar seu ponto de vista a respeito dos fatos, objetos ou ações, pois a concepção de linguagem que lhe é inerente é a argumentativa.

Os três tipos de significados que podem ser descritos por meio dos aspectos argumentativos são estados das coisas (definido pelos enunciados), as propriedades, representadas através dos termos (como *justo*, *injusto*), e os nomes próprios gramaticais ou descrições (João, por exemplo, ou *o homem de camisa laranja*) (CAREL, 2011b, p. 99). De momento, trataremos da descrição da significação dos termos da língua, para após, iniciarmos a explicação do sentido dos enunciados tendo como ponto de partida os exemplos já citados e outros que constituem nosso *corpus*.

Para descrever a significação das palavras, Ducrot e Carel (2005) e Carel (2011b) admitem dois tipos de associação de discursos aos termos da língua, que expressariam sua significação: a *argumentação interna* e a *argumentação externa*. Essa significação comporta, portanto, encadeamentos argumentativos em *donc* ou *pourtant*, evocados pelos enunciados nos quais a palavra que se quer descrever intervém. Note-se que não é a palavra em si que tem um significado, mas é uma palavra enquanto uso da língua. Segundo Ducrot, em aula ministrada na École des Hautes Études en Sciences Sociales e, novembro de 2011⁶⁵, a palavra é uma ilusão, uma criação do linguista. Apenas temos acesso a ocorrências das palavras nos discursos do cotidiano, elas em si não podem ser apreendidas se não quando se trata de metalinguística.

A AI não diz respeito apenas aos termos da língua, mas explicita o sentido de qualquer expressão provida de sentido, inclusive os enunciados. A cada termo, expressão ou enunciado podem ser atribuídos vários aspectos, do tipo normativo e transgressivo. A AI é uma ferramenta responsável pela descrição dos sentidos da língua (juntamente com os

⁶⁵ Anotação de aula conforme citação no corpo do texto.

encadeamentos evocados). A sua introdução na TBS muda um pouco o conceito de significação proposto por Ducrot (1980a; 1987a). Para Carel (2011b),

a significação dos termos plenos será constituída, e unicamente constituída de aspectos argumentativos, isto é, não apenas admitirei que a significação dos predicados *contém* aspectos, mas além disso, considerarei isso suficiente para conduzir todos os estudos semânticos. (...) Não porei na significação dos predicados nada além de aspectos argumentativos. (CAREL, 2011b, p. 82-3) (grifos da autora, tradução nossa)⁶⁶

Se antes a significação das frases ou dos termos da língua era composta por instruções que indicavam o trabalho a ser realizado pelo interlocutor para interpretar o enunciado que a realiza, agora essa significação é descrita pelos aspectos argumentativos que lhe podem ser associados. A seguir, detalharemos a noção de aspecto e sua importância, aliada ao conceito de encadeamento evocado como os principais elementos da descrição do sentido dos enunciados e das palavras da língua, pois isso impacta de modo direto na explicação do nosso objeto de pesquisa.

Sendo os aspectos argumentativos o meio pelo qual se definem as significações, dir-se-á que um aspecto argumentativo X pertence à AI de um termo T (ou expressão) se forem atendidas as duas condições abaixo:

- a) T exprime o aspecto argumentativo X;
- b) T não intervém em nenhum dos segmentos de nenhum dos encadeamentos evocados derivado de X. Os encadeamentos argumentativos evocados serão ditos derivados da AI de T.

Vamos aos exemplos. Atribuímos ao enunciado (37) *Se tu não fizeres o dever de casa, não irás ao cinema amanhã* o aspecto argumentativo (37a) falta DC punição. Esse aspecto expressa a argumentação interna do enunciado visto que os termos que o constituem (suporte e aporte) não participam da construção do aspecto. Ele pode ser incorporado também à argumentação interna da palavra *justo* em um enunciado como (45) *O pai foi justo com filho*.

Mais um exemplo:

(46) João foi otimista.

⁶⁶ « La signification des termes plein sera constituée et uniquement constituée d'aspects argumentatifs, c'est-à-dire que, non seulement j'admettrai que la signification des prédicats *contient* des aspects, mais de plus je me suffirai de cela pour mener toutes les études sémantiques. (...) Je ne placerai dans la signification des prédicats rien d'autre que des aspects argumentatifs. » (CAREL, 2011b, p. 82-3)

Nesse exemplo, João é descrito, pela predicação dada pela palavra otimista, como uma pessoa que apesar de estar diante de uma situação desfavorável, consegue ver esperança. Um dos aspectos argumentativos que pode ser incorporado à sua significação enquanto argumentação interna é (46a) situação desfavorável PT esperança.

(47) A bolsa transparente denunciava a intimidade da moça.

Nesse exemplo, o termo analisado é o adjetivo *transparente*, cuja argumentação interna pode ser definida como (47a) neg esconde DC mostra. A argumentação interna de uma palavra deve dar conta não apenas dos empregos canônicos, mas também daqueles tidos como “metafóricos”. Para o enunciado (48) *A administração da empresa foi transparente*, (47a) neg esconde DC mostra é um aspecto que pode ser incorporado à sua significação.

A *argumentação interna* de uma palavra comporta apenas um aspecto do bloco cujo sentido advém da interdependência semântica entre os segmentos. Caso contrário, como mostramos na **figura 9**, teremos a representação do sentido de *injusto*, cujo aspecto que expressa sua argumentação interna é converso àquele que expressa a argumentação interna de *justo*. Por constituir a oposição primária na língua, a relação de conversão é também aquela que expressa a negação de um termo, o que torna inaceitável que um enunciado X ou um termo T possam ser descritos por meio de aspectos conversos. Os aspectos conversos representam, respectivamente, X e não-X ou T e não-T.

Quanto à argumentação externa, dir-se-á que um aspecto argumentativo X pertence à argumentação externa de T em duas situações:

- (a) Se T exprime X
- (b) Se T intervém materialmente e semanticamente em certos encadeamentos derivados de X, sendo o primeiro ou o segundo segmento.

Assim, pode-se inserir na *argumentação externa* de *transparente* do enunciado (48) *A administração da empresa foi transparente* o aspecto (48a) transparente DC honesto, e na AE de *transparente* do enunciado (47) *A bolsa transparente denunciava a intimidade da moça*, podemos colocar o aspecto (47b) transparente DC indiscreto. Essas duas argumentações externas são apenas duas facetas do adjetivo transparente, a ele podem ser incorporados tantos aspectos argumentativos quanto admitir a orientação argumentativa de tal palavra.

A argumentação externa, diferente da interna, pode ser de dois tipos: *externa à direita*, e *externa à esquerda*. A argumentação externa à direita acontece quando um segmento é encadeado a partir do termo T em análise. Para esse tipo de argumentação, citamos os

aspectos argumentativos (48a) transparente DC honesto e (47b) transparente DC indiscreto. Já a AE à esquerda é aquela que situa o termo em análise materialmente à esquerda. Como um exemplo de argumentação externa à esquerda, apontamos o enunciado (49) *O marido foi transparente: disse toda a verdade para a esposa*, cujo aspecto que expressa a AE à esquerda é (49a) honesto DC transparente.

As AEs e AIs dos termos e AIs dos enunciados têm um papel fundamental na explicação do sentido que constitui a proposta da TBS, pois essa explicação do sentido dos enunciados e termos é feita exclusivamente pela associação à significação de aspectos argumentativos que formam o conjunto de possibilidades de significação. A partir deles, também, são explicados outros fenômenos aos quais daremos detalhes a seguir, como a negação, a pressuposição, e outros efeitos de sentido. A argumentação interna e a argumentação externa são sempre relativas à entidade ou ao enunciado em análise, nunca externo ou interno em si.

3.1.2 A importância dos aspectos argumentativos e dos encadeamentos evocados na TBS

Carel e Ducrot (2005) e Carel (2011b) interessam-se pelos laços constituídos entre os termos dos enunciados, expressos por meio da sua argumentação interna, ou seja, pela paráfrase teórica de tais enunciados, que visa a explicar seu sentido por meio de dois valores: os *aspectos argumentativos* e os *encadeamentos evocados*. Aliado a esses dois valores, os autores introduzem a noção de predicação, não tal como a concebe a tradição, como a afirmação de algo sobre a alguma coisa, mas dando-lhe uma nova dimensão: qualifica cada vez mais as relações linguísticas existentes nos enunciados da língua e afasta-se de modo contundente da percepção inerente à *Teoria dos Topoi* de Anscombe e Ducrot, que apresentavam as relações semânticas entre os termos do enunciado como autorizadas por garantias, que permitiam a passagem do argumento para a conclusão.

Nessa nova fase, há uma reafirmação dos valores saussurianos, platonianos e enunciativos na TBS, decorrente do modo como a análise é desenvolvida, pela dupla significação da frase, através do aspecto argumentativo e do encadeamento evocado. A predicação intervém na medida em que ela põe em paralelo argumentações, que são a teorização dos sentidos dos enunciados, as frases. Esse paralelo é derivado, justamente, da noção de predicação, que divide os enunciados em grupo verbal e grupo sujeito. As argumentações derivadas dos enunciados têm relação com a estrutura sintática dos enunciados, pois os aspectos e os encadeamentos evocados a partir de um enunciado podem

encontrar sua origem no grupo verbal, no grupo sujeito, ou numa interação de ambos. Para Carel (2011b), a construção dos aspectos argumentativos e sua materialização pelos encadeamentos evocados encontra respaldo na predicação enquanto modo de organização do conteúdo de um enunciado. Essas duas faces da análise predicativa da linguagem, quais sejam, a recusa a uma análise que veja a linguagem como ligada a descrição de objetos e a afirmação dos laços linguísticos do sentido são resumidas nas palavras da autora:

O enunciado *Pedro foi prudente* não tem por função descrever ou qualificar o que quer que seja. Ele tem por função significar o encadeamento *Havia perigo portanto Pedro tomou precauções* **enquanto** ilustração do aspecto perigo DC precaução. (...) Argumentar não é nada mais que julgar; essa equivalência é, para mim, fundamental. (...) O locutor não raciocina; ele não conduz seu interlocutor da premissa para a conclusão(...): ele afirma seu ponto de vista. (CAREL, 2011b, p. 161-2) (tradução nossa, grifos da autora)⁶⁷

Para Carel (2011b), as relações que o discurso mantém com os fatos mundanos não pertencem à semântica, mas estão situados em outro domínio, aquele da Pragmática: todas as construções e transformações pelas quais passam os enunciados dizem respeito apenas à concretização de aspectos argumentativos e evocação de encadeamentos que os parafraseiam. Os enunciados, portanto, não têm por função descrever ou significar o universo extralinguístico, mas unicamente uma função semântica: ilustrar aspectos e estes, por sua vez, são concretizados por encadeamentos. É nesse sentido que se estreita a relação entre a sintaxe e a semântica desenvolvida por Carel, na medida em que os nomes gramaticais, as descrições definidas e outras formas de restrição ou precisão de sentido são agentes da transformação do aspecto em encadeamento, sem que para isso necessariamente seja preciso atribuir valores ou julgamentos mundanos. Seu posicionamento com relação a essa hipótese aparece de modo ainda mais claro quando Carel (2011b, p. 195) retoma palavras de Platão em *O sofista* para exemplificar o que para ela são modos de entrelaçar os sentidos:

É que, a partir desse instante, ele [o homem] enuncia algo de alguma coisa que é ou se torna ou foi ou será; não se limita a nomeá-la, porém conta que alguma coisa aconteceu, o que consegue pelo entrelaçamento de verbos com substantivos. Daí não dizermos simplesmente que essa pessoa nomeia, porém que discursa, sendo a essa conexão de palavras que damos o nome de discurso. (*O sofista*, 262d) (tradução nossa)⁶⁸

⁶⁷ « L'énoncé *Pierre a été prudent* n'a pas pour fonction de décrire ou qualifier quoi que ce soit. Il a pour fonction de signifier l'enchaînement *c'était dangereux donc Pierre a pris des précautions* **en tant qu'**illustration de l'aspect danger DC précaution. (...) Argumenter n'est rien d'autre que juger ; cette équivalence est pour moi fondamentale. (...) Le locuteur ne raisonne pas ; il ne conduit pas son interlocuteur de la prémisses à la conclusion (...) : il affirme son point de vue» (CAREL, 2011b, *passim*).

⁶⁸ « C'est que, dès ce moment, il donne quelque indication sur ce qui est, devient, est devenu ou doit être et qu'il ne se borne pas à le nommer, mais fait voir qu'une chose s'accomplit, en entrelaçant les verbes avec les noms.

Uma última palavra a respeito ainda das pesquisas realizadas pela TBS enquanto estudo do sentido dos enunciados. Em resposta a dois tipos de críticas que Carel sofreria por sua abordagem argumentativa dos enunciados, acusada de por vezes confundir semântica e pragmática, e ainda pela falta de pretensão em encontrar generalidades, a autora afirma:

Respondo à primeira objeção que, estudando os enunciados e considerando seu contexto, eu não viso nenhum propósito geral sobre a significação de seus termos. Minha pesquisa situa-se antes disso, antes de todo cálculo de sentido, antes de toda previsão triunfal, no momento no qual se trata ainda de descrever o resultado que deverá ter o cálculo, isto é, no momento em que se trata de descrever “o sentido do enunciado”: e reafirmo “o sentido do enunciado”, e não a significação abstrata da frase que ele realizaria. Eu procuro intuitivamente compreender os *enunciados*, de modo a conhecê-los e após construir as ferramentas necessárias para a descrição de seu “sentido” (CAREL, 2011b, p, 165-6) (tradução nossa, grifos da autora)⁶⁹

Carel, apesar disso, não nega que possa existir uma significação que guia a interpretação argumentativa dos enunciados. Essa significação, no entanto, está voltada para a semântica, uma vez que busca explicar os mecanismos linguísticos de construção do sentido, e não para a Pragmática, que visaria explicar esses sentidos a partir dos contextos em que aparecem. E por acreditarmos que exista esse traço comum nos usos da linguagem (a repetibilidade do sistema, que permite a irrepetibilidade do uso), em especial do nosso objeto de estudo, que damos crédito à TBS e nela vemos uma importante abordagem para atingirmos nosso objetivo.

Ao contrário do que possa parecer, portanto, a alternativa de dar o passo inicial nos estudos semânticos visando à descrição do sentido dos enunciados, no entanto, não se limita apenas ao nível descritivo. Nós acreditamos que, contrariamente ao que afirma Carel, as ferramentas construídas permitem não apenas descrever o sentido dos enunciados, mas explicar sua construção. Conceitos já mencionados aqui como o de bloco semântico, aspecto argumentativo, relações de conversão, reciprocidade e transposição, argumentação interna e argumentação externa têm muito a dizer sobre os mecanismos de construção do sentido. Acreditamos que a partir deles é possível chegar a um nível basilar de apreensão e explicação, que permita compreender a natureza das construções linguísticas de um modo pouco ou nada

C'est pour cela que nous avons dit, de celui qui s'énonce ainsi, qu'il discourt et non point seulement qu'il nomme, et c'est cet entrelacement que nous avons désigné du nom de discours. » (Le sophiste, 262d)

⁶⁹ « Je répons à la première objection, qu'en étudiant des énoncés, donc en considérant le contexte, je ne vise aucun propos général sur la signification de leurs termes. Ma recherche se situe en deçà, avant tout calcul du sens, avant toute prévision triomphale, au moment où il s'agit encore de décrire le résultat que devra avoir le calcul, c'est-à-dire au moment où il s'agit de décrire « le sens de l'énoncé » : je dis bien le « sens de l'énoncé », et non la signification abstraite de la phrase qu'il réaliserait. Je cherche à intuitivement comprendre les *énoncés*, de manière à connaître puis construire les outils nécessaires à la description de leur « sens ». (CAREL, 2011b, p. 165-6)

explorado até então, de modo tão complexo: as relações da língua e seu uso pelos locutores em textos, dada a situação de comunicação.

Nisso depositamos nosso olhar, sobre o que se considera como uma profunda originalidade nos estudos semânticos da ANL: de convergir em uma única abordagem três fontes de inspiração e a elas manter-se fiéis, evidenciando que o “casulo” que abriga a ANL está respaldado em algo que lhe é primordial, as relações. Nada pode existir de modo independente, especialmente na linguagem, e é com vistas a isso que o *entrelaçamento* que Carel busca mostrar no sentido dos enunciados leva em conta não apenas os enunciados, que constituem os dados, mas as relações que mantêm entre encadeamentos evocados e aspectos argumentativos: o aspecto argumentativo exprime o sentido do enunciado, constitui sua significação, enquanto o encadeamento evocado o parafraseia. São esses dois conceitos que, como para Carel, para nós estarão no centro da explicação do nosso objeto de estudo.

Relembramos, antes de passar à análise dos dados, algumas características dos aspectos argumentativos, e introduziremos a conceituação de encadeamento evocado. Os *aspectos argumentativos* ou *argumentações* são aquilo que Carel (2011b, *passim*) frequentemente chama *predicados argumentativos*. Essa segunda alcunha designa uma noção não teórica para o termo, enquanto as primeiras são as designações teóricas. As principais propriedades dos aspectos argumentativos são, em resumo:

- a) um aspecto argumentativo é, antes de tudo, um predicado *normativo* ou *transgressivo*. Ele é o que há de mais fundamental na língua, e determina a significação dos enunciados: é possível falar de aspectos argumentativos, mas não é possível fazer sua demonstração. Argumentar, portanto, é exprimir, por meio de um enunciado e de seus encadeamentos evocados, o aspecto do qual eles são derivados.
- b) Todo aspecto argumentativo é a apreensão de um bloco semântico, que pode ser feita também por outros três aspectos, conforme demonstramos pelo quadrado argumentativo.
- c) Um aspecto argumentativo pode ser realizado não apenas por um encadeamento argumentativo ou enunciado, mas por um certo número deles, pois ele não comporta **variação da conjunção, do tempo verbal ou dos nomes próprios**.
- d) Sua representação se dá pelo esquema X CON Y e X CON' neg Y.

A significação de um enunciado não será resumida apenas pelos aspectos argumentativos que exprime, mas também pelos encadeamentos argumentativos que evoca. Os encadeamentos evocados são os modos de singularizar um aspecto e parafrasear o enunciado. Juntos, aspecto argumentativo e encadeamento evocado constituem a unidade

semântica de um enunciado, denominada **conteúdo argumentativo**. A coerência entre o aspecto argumentativo e o encadeamento evocado é a condição primeira para que haja uma boa formação do conteúdo argumentativo, pois há um laço extremamente forte entre esses dois conceitos.

Qual a necessidade de atribuir essas duas faces a um conteúdo argumentativo? A primeira delas é derivada de uma das características do aspecto argumentativo, de expressar apenas de modo geral o sentido de um enunciado. No caso do enunciado (46) *João foi otimista*, o aspecto expresso por (46) é (46a) situação desfavorável PT esperança. No entanto, como diferenciar (46) de (50) *Pedro é otimista?* Por meio do encadeamento evocado. Enquanto (46) exprime o aspecto (46a) e evoca o encadeamento (46b) *Mesmo quando a situação é desfavorável, João tem esperança*, (50) evoca o encadeamento (50a) *Mesmo quando a situação é desfavorável, Pedro tem esperança*. O recurso ao encadeamento evocado também pode diferenciar uma interpretação de um evento pontual daquela que afirmaria um característica inerente à João na sua infância, por exemplo. A interpretação eventual é apresentada por (46c) *A situação era desfavorável, no entanto, João teve esperança*, a interpretação descritiva do comportamento de João na infância é dada por (46d) *A situação era desfavorável, no entanto, João tinha esperança*.

O recurso aos encadeamentos argumentativos dá conta da descrição semântica do sujeito gramatical, nesse caso, que constitui a referência dos discursos ao mundo. No entanto, esse reconhecimento não aparece de modo primário na descrição do enunciado, ele é realizado após, e ainda não como a representação de um ser, mas apenas como uma função desempenhada por esse sujeito.

A necessidade de se recorrer ao encadeamento evocado para construção do conteúdo argumentativo de um enunciado também justifica-se pelo papel que desempenha ao evitar que um enunciado possa ficar incongruente. Como o aspecto (46a) situação desfavorável PT esperança apenas apresenta o conteúdo de modo geral, sem que haja flexão verbal ou atribuição do papel de sujeito, faz-se necessário precisar o sentido. Logo, a identificação do sujeito gramatical não tem como função primeira a ancoragem de determinado sentido ao mundo, mas evitar que haja uma incoerência: (51) *Mesmo quando a situação é desfavorável, Pedro tem esperança, mas João não é completamente aceitável*, no entanto, sem sentido no caso de (51a) *Mesmo quando a situação é desfavorável, Pedro tem esperança, mas Pedro*

não. O encadeamento evocado é importante “pois é preciso dar conta daquilo que é singular nos enunciados da língua” (CAREL, 2011b, p. 219) (tradução nossa)⁷⁰. Carel afirma, ainda:

O enunciado é uma formulação concreta do aspecto expresso. O aspecto, por sua vez, constitui o “sentido” do enunciado, o que é preciso reter dele, sua moral. Ele constitui o que permite comparar um enunciado a outros, de fazê-lo ser coerente com eles ou a eles se opor (...): é por seu aspecto que um enunciado pode tomar lugar em um texto. (CAREL, 2011b, p. 221) (tradução nossa, grifo da autora)⁷¹

Vemos, portanto, que a TBS desenvolveu ferramentas capazes de dar conta dos diferentes elementos que compõem um enunciado, seja pela sua argumentação interna, pelos encadeamentos evocados e aspectos argumentativos, responsáveis pela descrição do conteúdo argumentativo ou pelas argumentações interna e externa ao léxico.

É importante ressaltar que todas as ferramentas desenvolvidas, embora ancoradas em elementos da sintaxe (pois é impossível haver sentido sem que haja um padrão organizacional na língua e, como demonstrará a predicação, a sintaxe também tem papel importante), tem como finalidade a descrição e explicação do **sentido dos enunciados**. Essa observação nos parece pertinente, pois há cada vez mais na TBS a busca pelo ajuste dos conceitos que visa ao estudo do sentido da língua a partir das suas relações. Do mesmo modo, em nossas análises, serão feitas alusões à sintaxe e ao modo como ela pode ajudar a organizar o conteúdo, mas sempre com vistas à explicação do seu sentido.

Encadeamentos e aspectos pertencem, ambos, à ordem discursiva: os encadeamentos são a realização particular de algo mais abstrato, expresso pelos aspectos argumentativos. A relação de concretização de aspectos em encadeamentos evocados deve ser regulada por três princípios (CAREL, 2011b, p. 222): (a) todo encadeamento concretiza vários aspectos; (b) todo encadeamento concretiza o aspecto do qual ele é derivado (*relève*); (c) se um encadeamento é normativo (ou transgressivo), ele não concretiza nenhum aspecto transgressivo (ou normativo). Esses dois conceitos, de aspecto argumentativo e encadeamento evocado nos serão suficientes, no momento, para iniciar a análise dos nossos enunciados.

⁷⁰ « Il faut arriver à rendre compte de ce qu’il y a de singulier dans les énoncés de la langue. » (CAREL, 2011b, p. 219)

⁷¹ L’énoncé est une formulation concrète de l’aspect exprimé. L’aspect, de son côté, constitue le « sens » de l’énoncé, ce qu’il faut en retenir, sa morale. Il constitue ce qui permet de comparer un énoncé à d’autres énoncés, de le rendre cohérent avec eux ou encore de l’opposer à eux – cf les études de conjonctions menées dans la perspective de Ducrot : c’est par son aspect qu’un énoncé peut prendre place dans un texte. (CAREL, 2011b, p. 221.)

Seguiremos a análise predicativa dos enunciados proposta por Carel (2011b), que será explicada na medida em que as análises avançarem.

3.1.3 A TAP – Teoria da Argumentação Polifônica

A Teoria da Argumentação Polifônica, desenvolvida em paralelo com a Teoria dos Blocos Semânticos, ambas inscritas no quadro teórico geral da Teoria da Argumentação na Língua, dá conta dos aspectos enunciativos do sentido dos enunciados. Ela tem por objetivo estudar os laços que existem entre a descrição desse conteúdo e a apresentação que o locutor faz desse conteúdo.

A ideia principal da TAP (que é uma reformulação da Teoria Polifônica da Enunciação, de Oswald Ducrot (1987b), da qual mantém muitas características e princípios) é opor-se ao princípio de unicidade do sujeito falante, e incorporar às suas explicações sobre o uso da língua “algumas pistas para a descrição de certos fenômenos que mostrar alusões do enunciado a enunciações diferentes da sua” (CAREL; DUCROT, 2010, p. 9).

Em nosso trabalho, usaremos muitos dos conceitos da TAP, versão recente sobre a polifonia, embora optemos por apresentar os conteúdos evocados pelo enunciado na forma de aspectos argumentativos, ideia apresentada em Carel e Ducrot (2008). Nossa análise será pautada, portanto, em Carel (2011a), Carel, (2011b), Carel e Ducrot (2008) e Carel e Ducrot (2010).

Se a TBS dá conta dos aspectos ditos “linguísticos” do sentido dos enunciados, a TAP vem oferecer as ferramentas e conceitos necessários à explicação de um sentido que não se limite a ver a língua fora da situação enunciativa. Ao contrário, ela vem integrar às pesquisas semânticas traços fundamentais para uma análise de língua em uso: o fato de que ela é fruto de uma enunciação, e de que é possível reconhecer no conteúdo de um enunciado uma pluralidade de vozes, cuja garantidas por diferentes pessoas.

Além disso, o conceito de polifonia aparece como uma forma de rebater a concepção veritativa da linguagem. Para Ducrot, a polifonia é apresentada como uma espécie de diálogo cristalizado, uma análise vertical que “atribui a cada um dos componentes uma autonomia enunciativa: cada um constitui a significação de um discurso possível” (DUCROT, 2005, p. 18). Se admitirmos que o sentido do enunciado é um reflexo da sua enunciação, precisamos admitir também que não são as informações que ele comunica acerca do mundo que rodeia o locutor que o constitui semanticamente. O sentido descrito como um espelho da sua enunciação revela esse acontecimento particular da língua, pois a enunciação também é a

transformação da língua em discurso pela atividade de fala do locutor que, por meio da sua palavra, dá a conhecer outros discursos que lhe são constitutivos. Esse fato é consequência de um princípio geral que diz respeito a toda linguagem e a distingue do raciocínio lógico: o pensamento do outro está presente no meu, e sua separação total é impossível de ser realizada.

É na polifonia que aparece o caráter constitutivo da alteridade: fazendo o outro se expressar, nós próprios nos expressamos. Tal papel constitutivo da alteridade, conforme vimos no primeiro capítulo, não se limita às relações na linguagem, mas diz respeito também às relações enunciativas, que compreendem além do *locutor* e do *alocutário*, seres que os autores denominam *Pessoas*, também implicados na construção do sentido. Retomamos trecho d'*O Sofista*:

o outro tem um estatuto particular, pois não se situa ao lado das categorias precedentes, mas nelas. Da essência do Outro diremos que ela circula através de todas, pois se cada uma delas, individualmente, é diferente das outras, não o é em virtude da sua própria essência, mas da sua participação na natureza do Outro. (apud DUCROT, 1987a, p. 67).

Na cena enunciativa descrita pela TAP, são reconhecidas três entidades, que têm diferentes estatutos linguísticos: o *sujeito empírico*, o *locutor*, e as *Pessoas*.

Ao primeiro deles, *sujeito empírico*, são atribuídas três características fundamentais: a primeira delas é o fato de ser dotado de uma atividade psico-fisiológica necessária para a produção do enunciado. Isso quer dizer que o sujeito falante realizou os movimentos musculares necessários para a produção do som, bem como realizou a atividade intelectual de organizar o enunciado. A segunda característica atribuída a ele é o fato de ser o autor, a origem dos enunciados; e a terceira característica é a de ser designado em um enunciado pelas marcas de primeira pessoa. Portanto, o sujeito empírico é o autor efetivo do enunciado, é o ser que tem existência no mundo e sobre o qual não há investimento teórico, uma vez que o relevante nos estudos da ANL são os componentes linguísticos e enunciativos do discurso, e não as condições exteriores a sua produção. O sujeito empírico não contribui para a construção do sentido, não se trata de um problema propriamente linguístico, o que o torna objeto de estudo da sociolinguística ou da psicolinguística. Para os autores, não interessa por que tal sujeito disse o que disse, mas simplesmente interessa o que disse esse sujeito.

O segundo elemento, o *locutor*, é caracterizado como aquele a quem se imputa a responsabilidade pelo enunciado, uma vez que o locutor deixa nele suas marcas, podendo ser distinto do sujeito empírico, como é o caso de enunciados relacionados por *mas*, que apresentam dois pontos de vista que se opõem. Trata-se, dessa forma, de um *ser teórico* a

quem se atribui a responsabilidade do enunciado. O apagamento do sujeito falante, para Carel (2011b, p. 300), confere ao locutor uma maior objetividade, pois aparece como um narrador imparcial dos fatos. Ela complementa dizendo:

É somente no locutor que me interessarei, e não no sujeito falante. Na medida em que o locutor é um ser teórico, sem psiquismo, cujas atitudes têm por função dar um papel discursivo aos diversos conteúdos do discurso. (...) Ele constitui o *ethos* do sujeito falante. (CAREL, 2011b, p. 300) (tradução nossa)⁷²

Já o conceito de *Pessoa* vem em substituição ao de *enunciador* proposto por Ducrot (1987b). Esse último conceito foi abandonado por ser considerado por vezes impreciso (como é o caso das críticas feitas pelo grupo escandinavo Scapoline) e dar margem a interpretações nas quais eram vistos como fontes enunciativas, papel que deve ser atribuído unicamente ao *locutor*, único ser teórico que tem o poder de produzir enunciados. Dada a impossibilidade de o locutor relacionar-se diretamente com os conteúdos evocados pelo seu discurso, foi criado o conceito de *Pessoa*, pois o que importa em realidade não é a identidade dos enunciadores, “mas o modo particular pelo qual eles preenchem o papel geral que lhes é conferido. Consideramos esse papel como o de garantias e chamaremos ‘Pessoas’ o tipo de garantia ao qual ele recorre.” (CAREL; DUCROT, 2010, p. 19) (grifo dos autores).

As pessoas são em número de cinco: a primeira é a voz do próprio locutor, a qual é denominada L. A segunda, é a voz do interlocutor, chamada TU. A terceira é a voz do ON (SE), caracterizada como a voz da opinião pública; a quarta, chamada MUNDO é a voz dos fatos; e, por fim, a quinta pessoa IL (ELE), uma voz mais discreta, a voz distanciada do ausente, sem autoridade (CAREL, 2010, p. 25-6).

Para Carel e Ducrot (2010), a significação dos enunciados deve ser descrita por meio de tripés, chamados **unidades de discurso**, cada um deles contemplando três elementos: o conteúdo, a pessoa, e as atitudes do locutor. O conteúdo é o sentido do enunciado, que evoca outros conteúdos (sentidos) seja de modo intralexical – quanto algum termo é polifônico – seja pela sintagmatização, pela qual a combinação de palavras é responsável pelos conteúdos implícitos. As atitudes que o locutor tem em relação às pessoas às quais são atribuídos os conteúdos é o que Carel (2011c) dá o nome são as *funções textuais*. Elas dizem respeito ao papel *discursivo* que o locutor dá ao conteúdo do seu enunciado, podendo ser de três tipos: duas delas positivas, *pôr e concordar*, e uma negativa, *excluir*.

⁷² « C’est au seul locuteur que je m’intéresserai, et non au sujet parlant. Dans la mesure où le locuteur est un être théorique, sans psychisme, dont les attitudes ont pour fonction de donner un rôle discursif aux divers contenus du discours. (...) Il constitue l’*éthos* du sujet parlant » (CAREL, 2011b, p. 300)

O locutor pode *pôr* o conteúdo quando o faz como objeto de sua enunciação, articulando-o a outro discurso. No entanto, a atitude de *pôr* um conteúdo não implica necessariamente que a fonte desse conteúdo seja o locutor: ele pode fazer de um conteúdo o objeto de sua enunciação e, no entanto, esse conteúdo ter como fonte uma Pessoa do discurso diferente de L. A segunda atitude que o locutor pode tomar em relação aos conteúdos ditos/evocados em seu discurso é a de *concordar*. Ela consiste em *pôr* esse conteúdo fora do discurso, recusando-se a fazer dele um objeto de discussão (típico dos pressupostos, é o caso relatado por Ducrot (1987d) em que não é possível encadear o discurso ulterior a um pressuposto, apenas ao posto). A atitude de concordar nunca aparece isolada, ela sempre está acompanhada de um conteúdo posto. A terceira atitude, caracterizada como negativa, é a *exclusão*. Ela acontece quando o locutor rejeita o conteúdo, recusando-se a discuti-lo. Essas atitudes são atitudes *discursivas*, cuja função é dar ao locutor a possibilidade de indicar o papel discursivo que pretende dar ao conteúdo do seu enunciado: não são atitudes psicológicas que revelam as crenças do locutor, mas compõem linguística e enunciativamente o sentido dos enunciados.

A assimilação, presente em outras versões da Teoria da Polifonia (como Ducrot (1990) e Carel e Ducrot (2008)), encontra-se diluída agora na noção de Pessoa, uma vez que nesse conceito já se encontra embutida a fonte a partir da qual determinado conteúdo tem origem.

3.2 A ANÁLISE DE ENUNCIADOS SUPOSICIONAIS SEGUNDO A TBS e a TAP

Nossa análise de enunciados se dividirá em três categorias: na primeira delas, estudaremos enunciados que se apresentam nas três formas que consideramos para a suposição que chamaremos **intrínseca: *se* hipotético, *se* potencial e *se* condicional irreal**. Na segunda parte, analisaremos alguns enunciados que não apresentam suposição explícita pelo *se*, mas que apresentam um sentido derivado das relações, o qual denominaremos **suposição derivada**. Na terceira parte, serão abordados aqueles casos em que há a dependência de dois segmentos relacionados por *se*, mas cujo sentido não é de suposição, a esses casos, chamaremos **suposição formal**.

Para análise, selecionamos alguns trechos da obra de Lewis Carroll, chamada *Alice no país do espelho* (2004), além de enunciados já usados por Ducrot (1977b) entre outros, retirados de fontes indicadas no decorrer do trabalho. Nesses trechos, os enunciados destacados pelo sublinhado serão tomados para exame, numerados seguindo a numeração já iniciada nos exemplos e acompanhado da letra S (suposição).

3.2.1 – Suposição intrínseca

Para nós, a suposição intrínseca se assemelha à implicação descrita por Ducrot (1977b). É o caso em que há interdependência entre as duas orações que compõem o enunciado, e essa interdependência é expressa pelo conector DC, havendo um laço argumentativo entre os segmentos que formam o aspecto argumentativo.

Durante orientações do estágio de doutorado-sanduiche, na École des Hautes Études em Sciences Sociales, em Paris, Marion Carel apontou dois caminhos para explicar o sentido dos três tipos de suposição intrínseca que propomos: **se potencial**, **se hipotético** e **condicional irreal**. Esses dois caminhos levam em conta as diferenças e as semelhanças entre eles. A **semelhança** seria a expressão, pelos três tipos de suposição, dos mesmos aspectos argumentativos. A **diferença** entre eles se daria em três pontos:

- (a) Os enunciados se diferenciam pelos conteúdos que comunicam;
- (b) Os enunciados se diferenciam pelos encadeamentos evocados;
- (c) Os enunciados se diferenciam pela enunciação.

Trecho 1⁷³:

[Alice diz]:

- Faz de conta que você é a Rainha Vermelha, gatinho! Sabe de uma coisa? Acho que, (S1 52) se você sentasse, levantasse o corpo e cruzasse os braços, ficaria exatamente com a mesma cara que ela! Vamos tentar, queridinho!

Alice tirou a Rainha Vermelha de cima da mesa e colocou-a diante do gatinho, como um modelo para que o animal imitasse; todavia, a tentativa não obteve sucesso, principalmente porque, segundo afirmou Alice, o gatinho não queria cruzar os braços da maneira certa. Assim, para dar-lhe um castigo, ela segurou o bichinho em frente ao espelho, a fim de que pudesse ver a si mesmo que estava com cara de emburrado. p. 23

(S1 52) se você sentasse, levantasse o corpo e cruzasse os braços, ficaria com a mesma cara que ela.

⁷³ Retirado de CARROLL, Lewis. **Alice no País do Espelho**. Tradução: Willian Lagos. Porto Alegre: L&PM, 2004.

A partir de algumas transformações de (S1 52) relativas à flexão verbal, apresentaremos as três formas nas quais a suposição se apresenta: denominá-las-emos **se potencial, se hipotético e condicional irreal**. As designações escolhidas são derivadas, em parte, dos trabalhos de Ducrot, e em parte das nossas observações iniciais a respeito da suposição, e a classificação é baseada em critérios morfossemânticos – flexão verbal (forma) e aspecto verbal (sentido). A classificação que propomos faz-se necessária, pois ela é um ponto de partida para nossa análise, que ajudará a explicar os mecanismos linguísticos do funcionamento da suposição, bem como os mecanismos enunciativos que atuam sobre a composição do conteúdo argumentativo.

- a) **Se hipotético:** Encontra exemplo em (S1 52). Sua principal característica **formal** é apresentar o verbo da oração tida como gramaticalmente subordinada no *pretérito imperfeito do modo subjuntivo* – se você **sentasse, levantasse** o corpo e **cruzasse** os braços – e o verbo da oração principal no *futuro do pretérito do modo indicativo* – **ficaria** com a mesma cara que ela [A Rainha Vermelha].
- b) **Se potencial:** encontra exemplo em uma transformação que operaremos no enunciado (S1 52), relativa também ao tempo verbal. (S1 52') terá como principal característica **formal** apresentar o verbo no *futuro do modo subjuntivo* na oração gramaticalmente tida como subordinada – se você **sentar, levantar** o corpo e **cruzar** os braços – e o verbo da oração principal no *futuro do modo indicativo* - **ficará** com a mesma cara que ela.

(S1 52') se você **sentar, levantar** o corpo e **cruzar** os braços, **ficará** com a mesma cara que ela.

- c) **Condicional irreal:** condicional irreal é como são tradicionalmente chamados os enunciados que apresentam a estrutura de (S1 52''). Sua principal característica **formal** é apresentar o verbo da oração subordinada no *pretérito mais que perfeito do modo subjuntivo* – se você **tivesse sentado, levantado** o corpo e **cruzado** os braços – e o verbo da oração principal no *futuro do pretérito composto do modo indicativo* – **teria ficado** com a mesma cara que ela.

(S1 52'') se você **tivesse sentado, levantado** o corpo e **cruzado** os braços, **teria ficado** com a mesma cara que ela.

Vemos, nesses exemplos, que alterações formais de tempo e modo verbal pelas quais passam os enunciados resultam em alterações de cunho semântico. Assim como na TBS, os aspectos sintáticos têm relação com o sentido. Acreditamos que a simples mudança de um tempo e modo verbal também interfere no sentido dos enunciados, especialmente pela expressão do *aspecto verbal*, responsável pelos traços de sentido que compõem com as demais relações que estabelecem no enunciado. Assim, a classificação que propomos em **se potencial, se hipotético** e **condicional irreal**, num primeiro momento, nos é útil apenas para a identificação de cada um dos tipos de enunciados.

Tabela 1: Caracterização formal da suposição intrínseca

Tipo de suposição	Oração subordinada	Oração principal
Se hipotético	pretérito imperfeito do modo subjuntivo	futuro do pretérito do modo indicativo
Se potencial	futuro do modo subjuntivo	futuro do modo indicativo
Condicional irreal	pretérito mais que perfeito do modo subjuntivo	futuro do pretérito composto do modo indicativo

Fonte: tabela elaborada com base na análise dos dados

Tomando (S1 52), (S1 52') e (S1 52''), (*se p, q*) e evidenciando sua argumentação interna, ou seja, o aspecto argumentativo expresso por esses três enunciados, chegamos a dois aspectos argumentativos recíprocos normativos de um mesmo bloco semântico, cujas estruturas são A DC B e neg A DC neg B. Para fins de análise, tomamos a seguinte correspondência: *sentar-se, levantar o corpo e cruzar os braços* equivale ao segmento A adotar a postura de X; e *ficar com a mesma cara que a rainha* tomamos como equivalente a parecer-se com X – segmento B. A construção dos aspectos expressos se dá pela predicação centrada no grupo verbal de cada uma das orações, subordinada e principal, que compõe o enunciado, o que mostra a relação estreita entre a sintaxe e a semântica.

Se potencial:

(S1 52') se você **sentar, levantar** o corpo e **cruzar** os braços, **ficará** com a mesma cara que ela!

(S1a) adotar a postura de X DC parecer-se com X

(S1b) neg adotar a postura de X DC neg parecer-se com X

Encadeamentos evocados:

O gatinho faz o que Alice pede portanto parece-se com a Rainha.

O gatinho não faz o que Alice pede, portanto não se parece com a Rainha.

Se hipotético:

(S1 52) se você sentasse, levantasse o corpo e cruzasse os braços, ficaria com a mesma cara que ela.

(S1a) adotar a postura de X DC parecer-se com X

(S1b) neg adotar a postura de X DC neg parecer-se com X

Encadeamentos evocados:

O gatinho faz o que Alice pede portanto parece-se com a Rainha.

O gatinho não faz o que Alice pede, portanto não se parece com a Rainha.

Condicional irreal:

(S1 52'') se você **tivesse sentado, levantado** o corpo e **cruzado** os braços, **teria ficado** com a mesma cara que ela.

(S1a) adotar a postura de X DC parecer-se com X

(S1b) neg adotar a postura de X DC neg parecer-se com X

Encadeamento evocado: *O gatinho não fez o que Alice pediu portanto não se pareceu com a Rainha.*

Partimos para as hipóteses que explicariam o sentido dos enunciados a partir das semelhanças e das diferenças. A hipótese da *semelhança* se confirma, pois os três enunciados evocam os mesmos aspectos argumentativos recíprocos do mesmo bloco semântico. Já quanto às diferenças, vemos uma assimetria com relação à **(a) os enunciados se diferenciam pelos**

conteúdos que comunicam. Sendo o conteúdo argumentativo de um enunciado formado pelos aspectos expressos e pelos encadeamentos evocados, podemos dizer que essa hipótese é parcialmente observada, uma vez que (S1 52) e (S1 52') expressam os mesmos aspectos argumentativos e evocam os mesmos encadeamentos:

(S1a) adotar a postura de X DC parecer-se com X

(S1b) neg adotar a postura de X DC neg parecer-se com X

Encadeamentos evocados:

O gatinho faz o que Alice pede portanto parece-se com a Rainha.

O gatinho não faz o que Alice pede, portanto não se parece com a Rainha.

No entanto (S1 52''), apesar de evocar os mesmos aspectos, comunica outro conteúdo argumentativo distinto de (S1 52) e (S1 52') com relação ao encadeamento evocado:

(S1a) adotar a postura de X DC parecer-se com X

(S1b) neg adotar a postura de X DC neg parecer-se com X

Encadeamento evocado: *O gatinho não fez o que Alice pediu portanto não se pareceu com a Rainha.*

Com relação à hipótese (b) **os enunciados se diferenciam pelos encadeamentos argumentativos evocados**, ela se verifica também de modo parcial, pois (S1 52) e (S1 52') evocam os mesmos encadeamentos argumentativos, diferenciando-se de (52''), que evoca apenas um encadeamento argumentativo.

Tabela 2: Demonstrativo das hipóteses (a) e (b)

Enunciados	Hipótese (a)	Hipótese (b)
Se potencial e Se hipotético	Comunicam o mesmo conteúdo argumentativo	Evocam os mesmos encadeamentos argumentativos
Condicional irreal	Comunica um conteúdo argumentativo diferente de (S1 52') e (S1 52)	Evoca apenas um dos encadeamento argumentativo evocados por (S1 52') e (S1 52)

Fonte: tabela elaborada com base na análise dos dados

Para avaliar a validade da hipótese (c) **os enunciados se diferenciam pela enunciação**, faremos a análise polifônica dos enunciados. Como vimos na seção 3.1.3, a

análise enunciativa na TBS se dá por meio da TAP, da qual integram os tripés formados pelos **conteúdos, atitudes e Pessoas**.

No enunciado que exemplifica o **se potencial**, (S1 52') *se você sentar, levantar o corpo e cruzar os braços, ficará com a mesma cara que ela*, cujo conteúdo argumentativo é

(S1a) adotar a postura de X DC parecer-se com X

(S1b) neg adotar a postura de X DC neg parecer-se com X

Encadeamentos evocados:

O gatinho faz o que Alice pede portanto parece-se com a Rainha.

O gatinho não faz o que Alice pede, portanto não se parece com a Rainha.

os dois aspectos argumentativos expressos pelo enunciado são atribuídos a pessoas diferentes: (S1a) é atribuído à Pessoa L, o próprio locutor do enunciado, e também é o ponto de vista posto por ele. Já (S1b) é um aspecto argumentativo atribuído à Pessoa TU, e ao qual o locutor dá sua concordância.

No enunciado (S1 52) *se você sentasse, levantasse o corpo e cruzasse os braços, ficaria com a mesma cara que ela*, que exemplifica o **se hipotético**, os aspectos argumentativos expressos são os mesmos do **se potencial**

(S1a) adotar a postura de X DC parecer-se com X

(S1b) neg adotar a postura de X DC neg parecer-se com X

Encadeamentos evocados:

O gatinho faz o que Alice pede portanto parece-se com a Rainha.

O gatinho não faz o que Alice pede, portanto não se parece com a Rainha.

havendo uma mudança na atribuição desses aspectos às pessoas, bem como nas atitudes do locutor: (S1a) é atribuído à Pessoa TU, ao qual o locutor dá a concordância, enquanto (S1b) é atribuído à Pessoa L, e constitui o aspecto posto pelo locutor.

No enunciado tomado como exemplo do **condicional irreal** (S1 52'') *se você tivesse sentado, levantado o corpo e cruzado os braços, teria ficado com a mesma cara que ela*, são expressos os dois aspectos recíprocos do mesmo bloco semântico, como nos casos anteriores:

(S1a) adotar a postura de X DC parecer-se com X

(S1b) neg adotar a postura de X DC neg parecer-se com X

Encadeamento evocado: *O gatinho não fez o que Alice pediu portanto não se pareceu com a Rainha.*

Há, no entanto, mudança na atitude do locutor e atribuição às Pessoas: (S1a) é atribuído à Pessoa TU e excluído pelo locutor, enquanto (S1b) é atribuído à Pessoa L e posto pelo locutor.

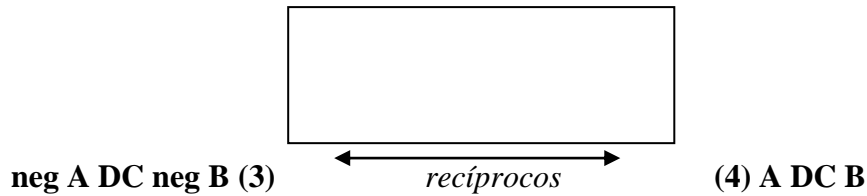
Resumimos as observações na **tabela 4**, que contém a análise da verificação da hipótese (c) levantada por Carel; e na **figura 12**, fazemos um demonstrativo das relações entre os aspectos expressos pelos enunciados que analisamos: *se* potencial, *se* hipotético e condicional irreal expressam aspectos normativos do mesmo bloco semântico, portanto apresentam a mesma interdependência, e mantêm uma relação de reciprocidade. São apreensões diferentes do mesmo sentido, sendo que a unidade de discurso que o enunciado comunica joga com o conteúdo argumentativo (aspectos expressos e encadeamentos evocados), bem como com a análise enunciativa.

Tabela 3: demonstrativo da hipótese (c)

Aspectos	Pessoa	Atitude
Se potencial		
(S1a) adotar a postura de X DC parecer-se com X	L	Pôr
(S1b) neg adotar a postura de X DC neg parecer-se com X	TU	Concordar
Se hipotético		
(S1a) adotar a postura de X DC parecer-se com X	TU	Concordar
(S1b) neg adotar a postura de X DC neg parecer-se com X	L	Pôr
Condicional irreal		
(S1a) adotar a postura de X DC parecer-se com X	TU	Excluir
(S1b) neg adotar a postura de X DC neg parecer-se com X	L	Pôr

Fonte: tabela com base na análise dos dados

Figura 12: Aspectos expressos pelo enunciados (S1 52), (S1 52') e (S1 52'')



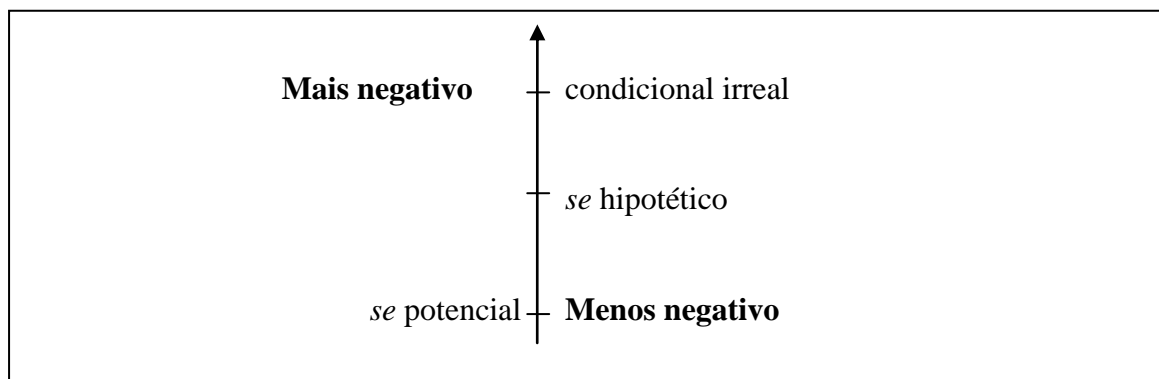
A DC B = adotar a postura de X DC parecer-se com X

neg A DC neg B = neg adotar a postura de X DC neg parecer-se com X

Fonte: Figura elaborada com base na análise dos dados

Pela análise das atitudes do locutor com relação aos aspectos expressos, notamos que há uma passagem de uma positividade, a partir do **se potencial** para uma negatividade até o **condicional irreal**, na medida em que o aspecto posto pelo locutor passa de (S1a) no **se potencial**, que não tem negações em seus segmentos, para (S1b) no **condicional irreal**, que apresenta negações em ambos os segmentos, com a exclusão, nesse caso, do aspecto positivo. A suposição, portanto, pode ser considerada como uma *forma fraca de negação*, já que a negatividade que ela evoca não é explícita, mas implícita. Representamos essa negatividade intrínseca aos enunciados por meio de uma escala, que apresenta os graus de negatividade, em que o menos negativo é o **se potencial**, e o mais negativo, o **condicional irreal**:

Figura 13: escala de negatividade da suposição intrínseca



Fonte: Figura idealizada pela autora

Com relação à suposição do tipo **intrínseca**, fazemos as seguintes observações, de caráter conclusivo:

Conclusão 1: os três tipos de suposição expressam os mesmos aspectos argumentativos e a mesma interdependência semântica. A diferença fundamental se encontra nas atitudes do locutor e na atribuição dos pontos de vista às Pessoas.

Conclusão 2: a suposição é uma forma fraca de negação, pois os aspectos expressos são sempre em pares recíprocos normativos, sendo que o aspecto posto pelo locutor passa do positivo para o negativo.

A expressão dos mesmos aspectos argumentativos pela **suposição intrínseca** encontra respaldo nas palavras de Carel (2011b, p.72):

O aspecto argumentativo não varia quando a conjunção da argumentação é substituída por outra conjunção da mesma categoria (...) ou quando o tempo gramatical e os nomes próprios são mudados. Todos os encadeamentos assim obtidos serão ditos relacionados com o aspecto em questão. (CAREL, 2011b, p. 72) (tradução nossa, grifos da autora)⁷⁴

Como nossos exemplos de **suposição intrínseca** são derivados de alterações na flexão modo-temporal dos verbos⁷⁵, a expressão dos aspectos obedece à descrição realizada acima, segundo a qual o aspecto não deve comportar variações dessa natureza.

3.2.2 A submissão da suposição à negação

As transformações sintáticas como a Negação e a Interrogação são apontadas por Ducrot (1987d; 1987e) como marcadores do potencial pressupositional intrínseco a uma frase. Dado o parentesco entre a pressuposição e a suposição, faremos uma análise do comportamento da suposição quando submetida à ação da negação⁷⁶. Seguiremos a definição de Negação dada por Carel (2011b, p. 128), na qual a autora reconhece a Negação como uma operação abstrata, e não apenas como empregos literais da palavra **não** (baseados nessa definição que tomamos a suposição como uma forma fraca de negação, pelo fato de ser derivada e implícita).

Serão feitos dois tipos de análise da negação: Neg [se p, q], que teria a capacidade de inverter a relação expressa pelos dois segmentos do enunciado positivo, e um segundo tipo,

⁷⁴ « L'aspect argumentatif ne varie pas lorsque la conjonction de l'argumentation est remplacée par une autre conjonction de la même catégorie (...) ou lorsque le temps grammatical et les noms propres sont changés. Tous les enchaînements ainsi obtenus par variation de la conjonction, du temps grammatical ou encore des noms propres, seront dits **relever** de l'aspect en question. » (CAREL, 2011b, p. 72)

⁷⁵ O critério da flexão modo-temporal foi utilizado pois a alteração do modo/tempo do verbo tem como resultado os três tipos de suposição observadas em língua portuguesa.

⁷⁶ Consideraremos como suficiente para o estudo da interrogação (**se fora da afirmação**, pela denominação de Ducrot (1977b)) o estudo apresentado por Carel e Ducrot (1999) e mencionada no Capítulo 2 desta tese (p. 107).

[se neg p, neg q], na qual há a negação dos dois segmentos. Para as duas análises, tomaremos o enunciado (S1 52') *se você sentar, levantar o corpo e cruzar os braços, ficará com a mesma cara que ela*: a negação Neg [se p, q], produzirá (S1Na 52'), e a negação [se neg p, neg q] produzirá (S1Nb 52').

(S1Na 52') - É falso que (S1 52')

Aspectos expressos:

(S1a) adotar a postura de X DC parecer-se com X

(S1c) adotar a postura de X PT neg parecer-se com X

Encadeamentos evocados:

O gatinho adota a postura sugerida por Alice portanto se parece com a Rainha.

O gatinho adota a postura sugerida por Alice no entanto não se parece com a Rainha.

A relação entre os aspectos expressos, desta vez, é de conversão, e não mais de reciprocidade, como nos exemplos anteriores. Isso porque é característico da negação a expressão de aspectos conversos (como já demonstramos na *argumentação interna* da palavra *injusto*). Na suposição, no entanto, ela tem o poder de inverter a argumentação, pela expressão de um aspecto transgressivo, cujo conector PT é equivalente a *mesmo se*, destruindo também a relação de suposição expressa no enunciado positivo correspondente. Nesse caso, a negação parece agir *internamente* ao enunciado, pela formulação dos aspectos conversos: ela atende à definição de argumentação interna da negação de X definida por Carel (2011b, p. 32): “A argumentação interna da Negação de X é constituída de aspectos conversos dos aspectos da argumentação interna de X” (tradução nossa)⁷⁷

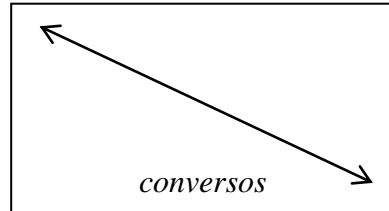
A análise enunciativa atribui o aspecto expresso por (S1a) à Pessoa TU, excluído pelo locutor, que põe o aspecto (S1c) e atribui à Pessoa L. Conforme afirma Delanoy (2012), quando há a presença de aspectos conversos tem-se um confronto entre norma e transgressão dessa norma, podendo haver a proposição de um novo bloco semântico, diferentemente do que ocorre com os aspectos recíprocos expressos pela análise dos três tipos de suposição. Há, portanto, um debate entre pontos de vista opostos pela conversão de um aspecto em relação ao outro, considerada por Carel como a relação mais fundamental, que define a negação comum. Vejamos a figura abaixo que ilustra os aspectos expressos por (S1Na 52'):

⁷⁷ « L'argumentation interne de la Négation de X est constituée des aspects converses des aspects de l'argumentation interne de X .» (CAREL, 20111, p. 132)

Figura 14: representação dos aspectos expressos pelo enunciado (S1Na 52')

(S1c) adotar a postura de X PT neg parecer-se com X

(AI de X)



(S1a) adotar a postura de X DC parecer-se com X

(AI de Neg-X)

Fonte: figura elaborada com base na análise dos dados

Vejamos agora o segundo modo de negar o enunciado (S1 52') *se você sentar, levantar o corpo e cruzar os braços, ficará com a mesma cara que ela*⁷⁸, que definimos como [se neg p, neg q], a qual produz (S1Nb 52'). Apresentamos também os aspectos expressos e o encadeamento evocado:

(S1Nb 52') Se você não sentar, não levantar o corpo e nem cruzar os braços, não ficará com a mesma cara que ela.

Aspectos expressos:

(S1a) adotar a postura de X DC parecer-se com X

(S1b) neg adotar a postura de X DC neg parecer-se com X

Encadeamento evocado:

O gatinho fez o que Alice pediu, portanto pareceu-se com a Rainha.

O gatinho não fez o que Alice pediu portanto não se pareceu com a Rainha.

A análise enunciativa aponta que o locutor põe o aspecto (S1b) e o atribui à Pessoa L, e concorda com o aspecto (S1a), o qual atribui à Pessoa TU. Vejamos na tabela abaixo a comparação entre os dois tipos de negação.

⁷⁸ Na busca por regularidades, reconhecemos a negligência de algumas particularidades do enunciado em questão, pois buscamos descrever e explicar as diferenças entre os tipos de suposição, a ação sobre ela da negação, da pressuposição. A análise de casos específicos dar-se-ia num segundo momento, buscando explicar a construção do sentido de cada discurso do qual a suposição faz parte.

Tabela 4: comparação da análise das negações:

	Aspectos expressos	Encadeamentos evocados	Atitudes do locutor	Pessoas
É falso que neg p, neg q]	(S1a) <u>adotar a postura de X DC parecer-se com X</u> (S1c) <u>adotar a postura de X PT neg parecer-se com X</u>	<i>O gatinho adota a postura sugerida por Alice portanto se parece com a Rainha.</i> O gatinho adota a postura sugerida por Alice no entanto não se parece com a Rainha.	Exclui (S1a) e põe (S1b)	Atribui (S1a) à Pessoa TU e (S1b) à Pessoa L
[Se neg p, neg q]	(S1a) <u>adotar a postura X DC parecer-se com Y</u> (S1b) <u>neg adotar a postura X DC neg parecer-se com Y</u>	<i>O gatinho fez o que Alice pediu, portanto pareceu-se com a Rainha.</i> <i>O gatinho não fez o que Alice pediu portanto não se pareceu com a Rainha.</i>	Concorda com (S1a) e põe (S1b)	Atribui (S1a) à Pessoa TU e (S1b) à pessoa L

Fonte: tabela elaborada com base na análise dos dados

Esse tipo de negação comporta-se segundo a definição argumentação externa da Negação de X, assim definida por Carel (2011b, p. 133): “A argumentação externa da Negação de X está constituída dos recíprocos dos aspectos da argumentação externa de X” (tradução nossa)⁷⁹.

Qual a explicação para esses diferentes resultados da ação da negação?

Primeiramente porque a negação que produz a conversão de aspectos age no enunciado de modo global, transformando a apreensão normativa do sentido em uma apreensão transgressiva, provocando o debate entre os pontos de vista: o que é negado é a

⁷⁹ « L’argumentation externe de la Négation de X est constituée des réciproques des aspects de l’argumentation externe de X .» (CAREL, 2011b, p. 133)

relação expressa por DC. Já no segundo tipo de negação, o que é negado não é a relação, mas a condição expressa no primeiro segmento, que conduz naturalmente à negação do segundo segmento. Esse fenômeno já foi explicado por Ducrot (1987d), no qual ele trata da presença implícita do enunciado negativo no sentido do enunciado positivo como um *subentendido*. Ora, percebemos que os aspectos expressos pelo enunciado negativo [se neg p, neg q] são os mesmos do enunciado positivo correspondente [se p, q]. A única diferença em relação à descrição do enunciado positivo (S1 52') reside na análise enunciativa – o locutor põe o aspecto (S1b) e atribui a si próprio – Pessoa L – ; e atribui o aspecto (S1a) à Pessoa TU, ao qual dá sua concordância – havendo mudança também no encadeamento evocado, que é uma paráfrase do aspecto posto pelo locutor.

As explicações propostas por Ducrot para a expressão de aspectos recíprocos no caso da suposição são retomadas por Carel (2011b) segundo duas regras: uma regra **pragmática** e outra **semântica**. A regra pragmática está relacionada com a confusão entre aquilo que na análise lógica se denomina como condição necessária e condição suficiente (abordadas no capítulo 2). Já a regra semântica está ligada à Teoria dos *Topoi*, e afirma “Se X tem por sentido levar à conclusão Y, então não-X tem por sentido levar à conclusão não-Y” (Carel, 2011b, p. 133) (tradução nossa)⁸⁰, pelo qual um *topos* “mais se é P, mais se é Q” pertence à significação de X, e um *topos* “menos se é P, menos se é Q” pertence à significação de não-X.

Vemos que há um parentesco entre as regras de Ducrot e de Carel (2011b). Apesar de em nosso caso não se tratar de uma argumentação externa a algum dos termos do enunciado, os aspectos recíprocos que integram a definição de [se p, q] e [se neg p, neg q] parecem ter sua justificativa derivada desta regra. Isso porque os aspectos recíprocos normativos estão presentes em muitos casos, não apenas na suposição (a esse respeito, ver DELANOY, 2012), e enquanto um pertence à significação do enunciado, o outro aparece como um subentendido.

Como afirmamos na seção 2.1.2, o subentendido é um efeito da enunciação, não está marcado no enunciado; ele é uma resposta a perguntas do tipo “O que você quer dizer com isso?” Isso explica o fato de, na análise enunciativa, o aspecto expresso com o qual o locutor concorda, nos tipos de suposição **se potencial** e **se hipotético**, ser atribuído à Pessoa TU. TU é o “responsável” pelo aspecto recíproco normativo. O levantamento e análise dos aspectos recíprocos normativos implicados na descrição dos enunciados [se p, q] e [se neg p, neg q] mostra como pertencentes à significação da frase que subjaz a cada um dos enunciados o aspecto posto pelo locutor e atribuído à Pessoa L, colocando à margem da significação o

⁸⁰ « Si X a pour sens de mener à la conclusion Y, alors non-X a pour sens mener à la conclusion non-Y » (CAREL, 2011b, p. 133)

aspecto que constitui o subentendido. Isso também explica a possibilidade de o locutor contra-argumentar com relação ao aspecto que atribui à Pessoa TU com um aspecto converso, como no diálogo fictício abaixo, no qual Alice diria ao gatinho:

(53)

Alice: Se tu não te comportares bem, serás punido.

Gatinho: Então quer dizer que se eu me comportar bem, não serei punido?

Alice: Ainda que tu te comportes, poderei punir-te mesmo assim.

Embora Carel tenha abandonado alguns preceitos que faziam parte da Teoria dos *Topoi* e inserido em sua análise conceitos que buscam cada vez mais fundamentar as explicações em fatos linguísticos, e fundamentar sua análise enunciativa na polifonia, os subentendidos seguem sendo encarados como efeitos pertencentes à enunciação e, por isso, sua inscrição na significação das frases não é viável. Nesse ângulo, reside uma das diferenças de nosso trabalho em relação àquele desenvolvido por Ducrot: em Ducrot (1977b; 1987d), as análises do teórico eram iniciais, visto que as ferramentas teóricas de que dispunha no momento eram em número menor e de outra natureza, se comparadas àquelas que a TBS nos apresenta hoje. Tendo outro olhar teórico sobre o fenômeno, conseqüentemente a descrição de seu funcionamento terá outro resultado. Acreditamos que a análise que propomos, com base em aspectos argumentativos, relações semânticas entre aspectos e a análise enunciativa fundamentada na TAP apresenta uma abordagem mais fiel aos preceitos saussurianos, enunciativos e platonianos, pelos quais a relação e a língua em uso deve ocupar lugar central nas explicações. Se as fases da ANL que Ducrot chama de *Forma Standard* e *Teoria dos Topoi* e os conceitos que nelas estavam implicados também foram abandonados, a necessidade de uma análise pela proposta atual é mais do que bem-vinda, ela se faz necessária.

Finalmente, como podemos explicar a presença de aspectos recíprocos normativos na análise da argumentação interna de um enunciado pela regra de argumentação interna do enunciado não-X? Está previsto que a argumentação interna de uma entidade (previsão estendida para o enunciado) apresente aspectos recíprocos, como é o caso dado por Carel (2011b), para a palavra *exame*. Para a autora, expressam a argumentação interna dessa palavra os aspectos recíprocos normativos bom DC aprova e neg bom DC neg aprova. Delanoy (2012, p. 140) também apresenta proposta semelhante: segundo o autor, quando um aspecto normativo é assumido no discurso, o recíproco normativo está implícito, e o locutor o admite

necessariamente (atitude de concordância). A prova disso é que para negá-lo, é preciso que o locutor o faça com uma transgressão, conforme (53), o qual nega a norma do discurso.

A análise linguística pela TBS conjugada com a análise enunciativa pela TAP demonstra a necessidade de inscrever na significação das frases aspectos relativos à atividade linguística, que dizem respeito ao plano central das investigações em Semântica Linguística. A análise que propomos demonstra que uma observação linguística desvinculada de aspectos relativos à fala empobrece o dado e oferece uma explicação parcial.

A análise desses dois tipos possíveis de negação de um enunciado suposicional aponta para uma terceira observação, a qual também consideramos como uma conclusão:

Conclusão 3: A negação de enunciados suposicionais pode ser de dois tipos: (a) Neg [se p, q] nega a relação entre os segmentos do aspecto expresso pelo enunciado negativo por meio da conversão; (b) [se neg p, neg q], negação dos segmentos propriamente, que expressa aspectos recíprocos, sendo um o componente da significação do enunciado negativo, e o outro, um subentendido, efeito da enunciação.

3.2.3 Análise pressuposicional

Como já afirmado por Ducrot (1987d), o enunciado suposicional no **condicional irreal** apresenta um pressuposto: o enunciado (S1 52'') *se você tivesse sentado, levantado o corpo e cruzado os braços, teria ficado com a mesma cara que ela* seria responsável pelo pressuposto de que *o gatinho não se sentou, não levantou o corpo e não cruzou os braços*.

O que queremos fazer notar com a análise pressuposicional desse enunciado é a relevância do tempo e modo verbal na variação do sentido. Na caracterização do **se potencial**, **se hipotético** e **condicional irreal**, mostramos que o tempo verbal é importante na medida em que sua alteração provocou mudanças significativas no sentido (aspectos expressos, encadeamentos evocados e análise polifônica), apesar de os enunciados apresentarem a mesma interdependência semântica. Se nos tipos de suposição *hipotético* e *potencial* não há pressuposto evocado, enquanto no *condicional irreal* há, e se a única diferença existente entre os enunciados que usamos para exemplificar cada tipo de suposição é o tempo verbal, concluímos que ele é também responsável por evocar o pressuposto.

Retomando a abordagem pressuposicional de Carel e Ducrot (2008) e Carel (2011a), dois pontos devem ser destacados: o tipo de pressuposição em questão e a ligação argumentativa entre posto e pressuposto. Segundo as possibilidades de ocorrência de pressuposição apontadas por Carel (2011a), aquela evocada pelo condicional irreal situa-se no

quadro da pressuposição argumentativa lexical, jamais considerada como polifônica, e que apresenta posto e pressuposto ligados argumentativamente.

O fato de a construção dos aspectos expressos ser realizada a partir dos grupos verbais das duas frases sintáticas que compõem o enunciado também nos dá pistas a respeito da importância desses componentes na determinação do sentido. Sendo o grupo verbal da frase sintaticamente subordinada *tivesse sentado, levantado o corpo e cruzado os braços*, dela é derivado o primeiro segmento dos aspectos argumentativos expressos, e ela também é responsável por evocar a pressuposição implícita. O fato de o pressuposto evocado ser negativo, ou seja, afirma que o gatinho não fez o que Alice pediu, nos faz pensar que posto e pressuposto devem aparecer ligados argumentativamente por um PT, elemento que tem como principal característica designar uma oposição (vale lembrar que o aspecto que é evocado pelo enunciado não-X é converso em relação àquele evocado pelo enunciado positivo X). Assim, o aspecto expresso pela união argumentativa de pressuposto (suporte) e posto (aporte) é dado abaixo, no qual a transformação da orientação argumentativa presente no suporte é marcada pelo conector transgressivo:

a) *tivesse sentado, levantado o corpo e cruzado os braços*

Posto: ser esperado um comportamento X

Pressuposto: ter um comportamento neg-X

Aspecto expresso:

(S1d) ter um comportamento neg-X PT ser esperado um comportamento X

A ligação transgressiva entre posto e pressuposto parece ser responsável também pela possibilidade de encadeamento do pressuposto como argumentação externa ao enunciado:

(S1 52'') se você tivesse sentado, levantado o corpo e cruzado os braços, teria ficado com a mesma cara que ela, mas você não o fez.

Isso também vai ao encontro do que afirma Ducrot (1987e) a respeito do critério do encadeamento para definição de enunciados pressuposicionais. Para ele, é impossível dar continuidade ao discurso a partir do pressuposto, o locutor ou o interlocutor têm permissão apenas para encadear a sequência de suas falas sobre o posto.

O encadeamento do pressuposto ao enunciado como argumentação externa à direita está apoiada nas duas regras de verificação abaixo:

Regra de verificação (a): Se X DC Y pertence à AI de T, então não se pode dizer “T mas X”.

Regra de verificação (b): Se X PT Y pertence à AI de T, então se pode dizer “T mas X”

Para Carel, o conector DC do aspecto X DC Y da regra (a) bloqueia o encadeamento de um segmento por relação transgressiva (no caso, *mas*), enquanto o conector transgressivo o autoriza. O enunciado (S1 52’’) é equivalente T, enquanto o primeiro segmento do aspecto argumentativo ter um comportamento neg-X PT ser esperado um comportamento X equivale X, e constitui o pressuposto. O que nos permite encadear ao enunciado (S1 52’’) = T o segmento mas X é justamente a transgressividade que expressa a relação argumentativa entre posto/pressuposto em (S1d), tendo como resultado T mas X.

Nossa análise parece indicar que além do semantismo do verbo enquanto léxico, o tempo verbal é importante para determinação do sentido. Parece-nos lícito falar de transformações e sucessões de estados a partir de conectores do tipo DC ou PT. O estatuto de um pressuposto do tipo argumentativo, cujos predicados aparecem ligados argumentativamente, é o mesmo de aspectos expressos por enunciados ou por argumentações internas ou externas, e o mesmo parece apresentar-se com relação aos aspectos que expressam o sentido do tempo verbal. A TBS vem mostrar, por meio de suas ferramentas, que a base do sentido encontra-se nas relações entre os termos, seja para expressar a Negatividade, a Pressuposição ou todo e qualquer sentido presente na língua. Fica em aberto, no entanto, a questão da descrição do tempo verbal por meio de aspectos argumentativos que expressem relações normativas e transgressivas características de passado, de presente ou de futuro, estejam eles inscritos no modo indicativo ou no modo subjuntivo.

Da análise pressuposicional, apontamos a seguinte observação, que tomamos como uma conclusão:

Conclusão 4: O pressuposto expresso pelo tempo/modo verbal da frase sintaticamente subordinada, que compõe o enunciado (S1 52’’), portanto, é responsável por

- a) ter como aspecto expresso posto pelo locutor o aspecto normativo no qual há negação nos dois segmentos.
- b) permitir encadear o próprio pressuposto ao enunciado como uma argumentação externa à direita deste;

3.2.4 Outros casos

Analisaremos alguns enunciados em busca de variações da suposição. Os primeiros são enunciados que têm sentido de suposição embora a relação entre os segmentos não seja literalmente expressa por *se*, a qual chamaremos de **suposição derivada**. Como nosso interesse parte do sentido, e não da forma *se*, esse tipo de suposição pode ser evidenciado pelos encadeamentos evocados ou pela análise polifônica. Os outros exemplos são enunciados que se enquadrariam no que Ducrot (1977b) denominou *empregos marginais*, nos quais há uma dependência entre os segmentos, mas não do tipo implicativo (o qual nós denominamos **suposição intrínseca**).

3.2.4.1 Suposição derivada

Retomamos alguns trechos do texto de Lewis Carroll *Alice no país do espelho*.

Trecho 2:

O gatinho permanecia sentado sobre seus joelhos [joelhos de Alice], muito compenetrado controlando o progresso do enovelamento, e esticava de vez em quando uma das patinhas a fim de tocar gentilmente na bola de lã, (S2 54) como se estivesse disposto a ajudar, desde que lhe dessem permissão. (p. 18)

(S2 54) O gatinho estava disposto a ajudar Alice no enovelamento, desde que lhe dessem permissão.

Assim como na suposição intrínseca, no enunciado (S2 54) os aspectos expressos também têm sua origem a partir do grupo verbal das orações gramaticalmente tidas como subordinada e principal. Os aspectos expressos são (S2a) e (S2b):

Aspectos expressos:

(S2a) ter permissão para ajudar DC ajudar

(S2b) neg ter permissão para ajudar DC neg ajudar

Encadeamentos evocados:

O gatinho ajudaria Alice no enovelamento se tivesse permissão para isso.

O gatinho não ajudaria Alice no enovelamento se não tivesse permissão para isso.

Nesse enunciado, o sentido de suposição parece ter sido desencadeado pelo uso de *desde que*, que expressa a relação de dependência da ajuda com relação à permissão: apenas ocorrerá uma se a outra acontecer. É importante ressaltar, também, que *estar disposto a ajudar* é uma paráfrase de *esticar de vez em quando uma das patinhas*. O locutor, após apresentar essa imagem, explica-a por meio de uma comparação, introduzida por *como se*. O sentido de *esticar de vez em quando uma das patinhas* é demonstrar que quer ajudar, sendo essa ajuda condicionada à permissão para fazê-lo.

Assim como na **suposição intrínseca**, são evocados aspectos recíprocos normativos; o locutor concorda com (S2b), atribuído à Pessoa TU, e põe o aspecto (S2a), ou seja, apresenta o sentido que quer comunicar através de seu enunciado, e o atribui à Pessoa L. A análise se aparenta àquela do **se potencial**, e mais uma vez, há um debate entre locutor e alocutário, L sendo responsável pelo posto, e TU sendo responsável pelo conteúdo subentendido. O encadeamento evocado, por sua vez, é a paráfrase do aspecto argumentativo posto pelo locutor, sendo ele quem faz aparecer de modo explícito a suposição. Portanto, embora o enunciado não tenha as marcas clássicas da suposição, seu conteúdo argumentativo, que é a explicação do seu sentido, é suposicional.

Trecho 3

Há esta sala que você pode ver através do vidro – é uma sala igualzinha a nossa sala de visitas, só que as coisas estão todas viradas para o outro lado. (S3 55) Eu posso ver tudo, quando subo em uma cadeira. Só não consigo ver o pedacinho que fica atrás da lareira. Ah, eu gostaria tanto de poder ver este pedacinho também! p. 23

Nesse trecho, o enunciado que destacamos é (S3 55) *Eu posso ver tudo, quando subo em uma cadeira*. O sentido de suposição parece ser evocado pelo articulador *quando*, que estabelece a possibilidade de Alice poder ver o que há na sala da Casa do Espelho condicionada à ação de subir na cadeira. (S3 55) comunica o conteúdo argumentativo abaixo, composto pelos aspectos (S3a) e (S3b) e pelo encadeamento evocado:

Aspectos expressos:

(S3a) subir na cadeira DC ver

(S3b) neg subir na cadeira DC neg ver

Encadeamentos evocados:

Se Alice sobe na cadeira, ela vê o que há na sala da Casa do Espelho.

Se Alice não sobe na cadeira, ela não vê o que há na sala da Casa do Espelho.

A análise polifônica indica que o locutor põe o aspecto (S3a) e o atribui à Pessoa L, e concorda com o aspecto (S3b), atribuindo-o à Pessoa TU. Mais uma vez, trata-se de um debate entre locutor e alocutário, sendo o encadeamento evocado a paráfrase do aspecto posto pelo locutor, e o aspecto recíproco normativo, caracterizado como um subentendido, que, portanto, não pode ser incorporado à significação do enunciado por se tratar de um efeito da enunciação.

O articulador **quando**, no entanto, nem sempre desempenha essa função e tem o sentido de suposição. No trecho abaixo, seu sentido é temporal; não há dependência de mesma natureza que a anterior entre os segmentos articulados por **quando** no trecho 4, que para Barbisan (no prelo) constitui-se um pronome relativo:

Trecho 4:

Pois olhe, tenho certeza de que as árvores parecem estar sonolentas no outono, **quando** as folhas vão perdendo a cor e ficando castanhas. p. 22

No trecho 5, a articulação é feita pela expressão **a não ser que**. Vejamos:

Trecho 5

[Rei diz] – Que horror, que horror! Que susto passei naquele momento! – prosseguiu o Rei. – Eu nunca, *jamais*, hei de me esquecer!

[Rainha diz] – (S4 56) Vai esquecer, sim – replicou a Rainha. - A não ser que faça uma anotação bem detalhada em seu Livro de Memorandos. p. 31

Nesse trecho, é interessante analisar o debate entre aspectos expressos pelo trecho, no qual há um debate entre o ponto de vista expresso pelo locutor-Rei e pelo locutor-Rainha:

(S4a) sofrer trauma DC neg esquecer

(S4b) sofrer trauma PT esquecer

O aspecto expresso (S4a) é posto pelo Locutor-Rei, e atribuído a si próprio. Já o aspecto (S4b) é de responsabilidade do Locutor-Rainha, pelo qual ela opõe-se ao discurso do locutor-Rei apresentando um aspecto que lhe é converso. O tema de debate entre os dois

locutores é o possível esquecimento do susto que o Rei teve. Pela continuidade da fala do Locutor-Rainha em (S4 56), não há proposição de um novo bloco semântico, portanto um novo sentido, mas uma mudança na relação que o termo **esquecimento** apresenta, como se fosse a apresentação de uma nova argumentação externa:

Aspectos expressos

(S4c) neg tomar nota DC esquecer

(S4d) tomar nota DC neg esquecer.

Encadeamentos evocados:

Se o Rei fizer uma anotação em seu Livro de Memorandos, não se esquecerá do susto que levou.

Se o Rei não fizer uma anotação em seu Livro de Memorandos, esquecerá-se do susto que levou.

Nesse caso, a observação de Carel (2011b, p. 132) a respeito da apresentação de aspectos recíprocos para a argumentação externa é verificada, uma vez que (S4c) é a AE do termo positivo X – **esquecer** – e (S4d) é a AE do termo negativo neg-X – **não esquecer/lembrar**. No entanto, ela pode também ser vista como uma argumentação interna ao enunciado, ou seja, como o conteúdo comunicado pelo enunciado que destacamos no trecho em análise, em que há um debate de pontos de vista: **a não ser que** introduz outro posicionamento em relação à norma apresentada por (S4c) pelo seu recíproco normativo, em que há uma espécie de exceção à regra. A análise polifônica indica que o aspecto (S4c) é aquele com o qual o locutor-Rainha concorda e atribui à Pessoa TU, e o aspecto (S4d) constitui o posto pelo locutor, atribuído à Pessoa L. O sentido de suposição é evidenciado pelo segundo componente do conteúdo argumentativo, que é o encadeamento evocado. Nele o sentido de suposição fica evidente, e constitui uma paráfrase do aspecto argumentativo posto pelo locutor.

A análise apresenta traços em comum com as análises da **suposição intrínseca**, e com os outros dois casos apresentados de **suposição derivada**.

Trecho 6

Havia um livro sobre a mesa, perto de Alice e, enquanto cuidava do Rei (porque ainda estava um pouco ansiosa a seu respeito e (S5 57) conservava o vidro de tinta à mão para jogá-la em

cima dele, **caso** desmaiasse de novo), ela começou a folhear suas páginas a fim de encontrar alguma parte que pudesse ler. p. 32

Nesse trecho, o sentido de suposição parece ser desencadeado pelo uso de **caso**. Ele coloca em relação o desmaio do Rei e a atitude de Alice, de lhe jogar a tinta do frasco que estava em sua mão, relação expressa pelo conector normativo DC. O conteúdo argumentativo é composto pelos aspectos expressos e pelo encadeamento evocado apresentados abaixo:

Aspectos expressos:

(S5a) desmaio DC tinta

(S5b) neg desmaio DC neg tinta

Encadeamentos evocados:

Se o Rei desmaiasse, Alice jogaria nele tinta para despertá-lo.

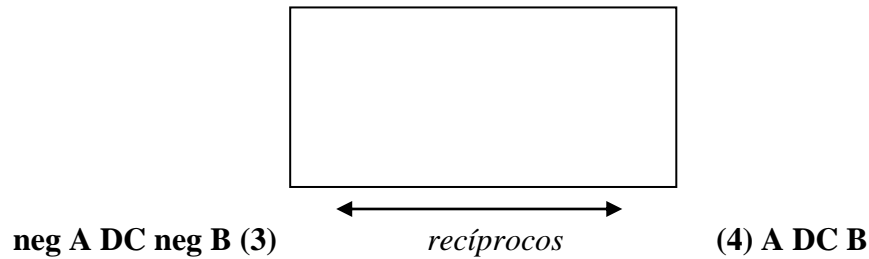
Se o Rei não desmaiasse, Alice não jogaria tinta nele para despertá-lo.

Nesse trecho, o encadeamento evocado também apresenta-se como uma paráfrase do aspecto posto pelo locutor, que é (S5a), e atribuído à Pessoa L. Já o aspecto (S5b) é aquele com o qual o locutor concorda, e o atribui à Pessoa TU. Assim como nos demais casos, os aspectos expressos são recíprocos normativos do mesmo bloco semântico, e o encadeamento evocado, responsável por exprimir o sentido de suposição, é a paráfrase do aspecto posto pelo locutor, que apresenta o conteúdo que o locutor deseja comunicar.

O que a análise dos exemplos acima nos mostrou é que a suposição pode ser expressa por conjunções ou expressões diferentes de *se*, sendo o sentido de suposição derivado do uso desses termos e evidenciado apenas quando seu conteúdo argumentativo é descrito.

Assim como nos casos de **suposição intrínseca**, os casos acima de **suposição derivada** apresentaram características comuns: um debate de pontos de vista entre locutor e alocutário, demonstrada pela análise polifônica, em que o aspecto posto deve ser incorporado à significação do enunciado, e o aspecto ao qual L dá sua concordância permanece como um efeito da enunciação, como um subentendido atribuído à Pessoa TU; como resposta a um questionamento a respeito da enunciação do Locutor. A figura abaixo ilustra a relação entre os aspectos expressos pelos enunciados que escolhemos para a análise da suposição derivada:

Figura 15: aspectos argumentativos expressos pela suposição derivada



Fonte: Figura criada com base na análise dos dados

Conclusão 5: O sentido de suposição pode ser desencadeado não apenas pelo uso de *se*, mas por outras conjunções ou expressões que, num uso determinado da língua, de acordo com as relações que estabelecem com outros termos, são capazes de produzir esse sentido, evidenciado pela análise do conteúdo argumentativo dos enunciados e pela polifonia, pela descrição completa da unidade de discurso do enunciado, proporcionando uma explicação do seu sentido.

Não temos a pretensão, no entanto, de esgotar as análises de suposição derivada, mas apenas mostrar, com a análise dos exemplos acima, que é possível haver um sentido de suposição desatrelado da forma canônica que apresentamos na **suposição intrínseca**. É justamente por esse motivo, por se tratar de um sentido derivado das relações entre os termos do enunciado, que denominamos de **suposição derivada**.

Tabela 5: Comparação parcial dos resultados

	Suposição intrínseca			Suposição derivada
	Se potencial	Se hipotético	Condicional irreal	
Aspectos expressos	Recíprocos normativos do mesmo BS			
Encadeamentos evocados	Há um encadeamento evocado para cada um dos aspectos expressos			
Análise polifônica	O aspecto posto pelo locutor é atribuído à Pessoa L; O aspecto com o qual o locutor concorda é atribuído à Pessoa TU	O aspecto posto pelo locutor é atribuído à Pessoa L; O aspecto com o qual o locutor concorda é atribuído à Pessoa TU	O aspecto posto pelo locutor é atribuído à Pessoa L; O aspecto excluído pelo locutor é atribuído à Pessoa TU	O aspecto posto pelo locutor é atribuído à Pessoa L; O aspecto com o qual o locutor concorda é atribuído à Pessoa TU

Fonte: tabela elaborada com base na análise dos dados

3.2.4.2 Suposição formal

Nesta subseção, buscaremos mostrar casos em que a forma da suposição se mostra evidente, no entanto, o sentido é próximo daqueles denominados por Ducrot (1977b) como *empregos marginais* da suposição, e para os quais o autor buscava dar uma explicação de mesma natureza dos casos implicativos e concessivos, embora o sentido não fosse genuinamente de suposição. Essa explicação, conforme já afirmamos, baseava-se na execução sucessiva de dois atos ilocutórios. Para nós, a explicação se baseia em critérios linguísticos e enunciativos, de encadeamentos, aspectos e análise polifônica.

Trecho 7⁸¹

Ao público, mostrou-se loira; no meu gabinete, às sextas à tarde, tinha os cabelos castanhos. Seus olhos (...) eram verdes, como os olhos da Ninfa de Calipso. Um deles, ferido na infância, próximo à pupila, tinha uma expressão quase vazia, que contrastava profundamente com a vivacidade do outro. (S6 58) Se o mistério da Mona Lisa estava na rima dos lábios, o de Cíntia escondia-se nos olhos. p. 47

⁸¹ KIEFER, Charles. **Nós, os que inventamos a eternidade** & outras histórias insólitas. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2001.

A ocorrência (S6 58) do **trecho 7** é semelhante àquela apresentada por Ducrot denominada **se contrastivo**, dentre os *empregos marginais*. A característica do **se contrastivo** é colocar em paralelo duas proposições que não se opõem por seu conteúdo, mas que se apresentam opostas pela forma que o locutor escolhe para dizê-las. Parece-nos claramente que não se trata de um sentido de suposição, mas apenas de uma forma de apresentar o conteúdo, relacionando as duas orações por meio da conjunção *se*. Vê-se, ainda, que o tempo e modo verbal no qual os verbos das orações subordinada e principal aparecem flexionados são diferentes daqueles que observamos na suposição intrínseca.

Além disso, contrariamente ao que era possível na **suposição intrínseca** e na **suposição derivada**, na **suposição formal** não é possível construir aspectos expressos a partir do grupo verbal das orações envolvidas na construção do enunciado. Não há uma relação direta entre os dois sentidos articulados por *se*, como nos casos anteriores. Parece-nos sem sentido um aspecto como (S6a)

(S6a)* mistério nos lábios DC mistério nos olhos

Do mesmo modo, o **trecho 8** apresenta um enunciado no qual os segmentos aparecem relacionados pela conjunção *se*, no entanto, não estão em relação propriamente argumentativa, não sendo possível ligá-los por meio de *donc*, como nos casos de **suposição intrínseca** e **suposição derivada**.

Trecho 8

Eu quero fazer mais. Vou valorizar mais os profissionais da saúde, pois (S7 59) não adianta investir em obras e equipamentos, se na hora do atendimento faltam médicos e pessoal especializado.⁸²

Analisando os exemplos apresentados por Ducrot (1977b), os quais ele apresenta sob a classificação *empregos marginais*, também nos parece lícito afirmar a inexistência de um laço argumentativo que una as duas proposições, subordinada e principal, por meio de um conector do tipo normativo.

Vejamos:

⁸² Trecho do discurso político de Fernando Haddad, candidato à prefeitura de São Paulo. Disponível em <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=383439091731489&set=a.344298178978914.79190.340743789334353&type=1&theater> Acessado em 04/11/2012.

(27) Se Pedro estiver em Campinas, ele ali permanecerá.

(27a)* estar em Campinas DC permanecer em Campinas

(28) Se você quiser vir, tem o direito.

(28a)* querer vir DC ter o direito de vir

(29) Se você está com sede, há cerveja na geladeira.

(29a)* ter sede DC haver cerveja na geladeira

Desse modo, o que de mais relevante temos a afirmar a respeito da **suposição formal** é que sua principal característica é não permitir que os segmentos que *se* relaciona possam ser articulados argumentativamente, cuja relação seria expressa por um conector normativo. Sua relação com a suposição não passa do nível formal, não se tratando, portanto, de um sentido suposicional, como na **suposição derivada** e na **suposição intrínseca**.

Conclusão 6: A suposição formal contempla apenas o traço formal de relacionar os segmentos por meio de conjunção *se*, sem que o sentido construído por essa relação seja caracteristicamente suposicional.

3.2.5 Comparação dos resultados

Pretendemos realizar uma sistematização e comparação dos resultados, para obter um panorama das análises. Essa sistematização será feita a partir das questões norteadoras para esta pesquisa, às quais serão atribuídas respostas a partir das conclusões a que chegamos pelo exame dos dados. Retomamos as questões:

- a) Quais são as diferentes formas de suposição no discurso?
- b) Como cada tipo de suposição se organiza argumentativamente?
- c) Qual a instrução ou conjunto de instruções que dá conta dos diferentes tipos de suposição?
- d) Que elementos são determinantes para que cada tipo de suposição se constitua em diferentes formas de argumentar?

3.2.5.1: Resposta à questão norteadora (a) *Quais são as diferentes formas de suposição no discurso?*

Nossas análises mostraram três tipos de suposição: **suposição intrínseca**, **suposição derivada** e **suposição formal**. O primeiro tipo, **suposição intrínseca**, se divide em três subclasses, de acordo com características formais que elencamos: o **se potencial**, o **se hipotético** e o **condicional irreal**. Essas três subclasses foram conseguidas a partir de apenas uma mudança gramatical: a flexão modo/temporal do verbo tanto da oração principal, quanto da oração subordinada.

3.2.5.2 Resposta à questão norteadora (b) *Como cada tipo de suposição se organiza argumentativamente?*

Conforme apontamos acima, apenas dois tipos de suposição apresentam os segmentos ligados argumentativamente: a **suposição intrínseca** e a **suposição derivada**. Já o terceiro tipo de suposição, a **suposição formal**, apontou que não há motivo para ligar argumentativamente seus segmentos por meio de um laço argumentativo expresso por DC. Portanto, essa questão será respondida com base nos resultados da **suposição intrínseca** e na **suposição derivada**.

A **suposição intrínseca** apresenta três variações: **se potencial**, **se hipotético** e **condicional irreal**. A descrição do conteúdo argumentativo dessas três variações, obtidas unicamente pela variação do tempo/modo em que estão flexionados os verbos das orações principal e subordinada, teve como ponto de partida quatro hipóteses, sugeridas por Carel, a respeito das diferenças, e da semelhança:

- (a) Os enunciados se diferenciam pelos conteúdos que comunicam;
- (b) Os enunciados se diferenciam pelos encadeamentos evocados;
- (c) Os enunciados se diferenciam pela enunciação;
- (d) Os enunciados expressam os mesmos aspectos argumentativos.

Os resultados obtidos, tomando como ponto de partida essas hipóteses, foram organizados em duas tabelas, a primeira relativa às hipóteses (a) e (b), e a segunda relativa à hipótese (c), as quais retomamos:

Tabela 3: Demonstrativo das hipóteses (a) e (b)

Enunciados	Hipótese (a)	Hipótese (b)
Se potencial e Se hipotético	Comunicam o mesmo conteúdo argumentativo	Evocam os mesmos encadeamentos argumentativos
Condicional irreal	Comunica um conteúdo argumentativo diferente de (S1 52') e (S1 52)	Evoca apenas um dos encadeamentos argumentativos presentes em (S1 52') e (S1 52)

Fonte: tabela elaborada com base na análise dos dados

Tabela 4: demonstrativo da hipótese (c)

Aspectos	Pessoa	Atitude
Se potencial		
(S1a) adotar a postura de X DC parecer-se com X	L	Pôr
(S1b) neg adotar a postura de X DC neg parecer-se com X	TU	Concordar
Se hipotético		
(S1a) adotar a postura de X DC parecer-se com X	TU	Concordar
(S1b) neg adotar a postura de X DC neg parecer-se com X	L	Pôr
Condicional irreal		
(S1a) adotar a postura de X DC parecer-se com X	TU	Excluir
(S1b) neg adotar a postura de X DC neg parecer-se com X	L	Pôr

Fonte: tabela com base na análise dos dados

Os três tipos de **suposição intrínseca** têm como ponto em comum a expressão dos mesmos aspectos. Isso encontra respaldo, conforme já citamos, nas palavras de Carel (2011b).

Relativamente às diferenças, os tipos de suposição intrínseca **potencial e hipotético** diferenciam-se do **condicional irreal** pelo conteúdo argumentativo que comunicam e pelo encadeamento argumentativo que evocam: enquanto os dois primeiros tipos se assemelham nesse aspecto, pois expressam os mesmos aspectos argumentativos e evocam os mesmos encadeamentos, o segundo tipo se diferencia pelo encadeamento que evoca, formando, desse modo, um novo conteúdo argumentativo.

A análise polifônica, resumida na **tabela 4**, mostra que além da diferença apontada entre os dois primeiros tipos de suposição intrínseca com relação ao **condicional irreal**, as

atitudes do locutor e a atribuição dos conteúdos às Pessoas é o elemento-chave para a distinção entre as três: há um movimento de positividade em direção à negatividade com relação aos aspectos que o locutor põe, ao qual dá sua concordância, ou faz dele objeto de exclusão.

As duas conclusões apontadas pela verificação das quatro hipóteses de Carel são as seguintes:

Conclusão 1: os três tipos de suposição expressam os mesmos aspectos argumentativos e a mesma interdependência semântica. A diferença fundamental se encontra nas atitudes do locutor e na atribuição dos pontos de vista às Pessoas.

Conclusão 2: a suposição é uma forma fraca de negação, pois os aspectos expressos são sempre em pares recíprocos normativos, sendo que o aspecto posto pelo locutor passa do positivo para o negativo.

A suposição do tipo **derivado** mostrou que o sentido pode ser suposicional sem que necessariamente a estrutura *se p, q* esteja presente. Outros articuladores discursivos podem desempenhar o papel de *se* e produzir, nas relações entre os termos do enunciado, o sentido de suposição. É o que aponta a conclusão 5, que retomamos:

Conclusão 5: O sentido de suposição pode ser desencadeado não apenas pelo uso de *se*, mas por outras conjunções ou expressões que, num uso determinado da língua, de acordo com as relações que estabelece com outros termos da língua, são capazes de produzir esse sentido, evidenciado pela análise do conteúdo argumentativo dos enunciados e pela polifonia, pela descrição completa da **unidade de discurso** do enunciado, proporcionando uma explicação do seu sentido.

3.2.5.3 Resposta à questão norteadora (c) *Qual a instrução ou conjunto de instruções que dá conta dos diferentes tipos de suposição?*

A essa questão parece-nos um pouco mais difícil dar uma resposta categórica, visto que o trabalho de cunho qualitativo ainda não oferece condições de definir a instrução da suposição. Podemos, no entanto, apontar alguns aspectos que seriam considerados fundamentais caso se desejasse realizar essa definição:

- a) Carel trata da significação das frases em termos de aspectos expressos, encadeamentos evocados e polifonia. Nesse sentido, parece ter havido uma mudança – justificável, dada a introdução de novos elementos na ANL por meio da TBS – não no conceito nem na natureza da significação atribuída às frases da língua: ela continua tendo um

caráter explicativo e teórico. A mudança, no entanto, apresenta-se na forma de expressar essa significação: trata-se de indicar quais aspectos argumentativos, atitudes do locutor e atribuição de pontos de vista a pessoas podem ser integrados como componentes da significação.

- b) A partir de (a), podemos dizer que na significação de cada um dos tipos de suposição, deveria ser incluído apenas o aspecto argumentativo **posto pelo locutor**, visto que o recíproco normativo pertencente ao mesmo bloco semântico é atribuído à Pessoa TU, e constitui um subentendido, um aspecto expresso por meio de um efeito da enunciação.

3.2.5.4 Resposta à questão norteadora (d) *Que elementos são determinantes para que cada tipo de suposição se constitua em diferentes formas de argumentar?*

A análise dos tipos de suposição que expressam esse sentido (excluímos a **suposição formal**, pois seus segmentos não têm relação argumentativa direta) mostrou que a análise polifônica constitui a chave central para a distinção operada entre eles. Isso porque nossos casos analisados (com exceção das transformações introduzidas pela Negação) expressaram aspectos recíprocos, ficando a distinção mesmo definida pelos elementos enunciativos.

3.2.5.5 Outras observações

Nosso exame dos dados apontou para outras conclusões, além daquelas que respondem às questões norteadoras. Elas estão elencadas abaixo e dizem respeito à transformação operada pela negação nos enunciados suposicionais (conclusão 3); à análise pressuposicional (conclusão 4); à **suposição formal** (conclusão 6) e à relação gramatical de dependência estabelecida entre oração subordinada e oração principal

Conclusão 3: A negação de enunciados suposicionais pode ser de dois tipos: (a) Neg [se p, q] nega a relação entre os segmentos do aspecto expresso pelo enunciado negativo por meio da conversão; (b) [se neg p, neg q], negação dos segmentos propriamente, que expressa aspectos recíprocos, sendo um o componente da significação do enunciado negativo, e o outro, um subentendido, efeito da enunciação.

Conclusão 4: O pressuposto expresso pelo tempo/modo verbal da frase sintaticamente subordinada, que compõe o enunciado (S1 52’'), portanto, é responsável por

- a) ter como aspecto expresso posto pelo locutor o aspecto normativo no qual há negação nos dois segmentos.
- b) permitir encadear o próprio pressuposto ao enunciado como uma argumentação externa à direita deste;

Conclusão 6: a suposição formal contempla apenas o traço formal de relacionar os segmentos por meio de conjunção *se*, sem que o sentido construído por essa relação seja caracteristicamente suposicional.

Conclusão 7: no estudo semântico da suposição, a dependência gramatical existente entre *oração subordinada* e *oração principal* dá lugar à interdependência semântica, segundo a qual não existe prioridade de uma sobre a outra, mas relação bilateral entre os segmentos.

Por fim, apresentamos uma tabela comparativa da **suposição derivada**, **suposição formal** em relação à **suposição intrínseca**, e a respeito dessa última, a comparação entre os três tipos: ***se* potencial**, ***se* hipotético** e **condicional irreal**.

Tabela 6: comparação dos resultados

	Suposição intrínseca			Suposição derivada	Suposição formal
	<i>Se</i> potencial	<i>Se</i> hipotético	Condicional irreal		
Aspectos expressos	Recíprocos normativos do mesmo BS				Impossibilidade de ligar
Encadeamento evocado	Há um encadeamento evocado para cada aspecto expresso				argumentativamente as proposições que
Análise polifônica	O aspecto posto pelo locutor é atribuído à Pessoa L;	O aspecto posto pelo locutor é atribuído à Pessoa L; O aspecto com o qual o locutor concorda é atribuído à Pessoa TU	O aspecto posto pelo locutor é atribuído à Pessoa L; O aspecto excluído pelo locutor é atribuído à Pessoa TU	O aspecto posto pelo locutor é atribuído à Pessoa L; O aspecto com o qual o locutor concorda é atribuído à Pessoa TU	comporiam os segmentos do encadeamento argumentativo, o que impossibilita a análise linguística e polifônica

Fonte: tabela elaborada com base na análise dos dados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Both (2011, p. 154), uma pesquisa de caráter qualitativo dificilmente deve (e pode) ser considerada como concluída. Em razão disso, preferimos denominar a última seção deste trabalho *considerações finais*, em lugar de dar-lhe o título *conclusões*. Além do fechamento do estudo que realizamos com esta tese, também apontaremos alguns caminhos importantes a serem percorridos, e alguns temas que aparecem como relevantes e ainda precisam ser explicados

Este trabalho encontra lugar antes mesmo da descoberta do tema ao qual ele é dedicado. Seu lugar reside em uma busca maior, motivada pela descoberta da linguagem. Essa descoberta deu-se pelos estudos de pós-graduação, nos quais as certezas deram lugar às dúvidas, as respostas deram lugar às perguntas e teve início uma constante busca pelo entendimento desse componente que está na natureza do ser humano.

A Teoria da Argumentação na Língua mostrou-se um ponto de apoio cuja importância é inquestionável. Não porque ela seja o ponto de partida, a nosso ver, mas porque ela é um ponto de chegada. O objetivo das teorias linguísticas é fornecer uma explicação plausível para as diferentes facetas da linguagem (como diria Saussure, a Linguística necessita criar seu objeto, ele não é dado *a priori*), e elas são resultado de dois movimentos distintos: o embasamento filosófico e a análise de dados. A esses dois movimentos, Ducrot denomina *hipóteses externas e hipóteses internas*. Não é à toa que a apresentação desses dois conjuntos de hipóteses norteadoras do programa de pesquisa da ANL ocupou muitas páginas neste trabalho.

Apesar de permanecerem um tanto ocultas durante nossas análises, as HEs e HIs transcendem a sua citação direta: os preceitos saussurianos, a alteridade de Platão e as relações enunciativas da linguagem aparecem transfigurados em conceitos da TBS, como a *polifonia*, a *interdependência semântica*, as relações entre *aspectos argumentativos*. Esses conceitos, que constituem as ferramentas básicas para execução desta pesquisa, foram desenvolvidos graças ao embasamento dado pelas “teorias de ontem”. Além disso, os resultados que obtivemos com as análises também expressam a presença da fundamentação dada por elas.

O estudo deste tema surgiu com a justificativa de realizar uma atualização da explicação dada por Ducrot nos trabalhos mencionados no capítulo 2 desta tese, tendo em vista as mudanças introduzidas por Carel por meio de sua Teoria dos Blocos Semânticos e da Teoria da Argumentação Polifônica. Os estudos de Ducrot sobre a suposição nos foram

imprescindíveis: eles apontaram quais pontos deveriam ser revistos e direcionaram nossa análise.

Para Ducrot (1977b), a suposição se definia apenas por critérios enunciativos. Para nós, a suposição não se caracteriza como descrita por Ducrot (1977b) como a realização de dois atos ilocucionais seguidos, o de suposição e o de afirmação/interrogação. Ela se caracteriza pela expressão de aspectos argumentativos recíprocos, quando a relação é expressa por *se*, e de aspectos argumentativos conversos, quando a relação é expressa por *mesmo se*. Além disso, ela caracteriza-se por um debate entre locutor e interlocutor, Pessoas que garantem os conteúdos do enunciado são atribuídos, sendo o sentido do enunciado composto pelo aspecto argumentativo posto pelo locutor e atribuído a L, e um subentendido, com o qual o locutor concorda e atribui à Pessoa TU. Assim como a descrição do sentido dos enunciados de modo geral na língua, a descrição da suposição também é feita pelos conteúdos argumentativos e pelas unidades de discurso, o que engloba a análise polifônica, o sentido especificado pelo modo como o locutor apresenta o sentido. Não se trata mais, portanto, de descrever ou explicar o sentido suposicional por meio de atos ilocutórios, mas do seu conteúdo argumentativo, pela inscrição de aspectos argumentativos determinados em sua significação, incluindo neles indicações da atividade de fala pela qual passarão as frases, ao se transformar em enunciados.

Os atos ilocutorios de suposição e afirmação não aparecem mais separados ou assim designados; seu conteúdo linguístico aparece argumentativamente ligado (como posto e pressuposto) por conectores do tipo portanto ou no entanto (representativos de *se* e *mesmo se*, respectivamente).

Isso mostra a potencialidade da TBS, ao articular os sentidos possíveis na língua de modo sistemático, baseando-se unicamente nas suas relações e nos seus aspectos enunciativos. Nesse ponto, nossa análise se distancia daquela proposta por Ducrot (1977b; 1987d), na medida em que se baseia em conceitos distintos e sua aplicação resulta em explicações compatíveis com esse novo modo de ver a linguagem.

Nosso estudo apontou que a suposição pode ser apenas **forma**, de acordo com a **suposição formal**, pode ser apenas **sentido**, de acordo com a **suposição derivada**, e pode comportar esses dois aspectos: a **suposição intrínseca**. Ele apontou, ainda, perspectivas para estudos futuros, de temas imbricados à suposição e para os quais não encontramos uma resposta satisfatória, seja por não ser tema deste estudo, seja pelas limitações que ele apresenta. Esses temas dizem respeito à relação entre tempo verbal e pressuposição e a uma análise mais cuidadosa da suposição no discurso. Sabemos que uma das limitações que

apontamos em nosso trabalho é a desarticulação, de certo modo, dos enunciados com relação aos discursos originais aos quais pertenciam. No entanto, assim o fizemos por considerar que essa análise gradual da complexidade discursiva na qual fica imersa a suposição poderia deformar, em alguns aspectos, a busca que empreendíamos pelos aspectos gerais que podem ser apreendidos da suposição. Cabe, em um momento posterior, ampliar a complexidade e analisar de que modo a suposição participa da construção do sentido de um discurso, e de que modo esse discurso pode agir sobre ela.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. **La argumentación en la lengua**. Madrid: Gredos, 1994.

BADIR, Sémir. **Saussure: la langue et sa représentation**. Paris : l'Harmattan, 2001.

BARBISAN, Leci. A expressão do tempo no discurso. **Desenredo**, v.8, nº2. (no prelo).

BENVENISTE, Émile. Tendências recentes em linguística geral (1954). In.: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes Editores, 2005a.

BENVENISTE, Émile. “Estrutura” em linguística (1962). In.: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes Editores, 2005b.

BENVENISTE, Émile. Saussure após meio século (1963). In.: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes Editores, 2005c.

BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem (1958). In.: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes Editores, 2005d.

BENVENISTE, Émile. Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística (1963). In.: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes Editores, 2005e.

BENVENISTE, Émile. Estrutura da língua e estrutura da sociedade (1968). In.: BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes Editores, 1989a.

BOTH, Joseline T. **A teia da linguagem: alguns aspectos da alteridade na linguagem**. 2011. 172f. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

BOUQUET, Simon. **Introdução à leitura de Saussure**. São Paulo: Cultrix, 2000.

CAREL, Marion. **Vers une formalisation de la théorie de l’argumentation dans la langue**. 1992. Tese (Doutorado) – École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. Les propriétés linguistiques du paradoxe : paradoxe et négation. In. : *Langue Française*, n° 123, 1999. pp. 27-40.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. **La Semántica Argumentativa**: una introducción a la teoría de los bloques semánticos. Buenos Aires: Colihue, 2005.

CAREL, Marion, DUCROT, Oswald. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. In.: **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v.43, n. 1, p. 7-18. Jan/mar 2008.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. Atualização da polifonia. In. **Desenredo** Revista do programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo (RS), v. 6, n.1, p. 9-21 – jan./jun.2010.

CAREL, Marion. Polifonia e argumentação. In.: **Desenredo** Revista do programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo (RS), v. 6, n.1, p. 22-36, jan./jun.2010.

CAREL, Marion. La polyphonie linguistique. In: **Transposition; musique et sciences sociales**. Paris: EHESS, n. 1, 2011a. <<http://transposition-revue.org/les-numeros/polyphonie-et-societe/article/la-polyphonie-linguistique>>.

CAREL, Marion. **L'entrelacement argumentatif**. Paris : Honoré Champion, 2011b.

CAREL, Marion. Attribution de point de vue et effacement du récit. In.: CORMINBOEUF, Gilles ; BÉGUELIN, Marie-José Béguelin (eds). **Du système linguistique aux actions langagières**. Mélanges en l'honneur d'Alain Berrendonner. Bruxelles: De Boeck - Duculot, 2011c.

CARROLL, Lewis. **Alice no País do Espelho**. Tradução: William Lagos. Porto Alegre: L&PM, 2004.

CHAMBRY, Émile. Notice sur le Sophiste. In. : PLATON. **Sophiste – Politique – Philèbe – Timée – Critias**. Paris : Flammarion, 1969.

CORDERO, Nestor. Introduction. PLATON, **Le sophiste**. Paris: Flammarion,1993.

CULLER, Jonathan. **As ideias de Saussure**. São Paulo: Cultrix, 1979.

DALL CORTIVO, Cristiane. **O sentido argumentativo da condição**. 2009. 128f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

DELANOY, Cláudio. **Atitudes do locutor no discurso na perspectiva da teoria da argumentação na língua**. 2012. 155f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

DESSONS, Gérard. **Émile Benveniste, l'invention du discours**. Paris: InPress, 2006.

DOSSE, François. **História do Estruturalismo: o campo do signo**. v.1. Bauru, SP : EDUSC, 2007a.

DOSSE, François. Benveniste: a exceção francesa. In. : DOSSE, François. **História do Estruturalismo: O canto do cisne**. V2. Bauru, SP : EDUSC, 2007b.

DUCROT, Oswald. L'expression de la notion de condition suffisante. In. : DUCROT, Oswald. **La preuve et le dire**. Paris : Maison Mame, 1973.

DUCROT, Oswald. Implícito e pressuposição (1972). In.: DUCROT, Oswald. **Princípios de semântica linguística: dizer e não dizer** (1972). São Paulo: Cultrix, 1977a.

DUCROT, Oswald. Suposição e pressuposição (1972). In.: DUCROT, Oswald. **Princípios de semântica linguística: dizer e não dizer** (1972). São Paulo: Cultrix, 1977b.

DUCROT, Oswald. A pressuposição na descrição semântica. In.: DUCROT, Oswald. **Princípios de semântica Linguística: dizer e não dizer** (1972). São Paulo: Cultrix, 1977c.

DUCROT, Oswald. Analyse de textes et linguistique de l'énonciation. In. DUCROT, Oswald et al. **Les mots du discours**. Paris:Minuit, 1980a.

DUCROT, Oswald. **Les échelles argumentatives** (1973). Paris: Minuit, 1980b.

DUCROT, Oswald. Enunciação. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.

DUCROT, Oswald. A descrição semântica em linguística (1973). In.: DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito** (1984). Campinas:Pontes, 1987a.

DUCROT, Oswald. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In.: DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito** (1984). Campinas: Pontes, 1987b.

DUCROT, Oswald. Estruturalismo, enunciação e semântica (1978). In.: DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito** (1984). Campinas: Pontes, 1987c.

DUCROT, Oswald. Pressupostos e subentendidos: a hipótese de uma semântica linguística (1969). In.: DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito** (1984). Campinas: Pontes, 1987d.

DUCROT, Oswald. Pressupostos e subentendidos (reexame) (1977). In.: DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito** (1984). Campinas: Pontes, 1987e.

DUCROT, Oswald. As leis do discurso. In.: DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito** (1984). Campinas: Pontes, 1987g.

DUCROT, Oswald. Avant-propos. In.: **Logique, Structure, Énonciation**. Paris: Minuit, 1989.

DUCROT, Oswald. **Polifonía Y argumentación**: conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Feriva, 1990.

DUCROT, Oswald. Nota sobre a pressuposição e o sentido literal (posfácio). In.: HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita** (1977). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

DUCROT, Oswald. Os *Topoi* na Teoria da Argumentação na Língua. **Revista Brasileira de Letras**, v.1, n.1, inverno de 1999. Universidade Federal de São Carlos.

DUCROT, Oswald ; SHAEFFER, Jean-Marie. **Nouveau Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage**. Seuil : Paris, 1995.

DUCROT, Oswald. Sentido y argumentación. In. ARNOUX, Elvira N.; NEGRONI, Maria M. **Homenaje a Oswald Ducrot**. Buenos Aires: Eudeba, 2004.

DUCROT, Oswald. A Pragmática e o estudo semântico da língua. **Letras de Hoje**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 40, nº 1, p 9-21, 2005.

DUCROT, Oswald. La sémantique argumentative peut-elle se réclamer de Saussure ? In. : **Nouveaux regards sur Saussure. Mélanges offerts à René Amacker.** Édité par Louis Saussure. Genève : Librairie Droz, 2006.

FLORES, Valdir do N. Saussure e Benveniste: da teoria do valor à teoria do *Homem na Língua*. In. **FERREIRA LIMA, Maria A. et al. Colóquios Linguísticos e Literários: Enfoques Epistemológicos, Metodológicos e Descritivos.** Teresina: EDUFPI, 2011, p. 13-30.

KIEFER, Charles. **Nós, os que inventamos a eternidade** & outras histórias insólitas. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2001.

MOURA, HERONIDES, Maurílio de M. Semântica e argumentação: diálogo com Oswald Ducrot. **DELTA**, Fev 1998, vol.14, no.1, p.169-183.

PAVIANI, Jayme. **Filosofia e método em Platão.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

PÉTROFF, André-Jean. **Saussure : la langue, l'ordre et le désordre.** Paris : l'Harmattan, 2004

PLATON. **Sophiste – Politique – Philèbe – Timée – Critias.** Édition établie par Émile Chambry. Paris: Flammarion, 1969.

RORIG, Cristina. **Uma marca da alteridade na linguagem: a pergunta sob um olhar semântico-argumentativo.** 2012. 140f. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

SAUSSURE, Ferdinand de. Note sur le discours. In. SAUSSURE, Ferdinand de. **Écrits de linguistique général.** Texte établi et édité par Simon Bouquet et Rudolf Engler. Paris : Gallimard, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Cours de Linguistique Général.** Introduction, notes et commentaires de Tulio de Mauro. Paris: Payot, 2005.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral.** São Paulo: Cultrix, 2006.

STAROBINSKY, Jean. **As palavras sob as palavras:** os anagramas de Ferdinand de Saussure (1971). São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

APÊNDICE

LISTA DE ENUNCIADOS

- (1) Acabo de reunir-me com meu orientador.
- (2) Ontem encontrei-me com meu orientador.
- (3) Acabo de reunir-me com meu orientador, tenho muito trabalho a fazer. Você poderia me auxiliar na análise dos dados?
- (4) Ontem encontrei-me com meu orientador, tenho muito trabalho a fazer, teremos de adiar a viagem para Paris.
- (5) Pedro comeu pouco.
- (6) Pedro comeu um pouco.
- (7) Pedro come pouco.
- (8) Encontrei Pedro na PUCRS, ele estava preocupado.
- (8') Encontrei Pedro na PUCRS, ele estava preocupado, logo, deve estar com algum problema.
- (9) Pedro gosta de carros importados.
- (9') Pedro gosta pouco (ou menos) de carros nacionais.
- (9a) É falso que Pedro gosta de carros importados.
- (9b) É verdadeiro que Pedro gosta de carros importados?
- (9c) Pedro gosta de carros importados e até mesmo dos carros nacionais.
- (10) Pedro parou de fumar.
- (10a) Pedro não fuma atualmente.
- (10b) Pedro fumava.
- (10c) ter fumado PT não fumar.
- (10') Pedro não parou de fumar
- (10'a) ter fumado DC fumar
- (10'') Pedro não continua a fumar, ele sequer começou.
- (10''a) neg ter fumado DC neg fumar
- (11) Pedro trabalhou pouco na última semana.
- (11') Pedro trabalhou.
- (11a) É falso que Pedro trabalhou pouco na última semana.
- (11b) É verdadeiro que Pedro trabalhou pouco na última semana?
- (11c) Pedro trabalhou pouco na última semana embora os prazos estivessem vencendo.

(11d)* Pedro trabalhou pouco na última semana por isso conseguiu vencer os prazos pendentes.

(11e) Pedro não terá sucesso profissional.

(11f) O trabalho é garantia de sucesso profissional.

(12) Pedro sabe que p.

(12a) p é verdadeiro DC Pedro pensa que p

(13) Pedro parou de dormir.

(13') Pedro não parou de dormir

(14) Minha terra tem palmares

Onde gorjeia o mar

Os passarinhos daqui

Não cantam como os de lá.

(Oswald de Andrade, Canto de regresso à pátria).

(14') Minha terra tem palmeiras

Onde canta o sabiá,

As aves que aqui gorjeiam

Não gorjeiam como lá.

(Gonçalves Dias, Canção do exílio).

(15) Pedro concluiu seu doutorado em apenas dois anos.

(15') Gostaria que você concluísse seu doutorado antes do prazo.

(15'') É possível concluir um doutorado em dois anos.

(15a) Eu não concluirei meu doutorado em dois anos, pois preciso realizar uma longa coleta de dados.

(16) Alguns livros foram doados à biblioteca

(16') Alguns livros não foram doados à biblioteca.

(16a) Alguns livros foram doados à biblioteca?

(16b) Alguns livros foram doados à biblioteca, e até mesmo todos.

(17) Se o céu é azul, então os pássaros voam,

(18) Se tu te comportares mal, não irás ao cinema amanhã.

(18') Se tu te comportares bem, mesmo assim não irás ao cinema.

(18'') Se tu não te comportares bem, tu não vais ao cinema amanhã.

(19) Se Pedro vier, João partirá.

(19a) A vinda de Pedro desencadeará a partida de João.

(19b) Se Pedro não vier, João não partirá.

- (19c) Será que João partirá, caso Pedro venha?
- (20) Se Pedro tivesse vindo, João teria partido.
- (20') Será que se Pedro tivesse vindo, João teria partido?
- (20a) A vinda de Pedro implicava a partida de João.
- (20b) Pedro não veio.
- (20c) João não partiu.
- (21) João partirá, se Pedro vier?
- (21') A vinda de Pedro vai implicar a Partida de João?
- (21'') João partirá mesmo se Pedro vier? – a vinda de Pedro não vai impedir a partida de João?
- (21a) vinda de Pedro DC partida de João
- (21b) vinda de Pedro PT neg partida de João
- (22) Quem partirá, se Pedro vier?
- (22') A vinda de Pedro implicará a partida de que pessoa?
- (22'') Quem partirá mesmo se Pedro vier? – quais são as pessoas cuja partida será impedida pela vinda de Pedro?
- (23) Você irá ao futebol, se fizer sol?
- (24) Você irá à praia, se chover?
- (25) Se ele tem inteligência, não tem (em compensação) nenhuma bondade.
- (26) Se o Jardim da Luz é o pulmão de São Paulo, a Praça da República é o coração.
- (27) Se Pedro estiver em Campinas, ele ali permanecerá.
- (28) Se você quiser vir, tem o direito.
- (29) Se você está com sede, há cerveja na geladeira.
- (30) Tu virás, se fizer bom tempo?
- (31) Paulo sairá de carro se a estrada estiver ruim?
- (31a) estrada ruim PT neg carro
- (31b) estrada ruim DC neg carro.
- (32) Paulo sairá de carro se a estrada estiver boa?
- (33) Pedro virá, se João vem?
- (33a) Não, mesmo se João vem, Pedro não virá.
- (33b) Sobretudo se João vem, Pedro não virá.
- (34) Paulo sairá de casa mesmo se a estrada estiver ruim?
- (35) Se a estrada estiver ruim, Pedro sairá de carro.
- (36) Paulo sairá de carro se a estrada estiver boa?

- (36a) Pedro sairá de carro se a estrada estiver boa?
- (36b) Pedro sairá de carro mesmo se a estrada estiver boa?
- (37) Se tu não fizeres o dever de casa, não irás ao cinema amanhã.
- (37a) falta DC punição
- (37b) A DC B
- (38) Mesmo se tu fizeres o dever de casa, não irás ao cinema amanhã.
- (38a) neg falta PT punição
- (38b) neg A PT B
- (39) Se tu fizeres o dever de casa, irás ao cinema amanhã.
- (39a) neg falta DC neg punição
- (39b) neg A DC neg B
- (40) Mesmo se tu não fizeres o dever de casa, irás ao cinema amanhã.
- (40a) falta PT neg punição
- (40b) A PT neg B
- (41) Se tu fizeres o dever de casa, não irás ao cinema amanhã.
- (41a) neg falta DC punição
- (41b) neg A DC B
- (42) Mesmo se tu não fizeres o dever de casa, não irás ao cinema amanhã.
- (42a) falta PT punição
- (42b) A PT B
- (43) Se tu não fizeres o dever de casa, irás ao cinema amanhã.
- (43a) falta DC neg punição
- (43b) A DC neg B
- (44) Mesmo se tu fizeres o dever de casa, irás ao cinema amanhã.
- (44a) neg falta PT neg punição
- (44b) neg A PT neg B
- (45) O pai foi justo com filho.
- (46) João foi otimista.
- (46a) situação desfavorável PT esperança
- (46b) Mesmo quando a situação é desfavorável, João tem esperança.
- (46c) A situação era desfavorável, no entanto, João teve esperança.
- (46d) A situação era desfavorável, no entanto, João tinha esperança.
- (47) A bolsa transparente denunciava a intimidade da moça.
- (47a) neg esconde DC mostra

(47b) transparente DC indiscreto

(48) A administração da empresa foi transparente.

(48a) transparente DC honesto

(49) O marido foi transparente: disse toda a verdade para a esposa.

(49a) honesto DC transparente

(50) Pedro é otimista?

(50a) Mesmo quando a situação é desfavorável, Pedro tem esperança.

(51) Mesmo quando a situação é desfavorável, Pedro tem esperança, mas João não.

(51a) Mesmo quando a situação é desfavorável, Pedro tem esperança, mas Pedro não.

(S1 52) Se você sentasse, levantasse o corpo e cruzasse os braços, ficaria com a mesma cara que ela!

(S1 52') Se você **sentar, levantar** o corpo e **cruzar** os braços, **ficará** exatamente com a mesma cara que ela.

(S1 52'') Se você **tivesse sentado, levantado** o corpo e **cruzado** os braços, **teria ficado** exatamente com a mesma cara que ela.

(S1Na 52') - É falso que (S1 52').

(S1Nb 52') Se você não sentar, não levantar o corpo e nem cruzar os braços, não ficará com a mesma cara que ela.

(53)

Alice: Se tu não comportares, serás punido.

Gatinho: Então quer dizer que se eu me comportar, não serei punido?

Alice: Ainda que tu te comportes, poderei puni-lo mesmo assim.

(S2 54) O gatinho estava disposto a ajudar Alice no enovelamento, desde que lhe dessem permissão.

(S3 55) Eu posso ver tudo, quando subo em uma cadeira.

(S4 56) Vai esquecer, sim – replicou a Rainha. - A não ser que faça uma anotação bem detalhada em seu Livro de Memorandos.

(S5 57) conservava o vidro de tinta à mão para jogá-la em cima dele, **caso** desmaiasse de novo.

(S6 58) Se o mistério da Mona Lisa estava na rima dos lábios, o de Cíntia escondia-se nos olhos.

(S7 59) Não adianta investir em obras e equipamentos, se na hora do atendimento faltam médicos e pessoal especializado.

Cristiane Dall' Cortivo

Curriculum Vitae

Dados pessoais

Nome Cristiane Dall' Cortivo
Nascimento 25/07/1984 - Arvorezinha/RS - Brasil
CPF 003.541.020-52

Formação acadêmica/titulação

- 2009 - 2013** Doutorado em Linguística e Letras.
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil
com período sanduíche em Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales (Orientador : Marion Carel)
Título: O estudo da Suposição no quadro da Teoria dos Blocos Semânticos e da Teoria da Argumentação Polifônica, Ano de obtenção: 2013
Orientador: Leci Borges Barbisan
Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- 2007 - 2009** Mestrado em Linguística e Letras.
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil
Título: O sentido argumentativo da condição, Ano de obtenção: 2009
Orientador: Dr. Leci Borges Barbisan
Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- 2011** Graduação em Letras/Francês Bacharelado.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, Brasil
- 2003 - 2006** Graduação em Letras/Português.
Universidade Federal do Rio Grande, FURG, Rio Grande, Brasil
Título: Gênero em Discursos
Orientador: Áttila Louzada Junior

Formação complementar

- 2009 - 2009** Extensão universitária em Fundamentos de Fonologia.
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil
- 2009 - 2009** Extensão universitária em Argumentação e sentido pela Semântica Lingüística.
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil
- 2008 - 2008** Curso de curta duração em Processos constitutivos do texto.

- Associação de Linguística e Filologia da América Latina, ALFAL, Uruguai
- 2008 - 2008** Curso de curta duração em Entoação: Fonética e Fonologia.
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil
- 2007 - 2007** Curso de curta duração em A ficção brasileira no sec. XXI.
Universidade de Passo Fundo, UPF, Passo Fundo, Brasil
- 2007 - 2007** Teoria da Argumentação na Língua e ensino.
Universidade Católica de Pelotas, UCPEL, Pelotas, Brasil
- 2007 - 2007** Curso de curta duração em Enunciação, Estrutura e História.
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil
- 2006 - 2006** Curso de curta duração em Categorias de texto e o ensino de língua materna:
Centro Universitário Franciscano, UNIFRA, Santa Maria, Brasil
- 2005 - 2005** Curso de curta duração em Leitura e produção de textos: Contribuições da lin.
Universidade Católica de Pelotas, UCPEL, Pelotas, Brasil
- 2005 - 2005** Extensão universitária em Gênero e Leitura de Textos Midiáticos.
Universidade Federal do Rio Grande, FURG, Rio Grande, Brasil
- 2005 - 2005** Curso de curta duração em Leitura e produção de textos: Contribuições da lin.
Universidade Católica de Pelotas, UCPEL, Pelotas, Brasil

Atuação profissional

1. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Vínculo institucional

- 2009 - 2013** Vínculo: bolsista de doutorado , Enquadramento funcional: doutoranda , Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva
- 2007 - 2009** Vínculo: Livre , Enquadramento funcional: Mestranda , Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva

Atividades

- 03/2012 - 07/2012** Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão Própria de Avaliação - CPA
Especificação:
Membro da Comissão Própria de Avaliação - CPA - ligada à

Pró-reitoria de Graduação da PUCRS como representante discente stricto sensu da Universidade.

03/2012 - 06/2012 Conselhos, Comissões e Consultoria, Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Especificação:

Membro da Câmara de Pesquisa e Pós-graduação na condição de representante discente stricto sensu da instituição

03/2012 - 01/2013 Conselhos, Comissões e Consultoria, Faculdade de Letras

Especificação:

Membro do colegiado da Faculdade de Letras na condição de representante discente do PPGL

03/2012 - 01/2013 Conselhos, Comissões e Consultoria, Programa de Pós-graduação em Letras

Especificação:

Membro da Comissão coordenadora do Programa de Pós-graduação em Letras na condição de representante discente.

03/2011 - 09/2011 Conselhos, Comissões e Consultoria, Faculdade de Letras

Especificação:

Membro do Colegiado da Faculdade de Letras como representante discente do PPGL

03/2011 - 09/2011 Conselhos, Comissões e Consultoria, Programa de Pós-graduação em Letras

Especificação:

Membro da Comissão coordenadora do Programa de Pós-graduação em Letras na condição de representante discente stricto sensu do programa.

2. Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Vínculo institucional

2008 - 2008 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: avaliador de redações do vestibular, Regime: Parcial

2005 - 2006 Vínculo: Livre , Enquadramento funcional: Bolsista Voluntário , Carga horária: 3, Regime: Parcial

Projetos

Projetos de pesquisaProjetos de pesquisa

2012 - 2013 A interdiscursividade olhada pela Teoria da Argumentação na Língua

Situação: Concluído Natureza: Projetos de pesquisa

Integrantes: Cristiane Dall' Cortivo Leci Borges Barbisan (Responsável); Claudio Primo Delanoy; Érica Nunes; Christiê Duarte Linhares; Deije Moura; Nilzete Cruz

2011 - 2011 A compreensão do discurso como uma trama de sentidos

Descrição: Considerando que a noção de relação é essencial à produção de sentido na linguagem e que o funcionamento do discurso precisa ser considerado quando se busca analisar o sentido, este projeto tem como tema o estudo do sentido produzido no discurso pelas cadeias coesivas e pela tematização, sob o olhar da ANL. Trata-se do estudo de dois processos fundamentais que organizam o discurso: as cadeias coesivas e a tematização, objeto de estudo da Lingüística do Texto, que serão analisados sob o ângulo da Teoria da Argumentação na Língua (ANL).

Situação: Concluído Natureza: Projetos de pesquisa

Alunos envolvidos: Graduação (1); Mestrado acadêmico (3); Doutorado (5);

Integrantes: Cristiane Dall' Cortivo Leci Borges Barbisan (Responsável); Claudio Primo Delanoy; Cristina Rorig; Alessandra da Silveira Bez; Érica Nunes

2009 - 2010 Por uma compreensão lingüística do discurso

Descrição: O tema deste projeto é a leitura, entendida à luz da Teoria da Argumentação na Língua. Como teoria semântico-lingüística, a proposta de Ducrot entende que a relação entre palavras e frases e a consideração de um sujeito falante, que se enuncia para seu interlocutor, são as principais responsáveis pela construção do sentido. Tem-se, então, como objetivo definir leitura de acordo com conceitos da Teoria da Argumentação na Língua e, com isso, espera-se compreender quais seriam as leituras possíveis e quais as não possíveis num texto. Como metodologia de trabalho, serão promovidos estudos e discussões em torno de livros e artigos que tratam da Teoria e, a partir desses estudos, espera-se chegar a uma conceituação de leitura e de seus possíveis limites de interpretação

Situação: Concluído Natureza: Projetos de pesquisa

Alunos envolvidos: Graduação (1); Mestrado acadêmico (3); Doutorado (5);

Integrantes: Cristiane Dall' Cortivo Leci Borges Barbisan (Responsável); Claudio Primo Delanoy; Cristina Rorig; Joseline Tatiana Both; Alessandra da Silveira Bez; Érica Nunes

2007 - 2008 Subsídios teóricos e práticos sobre texto e ensino

Descrição: Este projeto busca mostrar que, a partir da análise crítica de conceitos de teorias textuais e enunciativas, é possível compreender e ensinar como a linguagem constrói sentido no discurso. Os objetivos são 1) Criar uma metodologia de análise de textos/discursos a partir da discussão de conceitos de teorias textuais e enunciativas. 2) Instrumentalizar teoricamente os professores para uma melhor compreensão do trabalho proposto pelos PCNs em relação a textos escritos. 3) Lançar um olhar crítico sobre o trabalho com textos proposto por livros didáticos. 4) Refletir sobre a transposição didática.

Situação: Em andamento Natureza: Projetos de pesquisa

Alunos envolvidos: Graduação (1); Mestrado acadêmico (4); Doutorado (3);

Integrantes: Cristiane Dall' Cortivo Leci Borges Barbisan (Responsável); Claudio Primo Delanoy; Cristina Rorig; Joseline Tatiana Both; Mariana Rypl; Marcela Cristiane Nesello; Noemi Luciane dos Santos; Tais Helena Malmann

2005 - 2006 Gênero e Leitura de Textos midiáticos

Descrição: Estudar a Leitura através de textos midiáticos - televisão, revistas, jornais, publicidade - tendo como suporte teórico a Análise Crítica do Discurso

Situação: Concluído Natureza: Projetos de pesquisa

Alunos envolvidos: Graduação (4);

Integrantes: Cristiane Dall' Cortivo Camerina Batista Oliveira; Elaine Nogueira da Silva (Responsável); Silvana da silveira Leite; angelita Antunes Mandagará

Número de produções C,T & A: 7/

Revisor de periódico

1. Letrônica

Vínculo

2008 - 2013 Regime: Parcial

Membro de corpo editorial

1. Letrônica

Vínculo

2008 - 2013 Regime: Parcial

Produção

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

1. **DALL' CORTIVO, Cristiane**, BOEFF, Rafaela J.

Interface semântica lingüística e psicolingüística: a construção do sentido do objeto. Cadernos de Letras da UFF. , v.41, p.71 - 91, 2010.

2. **DALL' CORTIVO, Cristiane**

O sentido argumentativo da condição. Letrônica. , v.1, p.67 - 81, 2008.

Livros organizados

1. BARBISAN, L. B., FANTI, M. G. C., DELANOY, C. P., RORIG, C., **DALL' CORTIVO,**

Cristiane

Anais do Seminário Internacional de Texto, Enunciação e Discurso (SITED). Porto Alegre : EDIPUCRS, 2011, v.1. p.409.

2. IBANOS, A. M. T., **DALL' CORTIVO, Cristiane**

Revista Letrônica. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2011, v.1. p.84.

Trabalhos publicados em anais de eventos (completo)1. **DALL' CORTIVO, Cristiane**

A expressão da condição no discurso In: XV Congresso da ALFAL, 2008, Montevideo.

Anais XV Congresso da ALFAL. , 2008.

2. **DALL' CORTIVO, Cristiane, NESELLO, M. C.**

Como os modificadores modificam o discuros In: VIII CELSUL, 2008, Porto Alegre.

Anais do VIII CELSUL. Pelotas: EDUCAT, 2008.

3. **DALL' CORTIVO, Cristiane**

O funcionamento do signo no uso da Linguagem In: V SENAILE - Seminário Nacional sobre Linguagem e ensino, 2007, Pelotas.

Caderno de Resumos. Pelotas: EDUCAT, 2007. v.1. p.96 - 97

4. **DALL' CORTIVO, Cristiane**

Ensino de Gênero e Leitura em revistas para adolescentes In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 7, 2006, Florianópolis/SC.

Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: gênero e Preconceitos. Florianópolis - SC: Editora Mulheres, 2006.

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo)1. **DALL' CORTIVO, Cristiane**

A construção do conceito de Polifonia na Teoria da Argumentação na Língua In: II SINAL - Seminário Integrado Nacional das Linguagens, 2009, Porto Alegre/RS.

Caderno de resumos. , 2009. v.1. p.06 - 06

2. **DALL' CORTIVO, Cristiane**

O sentido da condição segundo a Teoria da Argumentação na Língua In: III SIL - Seminário Internacional de Linguística, 2009, São Paulo/SP.

Caderno de atividades e resumos. , 2009. v.1. p.65 - 65

3. **DALL' CORTIVO, Cristiane**

A expressão da condição no discurso In: XV Congresso da ALFAL, 2008, Montevideo.

Anais XV Congresso ALFAL. , 2008. p.118 - 118

4. **DALL' CORTIVO, Cristiane, NESELLO, M. C.**

Como os modificadores modificam o discurso In: VIII CELSUL, 2008, Porto Alegre.

Anais do VIII CELSUL. Pelotas: EDUCAT, 2008. v.1. p.174 - 175

5. DALL' CORTIVO, Cristiane

Sessão coordenada A forma e o sentido no discurso In: XV Congresso da ALFAL, 2008, Montevideo.

Anais XV Congresso da ALFAL. , 2008. p.127 - 127

6. DALL' CORTIVO, Cristiane

O funcionamento do signo no uso da linguagem In: V SENALE - Seminário Nacional sobre Linguagem e ensino, 2007, Pelotas.

Caderno de Resumos. , 2007.

7. DALL' CORTIVO, Cristiane

O signo no uso da linguagem In: 6º Seminário Linguagem, Discurso e Ensino, 2007, Porto Alegre.

Anais do 6º Seminário Linguagem, Discurso e Ensino. , 2007.

8. DALL' CORTIVO, Cristiane

Ensino de Gênero e Leitura em Revistas para adolescentes In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 7, 2006, Florianópolis-SC.

Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e preconceitos. Florianópolis-SC: Editora Mulheres, 2006.

9. DALL' CORTIVO, Cristiane

Gênero em Textos publicitários In: VI Seminário Internacional em Letras, 2006, Santa Maria.

Palavra - Margens e Imagens. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2006.

10. DALL' CORTIVO, Cristiane

Ensino de Gênero e Leitura em Revistas para Adolescentes In: IV SENALE - Seminário Nacional sobre Linguagem e Ensino, 2005, Pelotas - RS.

IV SENALE - Oralidade e ensino: Gênero e perspectivas. , 2005. v.01. p.115 - 115

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo expandido)**1. DALL' CORTIVO, Cristiane**

O sentido argumentativo da suposição - projeto de tese In: V Mostra de pesquisa e Pós-Graduação, 2010, Porto Alegre.

Publicações da V Mostra de Pesquisa e Pós GRaduação. Porto ALlegre: EDIPUCRS, 2010. v.1. p.936 - 939

Demais produções bibliográficas**1. IBANOS, A. M. T., DALL' CORTIVO, Cristiane**

Sintaxe e interfaces. Porto Alegre:EDIPUCRS, 2011. (Apresentação, Prefácio, Posfácio)

2. BARBISAN, L. B., DALL' CORTIVO, Cristiane, DELANOY, C. P., FANTI, M. G. C., RORIG, C.

Caderno de Resumos. Caderno de resumos do Seminário Internacional de Texto Enunciação e Discurso. Porto Alegre:EDIPUCRS, 2010. (Outra produção bibliográfica)

3. DALL' CORTIVO, Cristiane

O sentido argumentativo da condição. Dissertação de Mestrado. , 2009. (Outra produção bibliográfica)

Produção técnica**Trabalhos técnicos****1. DALL' CORTIVO, Cristiane**

parecerista ad hoc da edição n. 13 da revista ReVEL, 2009

Demais produções técnicas

1. BARBISAN, L. B., FANTI, M. G. C., **DALL' CORTIVO, Cristiane**, DELANOY, C. P., RORIG, C.

Anais do Seminário Internacional de Texto, Enunciação e Discurso, 2011. (Anais, Editoração)

2. BARBISAN, L. B., FANTI, M. G. C., **DALL' CORTIVO, Cristiane**, DELANOY, C. P., RORIG, C.

Caderno de Resumos do Seminário Internacional de Texto, Enunciação e Discurso, 2010. (Outro, Editoração)

3. **DALL' CORTIVO, Cristiane**, BEZ, A. S.

Semântica Linguística: uma perspectiva sobre a língua em uso, 2010. (Outra produção técnica)

4. **DALL' CORTIVO, Cristiane**, BOTH, J. T., BARBISAN, L. B., RORIG, C., SANTOS, N. L.

Subsídios teóricos e práticos sobre discurso e ensino, 2008. (Extensão, Curso de curta duração)